

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

23 (2) ago./dez., 2021

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

23(2), ago./dez. 2021

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Flaviane Romani Fernandes-Svartman, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil
Bertrand Daunay, *Université de Lille*, França
Cristina Sobral, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil
Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes*, França
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil
Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, Brasil
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal
Marina Vigário, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil
Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*, Brasil
Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil
Sônia Frota, *Universidade de Lisboa*, Portugal

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2021 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,
volume 23, número 2

Sumário

Apresentação

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Flaviane Romani
Fernandes Svartman
149-150

*As perífrases com o verbo dever na tradução portuguesa da Vita Christi de
Ludolfo de Saxónia*

José Machado
151-166

Estatuto morfológico das sequências -alhão e -arrão

Graça Rio-Torto
167-184

*Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de
Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco do século XVIII*

Lecio Barbosa de Assis, Emerson Viana Braga, Vera Pacheco, Jorge Augusto
Alves da Silva
185-207

Letramento Paleográfico: a escrita para além do código

Wagner Rodrigues Loiola, Expedito Eloísio Ximenes
209-223

*Léxico, cultura e história nos compromissos dos homens pretos no livro da
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arrayal do Bomfim de Goyaz
(1751)*

Carolina Faleiros Felício, Maria Helena de Paula
225-243

Africanos livres: aspectos históricos e discursivos da constituição do português brasileiro em manuscrito do século XIX

Leticia Marinha Bomfim, Milena Borges de Moraes

245-262

Cultura educativa na França e no Brasil: uma análise de discursos comparativa de exames nacionais

Daniela Nienkötter Sardá

263-282

O fundamento lógico do normativismo da gramática grega e sua relação com a ausência da inovação e mudança linguísticas como objeto de estudo teórico

Lorenzo Vitral

283-299

Apresentação

O volume 23, n.º 2, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa* traz a público um conjunto de artigos do maior interesse para estudiosos de temáticas diversas no âmbito dos estudos linguísticos, como são a Fonologia, a Paleografia, a Morfologia, a Lexicografia, a Análise do Discurso e a Gramaticografia.

Abre este volume o artigo intitulado *As perífrases com o verbo dever na tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo de Saxónia*, da autoria de José Barbosa Machado. O estudo identifica ocorrências de perífrases formadas pelo verbo *dever* na edição portuguesa impressa da *Vita Christi*. Examina qual o seu valor semântico, quais os tempos mais usuais do verbo semiauxiliar, que pronomes dependem do verbo semiauxiliar e quais os verbos principais no infinitivo. Faz-se ainda referência a alguns casos particulares, como o reforço do verbo semiauxiliar com outro verbo ou expressão verbal e a formação de perífrases complexas.

O artigo seguinte, da autoria de Graça Rio-Torto, intitula-se *Estatuto morfológico das sequências -albão e -arrão*. Nesse estudo, a autora procura caracterizar o estatuto morfológico de *-alb-* e de *-arr-* nas sequências *-albão* e *-arrão*. Com base em dados do português europeu ‘popular’ datados do século XX, examina-se a hipótese de tratar-se de sufixos pouco produtivos que terão sido reanalisados como constituintes de sufixos compósitos, nos quais os formativos mantiveram, cristalizando-os, os valores matriciais herdados.

No terceiro artigo do volume, apresenta-se um estudo intitulado *Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo António do Urubu de Baixo do Rio São Francisco do século XVIII*. São autores do texto Lécio Barbosa de Assis, Emerson Viana Braga, Vera Pacheco e Jorge Augusto Alves da Silva. Estudam a variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos do século XVIII e procuram verificar se as variações gráficas na representação das vogais pretônicas revelam indícios de oralidade resultantes do conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa.

No texto intitulado *Letramento Paleográfico: a escrita para além do código*, que compõe o quarto artigo deste volume, os autores Wagner Rodrigues Loiola e Expedito Eloísio Ximenes refletem sobre o Letramento Paleográfico e a atualidade da disciplina paleográfica como método de análise das escritas. Constatam que a Paleografia, a par de concentrar-se na leitura de textos antigos, aplica-se também às práticas de escrita vigentes na atualidade.

As autoras Carolina Faleiros Felício e Maria Helena de Paula apresentam, no quinto artigo deste volume, um estudo intitulado *Léxico, cultura e história nos compromissos dos homens pretos no livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arrayal do Bomfim de Goyaz (1751)*. Examina-se a estrutura e a organização de um livro de compromisso com base em sua transcrição semidiplomática. A partir de um inventário das lexias referentes aos compromissos dos homens e das mulheres da irmandade, organizam-se os resultados em macrocampos e microcampos léxicos e estabelecem-se relações entre léxico, história e cultura.

O sexto artigo do volume tem como título *Africanos livres: aspectos históricos e discursivos da constituição do português brasileiro em manuscrito do século XIX*. As autoras, Leticia Marinha Bomfim e Milena Borges, baseiam-se em um livro de registro para

FLP 23(2)

estudar a formação da classe jurídica dos africanos livres. Fazem, além disso, uma análise léxico-discursiva do livro estudado, a fim de compreenderem os sentidos das unidades lexicais utilizadas na referência aos africanos livres.

No artigo intitulado *Cultura educativa na França e no Brasil: uma análise de discursos comparativa de exames nacionais*, o sétimo deste volume, Daniela Nienkötter Sardá faz uma análise de discursos comparativa, com o objetivo de explicitar quais culturas educativas estão presentes na prova de dissertação de francês no exame do *baccalauréat*, na França, e na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio, no Brasil. Os resultados do estudo apontam para uma cultura educativa embasada na aprendizagem da escrita do gênero *dissertação*, na França, e na cristalização da própria prova de redação do ENEM como gênero discursivo, no Brasil.

Conclui este volume o artigo intitulado *O fundamento lógico do normativismo da gramática grega e sua relação com a ausência da inovação e mudança linguísticas como objeto de estudo teórico*, da autoria de Lorenzo Vitral. O texto demonstra, numa perspectiva historiográfica, que o caráter normativista da gramática tradicional, na sua vertente grega, não se deve somente ao trabalho filológico de preservação ou padronização dos textos clássicos. Essa tarefa foi precedida pela busca de uma linguagem capaz de realizar o trabalho ontológico fundamental da metafísica.

Os editores

FLP 23(2)

As perífrases com o verbo *dever* na tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia

*Periphrasis with the verb *dever* in the portuguese translation of *Vita Christi* by Ludolph of Saxony*

José Barbosa Machado *

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

Resumo: Pretendemos com este estudo identificar as ocorrências das perífrases formadas pelo verbo *dever* na edição portuguesa impressa da *Vita Christi*, qual o seu valor semântico, quais os tempos mais usuais do verbo semiauxiliar, que pronomes dependem do verbo semiauxiliar e quais os verbos principais no infinitivo. Pretendemos ainda fazer referência a alguns casos particulares, como o reforço do verbo semiauxiliar com outro verbo ou expressão verbal e a formação de perífrases complexas. As perífrases em análise têm as seguintes configurações: *dever* + infinitivo, *dever* + *de* + infinitivo e *dever* + *a* + infinitivo. As duas últimas deixaram de pertencer ao português padrão, sendo frequentes em textos do século XV. A perífrase *dever* + infinitivo ainda hoje é amplamente utilizada na língua portuguesa. A *Vita Christi*, que serve de corpus a este estudo, é uma obra religiosa composta em latim que narra a vida evangélica de Cristo, da autoria de Ludolfo de Saxónia (c. 1295-1377). Traduzida para português na época do rei D. Duarte (1391-1438), foi impressa em Lisboa em 1495 pelos impressores alemães Valentino de Morávia e Nicolau da Saxónia. Pela sua extensão (1173 páginas em quatro partes), é uma ótima base para estudos acerca das características do português no século XV.

Palavras-chave: Perífrase. Conjugação perifrástica. Verbo semiauxiliar. Verbo *dever*. *Vita Christi*.

Abstract: With this study we intend to identify the occurrences of the periphrases formed by the verb *dever* in the printed Portuguese edition of *Vita Christi*, what is their semantic value, what are the most common tenses of the semi-auxiliary verb, which pronouns depend on the semi-auxiliary verb and which are the main verbs in the infinitive. We will also refer to some particular cases, such as the reinforcement of the semi-auxiliary verb with another verb or verbal expression and the formation of complex periphrases. The periphrases under analysis have the following configurations: *dever* + infinitive, *dever* + *de* + infinitive and *dever* + *a* + infinitive. The last two ceased to belong to standard Portuguese, being frequent in texts from the 15th century. The *dever* + infinitive periphrasis is still widely used in the Portuguese language today. *Vita Christi*, which serves as the corpus for this study, is a religious work composed in Latin that tells the evangelical life of Christ, by Ludolph of Saxony (c. 1295-1377). Translated into Portuguese at the time of King D. Duarte (1391-1438), it was printed in Lisbon in 1495 by the German printers Valentino de Moravia and Nicholas of Saxony. Due to its length (1173 pages in four parts), it is a great base for studies about the characteristics of Portuguese in the 15th century.

Keywords: Periphrasis. Periphrastic conjugation. Semi-auxiliary verb. Verb *dever*. *Vita Christi*.

* Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal; jleon@utad.pt

1 INTRODUÇÃO

As perífrases verbais são uma característica da língua portuguesa testemunhada nos textos mais antigos conhecidos. Na *Notícia de Torto* (c. 1214) e no *Testamento de D. Afonso II* (1214), ocorrem perífrases que ainda hoje persistem: *cõuēnos a saber, podedes saber, podesē auer, poderũ auer, mãdoo lidar, quiserdes ouir, deuier a reinar, uenerũli filar, uiier a dar, ouuer a reinar*, etc. (Costa, 1992). As perífrases são uma forma de atribuir valores semânticos diatéticos, modais, situadores, temporais, aspetuais, etc., às frases, evitando a redundância e a repetição e permitindo a economia linguística (Barroso, 2000, p. 93-93).

Serão objeto deste estudo as perífrases formadas pelo verbo *dever* presentes na versão portuguesa impressa da *Vita Christi* (Lisboa, 1495), ou seja, *dever* + infinitivo, *dever* + *de* + infinitivo e *dever* + *a* + infinitivo.

As perífrases *dever* + *de* + infinitivo e *dever* + *a* + infinitivo deixaram de pertencer ao português padrão, sendo frequentes em textos do século XV. A perífrase *dever* + infinitivo ainda hoje é amplamente utilizada na língua portuguesa, com valores semânticos diversos. Na *Vita Christi*, a função desta perífrase em todos os contextos em que ocorre é modal e tem o valor semântico de obrigatoriedade atenuada (Barros 2000, p. 94). Não há nenhum contexto em que represente o valor de dúvida, probabilidade ou possibilidade (Metzeltin, 1990, p. 148; Alzamora, 2018, p. 52-53).

A *Vita Christi*, que serve de corpus a este estudo, é uma obra religiosa composta em latim que narra a vida evangélica de Cristo, da autoria de Ludolfo de Saxónia (ca. 1295-1377). Traduzida para português na época do rei D. Duarte (1391-1438), foi impressa em Lisboa em 1495 pelos impressores alemães Valentino de Morávia e Nicolau da Saxónia. Pela sua extensão (1173 páginas em quatro partes), é uma ótima base para estudos acerca das características do chamado português médio.

As perífrases verbais presentes na obra são variadas. As construídas com o verbo *dever* foram uma das mais utilizadas pelos tradutores.

Analisaremos as perífrases com o verbo *dever* na versão portuguesa da *Vita Christi* de acordo com os seguintes pontos: a sua distribuição na obra; os tempos e modos do verbo semiauxiliar; os verbos principais presentes no segundo termo da perífrase; os pronomes na perífrase (pronomes pessoais clíticos e pronomes indefinidos); alguns casos particulares, como o uso da perífrase com as preposições *de* e *a*, o reforço do verbo semiauxiliar com outro verbo ou expressão verbal e a formação de perífrases complexas.

2 A DISTRIBUIÇÃO DA PERÍFRASE NA OBRA

Para identificarmos as ocorrências das perífrases com o verbo *dever* na *Vita Christi*, servimo-nos da edição semidiplomática da obra em formato digital (Machado, 2019). As três perífrases encontram-se assim distribuídas:

Tabela 1.

	<i>Parte I</i>	<i>Parte II</i>	<i>Parte III e IV</i>	<i>Totais</i>
<i>N.º de páginas</i>	382	422	369	1173
<i>Sem prep.</i>	710	710	499	1919
<i>Com prep. de</i>	108	77	24	209
<i>Com prep. a</i>	6	1	1	8
<i>Totais ></i>	824	788	524	2136

Fonte: Elaborado pelo autor.

O número mais reduzido de perífrases na Parte III e IV (correspondentes ao volume III da obra) deve-se sem dúvida ao facto de estas partes, que relatam os últimos dias de vida de Jesus Cristo, serem essencialmente narrativas e menos exortativas do que as anteriores. Dividindo o total das ocorrências pelo número de páginas nas Partes III e IV, dá 1,8 perífrases por página. Na Parte I, o valor é de 2,1.

O número total de 2136 ocorrências faz com que as perífrases com o verbo *dever* pertençam ao grupo das mais utilizadas pelos tradutores na *Vita Christi*. Sabemos, por exemplo, que o número total de ocorrências da perífrase *haver + de + infinitivo*, uma das mais importantes na obra, é de 1449, um número bastante inferior.

As perífrases com a preposição *de*, embora em número mais reduzido do que o das perífrases sem preposição, são uma característica da língua portuguesa da época, uma vez que podemos encontrá-las noutras obras do século XV. A presença das perífrases com a preposição *a* é residual. No entanto, ela pode ser também encontrada noutras obras, como veremos.

As perífrases mais frequentes são as seguintes:

Tabela 2.

<i>Perífrase</i>	<i>Volume da obra e freq.</i>	<i>Total</i>
deue seer	VC, I, 47; VC, II, 24; VC, III, 13	84
deue auer	VC, I, 21; VC, II, 15; VC, III, 14	50
deue fazer	VC, I, 20; VC, II, 12; VC, III, 6	38
deuẽ seer	VC, I, 17; VC, II, 6; VC, III, 2	25
deuemos fazer	VC, I, 9; VC, II, 6; VC, III, 6	21
deuemos auer	VC, I, 6; VC, II, 7; VC, III, 7	20
deue entẽder	VC, I, 9; VC, II, 4; VC, III, 3	16
deuẽ auer	VC, I, 6; VC, II, 3; VC, III, 3	12
deue teer	VC, I, 8; VC, II, 2; VC, III, 2	12

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma das ilações que deste quadro se pode tirar é que as perífrases se encontram todas no presente do indicativo. A segunda é que as mesmas estão distribuídas pelos três volumes da obra. A terceira ilação é que os verbos *ser*, *auer*, *fazer*, *entender* e *ter* são os mais representados no segundo termo. Todos, exceto um (*entender*), pertencem ao grupo dos verbos mais utilizados na língua portuguesa.

3 TEMPOS E MODOS DO VERBO SEMIAUXILIAR

Os tempos e modos do verbo semiauxiliar das perífrases estão assim distribuídos na obra:

Tabela 3.

<i>Tempos, modos e formas nominais</i>	<i>Ocorr.</i>	<i>Percent.</i>	<i>Formas dif.</i>	<i>Percent.</i>
Presente do indicativo	1885	88,25%	1202	84,83%
Presente do conjuntivo	24	1,12%	21	1,48%
Pretérito imperfeito do indicativo	153	7,16%	127	8,96%
Pretérito imperfeito do conjuntivo	10	0,47%	7	0,49%
Pretérito perfeito	3	0,14%	3	0,21%
Pretérito mais-que-perfeito	12	0,56%	12	0,85%
Futuro imperfeito	25	1,17%	22	1,55%
Condicional	19	0,89%	18	1,27%
Infinitivo pessoal	1	0,05%	1	0,07%
Infinitivo impessoal	3	0,14%	3	0,21%
Gerúndio	1	0,05%	1	0,07%
Totais	2136	100%	1417	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A presença do presente do indicativo é esmagadora, com 88,2% das ocorrências. A 3.^a pessoa do singular (*dene*) é a mais frequente, com 954 ocorrências, seguida da 1.^a pessoa do plural (*deuemos*), com 450, num total, nas duas pessoas, de 1404.

O autor da obra exorta a cada passo o homem, ou o crente, a fazer ou a não fazer determinada coisa no âmbito da fé e moral cristãs. Daí o uso frequente da 3.^a pessoa do singular: “*dene* homẽ *leixar* de auer a vingança” (VC, I); “*dene* homẽ *aparelhar* a face” (VC, I); “nõ *dene* homẽ *leixar* de viuer e verdade da justiça” (VC, II); etc. As exortações na 1.^a pessoa do plural são semelhantes, mas em que o próprio autor se inclui: “cada dia tragemos ou *deuemos* *trager* a cruz” (VC, I); “nõ soomẽte *deuemos* *cuydar* como percalçaremos a gloria e honrra” (VC, II); “*deuemos* *ledamẽte* *soportar* os açoutes de deus” (VC, III); “*Deuemos* *ajnda* *offereçer* a Christo ouro damor” (VC, I); etc.

Passaremos a apresentar alguns exemplos das perífrases distribuídas segundo o tempo e o modo do verbo semiauxiliar:

No presente do indicativo (1885 ocorrências): *deue abastar* (VC, I)¹; *deuē acorrer* (VC, I); *deue amar* (VC, I, 6; VC, II, 3; VC, III, 2); *deue auer* (VC, I, 21; VC, II, 15; VC, III, 14); *deuē auer* (VC, I, 6; VC, II, 3; VC, III, 3); *deue cõsijrar* (VC, II, 3); *deue dar* (VC, I, 4; VC, II, 5); *deue dizer* (VC, I, 2; VC, II, 3; VC, III, 3); *deue doar* (VC, I); *deue entēder* (VC, I, 9; VC, II, 4; VC, III, 3); *deue entender* (VC, I, 4; VC, II, 3; VC, III, 3); *deue fallar* (VC, I; VC, III); *deue fazer* (VC, I, 20; VC, II, 12; VC, III, 6); *deuē fazer* (VC, I, 3; VC, II, 4; VC, III); *deue filbar* (VC, II, 2; VC, III, 2); *deue teer* (VC, I, 8; VC, II, 2; VC, III, 2); *deuē teer* (VC, I, 2; VC, III, 2); *denees fazer* (VC, I; VC, III, 2); *denees seer* (VC, III); *denem auer* (VC, I; VC, II, 2; VC, III, 5); *denem seer* (VC, I; VC, II); *denemos acorrer* (VC, I; VC, III); *denemos aver* (VC, III); *deneo seer* (VC, I); *deneos beijar* (VC, I); *denes dar* (VC, I, 2); *deno hir* (VC, II); etc.

No presente do conjuntivo (24 ocorrências): *dena de guardar* (VC, II); *dena... de buscar* (VC, I); *denamos de cõtar* (VC, II); *dena amar* (VC, II); *dena auer* (VC, II; VC, III); *dena desejar* (VC, II); *dena dizer* (VC, III); *dena entender* (VC, II); *dena fallar e cõparar* (VC, I); *dena parecer* (VC, II, 2); *dena seer* (VC, I; VC, II); *denã seer chorados* (VC, II); *dena seer feyto* (VC, III); *dena seer filhado e nom leixado* (VC, II); *dena seer perdoado* (VC, II); *dena star* (VC, II); *denam seer feitas* (VC, II); *denamos amar* (VC, II); *denamos fugir* (VC, I); *denamos seer* (VC, II); *denas auer* (VC, I).

No pretérito imperfeito do indicativo (153 ocorrências): *denia acordar* (VC, III); *denia amar* (VC, I); *denia buscar* (VC, I); *deniã hir* (VC, I); *deniã fazer* (VC, I); *deniam alegrar* (VC, I); *deniam jeiuñar* (VC, I); *deniam jnclinar* (VC, I); *deniam scusar* (VC, I); *deniamos auer* (VC, I); *deniamos seer* (VC, I); *denias doerte* (VC, I); *denya scripuer* (VC, I); *diuiã cõtinnuar* (VC, I); *denia defender* (VC, II); *denia metersse* (VC, II); *denia receber* (VC, III); *denia sayr* (VC, III); *deniam receber* (VC, III); *denias responder* (VC, III); *deniees catar* (VC, III); *deniam fazer* (VC, I; VC, II); *deniamos tirar* (VC, I; VC, II); *deniam auer* (VC, III, 2); *denia fazer* (VC, I, 2; VC, II); *denias fazer* (VC, I; VC, II; VC, III); *denia auer* (VC, I, 2; VC, II, 2; VC, III); *deniã auer* (VC, I; VC, II, 3); *denia seer* (VC, I, 2; VC, II, 4; VC, III, 2); etc.

No pretérito imperfeito do conjuntivo (10 ocorrências): *deneessem de desfazer* (VC, I); *denesse recorrer* (VC, I); *deneesse fazer* (VC, II); *deneesse morrer* (VC, III, 4); *deneesse seer* (VC, III); *deneesse seer crucificado* (VC, III); *deneessem fazer* (VC, I).

No pretérito perfeito (3): *deueste fazer* (VC, III); *deuerõ chorar* (VC, II); *deuerom adorar* (VC, III).

No futuro imperfeito (25 ocorrências): *deuerã acabar e destroyr* (VC, II); *denera de abastar* (VC, I); *deuerã de creer* (VC, II); *deuerã de parar mētes* (VC, II); *deuerã de pedir* (VC, II); *denera de soplicar e de mãdar* (VC, II); *deuerã hir* (VC, III); *deuerã marauilhar se e estar espantados e creer* (VC, II); *denera seer* (VC, II, 2; VC, III); *deuerã seer* (VC, II, 2); *denera seer buscado* (VC, III); *deuerã seer dadas* (VC, I); *deuerã seer dictas* (VC, I); *denera seer leixado* (VC, II); *deuerã... de ajudar e encomēdar ou encaminhar* (VC, II); *deueram dizer e suppllicar* (VC, III); *deueram seer cõuertidos* (VC, III); *deueram... cessar* (VC, II); *deueram... de marauilhar* (VC, II); *deueram... pensar* (VC, II); *deueras fazer* (VC, II); *deuees de marauilhar* (VC, I).

¹ A referência à obra será indicada apenas pelo volume, de acordo com a edição semidiplomática disponível no repositório da UTAD em formato digital (Machado, 2019).

No pretérito mais-que-perfeito (12 ocorrências): *deuera auer* (VC, II); *deuera começar* (VC, II); *deuera fazer* (VC, I); *deuerã fazer* (VC, II); *deuera seer tornado* (VC, II); *deuera... cõtradizer e recusar* (VC, III); *deuerao asoluer* (VC, III); *deuerasse nẽbrar* (VC, I); *deueras auer* (VC, II); *deuera... auer* (VC, I); *deuera... auõdar* (VC, II); *deuera... fazer* (VC, III).

No condicional (19 ocorrências): *deueriã fazer* (VC, II); *deueriã scripuer* (VC, III); *deueria seer* (VC, I); *deueria... lançar* (VC, III); *deueriam offereçer* (VC, III); *deueriam scripuer* (VC, I); *deueriam... querer* (VC, III); *deueriamos auello* (VC, I); *deueriamos auer* (VC, I; VC, II); *deueriamos dar* (VC, I); *deueriamos fallar* (VC, I); *deueriamos passar* (VC, I); *deuerias querer* (VC, II); *deueriees entender* (VC, II); *deueria dauer* (VC, II); *deueria de seer chorar* (VC, I); *deueriamos de entristeçer e chorar* (VC, I); *deueria a fazer* (VC, II).

No infinitivo pessoal (1 ocorrência): *deuermos auorreçer e arreprender* (VC, I).

No infinitivo impessoal (3 ocorrências): *deuer fazer* (VC, II); *deuer seer apartada* (VC, I); *deuer seer entẽdida* (VC, II).

No gerúndio (1 ocorrência): *deuẽdo morrer* (VC, III).

4 VERBOS PRINCIPAIS DAS PERÍFRASES

Na tabela seguinte, apresentamos os nove verbos mais frequentes no segundo termo da perífrase:

Tabela 4.

<i>Verbo</i>	<i>Formas dif.</i>	<i>Ocorrências</i>
seer	22 + 250 = 272	162 + 281 = 443
fazer	39	138
auer	30	147
entender	22	52
teer	12 + 4 = 16	39 + 4 = 43
consirar	15	24
dar	14	29
seguir	14	27
star	12 + 3 = 14	20 + 3 = 23
Totais	436	926

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estes verbos somam um total de 926 ocorrências, o que perfaz uma percentagem de 43,40% em toda a obra. Os restantes 56,60% distribuem-se por outros 298 verbos, sendo que 139 deles ocorrem apenas uma vez.

Os verbos *seer*, *teer* e *star* são acompanhados por participípios passados. Daí o desdobramento no quadro, sendo o primeiro número relativo ao verbo sozinho e o segundo relativo ao verbo acompanhado de participípio com a soma de ambos.

O verbo mais frequente é o *ser*. Identificámos 22 perífrases em que aparece sozinho, com a função de verbo principal, num total de 162 ocorrências, e 250 perífrases acompanhado do particípio passado de outros verbos num total de 281 ocorrências. Os particípios que mais acompanham o verbo *ser* são *leixado* (14), *dado* (11), *anido* (11), *feito* (11), *recebido* (8) e *posto* (8), com as suas flexões em género e número e variantes gráficas.

Notamos que alguns dos verbos principais mais frequentes no segundo termo da perífrase são os mais usuais na língua portuguesa: *seer*, *auer*, *fazer*, *teer* e *star*. Ao verbo *seer*, devido à sua centralidade no discurso, cabe o lugar principal, a uma distância significativa dos restantes.

Passamos a apresentar exemplos de algumas das perífrases de acordo com o verbo ou verbos no segundo termo:

Com o verbo *ser* (22 formas diferentes) temos: *dena seer* (VC, I; VC, II); *denamos seer* (VC, II); *denẽ seer* (VC, I, 17; VC, II, 6; VC, III, 2); *dene seer* (VC, I, 47; VC, II, 24; VC, III, 13); *dene seer e star* (VC, I); *denẽ seer* (VC, II); *dene... seer* (VC, I, 3; VC, II, 5; VC, III, 2); *denẽ... seer* (VC, III, 2); *denees seer* (VC, III); *denem seer* (VC, I; VC, II); *denemos seer* (VC, I, 2; VC, II; VC, III, 4); *denemos... seer* (VC, I, 2; VC, II, 2); *denemos... seer* (VC, III); *deneo seer* (VC, I); *denera seer* (VC, II, 2; VC, III); *denerà seer* (VC, II, 2); *deneria seer* (VC, I); *denees seer* (VC, II, 2; VC, III); *deneesse seer* (VC, III); *denia seer* (VC, I, 2; VC, II, 4; VC, III, 2); *denia... seer* (VC, III); *deniamos seer* (VC, I).

Com o verbo *ser* + particípio passado (250 formas diferentes) temos, entre outras: *desprezada dene seer* (VC, II); *denã seer chorados* (VC, II); *dena seer feyto* (VC, III); *dene seer aleuantada* (VC, III); *denẽ seer apascoados* (VC, III); *dene seer apedrado* (VC, III); *dene seer anida* (VC, I; VC, II, 2); *denẽ seer cõpridos* (VC, II); *dene seer esguardado* (VC, II); *dene seer esquinado* (VC, II); *dene seer filhada* (VC, III); *dene seer posto* (VC, II; VC, III, 2); *dene seer rethenda* (VC, III); *dene seer scollheyto* (VC, I); *dene seer tragida* (VC, III); *dene seer tragido* (VC, II); *denẽ seer vnidas* (VC, III); *dene seer... anuda* (VC, I); *denem seer buscadas* (VC, II); *denem seer feitos* (VC, III); *denem seer honrrados* (VC, II); *denem seer leixadas* (VC, II); *denem seer leixados* (VC, II); *denem seer menos preçados* (VC, II); *denem seer punidos* (VC, II); *denera seer leixado* (VC, II); *denera seer tornado* (VC, II); *denees seer conhoçido* (VC, II); *deniam seer recebidos* (VC, II); *deniamos seer esqueçados* (VC, III); *denies seer alumiados* (VC, II); *denuo... seer dado* (VC, II); etc.

Em 40 casos, 16% do total deste género de perífrases com particípio passado, surgem dois ou mais particípios depois do infinitivo do verbo *ser* ligados pela conjunção *e*, *nem*, *ou*, *mas*:

- Com o verbo *ser* seguido de dois particípios (30 formas diferentes) unidos pela conjunção *e*: *alõguada dene seer... e afastada* (VC, II); *dene seer afastada e partida* (VC, II); *dena seer filhado e... leixado* (VC, II); *dene seer amoestado e... desprezado* (VC, II); *denẽ seer aprendidas e seguidas* (VC, I); *denẽ seer corregidas e emendadas* (VC, III); *dene seer ellegido e posto* (VC, III); *dene seer emadido e acreçentado* (VC, II); *denẽ seer feitos e offereçidos* (VC, II); *dene seer filhado e seguido* (VC, III); *denẽ seer filhados e tirados* (VC, III); *dene seer louuado e adorado* (VC, III); *dene seer ornametada e cõpanhada* (VC, I); *dene seer pêsada e maginada* (VC, III); *dene seer pintado e ornametado* (VC, I); *dene seer soterrada e metida* (VC, II); *dene seer teçada e cosida* (VC, III); *dene seer theudo e guardado* (VC, III); *dene seer tirada e anida* (VC, II); *denees seer pronocados e inclinados*

(VC, III); *denem seer aficadas e apeguadas* (VC, III); *denemos seer partidos e apartados* (VC, II); *denia seer renolta e cuidada* (VC, III); *deniam seer conuertidos e subjuguados* (VC, III); *deniam seer feitas e outorguadas* (VC, II); etc.

- Com o verbo *ser* seguido de três participípios (2 formas diferentes) unidos pela conjunção *e*: *deue seer pronocado e mouido e ajudado* (VC, II); *denia seer deuulgada e depreçada e stêdida* (VC, III).

- Com o verbo *ser* seguido de dois participípios (4 formas diferentes) unidos pela conjunção *ou*: *deue seer cõtada ou auida* (VC, II); *deue seer ellegido ou promonido* (VC, II); *deue seer êpuixado ou engeitado* (VC, II); *denem seer vedados ou tornados* (VC, II).

- Com o verbo *ser* seguido de dois participípios (3 formas diferentes) unidos pela conjunção *nem* em frases negativas: *nom deue seer menos prezado nem lançado* (VC, II); *nõ deuẽ seer m̃goadas nẽ perdoadas* (VC, II); *nom deue... seer jngrato nẽ murmurar* (VC, I).

- Com o verbo *ser* seguido de dois participípios (1 forma diferente) unidos pela conjunção *mas*: *nẽ deue seer empuixada... mas ajudada* (VC, II).

Há apenas uma forma com duplo participípio sem conjunção, provavelmente devido a erro tipográfico: *deue seer buscado açoutado* (VC, III).

Perífrases com o verbo *fazer* (39): *deue a fazer* (VC, I); *deue fazer* (VC, I, 20; VC, II, 12; VC, III, 6); *deuẽ fazer* (VC, I, 3; VC, II, 4; VC, III); *deuẽ fazer e seguir* (VC, II); *deuẽ fazer ou leixar* (VC, I); *deue se fazer* (VC, I, 2; VC, II); *deue... fazer* (VC, I, 3; VC, II; VC, III); *deuẽ... fazer* (VC, III); *denees fazer* (VC, I; VC, III, 2); *denees vos fazer* (VC, III, 2); *denees... fazer* (VC, III); *denelho fazer* (VC, I); *denem fazer* (VC, I; VC, II, 3; VC, III); *denem fazer e dar* (VC, III); *denem se fazer* (VC, II); *denemollas fazer* (VC, I); *denemos fazer* (VC, I, 9; VC, II, 6; VC, III, 6); *denemos... fazer* (VC, I, 5; VC, II, 2; VC, III, 2); *deuer fazer* (VC, II); *deuera fazer* (VC, I); *deuerã fazer* (VC, II); *deuera... fazer* (VC, III); *deueras fazer* (VC, II); *deueriã fazer* (VC, II); *deues fazer* (VC, I, 2; VC, II, 3); *deues... fazer* (VC, I, 2); *deuese fazer* (VC, I); *deuesse fazer* (VC, I, 3; VC, II); *deuessem fazer* (VC, I); *deueste fazer* (VC, III); *deniã fazer* (VC, II); *denia fazer* (VC, I, 2; VC, II); *deniã fazer* (VC, II); *denia... fazer* (VC, II); *deniam fazer* (VC, I; VC, II); *deniam... fazer* (VC, I; VC, II); *deniamos fazer* (VC, II); *denias fazer* (VC, I; VC, II; VC, III); *deuo fazer* (VC, I).

Perífrases com o verbo *auer* (30): *dena auer* (VC, II; VC, III); *denas auer* (VC, I); *deue auer* (VC, I, 21; VC, II, 15; VC, III, 14); *deuẽ auer* (VC, I, 6; VC, II, 3; VC, III, 3); *deue auer... e seer* (VC, III); *deue... auer* (VC, I, 3; VC, II, 2; VC, III, 2); *deuẽ... auer* (VC, II); *deue... auer... e soportar* (VC, III); *denem auer* (VC, I; VC, II, 2; VC, III, 5); *denem... auer* (VC, I, 2); *denemos auer* (VC, I, 6; VC, II, 7; VC, III, 7); *denemos auer... e aprouear* (VC, II); *denemos auer* (VC, III); *denemos... auer* (VC, I, 2; VC, II); *deuera auer* (VC, II); *deuera... auer* (VC, I); *deueras auer* (VC, II); *deueriamos auer* (VC, I); *deueriamos auer* (VC, I; VC, II); *deues auer* (VC, II, 5; VC, III, 5); *deues... auer* (VC, II; VC, III, 2); *denia auer* (VC, I, 2; VC, II, 2; VC, III); *deniã auer* (VC, I; VC, II, 3); *denia... auer* (VC, I; VC, III); *deniam auer* (VC, III, 2); *deniamos auer* (VC, I); *deniamos e nos compria auer* (VC, II); *deniees auer* (VC, II); *deuo... auer* (VC, I); *deuues auer* (VC, I).

Perífrases com o verbo *entender* (22): *dena entender* (VC, II); *deue entẽder* (VC, I, 9; VC, II, 4; VC, III, 3); *deuẽ entẽder* (VC, I; VC, II); *deue entender* (VC, I, 4; VC, II; VC, III, 3); *deuẽ entender* (VC, I); *deue se entẽder* (VC, I); *deue... entẽder* (VC, I; VC, II); *deue... entender*

FLP 23(2)

(VC, III, 2); *deuem entēder* (VC, II); *deuemos entēder* (VC, I; VC, II); *deuemos entender* (VC, I; VC, II, 2; VC, III); *deuemos... entender* (VC, III); *deuemos... entender e complir* (VC, III); *deuemse entender* (VC, II); *deueriees entender* (VC, II); *deues entēder* (VC, I); *deuese entēder* (VC, I); *deuese entender* (VC, I); *deuesse entender* (VC, III); *deuesse entender e fazer* (VC, I); *deuesse... entender e filbar* (VC, III); *denia entēder* (VC, II).

Perífrases com o verbo *teer* (16): *deue se teer* (VC, I); *denē teer* (VC, I, 2; VC, III, 2); *dene teer* (VC, I, 8; VC, II, 2; VC, III, 2); *dene teer e consirar* (VC, I); *dene teer e creer* (VC, III); *dene teer... e guardallos* (VC, II); *dene... teer* (VC, I; VC, II, 2); *deuees teer* (VC, III); *deuem teer* (VC, I); *deuemos teer* (VC, I, 4; VC, II, 2; VC, III, 3); *deues teer* (VC, II, 3; VC, III); *deues teer e cōsijrar* (VC, II). O verbo *teer* vem acompanhado 4 vezes do particípio passado: *deues teer aparelhada* (VC, II); *denē teer cengida* (VC, III); *denē teer cubertos e guardados* (VC, III); *deuemos a teer aficada e apeguada* (VC, III).

Perífrases com o verbo *consirar* (15): *deue consijrar e lançar* (VC, I); *dene consijrar* (VC, I); *denē cōsijrar* (VC, I; VC, II); *dene cōsijrar* (VC, II, 3); *dene se consirar* (VC, I); *dene... consijrar e afigurar* (VC, III); *deuemos consijrar* (VC, III); *deuemos consijrar e veer* (VC, III); *deuemos cōsijrar* (VC, II; VC, III, 2); *deuemos cōsitar* (VC, I); *deuemos... consijrar* (VC, II); *deuemos... cōsitar* (VC, I); *deues cōsijrar* (VC, II); *deuese consirar* (VC, I); *deuese cōsitar* (VC, I).

Perífrases com o verbo *dar* (14): *dene dar* (VC, I, 4; VC, II, 5); *denē dar* (VC, II); *dene dar... e restituir* (VC, II); *dene lhe dar* (VC, II); *dene... dar* (VC, I; VC, II); *deuem lbes dar* (VC, II); *deuemos dar* (VC, I, 2; VC, II, 2; VC, III); *deuemos... dar* (VC, I, 2); *deueriamos dar* (VC, I); *deues dar* (VC, I, 2); *deues lhe dar* (VC, I); *deueslhe dar* (VC, I); *deniam dar* (VC, III); *denias dar* (VC, II).

Perífrases com o verbo *seguir* (14): *denē seguillo* (VC, I); *dene seguir* (VC, I; VC, II; VC, III, 2); *denē seguir* (VC, II; VC, III); *denē seguir e aremedar* (VC, II); *dene seguyr e hyr* (VC, III); *deuem seguir* (VC, I); *deuem... seguir* (VC, III); *deuemollo seguir* (VC, II); *deuemos seguir* (VC, II, 6; VC, III, 3); *deuemos seguir e arremedar* (VC, III); *deues seguir* (VC, I); *deuesse seguir* (VC, II); *deniam seguir* (VC, III, 2); *deno seguir* (VC, III).

Perífrases com o verbo *star* (14): *denu star* (VC, II); *denē estar* (VC, II, 2); *dene star* (VC, I, 3; VC, II, 2; VC, III, 2); *denē star* (VC, II); *dene... star* (VC, II); *deuem estar* (VC, II); *deuemos star* (VC, I; VC, III, 2); *deues star* (VC, I); *denia estar* (VC, II); *deniã star* (VC, II); *deno star* (VC, III). O verbo *star* vem acompanhado 3 vezes do particípio passado: *dene star alõguado* (VC, II); *denē... star alenãtados* (VC, III); *dene... star pendurado e crucificado* (VC, I).

Há um número significativo de casos em que o segundo termo da perífrase contém dois ou mais verbos no infinitivo, ligados por conjunções coordenativas (*e*, *nem*, *ou*, *mas*).

Os casos com dois verbos no infinitivo unidos pela conjunção copulativa *e* são os mais frequentes: *dene teer e consirar* (VC, I); *deues teer e cōsijrar* (VC, II); *dene teer e creer* (VC, III); *dene teer... e guardallos* (VC, II); *denē fazer e seguir* (VC, II); *deuem fazer e dar* (VC, III); *deuemos... entender e complir* (VC, III); *deuesse... entender e filbar* (VC, III); *dene consijrar e lançar* (VC, I); *dene... consijrar e afigurar* (VC, III); *deuemos consijrar e veer* (VC, III); *denē seguir e aremedar* (VC, II); *deuemos seguir e arremedar* (VC, III); *dene trazer e husar* (VC, III); *allegrar... deuemos e auer* (VC, I); *dene... pēsar e ordenallo* (VC, I); *deuemos dooer e amerçear* (VC, II);

FLP 23(2)

deuemos jejûar e chorar (VC, II); *dene desejar e reçar* (VC, II); *dene desejar e receber* (VC, I); *deuo temer e auer* (VC, II); etc.

Identificamos apenas 4 casos com três verbos no infinitivo, também unidos pela conjunção *e*: *dene sperar... e te louuar e te beemzer e te amar* (VC, III); *deuemos louuar e bôrrar e darlbe* (VC, II); *deuerã marauilhar se e estar espantados e creer* (VC, II); *deuemos agasalhar e fazerlbes... e darlbes* (VC, II).

Identificamos 7 casos com dois verbos no infinitivo unidos pela conjunção copulativa *nem*: *nõ deuemos pensar nẽ entēder* (VC, II); *nom deuemos desprezar nem desamparar* (VC, II); *nom deuemos pedir nem orar* (VC, I); *nom nos deuemos allenantar nem quebrãtar* (VC, I); *nõ deuẽ cobijçar nẽ allegrarse* (VC, II); *nẽ o dene preguntar nẽ sosacar* (VC, I); *nom deuemos doestar nem deffender* (VC, II).

Identificamos 6 casos com dois verbos no infinitivo unidos pela conjunção disjuntiva *ou*: *deuẽ fazer ou leixar* (VC, I); *dene... desprezar ou pospoer* (VC, I); *deuemos tornar ou dar* (VC, II); *dene gabar ou louuar* (VC, III); *dene... defijnir ou descripuer* (VC, I); *deuẽ... ascēder ou sobir* (VC, I).

Há um caso com as conjunções *e* / *ou* a ligar três verbos: *deuemos callar e... preeguar ou fallar* (VC, III). Há também um caso com as conjunções *e* / *nem* numa frase negativa: *deuemos orar. e nũca cansar nẽ nos enfadar* (VC, III).

Finalmente, há um caso com a conjunção adversativa *mas* a ligar dois verbos numa frase negativa: *nõ deuemos chorar mas allegrar nos* (VC, II).

Encontrámos 10 perífrases em que um dos seus membros se encontra na ordem inversa, formando um hipérbato. Em quatro dos casos, o verbo principal vem antes do verbo semiauxiliar: *canidarse dene* (VC, I); *cõuersar deues* (VC, I); *morer deuo* (VC, II); *penssar... deues* (VC, I). Em dois casos, em que há dois verbos principais coordenados, um deles vem antes do verbo semiauxiliar e o outro depois: *allegrar... deuemos e auer* (VC, I); *temer se deuẽ e guardar* (VC, I). Em três casos, em que o verbo principal é composto pelo infinitivo do verbo auxiliar *ser* e de um ou mais participios, um dos participios antecede o verbo semiauxiliar e o verbo *ser* vem depois: *alõguada... dene seer* (VC, II); *alõguada dene seer... e afastada* (VC, II); *desprezada dene seer* (VC, II). A última perífrase que detetámos com inversão tem uma configuração invulgar na língua portuguesa. Neste caso, o verbo *ser* antecede o verbo semiauxiliar, que é seguido pelo participio dependente do primeiro: *seer dene louuada* (VC, I), em vez de *louuada dene seer* ou *dene seer louuada*.

5 PRONOMES NAS PERÍFRASES

Em cerca de um quarto das perífrases presentes na obra, o verbo *dever* vem acompanhado de pronomes pessoais clíticos:

Tabela 5.

<i>Pronomes</i>	<i>Próclise</i>	<i>Ênclise</i>	<i>Totais de cada pron.</i>
me	4	-	4
te	11	3	14
se	311	54	365
nos	39	6	45
vos	6	2	8
lhe, lhes	19	11	30
o, a, os, as	56	23	79
Totais gerais:	446	99	545

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos que é privilegiada a posição proclítica, ou seja, antes do verbo, uma característica do português médio. A posição enclítica, depois do verbo, é bastante residual. O pronome *se* é o mais frequente nas duas posições.

Os pronomes em posição enclítica, ora estão unidos ao verbo, ora separados:

- Com o pronome *te* há apenas três casos, um em que está unido ao verbo, e dois em que está separado: *deuete extimar* (VC, I); *deuemos te temer* (VC, II); *deues te abaixar* (VC, III).

- As perífrases com o pronome *se* (singular e plural) são bastante mais frequentes. Com o pronome unido ao verbo, temos: *deuese amoestar* (VC, I); *deuese consirar* (VC, I); *deuese cõpêsar* (VC, I); *deuese cõsitar* (VC, I); *deuese dizer* (VC, II); *deuese entēder* (VC, I); *deuese entender* (VC, I); *deuese fazer* (VC, I); *deuese humildar* (VC, II); *deuese ir* (VC, I); *deuese notar* (VC, I, 2); *deuese recõciliar* (VC, I); *deuese refrear* (VC, I); *deuese saber* (VC, I, 2); *deuēse abaixar* (VC, I); *deuēse vêçer* (VC, II); *deuēse arredar* (VC, I); *deuēse de gostar* (VC, II); *diniasse de dizer* (VC, I); *deuesse apartar* (VC, I); *deuesse britar* (VC, III); *deuesse comer* (VC, III, 2); *deuesse entender* (VC, III); *deuesse notar* (VC, I, 4); *deuesse preçeder* (VC, II); *deuesse recorrer* (VC, III); *deuesse requerer* (VC, II); *deuesse responder* (VC, II; VC, III); *deuesse seguir* (VC, II); etc. O pronome *se*, ao unir-se ao verbo, em particular na terceira pessoa do singular, leva a que se confunda a forma do presente do indicativo com a forma do pretérito imperfeito do conjuntivo. Nestes, casos só pelo contexto é possível perceber de que tempo e modo se trata.

- Perífrases com o pronome *se* (singular e plural) separado do verbo: *dene se consirar* (VC, I); *dene se dizer e respõder* (VC, I); *dene se entēder* (VC, I); *dene se estēder* (VC, II); *dene se fazer* (VC, I, 2; VC, II); *dene se notar* (VC, I, 6; VC, II, 3); *dene se poer e ētēder* (VC, II); *dene se respõder* (VC, I); *dene se reteer* (VC, II); *dene se saber* (VC, I; VC, II); *dene se teer* (VC, I); *dene se tirar* (VC, I); *dene se tomar* (VC, I); *dene se... dobrar* (VC, I); *dene se... guardar* (VC, II); *dene se... notar* (VC, II); *deuē se afligir* (VC, II); *deuē se queixa* (VC, I); *deuē se... amar* (VC, I); *deuem se britar* (VC, II); *deuem se fazer* (VC, II); *deuem se filhar* (VC, II); *deuem se lenantar* (VC, III).

- Com o pronome *nos* há uma perífrase em que o pronome está unido ao verbo e cinco em que está separado: *deuemonos de afastar e guardar* (VC, II); *deuemos nos mouer* (VC, I); *deuemos nos partir* (VC, II); *deuemos nos tornar* (VC, II); *deuemos nos... cauidar* (VC, II); *deuem nos stender* (VC, III).

- Com o pronome *vos* há apenas duas perífrases em que o pronome está separado do verbo: *deue vos abastar* (VC, III); *deuees vos auisar* (VC, I).

- Perífrases com os pronomes *lhe* unidos ao verbo: *deuelhe fallar e dizer* (VC, I); *deuelhe pedir* (VC, I); *deuêlhe seer leixados* (VC, I); *deneslhe dar* (VC, I); *denêlhes fallar e sabudallos* (VC, II); *deuelho fazer* (VC, I).

- Perífrases com os pronomes *lhe* separados do verbo: *deues lhe dar* (VC, I); *deuem lhes dar* (VC, II); *deuemos lhe offereçer* (VC, I); *deue lhe dar* (VC, II); *deuemos lhas prezar* (VC, II).

- Perífrases com os pronomes *o, a, os, as* unidos ao verbo: *deuellas formar* (VC, II); *deuello corregger* (VC, II); *deuello poer* (VC, II); *deuemolla trager* (VC, III); *deuemollas fazer* (VC, I); *deuemollo aguardar* (VC, III); *deuemollo cõprir* (VC, I); *deuemollo pugnir* (VC, I); *deuemollo seguir* (VC, II); *deuemola de soportar* (VC, I).

- Perífrases com os pronomes *o, a, os, as* separados do verbo: *deue a fazer* (VC, I); *deuesse a callar* (VC, I); *deue o cõplir* (VC, II); *deue o de fazer* (VC, II); *deue o denũciar e declarar* (VC, III); *deue o leixar* (VC, II); *deue os alegrar* (VC, II); *deue os de amar* (VC, II); *deue os lauar* (VC, I); *deuemos a teer aficada e apeguada* (VC, III).

Há uma série de casos em que surge um pronome indefinido entre o verbo semiauxiliar e o verbo principal. São cinco os pronomes indefinidos que ocorrem nestes contextos: *homem*², *alguém*, *algum*, *qualquer* e *quemquer*.

O pronome mais frequente é *homem*. Identificámos 38 ocorrências: *deue homẽ absteer* (VC, II); *deue homẽ alegrar* (VC, I); *deue homẽ aparar* (VC, I); *deue homẽ aparelhar* (VC, I); *deue homẽ auer* (VC, I); *deue homẽ auisar* (VC, I); *deue homẽ cõformar* (VC, III); *deue homẽ conformar* (VC, III); *deue homẽ de afastar* (VC, II); *deue homẽ de desuiar* (VC, II); *deue homẽ de guardar* (VC, I); *deue homẽ de husar* (VC, I); *deue homẽ de sanctificar* (VC, II); *deue homẽ dizer* (VC, I); *deue homẽ entẽder* (VC, I); *deue homẽ fazer* (VC, I); *deue homẽ guardar* (VC, I); *deue homẽ leixar* (VC, I, 2; VC, II); *deue homẽ matar* (VC, III); *deue homẽ mostrar e auer* (VC, I); *deue homẽ pararmentes* (VC, III); *deue homẽ pẽsar e ordenallo* (VC, I); *deue homẽ seer* (VC, III); *deue homẽ teer* (VC, II); *deue homẽ vijnr* (VC, III); *deue homẽ... guardar* (VC, II); *deue homẽ... recorrer* (VC, I); *deue homem guardar se* (VC, I); *deue o homẽ consijrar e afigurar* (VC, III); *deue todo homẽ cõseruar* (VC, III); *nõ deue homẽ leixar* (VC, II); *nõ se deue homẽ de glorificar* (VC, II); *nõ se deue homẽ gloriar* (VC, I, 2); *nom deue homẽ... responder* (VC, III); *nom se deue homẽ dar* (VC, I).

Em cinco contextos, *homem* vem antecedido do artigo definido, e, embora do ponto de vista semântico tenha um valor indefinido, é duvidoso que do ponto de vista sintático o possamos classificar como pronome indefinido: *deue ho homẽ perdoar* (VC,

² *Homem* como pronome indefinido é largamente conhecido dos historiadores da língua portuguesa. Vide, por exemplo, Nunes (1989, p. 267).

II); *deue ho homẽ amar* (VC, II); *deuẽ os homẽs acostumarse* (VC, I); *deuẽ os homẽs auer* (VC, II); *deuem os homeẽs desear* (VC, I).

Com o pronome *alguém*, identificámos 9 casos, 7 deles em frases negativas: *deue alguem seer* (VC, II); *deue alguem... ficar* (VC, II); *nem deue alguem seer* (VC, II); *nõ deue alguẽ chegar se* (VC, II; VC, III); *nõ deue alguẽ pecar* (VC, II); *nõ deue alguẽ pedir* (VC, II); *nõ deue alguẽ... pospoer* (VC, I); *nõ deue alguem... perlomguar* (VC, III); *nom se deue alguem gabar* (VC, III).

Identificámos 3 casos com pronome *qualquer*: *deue qualquer fazer* (VC, I); *deue qualquer receber* (VC, II); *deue qualquer star* (VC, II).

E, finalmente, um caso com cada um dos pronomes *quemquer* e *algum*: *deue quemquer perdoar* (VC, II); *nõ deue alguũ tomar* (VC, I).

6 CASOS PARTICULARES

Sobre a perífrase *dever + a + infinitivo*: há testemunhos, por exemplo, na tradução portuguesa do *Livro das Confissões* (1399) de Martín Pérez: “E que hora se *deue a começar* o domigo” (2013, 173); “en domigo se *deue a jeiuhar*” (2013, p. 218); “nõ se *deue a fazer*”; “e nõ *deue a creer* o que dizẽ” (2013, p. 437); “Ante dizem que por tal testemunho nõ se *deue a mouer a tirar* o marido aa molher” (2013, p. 480). No *Tratado de Confissom* (1489) também há uma série de exemplos: “Todo iuiz e prelado da sãcta igreja pera *seer boou iuiz e manteer bem seu estado deue a seer dereyto e auer dereyta emtençom*” (2019, p. 21); “*deu ao homem corpo e estatura dereyta pera lhe dar a entêder que deue a guardar e teer dereyto em todallas cousas*” (2019, p. 21); “quando uyer ao iuizo nõ *deue a iulgar* segũdo a cõciencia e uoontade que trouuer de sua casa” (2019, p. 21); “cada huũ iuiz e moormente eclesiastico tã firme e tan estauell *deue a seer* ã iulgãdo dereito que nõ *deue a leixar a iulgar* todo aquello *que* dereito for” (2019, p. 22); “E este tall por este pecado *deue a receber* mui grãde peemdemça” (2019, p. 22); “Item lhe *deue a dizer* em como ha confissom esta em tres pomtos” (2019, p. 22); “e *deue a casar* esa uirgẽ ou esa uyuuã cõ que pecou se o pode fazer e *deue a ieiuar* dezoyto anos” (2019, p. 34); “E se o fezer cõ sua parẽta ou cõ molher alhea ou cõ sua comadre, *deue a iaiuar* .xxi. anos” (2019, p. 35); etc.

Isto prova que a perífrase *dever + a + infinitivo* não é um erro de tipografia, como se poderia pensar face ao número reduzido de casos na *Vita Christi*, mas uma construção comum do português antigo e médio (Brocardo, 2015, p. 43) que, em finais do século XV, poderia estar já em vias de desaparecer. Na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1566-1567) de Damião de Góis já não há qualquer vestígio.

Quanto à perífrase *dever + de + infinitivo*, esta ainda ocorre com frequência na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1566-1567) de Damião de Góis. Já no *Discurso da Vida de El-Rei D. Sebastião* (1602) de D. João de Castro encontrámos apenas um exemplo: *denia de passar* (2013, p. 20). Isto pode significar que no início do século XVII a perífrase com a preposição *de* já teria caído em desuso.

O verbo semiauxiliar *dever* surge nalguns contextos reforçado com outro verbo ou com uma expressão verbal de significado contíguo.

Identificámos nove casos com o verbo *poder*, antes ou depois do verbo *deuer*, no mesmo tempo, modo e pessoa: *deue e pode gloriar* (VC, I); *deue e pode seer chamado* (VC, II); *deues e podes cuydar* (VC, I); *denia e poderia seer de monido* (VC, II); *podeste ou deueste fazer* (VC, III); *nõ deuẽ nõ podem dizer* (VC, II); *nom o deue nem pode descobrir* (VC, I); *nom podya nem denia sair* (VC, I); *nem pode nem deue alguém seer* (VC, II). Explica Torrego (1999, p. 3334) que nas perífrases em que o verbo *dever* com valor deôntico de obrigação se coordenar com o verbo *poder*, é-lhes acrescentado o sentido de capacidade.

Ocorrem mais quatro perífrases com diferentes verbos e expressões verbais, em que se reforça a ideia de obrigação: *deues e es obriguado poer* (VC, III); *deuẽ e ham de passar* (VC, III); *denia e cõuijnha de seerẽ* (VC, II); *deniamos e nos compria auer* (VC, II).

As perífrases, nalguns contextos, vêm seguidas ou não de preposição e de outro verbo no infinitivo, formando assim perífrases mais complexas de acordo com as estruturas seguintes:

- a) *dever* + infinitivo + *de* + infinitivo
- b) *dever* + *de* + infinitivo + *de* + infinitivo
- c) *dever* + infinitivo + *a* + infinitivo
- d) *dever* + infinitivo + *em* + infinitivo
- e) *dever* + infinitivo + *por* + infinitivo
- f) *dever* + infinitivo + infinitivo

Nestas seis estruturas podem ser acrescentados depois das conjunções *e*, *nem* e *ou* outros verbos no infinitivo.

Do tipo *a*), ou seja, com a preposição *de* depois da perífrase em estudo, identificámos, entre outras, as seguintes estruturas perifrásticas: *deue... guardar de louuarse* (VC, I); *deuemos guardar de fallarmos* (VC, II); *deuemos nos guardar de seerem feytas* (VC, I); *deue se... guardar de seer escandalizado* (VC, II); *deuẽ canidar e guardar de maldizer* (VC, III); *deue... leixar de auer* (VC, I); *deue... leixar de viuer* (VC, II); *deuem cessar e leixar de preegnar* (VC, III); *deue desejar e reçar de lbes fazer* (VC, II); *deuẽ descontentar de auer* (VC, II); *deue descontentar de filhar* (VC, II); *deue auoreçar de cuydar* (VC, III); *nõ deuẽ cobijçar nõ allegarse de seer anãteçados* (VC, II); *deue desesperar dauer* (VC, III); *deuẽ recear de seer e auer* (VC, III); *deue retardar de... fazer e proseguir* (VC, I); *deue... desprezar ou pospoer de contêplar* (VC, I); *deuem lbes dar de comer* (VC, II); *deuem seer vedados ou toruados de a fazerem* (VC, II); *deuemos... aprender de nos misturar e trabalhar* (VC, I); *deues auer de seguir* (VC, III); *deue desesperar dauer* (VC, III); etc.

Do tipo *b*), com duas ou mais preposições *de*, temos: *deues de leixar de orar e de te confessar ou fazer* (VC, II); *denia... de desejar e escolher de fazer* (VC, III); *deue de acabar de andar* (VC, II); *deue... de o tirar e scusallo de fazer* (VC, I); *deuemos de busar de fazer* (VC, I).

Do tipo *c*), com a preposição *a*, temos: *deue mouer a auer* (VC, III); *deuemos asentarnos a folguar* (VC, I); *deuemos hir a beyjar* (VC, III); *deuemos nos mouer a rellenar* (VC, I); etc.

Do tipo *d*), com a preposição *em*, temos: *deue seer em orar* (VC, III); *deue seer ã teer* (VC, I); *deue teer em leixar e renũciar* (VC, II); *deuem teer em fazer* (VC, I); *deuemos teer em julgar* (VC, II); *deue seer em orar* (VC, III); *deues auer em fallar e em viuer e auer* (VC, III);

deuemos poer em ouuir (VC, I); *denemos vagar em conboçer e cõtēplar* (VC, I); *denera começar em accusar* (VC, II); etc.

Do tipo *e*), com a preposição *per* / *por*, temos: *deuemos leixar por nom escandalizar* (VC, II); *deno leixar per esquiuar ou me guardar de escandallo* (VC, II); *deue... seer leixada por se guardar de fazer* (VC, II); *deuemollas fazer por auer* (VC, I); *denias fazer por te saluar* (VC, I); *deue seer por auerē* (VC, I); *deue... pecar por guardar* (VC, II); *deuemos trabalhar por auer* (VC, III); etc.

Finalmente, do tipo *f*), sem preposição e com dois ou mais infinitivos, temos: *deue fazer aver* (VC, II); *deniã fazellos guardar e vijnr* (VC, II); *denem seer leixados obrar* (VC, II); *deuemos... mãdallo diçer e publicar* (VC, I); *deuerã hir buscar* (VC, III); *deuemos querer seer menospreçados* (VC, III); *deueriam... querer seer* (VC, III); *deniam scusar fazer* (VC, I); etc.

7 CONCLUSÃO

As perífrases iniciadas pelo verbo *dever* estão no grupo das mais frequentes na tradução portuguesa da *Vita Christi*. Foram identificadas três perífrases distintas: *dever* + infinitivo (a que tem maior número de ocorrências); *dever* + *de* + infinitivo; e *dever* + *a* + infinitivo. As duas últimas desapareceram da língua portuguesa. A função das três é modal e têm o valor semântico de obrigatoriedade atenuada.

Verificámos que as Partes I e II da obra têm maior número de perífrases em relação às Partes III e IV, talvez devido ao facto de estas, que relatam os últimos dias de vida de Jesus Cristo, serem essencialmente narrativas e menos exortativas do que as primeiras.

Verificámos ainda que os tradutores privilegiaram as perífrases em que o verbo semiauxiliar *dever* se encontra no presente do indicativo, sendo mais de 88% do total das ocorrências. A pessoa mais utilizada é a 3.^a do singular (*deue*), com 954 ocorrências.

No segundo termo da perífrase, constatámos que o verbo com a presença mais significativa é o verbo *ser*, quer sozinho, quer acompanhado por participios passados de outros verbos. Constatámos também que o segundo termo da perífrase pode conter um ou mais verbos no infinitivo, ligados pelas conjunções coordenativas *e*, *nem*, *ou* e *mas*.

No que diz respeito aos pronomes dependentes do verbo semiauxiliar, verificámos que é privilegiada a posição proclítica dos pronomes pessoais clíticos, uma característica do português médio, sendo o pronome *se* o mais frequente. Ainda em relação aos pronomes, detetámos uma série de casos em que surge um pronome indefinido entre o verbo semiauxiliar e o verbo principal, de que se destaca pelo número de ocorrências o pronome *homem*.

Por fim, identificámos na obra alguns casos em que o verbo semiauxiliar *dever* é reforçado por outro verbo ou por uma expressão verbal de significado contíguo, assim como a presença de perífrases que vêm seguidas ou não de preposição e de outro verbo no infinitivo, formando perífrases mais complexas.

FLP 23(2)

REFERÊNCIAS

Alzamora HI. As perífrases verbais no português europeu contemporâneo [tese]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; 2018.

Barroso H. Das perífrases verbais como instrumento expressivo privilegiado das categorias de natureza temporo-aspectual e simplesmente aspectual no sistema verbal do português de hoje. In: Gärtner E, Hundt C, Schönberger A, editores. Estudos de gramática portuguesa (III). Frankfurt am Main: TFM; 2000. p. 91-103.

Brocardo MT. Gramática e texto em diacronia - haver (mais-que-perfeito simples) de + infinitivo em duas crônicas de Zurara. Estudos Linguísticos. 2015;10:39-47.

Castro DJ. Discurso da vida de el-rei D. Sebastião. Caldeira IMB, editora. Braga: Edições Vercial; 2013.

Costa AJ. Estudos de cronologia: diplomática, paleografia e histórico-linguísticos. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais; 1992.

Góis D. Crónica do felicíssimo rei D. Manuel. Braga: Edições Vercial. Machado JB, editor; 2010.

Machado JB. Tratado de confissom: edição e estudo. 6.^a ed. rev. Braga: Edições Vercial; 2019.

Metzeltin M, Candeias M. Semântica e sintaxe do português. Coimbra: Almedina; 1990.

Nunes JJ. Compêndio de gramática histórica portuguesa. 9.^a ed. Porto: Clássica Editora; 1989.

Pérez M. Livro das confissões. 2.^a ed. rev. Machado JB, Moreira FAT, editores. Braga: Edições Vercial; 2013.

Saxónia L. Vita Christi. Vols. I, II e III. 6.^a ed. Machado JB, editor. Braga: Edições Vercial; 2019.

Torrego LG. Los verbos auxiliares: las perífrasis verbales de infinitivo. In: Bosque I, Demonte V, directores. Gramática descriptiva de la lengua española. Madrid: Real Academia Española / Espasa Calpe; 1999. p. 3323-3389.

FLP 23(2)

Estatuto morfológico das sequências -alhão e -arrão

Morphological status of the sequences -alhão and -arrão

Graça Rio-Torto*

Universidade de Coimbra, Celga-Iltec, Coimbra, Portugal

Resumo: O presente estudo procura caracterizar o estatuto morfológico de *-alh-* e de *-arr-* nas sequências *-alhão* e *-arrão*, as mais prototípicas de construções similares que envolvem, por exemplo, *-alhão*, *-alhote*, *-alhaz*, *-arraz*. Os afixos *-alh-* e *-arr-*, pouco representados na língua portuguesa hodierna, têm sido considerados infixos, sufixos ou segmentos de sufixos compostos *-alhão* e *-arrão*. Os dados do português europeu 'popular' de grande parte do século XX contribuem para clarificar o percurso destes sufixos na língua portuguesa (variedades europeia e brasileira). A hipótese que se coloca é a de que se trata de formativos que, de sufixos pouco produtivos, terão sido reanalisados como constituintes de sufixos compostos, nos quais os formativos mantiveram, cristalizando-os, os valores matriciais herdados. O quadro teórico que espalda esta reflexão é multidimensional, envolvendo nomes de referência dos estudos morfológicos e lexicais como Aronoff e Fudeman (2005), Basílio (1999, 2004), Bechara (2004), Booij (2007, 2010), Cunha e Cintra (1984), Nunes (1989), Rio-Torto (1993, 2020), Vasconcelos (1914). Dados de diferentes sincronias e de diferentes universos sociodialectais podem contribuir para clarificar as representações conceptuais que poderão estar na base de mudanças de estatuto de certos afixos, por via de processos de reanálise que os afetam.

FLP 23(2)

Palavras-chave: Sufixos avaliativos. Infixos. Reanálise. Morfologia derivacional. Formação de palavras do português.

Abstract: The present study aims to characterize the morphological status of *-alh-* and *-arr-* in the sequences *-alhão* and *-arrão*, the most prototypical of similar constructions involving, for example, *-alhão*, *-alhote*, *-alhaz*, *-arraz*. The affixes *-alh-* and *-arr-*, poorly represented in contemporary Portuguese language, have been considered infixes, suffixes or segments of composite suffixes *-alhão* and *-arrão*. The data from 'popular' European Portuguese of the 20th century contribute to clarify the course of these suffixes in the Portuguese language (European and Brazilian varieties). The hypothesis that is placed is that these initially unproductive suffixes have been reanalyzed as constituents of composite suffixes, in which the formatives kept, crystallizing them, the inherited matrix values. The theoretical framework that supports this reflection is multidimensional, involving reference names of morphological and lexical studies such as Aronoff e Fudeman (2005), Basilio (1999, 2004), Bechara (2004), Booij (2007, 2010), Cunha e Cintra (1984), Nunes (1989), Rio-Torto (1993, 2020), Vasconcelos (1914). Data from different synchronies and different socio-dialectal universes contribute to clarify the conceptual representations that may be the basis of changes in the status of certain suffixes, through reanalysis processes that affect them.

Keywords: Evaluative suffixes. Infixes. Reanalysis. Derivational morphology. Portuguese word formation.

* Professora Catedrática de Linguística do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; gracart@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas gramáticas tradicionais de referência do português, como as de Cunha e Cintra (1984, p. 91-92) e Bechara (2004, p. 361), os sufixos *-arro* (*bebarro*, *naviarra*), *-arrão* (*coparrão*, *gatarrrão*, *santarrão*, *homenzarrão*), *-arraç* (*pratarraç*), *-alho* (*muralha*, *politicalho*), *-alhão* (*facalhão*, *grandalhão*) e *-eirão* (*chapeirão*, *toleirão*, *vozeirão*) são incluídos no conjunto dos aumentativos. Azeredo (2010), na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, não lhes faz menção, o que decorre por certo da sua baixa representatividade no uso contemporâneo. O mesmo se aplica a Basílio (1999, 2004) e a Sandmann (1989). Na sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima (1972) considera *-alhão*, *-eirão*, *-arrão*, *-arão* e *-zarrão* como variantes de *-ão*.

Nas gramáticas mais antigas escritas em línguas portuguesa, a de Jerónimo Soares Barbosa inclui estas sequências no âmbito dos aumentativos, seja os “que aumentam mais”, como em *homenzarrão*, ou os “que aumentam menos”, como em *beberraz*, *ladravaz*, *linguaraz* (Soares Barbosa, 1822, p. 120), abaixo reproduzido:

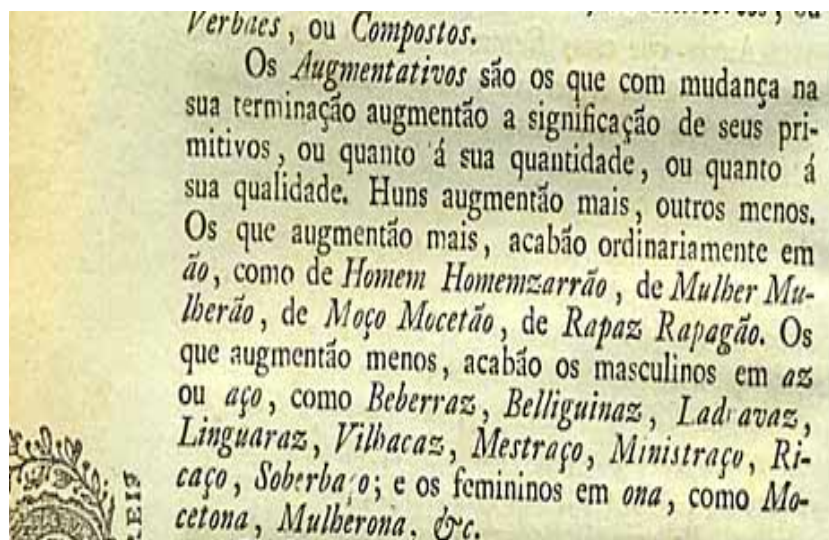


Figura 1 – Excerto de Soares Barbosa (1822, p. 120) consagrado aos *Aumentativos*.

As sequências que aqui vão ser exploradas são *-alhão* e *-arrão*, por serem representativas de construções similares que envolvem, por exemplo, *-alhão*, *-alhote*, *-alhaz*, *-arraç*.

2 INFIXOS, INTERFIXOS, SUFIXOS?

O estatuto morfológico de *-alb-* e de *-arr-*, mormente quando nas sequências *-alhão*, *-alhote*, *-arrão*, tem oscilado bastante, sendo considerados ora como infixos, ora como interfixos, ora como sufixos. Sendo infixos são encarados como afixos portadores de valor semântico que se introduzem no interior de uma radical ou de um tema, alterando-lhe o semantismo, como acontece com *-pe-* ‘hidrogenação completa’, em inglês *lupetidine*, de *lutidine*, na linguagem química. Sendo interfixos são encarados como afixos desprovidos de função semântica que desempenham o papel de elemento de ligação. Como sufixos podem ser encarados como um todo indecomponível e/ou como resultado de um processo de sucessão de afixos que a esse todo deram origem.

Em texto de 1999, Monteiro, ao questionar a existência de infixos em português (-*it-* ou -*inh-* em *Carlitos* e *Marquinhos*), por contraste com os interfixos (vg. -*ar-* em *chuvarada*, *ridicularizar*), coloca a possibilidade de -*arão* ou -*arrão*, em *casarão* e *saparrão*, por exemplo, serem interfixos:

alguns desses segmentos são originariamente morfemas sufixais que se desgastaram ou perderam todo o valor expressivo. Assim [...], é para recuperar esse valor expressivo que na derivação apreciativa pode ocorrer a interfixação, o que se constata por exemplo em *casarão*, *canzarrão*, *saparrão*, *cinturão* etc. (Monteiro, 1999, p. 81).

Se considerarmos que cada constructo gramatical ou lexical representa um complexo de ‘forma-significado-função’ (Booij, 2010), a representação destas construções em -*arrão* e -*alhão* de um e de outro modo tem implicações teóricas não despidiendas, nomeadamente no seu estatuto morfológico e na rede de padrões derivacionais do português.

Paiva (1961) considera que -*alb-* é um infixo em *amigalhaço*, *brincalhão*, *espertalhão*, *fracalhão*, *gordalhaço*, *grandalhão*. Nestes casos, o semantismo de -*alb-* é esvaziado pelo do sufixo que se lhe anexa, pelo que -*alb-* não tem, no entender da autora, valor semântico, sendo apenas um elemento de conexão e de reforço.

Rodrigues (2016, p. 109) também interpreta -*arr-* como infixo, com informação semântica, em *zangarrão*, uma vez que considera não disponível a forma *zangarro* a que se agrega o sufixo -*ão*.

Como veremos adiante, o caso único de *zangarrão*, corradical de *zangão*, não será bastante para considerar -*alb-* como um infixo. A sucessividade e até mesmo a recursividade sufixal é uma realidade presente na formação de avaliativos, como o abonam

- Parvo > parvalho > parvalhão > parvalhãozinho/parvalhãozito
- Porco > porcalho > porcalhão > porcalhãozinho/porcalhãozito
- Burro > burrico > burricinho/burriquito.

Rio-Torto, na sua tese de doutoramento *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos* (1993), descreve detalhadamente o funcionamento de -*alb-*, -*arr-* e -*ão*, mas não é clara quanto ao estatuto de -*alhão*, -*arrão* ou -*arraç*.

O estatuto morfológico destes operadores está intimamente ligado ao seu valor semântico, e por isso vamos de seguida atentar nesta sua dimensão.

As descrições disponíveis sobre os valores de -*alb-* e de -*arr-* nem sempre são unânimes, atribuindo-lhes semantismos que oscilam entre o depreciativo, o aumentativo e o diminutivo. Essa oscilação não é de estranhar, uma vez que estes sufixos se situam no domínio da expressão da subjetividade avaliativa e esta, seja de natureza qualitativa e/ou quantitativa (intensificativa, atenuativa), sempre se presta a oscilações de natureza individual e/ou intersubjectiva.

As construções -*alhão*, -*eirão*, -*arrão*, -*arraç* podem ser interpretadas de dois modos:

- (i) como sufixos compósitos (-*alhão*, -*arrão*, -*arraç*, -*eirão*), que resultariam da junção de dois sufixos, uma vez documentada (Rio-Torto, 2016) a independência funcional de -*alb-*, -*arr-*, -*eir*, -*ão* e -*aç*,

- (ii) como uma construção afixal que resulta de um processo de recursividade derivacional, tese sustentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1914) e por José Joaquim Nunes (1989). Neste caso, os afixos *-alb-* e *-arr-* operam na primeira das duas fases em que se processa a construção do produto final.

A ser assim, não estamos perante interfixos, constituintes desprovidos de função significativa que funcionam como elementos de conexão, como *-l-* e *-t-* em *cha + l + eira* e *café + t + eira*, pois a adjunção de *-alb-* ou de *-arr-* imprime ao derivado um semantismo diferenciado, que permite ao operador mais periférico (*-ão*, *-aça*, *-ot-*, *-ada*) preservar o seu valor semântico prototípico, que pode ser:

1. de intensificador, quando sufixado

1.1 em *-aça* (*amigalhaça*, *gordalhaça*),

1.2 em *-ão* (*altarrão*, *dramalhão*, *espertalhão*, *fidalgarrão*, *fradalhão*, *gatarração*, *grandalhão*, *homenzarrão*, *mansarrão*, *parvalhão*, *porcalhão*, *santarrão*),

1.3 em *-aça* (*facalhaça*, *pratalhaça*),

1.4 em *-ot-* (*amigalhote/a*, *fracalhote/a*, *frescalhote/a*)

2. de coletivo, em *-ada* (*livralhada*, *padralhada*, *pretalhada*).

Parte-se muitas vezes do suposto de que *-alb-* e *-arr-* não estão disponíveis para a formação de novas palavras, e também de que não estão atestados muitos dos nomes derivados em *-alb-* e *-arr-* que est(ar)ão na base dos derivados hoje terminados em *-alhão*, *-alhaça*, *-alhaça*, *-arrão*.

FLP 23(2)

O conhecimento de dados diatópicos do português europeu ‘popular’ do século XX atesta que a realidade do uso é diversa, revelando que *-alb-* já foi um sufixo dotado de alguma representatividade transdialectal, embora nunca tão intensa quanto a de *-ão* ou *-aça*, os sufixos aumentativos mais salientes.

A hipótese que se coloca é a seguinte: é abundante a diversidade de afixos do paradigma avaliativo; no cômputo global destes, *-alb-* e *-arr-* não têm grande pujança de uso (comparada com a de *-ão* ou a de *-aça*), sendo ainda assim *-alb-* um dos mais usados como depreciativo, no vector aumentativo; a economia funcional de recursos a que o elevado número de afixos avaliativos obriga, aliada à concorrência com outros sufixos depreciativos (v.g. *-ec-*, *-óide*, *-astr-*), faz com que *alb-* e *arr-* continuem a ser usados como instrumentos de manifestação de depreciação ou de uma atitude claramente negativa, mas não tanto *a solo*, antes em estreita associação com sufixos altamente representados, como *-ão* e *-aça* (Rio-Torto, 1993). Assim, a língua organiza-se no sentido de preservar o valor disfémico de *-alb-* e de *-arr-* e de conduzir a que a primitiva recursividade derivacional que preside à adjunção destes sufixos possa dar lugar a uma sequência afixal reanalisada como um afixo compósito, que herda as propriedades de cada um dos seus constituintes. De uma combinação sucessiva de sufixos (Rio-Torto, 2020, p. 3119), pode-se transitar para uma combinação simultânea, vazada num só sufixo.

3 USOS E VALORES DE -ALH-

Os trabalhos que se debruçam sobre os derivados em *-alh-* atribuem ao sufixo valores diminutivo, aumentativo, depreciativo e colectivo. O estudo do comportamento semântico e funcional deste sufixo, quando usado a *solo* e em *duo*, vai por certo ajudar a fazer luz sobre o seu atual estatuto morfológico.

Para Maçãs (1967) o sufixo funciona sempre como um depreciativo. Já para Paiva (1961, p. 399-400) são três as funções por ele desempenhadas:

- I. a colectiva, presente em *gentalha*, *livralhada*, *padralhada*, *pretalhada*;
- II. a depreciativa, patente em nomes (*criançalho* ‘indivíduo muito acriançado’) e em adjetivos (*amigalhote*, *fracalhote*, *frescalhota*).
- III. a infixal. Neste caso, o semantismo de *-alh-* é esvaziado pelo do sufixo que se lhe anexa. Assim, em *amigalhaço*, *brincalhão*, *espertalhão*, *fracalhão*, *gordalhaço*, *grandalhão*, *-alh-* não tem, no entender da autora, valor semântico, sendo apenas um elemento de conexão e de reforço.

Não é consistente a opinião formulada por esta autora sobre o estatuto de *-alh-* nos derivados em que há coexistência de dois sufixos, pois considera que se trata ora de um infixo que desempenha o papel de elemento de ligação desprovido de função semântica (seria então um interfixo, não um infixo), ora de um sufixo com funções depreciativas, contrariando assim qualquer princípio de sistematicidade e de homogeneidade no seu funcionamento em circunstâncias em tudo idêntico.

Importa assinalar que em *livralhada*, *padralhada* e *pretalhada*, o semantismo colectivo é carreado pelo sufixo *-ada*, não sendo da responsabilidade de *-alh-*. Nestes nomes, como sempre que coexistem dois sufixos, um dos quais é *-alh-*, a depreciação é agenciada por este.

Ainda que pouco diferentes, as abordagens de Pontes e de Skorge reconhecem a função diminutiva que *-alh-* pode desempenhar. Pontes (1959, p. 49) avoca os diminutivos *burrinho*, *porcalho* ‘porco pequeno’ e *pequeninho* e Skorge (1956, p. 140-141) classifica do mesmo modo *bodalha* ‘pequena porca’ (de *bode*), *camalho*, *frangalho*, *migalha*, *nesgalho* (de *nesga*), *pingalho* (de *pingo*), *porcalho*, *rapalhas* e alguns nomes diminutivos a que normalmente está associado um valor depreciativo, como *burricalho*, *criançalho*, *garotalho*, *moçalho*.

Para estas autoras, em *cabeçalho*, *lençalho*, *maridalho*, *ramalho* e *viscondalho*, o sufixo comporta-se como aumentativo-pejorativo (Pontes, 1959, p. 50-51), e, nos aumentativos *espertalhote*, *fracalhote*, *fradalhão*, *frescalhão*, *frescalhote* e *gordalhaço*, *-alh-* funciona como depreciativo (Skorge, 1956, *ibidem*).

Tenha-se presente que em finais do século XIX (1880), o Cardeal Saraiva (tomo IX, 324) ainda descreve cada um dos sufixos *-alh-*, *-elh-* e *-ilh-* como uma “terminação diminutiva que caracteriza o objecto de miúdo, desprezível e de nenhum valor, talvez ridículo”.

Face a esta heterogeneidade, impõe-se clarificar os valores semântico-pragmáticos em jogo na avaliação agenciada por *-alh-*.

Os produtos avaliativos sufixados em *-alh-* evidenciam de forma singular a coexistência de um semantismo diminutivo, aumentativo e depreciativo,

FLP 23(2)

compreensível à luz de esquemas conceptuais tão comuns quanto o de *excesso* (*para mais ou para menos*) é *negativo*, complementando assim o de *small is beautiful*, tão glosado em diversas línguas.

Assim se compreende que os nomes e adjetivos *-alb-* possam carrear sentidos diminutivo-depreciativos e aumentativo-depreciativos, ou apenas sentidos diminutivos ou aumentativos. Se, na língua comum, *fornalba* é um ‘forno grande; parte do forno, da máquina ou do fogão onde se queima combustível’ (Ferreira, 1975), já em Alfândega de Fé (distrito de Bragança) denota um ‘pequeno forno sobre o qual está a caldeira do lagar de azeite’ (Sousa, 1955, p. 296). Imagens recolhidas no Google (<https://mapio.net/images-p/6520750.jpg>) de antigos lagares de azeite confirmam que as *fornalbas* destes não tinham dimensões avultadas, como as que conhecemos hoje nas modernas unidades industriais.

Atrevo-me a dizer que, dos produtos derivacionais aqui arrolados, apenas uma dezena será conhecida dos falantes mais novos de língua portuguesa como língua materna, sendo eles *gentalba*, *cabeçalho*, *mimalbo* ‘que tem muito mimo’, *muralba*, *ramalbo*, e alguns que ocorrem em adjunção com outros sufixos, como *livralbada*, *padralbada*, *pretalbada*, *amigalbote*, *amigalhão*, *brincalhão*, *espertalhão*, *facalhão*, *gordalhão*, *grandalhão*.

Os demais dados empíricos que vamos convocar são mais antigos, sendo registados no português europeu do século XX, sobretudo nos seus três primeiros quartos, e mormente por falantes menos alfabetizados de zonas mais rurais do país. Estes dados, anacrónicos para alguns, permitem, contudo, clarificar os valores semântico-pragmáticos do sufixo em contextos não urbanos e não representantes da norma ‘cult’, revelando assim sentidos matriciais que a língua padrão pode ter esbatido. Tenha-se em conta que este sufixo gozou de alguma produtividade nos séculos XIV e XV (Nunes, 1989, p. 380, nota 2), estando até abonado *Vasco Porcalbo*, na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes (1949, p. 160), mas tem vindo progressivamente a perdê-la, em favor de *-ec-*, mais produtivo na língua comum. No século XVI regista-se o apelido ou alcunha *barbalho*, em Luis Barbalho (Machado, 1977).

As fontes dialectais por nós compulsadas, maioritariamente inéditas (dissertações de Licenciatura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e Relatórios do Inquérito Linguístico Boléo, consultáveis na Faculdade de Letras de Coimbra) testemunham o seu uso em quase todas as variedades dialectais do português europeu, pelo que, ainda que não muito produtivo e/ou disponível, *-alb-* é um operador derivacional não marcado diatopicamente.

Apesar de não ter uma extraordinária disponibilidade, o sufixo *-alb-* agrega-se a bases nominais de diferentes tipos semânticos, sumariados no quadro seguinte, e combina-se também com radicais adjetivais e verbais.

FLP 23(2)

Quadro 1 – Classes semânticas da base e do derivado sufixado em *-alb-*.

Classes semânticas da base e do derivado	Derivados em <i>-alb-</i>
[+ANIMAL]	burrinho; burrialho; canicalho; porcalho; recalha
[+HUMANO]	criançaalho; garotalho; gentalha; maridalho; moçalha; politicalho; viscondalho
[-ANIMADO]	artigalho; chancalhos; ciscalho; cobertalho; dornalho; espigalho; mentiralha; naipalho; poterringalhas; tinalha; trapalho; trapicalho

Fonte: Elaboração própria.

Na língua comum, aos derivados em *-alb-* está convencionalmente associado um conteúdo negativo, o que tem levado a encarar o sufixo como um instrumento de pejoração. Com efeito, a grande número das palavras com ele construídas, nomeadamente àquelas cujas bases são nomes de ser humano ou de entidade não animada, está convencionalmente associada, sobretudo na linguagem corrente e/ou familiar dos meios menos rurais, uma significação negativa que quase se sobrepõe ao conteúdo de atenuação ou de diminuição.

Em simultâneo, em variantes geo-sociolinguísticas específicas, o uso de *-alb-* parece não se rodear sistematicamente de valorações negativas. Nos derivados recolhidos em contexto não urbano, na linguagem de falantes de estratos sociolinguísticos não alfabetizados, e numa região tão diferenciada dialectalmente como a meridional, a utilização de *-alb-* não imprime necessariamente ao derivado um semantismo negativo. Os trabalhos que descrevem a linguagem popular do Alentejo e do Algarve acusam uma certa flutuação na atribuição de um valor diminutivo ou depreciativo a *-alb-*. Leite de Vasconcelos, na *Filologia Barranquenha* (1955, p. 84), e Boléo (1974) atribuem ao sufixo um conteúdo depreciativo, mas Boléo e Silva (1974, p. 337) afirmam não se ter apercebido de que *-alb-* funcione como tal, mas antes como diminutivo. Por conseguinte, a avaliação estritamente diminutiva de *-alb-* é ainda preservada, se bem que de forma não absoluta, em algumas modalidades do português europeu. É provável que a avaliação disfórica agenciada por *-alb-* se tenha progressivamente estendido da linguagem comum e coloquial às linguagens regionais não urbanas, alternando ou coexistindo com a função de avaliação meramente diminutiva.

A avaliação operada por *-alb-* topicaliza diferentes tipos de características físicas do denotado pela base, como a idade (*burricalho*, *criançaalho*, *moçalha*), a estatura (*garotalho* ‘garotito’; *moçalha* ‘mocita’), as dimensões (*dornalho* ‘dornacho’, *guiçalho* ‘lenha delgada para o fogo’; *tinalha* ‘tina pequena para vinho’), o peso (*poalha* ‘poeira leve em suspensão no ar’), ou seja, diferentes tipos de características físicas do denotado pela base, mas também a qualidade do denotado: *artigalho* ‘artigo de pouco valor; artiguelho’; *camalho* ‘cama mal feita e improvisada’; *espigalho* ‘espiga de milho fraca, com poucos grãos’; *mentiralha* ‘mentira leve, inofensiva’; *politicalho* ‘mau político’; *trapalho* ‘trapo velho, sem préstimo’.

O valor estritamente diminutivo de *-alb-* é particularmente patente nos derivados de nomes de animais (*burrinho* ‘burrito’; *burricalho* ‘burro novo e pequeno’; *canicalho* ‘cãozinho’; *porcalho* ‘porco pequeno’; *resgalha* ‘pequena rês’).

Já as denominações de ser humano sufixadas em *-alb-* apresentam uma avaliação frequentemente desfavorável: *criançalho* ‘(pop.) indivíduo acriançado’; *gentalha*; *maridalho* ‘marideco’; *moçalho* ‘rapaz sem valor’; *politicalho* ‘politicastro; politiqueiro; politiquete’; *viscondalho* ‘viscondezeco’ (informações extraídas de Costa, 1984).

Alguns dos derivados em *-alb-* adquirem significações especializadas que distanciam o semantismo atestado do derivacionalmente construído, como atestado em Costa (1984): *cabeçalho* ‘timão do carro, do qual pende a canga; título de jornal ou de outra publicação periódica [...]’; título destacado de artigo, notícia [...]’; título de capítulo’; *cangalho* ‘cada um dos paus ou canzís que seguram a canga no pescoço dos bois, de muares ou equídeos [de *canga*]’; *chocalho* ‘espécie de campainha [*choca*] que se põe no pescoço de alguns animais para denunciar a sua presença’; *forvalha* ‘(prov. minh.) parte do cabeçalho onde entra o jugo; qualquer haste de madeira bifurcada numa das extremidades; forquilha; utensílio agrícola com haste de madeira e terminado por dois dentes de ferro’¹.

Muitos dos derivados portadores de *-alh-* não se encontram dicionarizados, ou apenas o são em dicionários menos correntes no século XX, como Silva (1955) ou Figueiredo (1981). Para além destes, foram consultados os dicionários da Porto Editora (Costa, 1984) e o Aurélio (Ferreira, 1975, 1987), por serem representativos da língua até ao terceiro quartel do século XX, antes da irrupção avassaladora da internet e da profusa difusão de dicionários online de língua comum.

Nas listagens de dados empíricos que se seguem (1-55 e 61-67), as referências lexicográficas correspondem aos seguintes dicionários do Brasil e de Portugal: Silva (1955), Ferreira (1975, 1987), Figueiredo (1981), Costa e Melo (1984) e Houaiss (2002).

São derivados portadores de *-alh-*, recolhidos em fontes lexicográficas e em fontes dialectais:

- (1) **artigalho** — artigo de pouco valor, sem interesse; artiguete; artiguelho (Silva, 1955).
- (2) **barbalho** — pequena barba; barbicha; raiz filamentosa (Silva, 1955).
- (3) **bestalho** — grande besta (Figueiredo, 1981); bestazinha (Maças, 1967, p. 11).
- (4) **bodalha** — (ant.) pequena porca, leitoa (Figueiredo, 1981); porca ainda nova (Silva, 1955).
- (5) **bonecalho** — boneco grande e feio, na linguagem popular dos concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas (Matias, 1984, p. 185).
- (6) **burralho** — burrito, na linguagem do barlavento algarvio (Nunes, 1902, p. 50).
- (7) **burricinho** — burro novo e pequeno; burrico, na linguagem popular do baixo Alentejo (Delgado, 1951, p. 64); burro pequeno e fraco, nos concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas (Matias, 1984, p. 185); burro pequeno e magro (Capelins, Alandroal, Évora – Relatórios dactilografados do Inquérito

¹ De interpretação problemática são: *cimalha* ‘parte superior da parede de um edifício, que serve para ocultar o telhado e dar apoio ao algeroz’ (Costa, 1984), tendo por base o radical de *cima*, segundo Meyer-Lübke (1968); *migalha* ‘pequeno fragmento de pão, de bolo ou de outro alimento farináceo; miga; pequena porção, quantidade ínfima’ (Ferreira, 1975; Figueiredo, 1981), derivado do radical de *miga*, segundo Meyer-Lübke (1968). O nome *rapadalho* ‘lixo miúdo que fica depois da limpeza das sementes; resíduos que ficam aderentes às paredes de um vaso no fundo dele, depois de se ter tirado o principal e que é preciso rapar; ao último filho de uma mãe chama o povo *rapadalho* da panela’, no concelho minhoto de Arcos de Valdevez (Pereira, 1923, p. 197), poderá ter por base o radical de *rapado*, adjectivo verbal nominalizado.

- Linguístico Boléo (R.I.L.), 1972, p. 105); burro até à idade de oito a dez meses, na região de Barrancos (Vasconcelos, 1955, p. 84).
- (8) **cabeçalho** — cabeça grande, na linguagem popular de Juromenha, Campo Maior e Ouguela (Matias, 1984, p. 185).
- (9) **camalho** — cama mal feita e improvisada (Capelins, Alandroal, Évora - R.I.L., 1972, p. 105); cama pequena, no chão, em que se dorme a sesta, na linguagem popular do baixo Alentejo (Delgado, 1951, p. 77).
- (10) **canicalho** — cachorro, cãozinho, no concelho de Alandroal, Campo Maior, Elvas (Matias, 1984, p. 185); cão pequeno, no alentejano (distrito de Évora); canito ou canicho (Pombinho Jr., 1935, p. 108).
- (11) **chancalho** — sapato velho (Figueiredo, 1981) [de *chanca*].
- (12) **chiscalho** — pequena porção de qualquer coisa, na linguagem popular de Escarigo (Sousa, 1946, p. 105) e da Vermiosa (Fonseca, 1945, p. 52), povoações de Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda; cisquito. Base: *chisco*.
- (13) **cibalho** — alimento das aves ou de pintaínhos; (fam.) pequena porção de qualquer alimento ou de qualquer coisa (Figueiredo, 1981); terra pequena, fraca, no Parâmio, Bragança (Fernandes, 1961, p. 59). Derivado de *cibo*.
- (14) **criançaalho** — criancelho '(fam.) indivíduo muito criança ou muito acriançado' (Figueiredo, 1981); criancelha; crianceca; (pop.) indivíduo acriançado, leviano (Costa; Melo 1984).
- (15) **dornalha** — dornacho 'dorna pequena' (Ferreira, 1975).
- (16) **dornalho** — dornacho, pequena dorna, na linguagem popular da Beira Baixa (Dias, 1962, p. 105).
- (17) **dornalhas** — ceirões de cortiça com amparos dos lados, em Odemira, Alentejo (Pombinho Jr., 1935, p. 175; Costa; Melo, 1984).
- (18) **escorrichadalho** — escorrichadinho (Merufe, Monção, Viana do Castelo - R.I.L., 1969, p. 67).
- (19) **espigalho** — espiga de milho fraca, com poucos grãos, na linguagem popular do concelho de Fafe, Guimarães (Pereira, 1952, p. 261); espiga de dimensões reduzidas (Boléo, 1978, p. 34 - citação de ocorrência recolhida em Fafe, Guimarães).
- (20) **forcalha** — (prov. minh.) parte do cabeçalho/da cabeçada onde entra o jugo (Figueiredo, 1981); forquilha; utensílio agrícola com haste de madeira e terminado por dois dentes de ferro, na linguagem popular do concelho de Alijó (Salgueiro, 1945, p. 79-80). Base: *forca* 'pau em forma de força'.
- (21) **garotalho** — garotelho, no português meridional (Skorge, 1956, p. 141).
- (22) **gentalha** — ralé, gente ordinária (Figueiredo, 1981; Ferreira, 1987).
- (23) **guiçalho** — lenha delgada para o fogo, na linguagem popular do Parâmio, Bragança (Fernandes, 1961, p. 59). Base: *guiço*.
- (24) **lençalho** — lenceco; lencelho (Ferreira, 1987); lenço grande e ordinário (Figueiredo, 1981).
- (25) **maridalho** — (prov. alent.; depr.) marido (Figueiredo, 1981); marideco (Pontes, 1959, p. 50).
- (26) **mentiralha** — mentirola 'mentira inofensiva' (Figueiredo, 1981).
- (27) **moçalha** — mocita, no sotavento algarvio (Rocha, 1979, p. 321).
- (28) **moçalho** — (prov. alg.) rapaz novo; rapaz sem valor; rapazito (Costa; Melo, 1984).
- (29) **nesgalho** — pequena nesga (Figueiredo, 1981).
- (30) **parvoalho** — (bras.) grande parvo; parvalhão (Figueiredo, 1981); (bras.) parvoeirão; indivíduo muito parvo; parvalhão (Ferreira, 1987).
- (31) **pequenalho** — (prov. alg.) pequenino (Figueiredo, 1981); (ant.) pequenito (Nunes, 1989, p. 381).
- (32) **pequerralho** — (prov. alg.) pequeno, pequerrucho (Figueiredo, 1981).

FLP 23(2)

- (33) **pequencialho** — coisa pequena; pequenito, no sotavento algarvio (Rocha, 1979, p. 121).
- (34) **pingalho** — (fam.) pingato; pinga (Silva, 1955); pinga, porção de bebida (Figueiredo, 1981).
- (35) **poalha** — poeira leve em suspensão (Ferreira, 1987) ou espalhada na atmosfera (Costa; Melo, 1984).
- (36) **poalho** — chuva miudinha (Costa; Melo, 1984); (naut.) nevoeiro pouco denso, que cerra o horizonte; chuva miúda e passageira (Figueiredo, 1981).
- (37) **podricinho** — coisa podre ou de fraca qualidade (Silva, 1955); (fam. ant.) molangueiro (Figueiredo, 1981); sem energia; preguiçoso, moleirão; coisa podre (Ferreira, 1987).
- (38) **politicalha** — política reles (Figueiredo, 1981); politiquice (Costa; Melo, 1984).
- (39) **politicalho** — politicastro; politiqueiro; politiquete (Ferreira, 1987).
- (40) **porcalho** — (ant.) porco pequeno, leitão, báculo (Figueiredo, 1981); porquito, no vocabulário algarvio (Viana, 1954, p. 62).
- (41) **poterrinho** — pote pequeno (S. Julião de Palácios, Bragança - R.I.L., 1964, p. 46).
- (42) **ramalho** — grande ramo, geralmente cortado da árvore (Figueiredo, 1981; Silva, 1955).
- (43) **recalha** — (prov. trans.) rapariga imunda (Figueiredo, 1981); reca, porca.
- (44) **rengalho** — espécie de rede ainda não lavrada e que serve de base para a execução de uma renda (Ferreira, 1987); tecido em que se fazem bordados; rede sem lavor (Figueiredo, 1981). Base: *rengo* 'tecido transparente, aplicado principalmente em bordados' (Ferreira, 1987).
- (45) **resgalha** — pequena rês, usado no Alentejo (Pratt, 1913, p. 269); (prov. alentej.) rês ordinária (Figueiredo, 1981).
- (46) **tinalha** — tina (ou dorna) pequena para vinho (Ferreira, 1987; Figueiredo, 1981).
- (47) **trapalho** — trapo velho e sem préstimo, no concelho de Arcos de Valdevez (Pereira, 1932, p. 194) e no Alentejo (Fradinho, 1933, p. 112); (prov.) rodilha de cozinha (Costa; Melo, 1984); (t. da Bairrada) peça de roupa suja; farrapo sujo (Figueiredo, 1981).
- (48) **trapicalho** — trapo; farrapo; (fig.) pessoa andrajosa (Costa; Melo, 1984) ou desmazelada no vestir (Figueiredo, 1981).
- (49) **vergalho** — membro genital do boi e do cavalo, depois de cortado e seco (Ferreira, 1987); azorrague feito desse órgão (Figueiredo, 1981). Base: *verga*.
- (50) **viscondalho** — depreciativo de visconde (Ferreira, 1987).

Nos verbos, o sufixo funciona como avaliador desfavorável e/ou como iterativo:

- (51) **brincalhar** — brincar (Figueiredo, 1981).
- (52) **conversalhar** — conversar por entretenimento, cavaquear (Figueiredo, 1981; Costa; Melo, 1984).
- (53) **espirralhar** — espirrar de forma intermitente e/ou iterativa; molhar desagradavelmente.
- (54) **marralhar** — teimar ou insistir procurando convencer alguém (Silva, 1955; Ferreira, 1987).
- (55) **pingalhar** — pingar (Figueiredo, 1981).

Os dados evidenciam que, nos seus diferentes contextos de uso, o valor de *-alh-* oscila entre o diminutivo, o diminutivo-depreciativo, o aumentativo, o aumentativo-depreciativo e o depreciativo. Este sufixo tem tendência a ser convocado

em registos comunicativos marcados por uma certa informalidade e/ou familiaridade, sendo ativado como instrumento expressivo de manifestação da subjectividade (Langacker, 1990; Traugott, 2003). O seu espectro de avaliação revela-se lato e, no seio dos avaliativos, bastante singular, o que coloca a questão da existência de uma relação não biunívoca entre forma e significado, tão comum na arquitetura da língua. Na língua comum, o valor depreciativo é o mais representado.

Como já observara Nunes (Nunes, 1989, p. 380), no português mais recente, o sufixo *-alb-* é menos usado isoladamente, sendo mais frequente que ele coocorra com outro recurso derivacional. A perda de vitalidade do sufixo e/ou o desgaste que acusa terão conduzido à necessidade de os derivados em que ocorre passarem a funcionar como bases de um novo derivado, cujo significado composicional é tributário de ambos os sufixos copresentes.

Na realidade, *-alb-* ocorre em sequências sufixais adjetivais e substantivais, e, em ambos os casos, a sua marca semântica dominante permanece a avaliação depreciativa:

- (56) *espertalhão; fracalhão; frescalhão; grandalhão; parvalhão; porcalhão;*
- (57) *amigalhote; espertalhote; fracalhote; frescalhote;*
- (58) *amigalhaço; gordalhaço; gordalhufo.*

É este o contexto em que o sufixo é produtivo na língua comum; isoladamente, a sua disponibilidade é escassa.

Não se tratará de um infixo, uma vez que o sufixo está suficientemente abonado. O caso único de *zangarrão*, corradical de *zangão*, não será bastante para considerar *-alb-* como um infixo, como sustenta Rodrigues (2016, p. 109). A sucessividade e até mesmo a recursividade sufixal é uma realidade presente na formação de avaliativos, como o abonam

- (59) Parvo > parvalho > parvalhão > parvalhãozinho/parvalhãozito
- (60) Porco > porcalho > porcalhão > porcalhãozinho/porcalhãozito.

Nos nomes sufixados em *-ão*, *-az* e *-eir-*, e nos quais também está presente *-alb-* (*dramalhão; fradalhão; facalhaço; ronbalheira*), este funciona como um avaliativo qualitativo, que topicaliza propriedades negativas, donde resulta o seu carácter depreciativo.

Nestes casos de combinatória sufixal, é o sufixo *-alb-* (e não *-ão*, *-az* ou *-eir-*) que confere às palavras o semantismo negativo que elas veiculam. De resto, seria de esperar que a contiguidade de dois sufixos desse origem a uma diferenciação acrescida de sentido dos sufixos, tendo *-alb-* assumido um valor predominantemente disfórico. O sufixo que se coloca mais à direita não anula o valor do que figura em posição interior, havendo antes complementaridade entre ambos.

É possível que o primitivo processo de sucessividade derivacional que está na base da coexistência das sequências *-alhão*, *-arrão*, *-albaz*, *-alhaço*, *-albote* tenha evoluído para uma situação de combinatória sufixal em que a sequência é reanalisada como um sufixo composto (cf. *espadalhão*). Em derivados em *-ada*, como *bifalhada*, *intrigalhada*, *livralhada*, *negralhada*, *padralhada*, *pretalhada*, *vidralhada*, *-alb-* é responsável pela avaliação disfémica que está associada a estes derivados. Uma vez mais, em presença de um outro sufixo, o semantismo de *-alb-* é de teor depreciativo. Estes dados evidenciam de

forma clara que os traços negativos que caracterizam *-alb-* adquiriram o estatuto de traços diacríticos do sufixo, projectando-se nas mais diversas situações derivacionais.

4 NOMES E ADJETIVOS PORTADORES DE *-ARR-*

De origem não latina, os sufixos *-arr-*, *-orr-* e *-err-*, embora marcados por uma reduzida produtividade, são operadores avaliativos promotores de efeitos expressivos muito acentuados. O facto de a sua expressividade poder ser explorada em situações informais, coloquiais e/ou em situações permeáveis à manifestação da (inter)subjectividade torna-os operadores dotados de uma relativa disponibilidade, que não se confina ao reduzido número de derivados atestados em que ocorrem. De todos, *-orr-* e *-arr-* são os mais representados.

O sufixo *-arr-* funciona como um instrumento de avaliação aumentativa e diminutiva. No primeiro caso, à expressão de aumento anda habitualmente associada uma avaliação qualitativa de sinal negativo (*bocarra*). O valor diminutivo encontra-se em *chibarro* e *chibarra*.

São os seguintes os derivados portadores de *-arr-*:

- (61) **baitarra** — (bras. N) homem muito alto [*baita* ‘(bras.) grande, enorme’] e forte; homenzarrão; (bras. SP) tratante, velhaco; trapaceiro, caloteiro (Ferreira, 1987).
- (62) **bocarra** — boca muito grande ou escancarada (Costa; Melo, 1984); boca grande, descomunal (Figueiredo, 1981).
- (63) **bot(if)arra** — bota grande e grosseira (Figueiredo, 1981; Costa; Melo, 1984) e forte (Silva, 1955).
- (64) **chibarra** — chiba ainda nova (Silva, 1955); cabra pequena até um ano de idade (Maia, 1977, p. 253).
- (65) **chibarro** — chibo castrado (Ferreira, 1987); ‘bode novo, castrado; chibéu; chibato’ (Costa; Melo, 1984).
- (66) **naviarrá** — (ant.) barça (Silva, 1955; Figueiredo, 1981); (ant.) grande barca (Ferreira, 1987).
- (67) **pratarra** — grande prato; pratada; prato cheio (Figueiredo, 1981).

A visibilidade de *-arr-* é maior em virtude de se combinar com outros sufixos isofuncionais, formatando séries em *-arrão* (*canzarrão*, *gatarrrão*, *altarrão*, *chatarrão*) e em *-arraç-* (*peitarraça*). É sobretudo neste contexto que as marcas negativas do sufixo emergem. Este sufixo, ao contrário de *-alb-*, não modifica bases verbais, e as suas possibilidades combinatórias com bases adjetivais estão presentes em *altarrão*, *beberrão*, *brancarrão*.

5 DOIS SUFIXOS EM UM?

Os materiais em pauta suscitam múltiplas questões de ordem teórica.

Em ambos os casos, quando *-alb-* e *-arr-* funcionam a *solo*, como sufixos, há uma certa não univocidade forma-sentido, mais acentuada no caso de *-alb-* do que no de *-arr-*. Em ambos os casos, os valores podem ser diminutivo, aumentativo, depreciativo, mas na língua comum e mais informal estes dois últimos são os dominantes.

A dificuldade de atribuição de um só significado a cada sufixo, documentada pela presença de mais do que um semantismo associado à mesma forma, esbate-se quando *-alh-* ou *-arr-* passam a fazer parte de uma sequência afixal, cujo sufixo mais à direita é aumentativo ou intensificador, como *-ão*, *-aç-*, *-az-*, *-ot-*, ou quantificador de coleção/de grande quantidade, como *-ada*. Nesta circunstância, *-ão*, *-aç-*, *-az-*, *-ot-* e *-ada* mantêm os seus valores habituais, e *-alh-* e *-arr-* assumem um valor predominantemente depreciativo. Inverte-se então o tipo de relação antes descrita, pois agora emerge uma relação biunívoca entre forma e significado (Aronoff; Fudeman, 2005, p. 38-40), que não deixará margem para dúvidas, mesmo a quem pouco contactou com algumas das unidades lexicais assim construídas. O quadro seguinte sintetiza, exemplificadamente, os padrões de construção dos produtos portadores de *ALH + x* e de *ARR + x*.

Quadro 2 – Padrões de construção dos produtos portadores de *ALH + x* e de *ARR + x*.

Afixos	<i>ALH + x</i>	<i>ARR + x</i>
<i>-ão</i>	bestalhão, <u>bobalhão</u> , bodalhão, brandalhão, dramalhão, espertalhão, facalhão, fardalhão, fradalhão, frescalhão, gordalhão grandalhão, moçalhão, negralhão, parvalhão, politicalhão, porcalhão	altarrão, becerrão, brancarrão, cascarrão, coparrão, doidarrão, estupidarrão, feiarrão, fidalgarrão, gatarrão, homenzarrão, insectarrão, laçarrão, mansarrão, negociarrão, pratarrão, sacarrão, santarrão, saparrão, secarrão
<i>-aç-</i>	amigalhaço, brutalhaço, gordalhaço, ricalhaço	leigarraço
<i>-ot-</i>	amigalhote, fracalhote, frescalhote	
<i>-az-</i>	facalhaz, pratalhaz	beberraz, ladravaz, linguaraz
<i>-ada</i>	bifalhada, intrigalhada, livralhada, padralhada, negralhada, padralhada, pretalhada, vidralhada	chibarrada, pratarrada, taçarrada

Fonte: Elaboração própria.

Em regra, estas sequências serão tanto mais reanalisadas como sufixos compósitos (e já não como uma sequência derivacional bietápica) quanto maior for a sua produtividade na linguagem informal e /ou expressiva contemporânea.

Não são abundantes os estudos sobre o uso destas sequências no português brasileiro ou europeu contemporâneos. Houaiss (2002), no *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, considera *-lhão* como variante da ‘terminação’ *-ão*, e nele não se encontram novas formações em *-lhão*, nomeadamente produzidas no português do Brasil. Souza (2015, p. 45-46) exclui da sua análise dos derivados do português brasileiro em *-ão*, *-ona*, *-aço*, *-aça*, *-uço* e *-uça* vários produtos derivacionais que contêm *-alh-* e *-arr-*, justamente por cada um destes ser encarado como “elemento fônico intermediário”. Ora, as palavras excluídas, e que constam de um quadro específico

FLP 23(2)

(Souza, 2015, p. 45-46), são as que aqui nos ocupam, em *-alhaço* (*amigalhaço, ricalhaço*), em *-alhão* (*bestalhão, bobalhão, bodalhão, bonacheirão, brandalhão, brincalhão, dramalhão, espertalhão, facalhão, fardalhão, frescalhão, gordalhão, grandalhão, gritalhão, moçalhão, negralhão, politicalhão, porcalhão, pretalhão, vagalhão*) e em *-arrão* (*cascarrão, coparrão, doidarrão, estupidarrão, feiarrão, gatarrão homenzarrão, insetarrão, laçarrão, negociarrão, pratarrrão, sacarrão, santarrão, saparrão, secarrão*). Todas elas se registam já em finais do século XX, nomeadamente em Rio-Torto (1993, p. 436-446; 545-571), pelo que não se detectam sinais de utilização de tais recursos afixais em novas palavras, ainda que tal seja verosímil dada a criatividade típica da expressão da intersubjetividade.

A consulta do Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo (<https://ccint.fflch.usp.br/observatorio-de-neologismos-do-portugues-brasileiro-contemporaneo>) não se revelou esclarecedora, mas tratando-se de uma zona do léxico muito impregnada de expressividade e de subjetividade, logo com forte poder de improvisação, torna-se difícil apurar dados sistemáticos em fontes que não privilegiam a oralidade, a informalidade e a aleatoriedade a estas mais associada. Ouvi recentemente, e produzida por estudante universitária do Porto, a palavra *grupalhada*, com claro valor depreciativo, antes não atestada nas bases de dados escrutinadas.

A consulta dos *corpora* CETEMPúblico e NILC/São Carlos, alojados em <https://www.linguatca.pt/cgi-bin/acesso.pl>, revela a inexistência de dados em *-arraço* e em *-alhaço*, e a atestação de uma outra palavra antes não abonada nas diversas fontes consultadas:

- (68) Macharrão: “*par=ext724723-clt-94a-2*: Pelo latido dele, você sabe se a onça é **macharrão** sem crias, ou se é braba.” <https://www.linguatca.pt/cgi-bin/acesso.pl> Projeto AC/DC: corpo CETEMPúblico

FLP 23(2)

A ser assim, *-alh-* e *-arr-* continuam disponíveis para a construção de novos derivados, mas como partes de estruturas bimembres portadoras dos sufixos *-ão* ou *-ada*.

As construções em pauta parecem ser unidades armazenadas no léxico mental que se encontram em fase de eventual mudança de estatuto e/ou de consolidação do mesmo, uma vez que já se afirmaram como padrões sistemáticos de relações som-significado em significativos conjuntos de palavras, representando assim esquemas derivacionais que podem ser replicados para formar novas palavras.

Padrões deste tipo mostram como a dicotomia entre propostas teóricas aparentemente antagónicas se revela pouco eficaz: valorizar uma análise morfológica baseada em palavras (*word-based morphology*) ou em morfemas (*morpheme-based morphology*) em nada contribui para melhor explicitar o estatuto morfológico das construções em análise, e ainda menos o processo de mudança em que se encontram envolvidas na atual fase de diacronia linguística.

Não se advoga aqui reduzir a análise das palavras morfológicamente complexas à combinatória sintagmática dos morfemas que as integram, pois torna-se indispensável conhecer o *modus operandi* de cada um dos afixos, nomeadamente em fases mais recuadas e em diassistemas em certos aspectos linguisticamente mais conservadores, como o do português europeu. Ademais, a relevância dos morfemas derivacionais no léxico mental e no processamento morfológico não pode ser subestimada, mormente nas palavras morfológicamente complexas (Aronoff, 1994), e

a existência de padrões morfemáticos como os de *-alhão* e de *-arrão* legitima a importância insofismável dos afixos. Por isso mesmo, a *word-based morphology* (Booij, 2007, p. 8-13; Booij, 2010), que adopta uma abordagem paradigmática, através da qual se identificam padrões sistemáticos de relações som-significado em conjuntos de palavras, representados em esquemas, não exclui os morfemas como peças essenciais da análise e do processamento morfológico. Como explicita Booij (2007, p. 10), “In this approach, it is not denied that the word *swimmer* consists of two constituent morphemes, but they are not the basic building blocks. Instead, words and relationships between words form the point of departure of the morphological analysis.”

Se se confirmar a produção futura de unidades lexicais com os itens lexicais *-alhão* e *-arrão*, outrora duais e agora unários, e ainda que em registos informais impregnados de expressividade e de subjetividade, estaremos perante uma mudança lexical e morfológica que se consolida, no sentido de tornar o sistema derivacional mais coeso e mais unívoco, rentabilizando o valor e o estatuto de *-alb-* e de *-arr-*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sequências *-alhão* e *-arrão* (e outras similares, como *-alhaço*, *-alhada*, *-albote*, *-alhão*, *-arraço*) constituem um exemplo de construções derivacionais que se encontram em mudança de estatuto na língua portuguesa hodierna.

A análise de dados empíricos do português europeu ‘popular’ permite entrever um uso mais representado de *-alb-* e de *-arr-* do que o descrito pelas gramáticas, e uma pluralidade semântica que é típica de alguns operadores avaliativos, mas que em nada contribui para a univocidade estatutária de cada afixo no cômputo global dos avaliativos do português. Em ambos os casos, quando *-alb-* e *-arr-* funcionam a *solo*, como sufixos, há uma certa não univocidade forma-sentido, mais acentuada no caso de *-alb-* do que no de *-arr-*. Em ambos os casos, os valores podem ser diminutivo, aumentativo, depreciativo, mas, na língua comum e mais informal, estes dois últimos são os dominantes. Um novo padrão emerge quando estes ocorrem na construção *-alhão* e *-arrão*, pois nesta estrutura bimembre, já não construída de modo bietápico, mas reanalisada como um afixo composto, *-alb-* e *-arr-* veem o seu valor semântico ser consolidado, assumindo-se como portadores de depreciação. Clarificado o semantismo e o seu estatuto morfológico, o binómio forma-sentido ganha coesão acrescida e, com ele, a rede de relações derivacionais.

REFERÊNCIAS

- Aronoff M. Morphology by itself. Cambridge: MIT Press; 1994.
- Aronoff M, Fudeman K. What is Morphology? Oxford: Blackwell Publishing; 2005.
- Azeredo JC. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha; 2010.
- Basílio M. Teoria lexical. 6.^a ed. São Paulo: Ática; 1999.
- Basílio M. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto; 2004.
- Bechara E. Moderna gramática portuguesa. 37.^a ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.

Boléo MP. Estudos de Linguística portuguesa e românica, vol. I: Dialectologia e história da língua, Tomo I. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis; 1974.

Boléo MP. Le matériel de l'I.L.B. et quelques études de comparaison avec l'Atlas linguístico de la Península Ibérica et l'Atlas prévio dos falares baianos (Problèmes biosociolinguistiques au Portugal continental: innovation et conservantisme; le langage de la femme; aires statistiques et dynamiques). Revista Portuguesa de Filologia. 1978;17.

Boléo MP, Silva MHS. O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental. In: Boléo MP, organizador. Estudos de Linguística portuguesa e românica, vol. I: Dialectologia e história da língua, Tomo I. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis; 1974. p. 309-352.

Booij G. The grammar of words: an introduction to Linguistic Morphology. Oxford: Oxford University Press; 2007

Booij G. Construction Morphology. Oxford: Oxford University Press; 2010.

CETEMPúblico e NILC/São Carlos [internet]. [citado 27 out. 2021]. Disponível em: <https://www.linguateca.pt/cgi-bin/aceso.pl>.

Costa JA, Melo AS. Dicionário da língua portuguesa. 6.^a ed. Porto: Porto Editora; 1984.

Cunha AG. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 1986.

Cunha C, Cintra LFL. Nova gramática do português contemporâneo. 10.^a ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa; 1984.

Delgado MJ. A linguagem popular do Baixo Alentejo. Beja: Minerva Comercial; 1951.

Dias JL. A linguagem popular da Beira Baixa: apontamentos. Lisboa: Editorial Império; 1962.

Fernandes HP. O Parâmio. Contribuição para o estudo da linguagem e etnografia da região bragançana [dissertação de licenciatura]. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 1961.

Ferreira ABH. Novo dicionário da língua portuguesa. 1.^a ed., 15.^a impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1975.

Ferreira ABH. Novo dicionário da língua portuguesa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1987.

Figueiredo C. Grande dicionário da língua portuguesa. Lisboa, Bertrand. 16.^a edição; 1981. 2 vol.

Fonseca DM. Subsídios para o estudo da linguagem popular da Vermiosa [dissertação de licenciatura]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 1945.

Fradinho MG. Maneiras de dizer alentejanas. Revista Lusitana. 1933;31:99-137.

Houaiss A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; 2002.

Langacker RW. Subjectification. Cognitive Linguistics. 1990;1:5-38.

Lopes F. Crónica de D. João I. Almeida ML, Basto, AM, editores. Porto: Livraria Civilização; 1949. (Vol. 2).

Maçãs D. Ironia e depreciação na língua portuguesa: a propósito da obra estilística da ironia. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; 1967.

FLP 23(2)

- Machado JP. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte; 1977.
- Maia CA. Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos; 1977.
- Matias MFRE. Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença). *Revista Portuguesa de Filologia*. 1984;18-19.
- Meyer-Lübke W. *Romanisches etymologisches wörterbuch*. 4.^a ed. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag; 1968.
- Monteiro JL. Quem disse que não há infixos em português? *Anais do II Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CIFEFIL & UFRJ; 1999. p. 77-97. [citado 02 nov. 2021]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/anais/anaisiicnlf50.htm>.
- Nunes JJ. Dialectos algarvios. *Revista Lusitana*. 1902;7:33-55.
- Nunes JJ. *Compêndio de gramática histórica portuguesa - Fonética e Morfologia*. 9.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora; 1989.
- Observatório de neologismos do português brasileiro contemporâneo [internet]. [citado 02 nov. 2021]. Disponível em: <https://ccint.fflch.usp.br/observatorio-de-neologismos-do-portugues-brasileiro-contemporaneo>.
- Paiva MHN. Contribuição para uma estilística da ironia. Lisboa: Publicação do Centro de Estudos Filológicos; 1961.
- Pereira FA. Glossário dialectológico do concelho de Arcos de Valdevez (Alto-Minho). *Revista Lusitana*. 1923;25:180-204.
- Pereira FA. Glossário dialectológico do concelho de Arcos de Valdevez (Alto-Minho). *Revista Lusitana*. 1932;30:187-198.
- Pereira MPS. *Fafe*. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho. *Revista Portuguesa de Filologia*. 1952;3-4-5.
- Pombinho Jr. JA. Vocabulário alentejano (subsídios para o léxico português). *Revista Lusitana*. 1935;33:94-176.
- Pontes EMS. Sufixos aumentativos: contribuição para o estudo das possibilidades sufixais aumentativas na língua portuguesa [tese de licenciatura]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 1959.
- Pratt Ó. Notas à margem do novo dicionário da língua portuguesa. *Revista Lusitana*. 1913;16:206-279.
- Relatórios dactilografados do Inquérito Linguístico Boléo (R.I.L.). Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 1942-1978. Relatório.
- Rio-Torto G. Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos [tese]. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 1993.
- Rio-Torto G. Formação de avaliativos. In: Rio-Torto G, et al. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2016. p. 357-389.
- Rio-Torto G. Derivação. In: Raposo EP, et al. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2020. p. 215-336.
- Rocha H. *Sotavento*. 2.^a ed. Porto: Porto Editora; 1979.

- Rocha Lima CH. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio; 1972.
- Rodrigues AS. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: Rio-Torto G. et al., organizadores. Gramática derivacional do português. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2016. p. 35-133.
- Salgueiro ML. Contribuição para um estudo linguístico-etnográfico de quatro aldeias: S. Mamede de Riba Tua, Safres, Amieiro e Franzilhal, pertencentes ao concelho de Alijó [dissertação de licenciatura]. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 1945.
- Sandmann AJ. Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo. Curitiba: Ícone; 1989.
- Saraiva Cardeal (D. Francisco de S. Luiz). Obras completas do Cardeal Saraiva. Caldeira AC, editor. Lisboa: Imprensa Nacional; 1872-1883. (Tomo IX: 1880)
- Silva FJ. Dicionário da língua portuguesa. 3.^a ed. Porto: Domingos Barreira; 1955.
- Skorge S. Os sufixos diminutivos em português. Boletim de Filologia. 1965;16-17.
- Soares Barbosa J. Grammatica philosophica da língua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Acad. Real das Sciencias. S. L.; 1822.
- Sousa ACI. Contribuição para uma monografia etnográfica, linguística e folclórica do concelho de Alfândega da Fé [dissertação de licenciatura]. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 1955.
- Sousa AEA. Linguagem popular e etnografia de Escarigo [dissertação de licenciatura]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 1946.
- Souza L. Uma análise dos sufixos -ão, -ona, -aço, -aça, -uço e -uça no português brasileiro [dissertação]. Porto Alegre: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2015. [citado 04 jun. 2022] Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129022/000968596.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Traugott EC. From subjectification to intersubjectification. In: Hickey R, editor. Motives for Language Change. Cambridge: Cambridge University Press; 2003. p. 124-139.
- Vasconcelos CM. Lições de filologia portuguesa (segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911-1912 e 1912-1913). Lisboa: Dinalivro; 1914.
- Vasconcelos JL. Filologia barranquenha: apontamentos para o seu estudo. Lisboa: IN-CM; 1981[1955].
- Viana A. Subsídios para um vocabulário algarvio. Revista de Portugal. 1954;18-19.

Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco do século XVIII

*The variation of pretonic vowels in marriage seats in the Freguesia de
Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco of the 18th
century*

Lécio Barbosa de Assis*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Emerson Viana Braga**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Vera Pacheco***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Jorge Augusto Alves da Silva****

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

FLP 23(2)

Resumo: O artigo apresenta, como objeto de estudo, a variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos do século XVIII, com o objetivo de analisar a variação das vogais pretônicas através dos processos fonológicos (alçamento e abaixamento) e por variações ortográficas e etimológicas com o intuito de observar de qual maneira esses processos se desencadeavam nos livros de registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do sertão do São Francisco. Embasando-nos na Linguística Histórica – sob um viés filológico – em diálogo com a Fonologia, analisamos a relação existente entre a fonte documental e os manuais ortográficos dos períodos pretéritos. Considerando a hipótese inicial de que os *scriptores* seguiam a tradição documental para exarar os assentos de casamentos, embora fossem influenciados pela oralidade, reflexo do contexto sócio-histórico em que o manuscrito foi produzido, buscamos responder o seguinte questionamento: as variações gráficas das vogais pretônicas revelam indícios da oralidade, nos assentos de casamentos, refletindo o conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa? Esperamos, com este trabalho, contribuir com os estudos linguísticos que remontam ao português brasileiro, sobretudo no sertão do Rio São Francisco.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil; falecomlecio@gmail.com

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil; emevibra@hotmail.com

*** Docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Proletras, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil; vera.pacheco@gmail.com

**** Docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Proletras, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil; adavgvstvm@gmail.com

Palavras-Chave: Assentos de casamentos. Vogais pretônicas. Filologia. Processos fonológicos.

Abstract: The article presents as an object of study the variation of pretonic vowels in eighteenth-century marriage records, with the aim of analyzing the variation of pretonic vowels through phonological processes (raising and lowering) and by orthographic and etymological variations in order to observe how these processes were unleashed in the parish registers of the Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do sertão do São Francisco. Based on Historical Linguistics – under a philological perspective - in dialogue with Phonology, we analyze the relationship between the documental source and the orthographic manuals of past periods. Considering the initial hypothesis that scribes followed the documentary tradition to write the marriage records, although they were influenced by orality, a reflection of the socio-historical context in which the manuscript was produced, we sought to answer the following question: do the graphic variations of pretonic vowels reveal signs of orality, in the marriage records, reflecting the conflict between the orthographic periods of the Portuguese language? We hope, with this paper, to contribute to linguistic studies on earlier stages of Brazilian Portuguese, especially in the interior of the Rio São Francisco.

Keywords: Marriage records. Pretonic vowels. Philology. Phonological processes.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os registros paroquiais são fontes primárias importantes para o estudo da reconstrução histórica de um determinado tempo e espaço. No caso dos manuscritos produzidos no sertão do Rio São Francisco, o contexto de exploração e de ocupação fica evidenciado na fonte documental, além de revelar aspectos linguísticos que caracterizam o estado da língua portuguesa em tempos pretéritos.

Por meio desta documentação, tem-se garantia dos registros da história e da cultura da sociedade que possibilitam a análise da escrita em uso no século XVIII, no cenário do sertão de baixo do Rio São Francisco, a partir de amostras representativas de um processo histórico da língua portuguesa.

A partir da análise dos registros paroquiais, mais especificamente, dos assentos de casamentos contidos no Livro n.º 1 (1719-1753) da Freguesia¹ de Santo Antônio do Urubu de baixo² do Rio São Francisco, vislumbramos diversas possibilidades de estudos de fenômenos linguísticos, assinalados pelo contexto sócio-histórico setecentista.

O século XVIII foi marcado pela polêmica ortográfica, herdada dos outros séculos e intensificada pela influência do Renascimento, que refletia o critério adotado pela grafia etimológica em admiração aos clássicos greco-latinos, revelando um cenário de contradições e indecisões no momento da escrita, reflexo do conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa.

¹ Freguesia tem origem na expressão latina *filium ecclesiae*, filho da igreja e pode ser o mesmo que igreja paroquial ou paróquia. A freguesia era a menor divisão administrativa ligada à estrutura eclesiástica, no Império do Brasil, semelhante ao antigo Império Português.

² Corresponde atualmente à região do baixo São Francisco sergipano, mais precisamente ao município de Propriá e região.

No decorrer dos fólhos do livro de assentos de casamentos, utilizados como corpus deste artigo, elegemos como objeto de estudo, para o recorte aqui apresentado, as vogais pretônicas, cujas realizações no português brasileiro, nos tempos modernos, caracterizam-se por uma importante variação linguística, apesar de suas representações na escrita já estarem bem estabelecidas no sistema ortográfico. Assim, diante do objeto selecionado, recorreremos à interface da Linguística Histórica e da Fonologia para ampliar as percepções do estudo que ora empreendemos, pois investigar o passado ortográfico das vogais pretônicas pode lançar luz na compreensão de seu status fonético-fonológico nos dias atuais.

Diante disso, nosso objetivo é analisar a variação das vogais pretônicas através dos processos fonológicos (alçamento e abaixamento) e por variações ortográficas e etimológicas com o intuito de observar de qual maneira esses processos se desencadeavam naquela comunidade de prática³. Ao observar a escrita dos assentos de casamentos, avistamos a possibilidade do conhecimento da história da língua, apoiando-nos nos indícios deixados no documento, como por exemplo, o vocabulário e suas variações, que podem manifestar a língua falada da época em que o manuscrito foi produzido. Assim, na tentativa de uma investigação sobre o emprego das vogais pretônicas, observado na fonte documental, partimos da seguinte pergunta: as variações gráficas das vogais pretônicas revelam indícios da oralidade nos assentos de casamentos, refletindo o conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa?

Os assentos de casamentos foram lavrados por oito diferentes *scriptores*⁴, que seguiam as normatizações contidas no Título LXXIII, da 1ª Parte das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1719, p. 130), cujas orientações indicavam fórmulas que deveriam compor o termo, apresentando um modelo. Esses homens, de faixa etária adulta, eram os vigários e coadjutores⁵ da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo, responsáveis pela paróquia e pelos registros em cada período em que estiveram à frente das atividades pastorais. Eles faziam parte de uma elite instruída, reservada aos eclesiásticos, militares e agentes judiciários naquele grupo social do sertão sanfranciscano setecentista, levando-nos à construção da hipótese de que os *scriptores* seguiam a tradição diplomática para exarar os assentos de casamentos, embora fossem influenciados pela oralidade, reflexo do contexto sócio-histórico no ato de escrita.

O corpus deste estudo foi extraído da reprodução fac-similar e da transcrição realizada do Livro n.º 1 (1719-1753) da Freguesia de Santo Antônio do Urubu, no sertão de baixo, localizada à margem direita do Rio São Francisco, pertencente ao Arcebispado da Bahia e situada na Capitania de Sergipe d'El Rey. A fonte documental estudada integra o acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa -BA e as reproduções fac-similares pertencem ao projeto de pesquisa *Educação Patrimonial*:

³ “Comunidade de prática é um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum. Modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo, práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno do empreendimento” (Eckert; McConnellinnet, 2010, p. 102).

⁴ Aqui, consideramos *scriptores* os sujeitos cujas mãos escrevem os textos.

⁵ “O clérigo que ajuda ao Pároco, ou Vigário” (Bluteau, 1728, p. 179).

*mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa*⁶, vinculado à Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus XVII.

No intento de discutir os dados com base nos métodos da Linguística Histórica, recorreremos ao viés filológico para laborar com a fonte documental e com a caracterização do padrão gráfico praticado pelos *scriptores* dos assentos e as propostas ortográficas apresentadas em gramáticas e manuais de tempos pretéritos (Oliveira, 1536; Barros, 1540; Gândavo, 1574; Leão, 1576; Vera, 1631; Barreto, 1671; Feijó, 1734; Verney, 1746; Barbosa, 1871[1822]) e, em diálogo com a Fonologia, buscamos explicar as vogais pretônicas e os processos fonológicos que as englobam, valendo-nos dos estudos de Câmara Jr. (1970), Bisol (1981), Bisol e Magalhães (2004) e Magalhães (2013).

Nesse sentido, buscamos caracterizar o documento como um retrato da língua portuguesa no sertão de baixo do São Francisco, a partir dos assentos de casamentos do século XVIII, através da leitura filológica, levando em consideração o contexto histórico e considerando os conflitos ortográficos da época.

Diante disso, este trabalho está dividido da seguinte maneira: traçaremos um panorama da representação gráfica das vogais do português em séculos passados na seção 2; em seguida, na seção 3, abordaremos o quadro de vogais em posição tônica, pretônica e postônica no português brasileiro contemporâneo, baseando-nos na Fonologia; na seção 4, apresentaremos alguns estudos sobre a variação das vogais pretônicas no português brasileiro (PB); na seção 5, descreveremos as características dos assentos de casamentos; na seção 6, mostraremos qual foi a metodologia adotada neste trabalho; e as seções 7 e 8 trarão os resultados da análise dos nossos dados. Por fim, teceremos algumas considerações acerca deste trabalho.

FLP 23(2)

2 A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS VOGAIS COMO OBJETO DE PESQUISA

Nunes (1945) declara que a ortografia portuguesa nunca teve completa uniformidade e se divide em dois períodos históricos: o fonético, que começa com os princípios da língua até o século XVI, e o período pseudoetimológico que se estende do século XVII aos nossos dias. Coutinho (1976[1938]), por seu turno, classifica a história da ortografia em três períodos, acrescentando o período simplificado, que se inicia com a publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, em 1904, e chega até os nossos dias.

No período fonético da ortografia portuguesa, não havia um padrão uniforme na escrita, ocorrendo, em um mesmo documento, vocábulos grafados de modos diferentes. Os escritores e copistas da época buscavam aproximar a escrita, o quanto possível, da língua falada para facilitar a leitura, ao passo que, o período pseudoetimológico, influenciado pelo Renascimento e pela admiração do grego e do

⁶ O projeto de pesquisa *Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa*, coordenado pela Prof.^a Ma. Ádma Bernardino Magalhães, iniciou suas atividades em 2015, com vistas nas práticas promotoras da educação patrimonial, por meio da reconstituição da memória histórica e cultural de Bom Jesus da Lapa-BA, dando ênfases no seu patrimônio material, imaterial e nas diversas manifestações culturais. Esse projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e catalogar acervos documentais, saberes e práticas tradicionais e manifestações culturais, como festividades, brincadeiras, cantigas, culinária, línguas, saberes transmitidos oralmente, manifestações artísticas tipicamente locais (danças, ritmos) que se encontram dispersos pela cidade e entorno.

latim, tinha como objetivo respeitar, tanto quanto possível, a formação etimológica da palavra, mesmo que não representasse qualquer aspecto fonético (Coutinho, 1976[1938], p. 72).

O Renascimento tornou-se uma grande influência cultural, atraindo os estudiosos de toda Europa e diante da reaproximação aos modelos greco-latinos, as línguas vernáculas tornaram-se línguas de prestígio, e assim, começam a aparecer os primeiros registros escritos da tradição do português como língua escrita, a exemplo do *Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia do Torto* (1214-1216). No entanto, a língua portuguesa não apresentava documentos de normatização da ortografia daquele período.

No século XVI, dois gramáticos portugueses são os primeiros a tentar normatizar a ortografia. Assim, Fernão de Oliveira (1536) publica a *Grammatica da lingoagem portuguesa* e João de Barros (1540), a *Grammatica da língua portuguesa*. De acordo com Kemmler (2001), as duas obras tratam como tema especial a ortografia, e apenas a obra de João de Barros apresenta algumas descrições sistemáticas da gramática da língua portuguesa. Para o objetivo deste estudo, que é analisar a variação da representação gráfica das vogais em sílaba pretônica, encontramos, em Fernão de Oliveira (1536), a descrição do fenômeno percebido pelo gramático.

Em *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Fernão de Oliveira (1536) comenta que é necessário dividir as vogais em grandes e pequenas, como os gregos, embora não seja possível com todas elas, porque temos o *a* grande e *a* pequeno, *e* grande e *e* pequeno e *o* grande e *o* pequeno, mas essa diversidade não ocorre com o *i* e *u*. Assim, o autor reconhece que há oito vogais na língua portuguesa, representadas por cinco *figuras*. Cabe ressaltar que, no capítulo XVIII, Fernão de Oliveira apresenta a semelhança e proximidade que algumas vogais têm entre si, como é o caso do *u* e *o* pequeno em que há tanta vizinhança que alguns dizem *somir* e outros *sumir*, e *dormir* ou *durmir*, e ainda, *bolir* ou *bulir*. E entre o *i* e *e* pequeno, também há semelhanças, como *memoria* ou *memorea*, *gloria* ou *glorea*.

Mattos e Silva (1989) analisa, entre outros fenômenos, a variação gráfica de vogais em um mesmo vocábulo em diferentes posições não-acentuadas, em sua obra monumental *Estruturas Trecentistas*. O estudo empreendido por Mattos e Silva (1989) observa a representação gráfica em *A versão vernácula mais antiga dos Diálogos de São Gregório*, organizando informações sobre a variação gráfica de um mesmo vocábulo para inferências sobre o sistema fonológico e as variações fonéticas vigentes no português do século XIV. A autora centraliza sua análise em duas direções: (i) na descrição da variação gráfica de um mesmo vocábulo e (ii) no destaque à sistematicidade da representação escrita de certos elementos fônicos ou de certas sequências fônicas. Para a explicação dos fatos descritos, Mattos e Silva (1989, p. 68) recorre à informação de cunho etimológico ou aos fatos linguísticos posteriores à fase arcaica do português.

Ainda no século XVI, Pero de Magalhães Gândavo (1574) apresenta a obra *Regras de escrever a ortografia da língua portuguesa*, considerada o primeiro tratado ortográfico com um conjunto de regras e indicações para escrever corretamente, e Duarte Nunes de Leão (1576), com a obra *Ortografia da língua portuguesa*, não considera as realizações abertas e fechadas dos sons das vogais, como seus precursores, mas acentos ou ocorrências acidentais de vogal longa ou breve (Kemmler, 2001, p. 177).

No século XVII, a *Ortografia ou modo para escrever certo a língua portuguesa* de Álvaro Ferreira de Vera (1631) segue as orientações das ideias ortográficas da obra de Leão (1576), inclusive, a negação da existência de realizações abertas/fechadas ou grandes/pequenas das vogais a, e, o, e, do mesmo modo, considera a ocorrência accidental das vogais longas e breves. João Franco Barreto (1671), em sua obra, *Ortografia da língua portuguesa*, referencia os ortógrafos portugueses anteriores, dando destaque ao tratado de Leão (1576), inclusive a respeito das considerações sobre as vogais (Kemmler, 2001).

Chegando ao século XVIII, João de Moraes Madureira Feijó (1734), em sua obra *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, nos diz que a melhor ortografia é aquela que se acomoda com a “recta pronunção das palavras” (Feijó, 1734, p. 19). O autor ressalta que “todos dizem” para escrever como se pronuncia, mas nenhum ensina como se deve pronunciar, para assim escrever corretamente. Feijó (1734) aponta que essa é a grande causa dos erros ortográficos porque podemos imitar a escrita dos melhores autores da língua portuguesa, mas quanto à pronúncia, não temos o testemunho de como eles pronunciavam. O ortografista continua, ainda, afirmando que em nenhuma língua se pode regular com acerto a partir da pronúncia das palavras, porque nem sempre o som distinto de todas as letras é expresso na pronúncia.

Feijó (1734, p. 20-21) classifica as vogais em seis, a, e, i, o, u, y, e diz que cada uma tem, por si só, voz clara e distinta. E continua com a descrição da pronúncia de cada uma delas. A vogal *a* se pronuncia com a boca aberta e tom alto, como em “agoa”, e no latim “aqua”. A vogal *e* pronuncia-se com a boca menos aberta, apertando a respiração e, nas palavras do autor, engrossando a língua para o paladar⁷, como em “estar”. A vogal *i* se pronuncia com a boca ainda menos aberta, aplicando mais a língua ao paladar, comprimindo a respiração, como em “vi”, “li”. A vogal *o* se pronuncia com a boca aberta e os beiços⁸ estendidos em forma redonda, como em “ovo”. A vogal *u*, assim como a vogal *o*, se pronuncia com a boca aberta, mas com os beiços mais estendidos, como em “fugir”. E por último, o *y*, a vogal dos gregos, que se pronuncia como *i*.

Ainda no século XVIII, Luís António Verney (1746, p. 14), no *Verdadeiro Método para estudar*, elabora sua obra voltada para a ortografia fonética, ressaltando que se deve escrever da mesma forma que se pronuncia. Porém, o autor considera que, às vezes, há deformação na percepção da pronúncia, observando que muitas letras no meio e, principalmente, no fim das palavras são pronunciadas de forma equivocada, como por exemplo o *e* final pronunciado como *i*. Nunes (1945, p. 53) explica que as vogais átonas alteram-se e, por vezes, desaparecem, e, quando persistem, tomam um som fraco que mal se faz ouvir e, quando são finais, no caso do *e* e *i*, como o *o* e *u*, confundem-se em um único som.

Mattos e Silva (1989, p. 71-72), em seu trabalho sobre a variação gráfica das vogais em *A versão vernácula mais antiga dos Diálogos de São Gregório*, quanto à variação entre os grafemas *e* e *i* em um mesmo vocábulo, apresenta ocorrências dessa variação em posição inicial absoluta, como em “enfinta” e “infinta”; em sílaba inicial, como em

⁷ Termo usado pelo ortógrafo para se referir ao palato. No dicionário de Bluteau (1728, p. 148), paladar é sinônimo de palato.

⁸ Termo usado pelo ortógrafo para se referir aos lábios. Bluteau (1728, p. 176) define o termo como “lábio ou a borda da boca que cerrada cobre os dentes”.

“dereito” e “direito”, em sílaba anterior à acentuada, como em “enterido” e “entirido” e em sílaba final, “simplez” e “simplis”.

Jerônimo Soares Barbosa (1871[1822], p. 36), em sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, no capítulo VIII, sobre os vícios da pronúncia, diz que os brasileiros pronunciam o *e* pequeno breve em lugar do grande *e* aberto, como em “pregar” por “prêgar”, e trocam o *e* pequeno e breve por *i*, como em “minino”, “filiz”, “binigno”, “mi dêo”, “ti dêo”, “si firio”, “lhi dêo”.

Podemos considerar, portanto, a partir das reflexões apresentadas a partir das gramáticas e manuais ortográficos, representativos de períodos pretéritos da língua, analisadas no texto, que a heterogeneidade do uso das vogais pretônicas *e*, *i* e *o*, *u* no texto escrito, aponta para indícios da mesma heterogeneidade encontrada na oralidade, reflexo do contexto sócio-histórico, a exemplo da influência da latinização, dos resquícios do período fonético da ortografia e da falta de normatização da língua portuguesa.

Nessa direção, investigaremos algumas variações em um mesmo vocábulo quanto ao uso das vogais em posição não-acentuada encontradas no corpus do presente estudo, além de apresentar os exemplos em que não ocorreu variação, observando o uso praticado pelos *scriptores* e as propostas apresentadas nas gramáticas, manuais ortográficos e dicionários da época em que a fonte documental foi escrita e também de períodos anteriores.

3 O CASO DAS VOGAIS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Como já foi discutido na seção inicial, o intuito principal deste trabalho é investigar a variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos do século XVIII, tomando como objeto o Livro nº 1 (1719-1753) da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco, com vistas a avaliar vestígios desse tempo pretérito na organização dos sistemas fonológico e ortográfico atuais. Para balizar a nossa discussão, trazemos uma importante descrição fonológica do sistema vocálico do PB proposta por Câmara Jr. (1970), que foi, sem sombra de dúvida, um grande nome nos estudos da fonologia do PB.

Para o linguista, “a realidade da língua oral é muito mais complexa do que dá a entender o uso aparentemente simples e regular das cinco letras latinas vogais na escrita”. Segundo o autor, “o que há são 7 fonemas vocálicos multiplicados em muitos alofones” (Camara Jr., 1970, p. 39).

Apesar da complexa realidade da língua oral evidenciada na fala de Camara Jr., ele propõe uma classificação dos fonemas vocálicos partindo da sílaba tônica, pois, de acordo com sua linha de raciocínio, a sílaba tônica, aquela de “particular força expiratória (intensidade), associada secundariamente a uma ligeira elevação da voz (tom) é que constitui a posição ótima para caracterizá-las (as vogais)”. Ainda, nas suas palavras, “a posição tônica nos dá em sua plenitude e maior nitidez (...) os traços distintivos vocálicos” (Camara Jr., 1970, p. 41-42).

Dessa forma, de acordo com a classificação de Camara Jr. (1970), em posição tônica, o sistema vocálico é composto por 7 vogais, conforme esquema (1) e, desde o

FLP 23(2)

Português Arcaico até os dias atuais, “têm permanecido rigorosamente lacradas em um sistema fechado, pouco susceptíveis à variação” (Magalhães, 2013, p. 38)⁹.

(1) Sistema das vogais tônicas do PB

Altas	/u/	/i/
Média alta	/o/	/e/
Média baixa	/ɔ/	/ɛ/
Baixa	/a/	

Adaptado de Camara Jr. (1970, p. 41)

Aparentemente, este quadro de vogais em posição tônica já era realidade em outras épocas, como no Português Arcaico e, por via de regra, em grande parte do léxico, tais vogais correspondiam a pré-determináveis fonemas vocálicos do latim (Mattos e Silva, 1989). Posto isso, as vogais em posição tônica tendem a sofrer menos (ou quase nenhuma) variação, diferentemente da posição átona, que é mais sensível à ocorrência de processos fonológicos, tais como harmonia vocálica e abaixamento, como será discutido mais adiante neste artigo.

Trabalhos como os de Camara Jr. (1970), Bisol (1981) e Bisol e Magalhães (2004), trazem explicações a respeito das motivações que incidem sobre as vogais átonas. Certamente, a particularidade mais interessante é que o número do sistema das vogais se reduz nesta posição, justamente, devido à implementação de variações. Bisol e Magalhães (2004), ao abordarem a redução do sistema vocálico do PB à luz da Teoria da Otimidade, explicam que, a partir da análise das vogais tônicas, há um processo de neutralização das vogais átonas, como já havia sido posto por Camara Jr. (1970). Isso permite observar que este quadro se reduz para 5 vogais em sílaba pretônica e 4 vogais na posição não final pós-acento e para 3 na posição final pós-acento (Bisol; Magalhães, 2004, p. 198). Deste modo, o quadro das pretônicas é formado pelas vogais /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/, enquanto o quadro das vogais em posição postônica final é formado pelas vogais /a/, /i/ e /u/. Em posição postônica não final, o quadro das vogais se reduz a 4 vogais¹⁰.

Nota-se, por meio dos sistemas das vogais não-acentuadas, que, a partir do processo de neutralização, ocorre a perda do traço que diferencia dois fonemas (Camara Jr., 1970, p. 43-44): as vogais médias baixas /ɛ, ɔ/ não aparecem no quadro das pretônicas, em proveito das médias altas /e, o/, enquanto nas vogais postônicas finais há uma supressão maior, realizando somente as vogais altas /i, u/, além da vogal baixa /a/. Ainda há possibilidade dessa variação, que ocorre em posição postônica entre as vogais /e/ e /o/ pela produção das vogais /i/ e /u/, ocorrer em posição pretônica. Abaixo, apresentamos alguns exemplos de palavras do PB em que essa variação ocorre:

⁹ Magalhães (2013), ainda, explica que há raros casos de variação como [ˈfɛ.fɐ]~[ˈfɛ.fɐ], por exemplo, mas dada à sua não produtividade, não se pode inferir questões mais sólidas acerca da variação em posição tônica no PB.

¹⁰ Camara Jr. (1970) assume ainda que, em posição postônica não final, o quadro é representado por 4 vogais. Segundo o linguista, a vogal /e/ ainda ocorre nessa posição.

(2)

Pretônica	Postônica
menina [mi' ninɐ]	mexe ['mɛʃi]
coruja [ku' ruʒɐ]	caro ['karɔ]

Desse modo, duas observações são importantes para análise dessas ocorrências: i) na pretônica ocorre uma variação entre médias /e, o/ e altas /i, u/, sendo as vogais médias-altas ainda fonemas; e ii) na postônica final, ocorre um processo de neutralização, em que as vogais /e, o/ não são mais fonemas. Essas vogais realizadas são compreendidas como alofones.

A atual configuração vocálica do PB não é tão recente, como afirma Magalhães (2013):

não é novidade do que respeita à composição do sistema advindo de processos de redução vocálica. Gramáticas históricas já vêm documentando há anos que as oposições latinas – relativas ao timbre das vogais – entre /ɐ/ e /e/ e entre /o/ e /o/ neutralizaram-se em favor das vogais de timbre fechado /ɐ/ e /o/, fazendo com que o sistema vocálico nesta posição seja reduzido, já no português medieval, há cinco vogais. Mesmo se considerarmos que haja regiões do Brasil em que prevaleça, na posição pretônica, as vogais médias baixas, tem-se costumeiramente consideradas as médias altas como as formas de base. (Magalhães, 2013, p. 40).

Além disso, Mattos e Silva (2006) argumenta que é mais complexo interpretar as grafias das vogais em posição átona do que em posição acentuada, uma vez que a variação gráfica na representação da posição das vogais não-acentuadas é mais recorrente para um mesmo item do léxico e em contextos distintos, diferentemente da representação das vogais acentuadas, dada à sua posição de sílaba tônica. A autora ainda afirma que “esse fato, por si, é um indicador de flutuação maior, como seria de esperar, por razões fonéticas, na realização das inacentuadas, já que estão em posição de menor intensidade articulatória” (Mattos e Silva, 2006, p. 54).

Fica evidente, portanto, com esse apanhado, sobre a variação sincrônica das vogais pretônicas, que “são os dados diacrônicos, fartamente documentados em tratados de filologia e em gramáticas históricas que dão conta do sistema vocálico” (Magalhães, 2013, p. 40). Os resultados de pesquisas, como de Magalhães (2013) e Mattos e Silva (2006), sobre a variação das vogais pretônicas, no âmbito da Linguística Histórica, conseguem lançar luz na compreensão da organização atual do sistema fonológico. Dados diacrônicos evidenciam a ocorrência de processos fonológicos, que atuaram em um momento anterior e foram importantes para a configuração vocálica atual. Muitos desses processos ainda são produtivos na língua, especificamente na posição pretônica, como harmonia vocálica e abaixamento. Sobre esses pontos, discutiremos na seção que se segue.

4 VARIAÇÃO DAS VOGAIS PRETÔNICAS

Como já visto na seção anterior, o sistema vocálico é reduzido nas posições pretônica e postônica. Essa redução possibilita, em vogais pré-acentuadas, que haja uma variação entre as médias altas /e, o/ e as altas /i, u/.

A recorrência da variação das vogais pretônicas é observada na distinção dialetal dos falantes do PB em pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, como as de Camara Jr. (1970), Bisol (1981), Callou, Leite e Coutinho (1991), Bisol e Magalhães (2004), Hora e Santiago (2006), Silva (2021), dentre outras, que nos proporcionaram visualizar melhor o sistema das vogais pré-acentuadas no PB.

Bisol (1981), por exemplo, fez uma investigação sobre as pretônicas, observando um alçamento das vogais médias altas /e, o/ para as altas /i, u/. Fato interessante é que a autora descreveu o fenômeno, mostrando que é a vogal alta na sílaba tônica que proporciona a aplicação da regra, como em “b[i]bido” para “bebido” e “c[u]ruja” para “coruja”. Não obstante, a linguista ainda apontou que o fenômeno do alçamento se aplica por meio de variação livre – quando, na sílaba tônica, não há uma vogal alta –, como em “t[u]mate” para “tomate”, “c[u]légio” para “colégio”, por exemplo.

O alçamento foi definido por Bisol (1981) em dois processos fonológicos. Em “b[i]bido” e “c[u]ruja” tem-se harmonia vocálica, uma vez que as vogais pretônicas assimilam traços de altura comuns às vogais da sílaba tônica /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/. Em “t[u]mate” e “c[u]légio” tem-se alçamento sem uma aparente motivação, isto é, a vogal pretônica média alta sofre o alteamento mesmo sem ter semelhança no traço de altura com a vogal em posição tônica.

Magalhães (2013, p. 47) estendeu a análise desses processos, lançando mais um olhar sobre as vogais médias pretônicas do português, observando dados em cartas dos séculos XVIII e XIX. O autor, ao analisar as cartas de tais séculos, observou que, para além da harmonia e alçamento sem motivação aparente, havia palavras, como “partecipo” e “vezinho”. Esses exemplos são definidos, pelo linguista, como uma “interação opaca em que a regra esperada deixa de se aplicar, mesmo tendo presente o contexto para aplicação” (Magalhães, 2013, p. 47). Para esta definição, é dado o nome de contra-alimentação. Além dessas palavras, havia exemplos nas cartas, como “desposição” e “enteira”, e Magalhães (2013, p. 47) define como abaixamento: uma “situação em que a vogal alta tornou-se média baixa sem qualquer motivação aparente”.

Diante disso, é importante inferir que análises sobre as vogais pretônicas, em registros escritos antigos, são interessantes, pois mostram a realidade linguística de uma determinada localidade e de uma determinada época e o quanto elas se refletem no português atual. Ao investigarmos a variação da representação gráfica das vogais em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII, observamos que as variações gráficas das vogais não acentuadas, em diferentes posições dos vocábulos, evidenciam a hesitação dos *scriptores* na escolha do grafema no momento da escrita, possivelmente, reflexo do conflito entre o período fonético e o etimológico da ortografia portuguesa. Para tanto, faremos uma análise desses assentos, levando em consideração os mesmos processos investigados por Bisol (1981) e Magalhães (2013). Apresentamos mais detalhes sobre os assentos na seção de análise dos vocábulos.

5 OS ASSENTOS DE CASAMENTOS COMO MATERIAL DE PESQUISA

Este estudo toma como material de pesquisa os registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, pertencente ao

Arcebispo da Bahia e situada na Capitania de Sergipe d'El Rey. A freguesia foi fundada em 1718, desmembrada da Freguesia de Santo Antônio de Vila Nova, no baixo sertão, à margem direita do Rio São Francisco, vizinha da Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco.

Os registros paroquiais, selecionados para o recorte deste estudo, fazem parte do Livro n.º 1 (1719-1753), referente aos assentos dos casados e dos mortos da Matriz de Santo Antônio do Urubu do Rio São Francisco, como consta no termo de abertura do livro, datado de 4 de novembro de 1718. O referido livro manuscrito integra o acervo documental da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Os assentos de casamentos, assim como os demais registros paroquiais, foram estabelecidos pelas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, em Sínodo Diocesano ocorrido em 1707, a partir dos preceitos do Sagrado Concílio Tridentino (1545-1563), na administração eclesiástica (1702-1722) de D. Sebastião Monteiro da Vide.

As Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, publicadas em 1719, definiram a estrutura dos registros paroquiais que deveriam ser seguidos pelos sacerdotes ao lançar as informações em cada livro específico da paróquia. Nos assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, encontramos as seguintes informações: data e local da celebração, nome do celebrante, se o próprio vigário da freguesia ou outro sacerdote com a devida permissão, os nomes dos contraentes, sua naturalidade, condição social, etnia e filiação, e, no caso dos viúvos, o nome do cônjuge e também o nome das testemunhas.

Além dessas informações, cada registro tem suas próprias peculiaridades, como as diligências em relação aos banhos, os impedimentos ocultos, as dispensas, os casos em que os contraentes não recebem as bênçãos, os casos dos cativos ou forros, em cujo assento consta o nome do(a) senhor(a), entre outras. Os assentos de casamentos da referida freguesia eram lavrados de acordo com as orientações estabelecidas pelas Constituições (1719), entretanto, alguns registros apresentam mais informações do que outros, e cada *scriptor*, que era o vigário responsável pela paróquia, ou, às vezes, o padre coadjutor que fazia 'as vezes do vigário', apresentava particularidades em sua escrita, seguindo mais rigidamente as orientações do Arcebispo, com mais zelo na organização do texto e nos padrões gráficos seguidos por cada um deles, como pode ser observado a seguir, a partir da transcrição de um assento de casamento localizado no fólio 11 *recto*:

Transcrição:

Aos dezacete dias do mes de Março doanno demil ecete | Centos evinte eCete pella menham nesta Igreja de Santo Antonio do Urubu feitas as denunciações na forma do Sa | grado Concilio Tridentino nesta Igreja onde os Contrahen | tes sam moradores enaturaes tambem nas freguezias | vizinhas de Jesus Maria Jozeph dope do banco ede Santo An | tonio de Villanova Sem impedimento algú Como Consta das Certidoes dos R.R. Parochos que tenho emmeu poder em | prezença demim Vigr.º Joam da Silva Ribr.º presentes | as testemunhas Manoel dos Santos Cardozo homem ca | zado morador nesta freguezia Luis dos Santos homem | Solteiro morador desta freguezia deSanto Antonio do | Urubu Joam Esteves Barboza da mesma freguezia homem | cazado pessoas Conhecidas por mim Se cazaraõ em face de | Igreja Solemnemente por palavras Jozeph Martins Beze | rra natural emorador nesta freguezia filho Legitimo | de Baltazar dos Reis Bezerra ede sua molher Thereza de | Serqueira, com Maria Rodrigues natural emoradora nesta | freguezia de Santo Anto do Urubu do Rio de Sam Francisco

| filha Legitima de Manoel da Cunha ede sua molher Mari | a Teixeira ja defunta enaõ
lhedei as benções Nuptiaes | deque tudo fiz este assento no mesmo dia que por verdade
| assiney.

O Vigrº Joam daSilva Ribrº
Manoel dos Sants Cardozo
Luis dos Sanctos Cardozo

O que nos chamou bastante atenção foi o fato de que os *scriptores* faziam parte da elite instruída daquele cenário social e apresentavam padrões gráficos muito peculiares, demonstrando o conhecimento da grafia utilizada na época, apesar das variações na escrita e do reflexo de características da modalidade oral no documento. A partir dos assentos de casamentos podemos ter acesso a uma série de informações de suma importância para os estudos linguísticos, recorrendo ao viés filológico por “integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecidas pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos” (Mattos e Silva, 2008, p. 14).

A Filologia, em seu sentido amplo, aborda o estudo da língua e do seu contexto histórico e social, a partir de textos escritos, sendo literários ou não, com o intuito de estudar, analisar e preservar o passado de uma língua e de um povo. De acordo com Mattos e Silva (2008, p. 14) “[a] Filologia assume o seu lugar como a ciência do texto”, e assim, diante da possibilidade de pesquisar os registros paroquiais do século XVIII, empreendemos este estudo, utilizando essa fonte documental serial, de acordo com o objetivo definido por Barros (2019, p. 58), que é “identificar, para um determinado processo historiográfico que se tem em vista, um certo padrão, as repetições ou recorrências que ocorrem em série, mas também variações que indicam uma tendência, os fluxos e refluxos que podem assinalar um ciclo”.

E, para identificar o padrão gráfico dos *scriptores* e as ocorrências do fenômeno estudado, utilizamos, como material de pesquisa, as reproduções fac-similares do livro manuscrito que fazem parte do acervo do Grupo de Pesquisa *Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa*, vinculado à Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus XVII.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este estudo, em primeiro lugar, tem um caráter filológico, voltado para a leitura e transcrição de assentos de casamentos do século XVIII, a partir das reproduções fac-similares da fonte da pesquisa.

Os textos escritos são fontes representativas de padrões ortográficos que podem ser interpretados de forma linguística, permitindo a análise dos aspectos gramaticais e da pronúncia, levando em consideração o que se aproxima ou se distancia de períodos pretéritos da língua (Montgomery, 2007, p. 114). Ainda em relação à investigação em textos escritos, Schneider (2002, p. 68) discute sobre o “princípio da remoção do filtro”, que consiste em avaliar um registro escrito, levando em consideração a relação deste com o evento de fala, na tentativa de reconstrução, da forma mais precisa possível, da representação da modalidade oral original.

Em segundo lugar, o estudo aborda o fenômeno linguístico do sistema vocálico pretônico encontrado no documento. Segundo Lass (2000), a análise do registro escrito não implica facilidade de interpretação e nem todas as variações são significativas. O pesquisador deve determinar a relação do sistema de escrita do documento com o estado de língua que ele representa, a exemplo dos indícios de processos fonético-fonológicos. O autor chama a atenção para os dados coletados, nos quais as grafias podem apresentar os eventuais erros gráficos durante a escrita, devendo ser descartadas. As demais variantes devem ser consideradas, a exemplo das variações puramente gráficas, resultantes do conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa, como o fonético e o etimológico; e as grafias fonologicamente significativas, que podem apresentar evidências de processos fonético-fonológicos.

O corpus do estudo é constituído pelos registros paroquiais encontrados no Livro nº 1 (1719-1753) da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, Capitania de Sergipe d'El Rey, utilizado para o registro dos casados e dos mortos, conforme termo de abertura.

Para este recorte, analisamos apenas os registros de casamentos que compõem a primeira parte do livro, compreendida entre o fôlio 1 *recto* e o verso 79. Os assentos de casamentos totalizam 231 registros exarados por 8 *scriptores* entre o período de 1719 a 1753.

A seleção das palavras utilizadas para o estudo do padrão do sistema vocálico foi feita durante a leitura e transcrição do documento, além de recorrermos ao programa *AntConc* (2011)¹¹, utilizado na análise de documentos escritos para a localização de palavras e número de frequência, entre outros recursos de pesquisa.

A fim de atestar a escrita das palavras analisadas, recorreremos a obras históricas, como o *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, de Raphael Bluteau (1712-1728), e a *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, de João de Moraes Madureira Feijó (1734), para descrevermos e compararmos as grafias com esses instrumentos de normatização da língua portuguesa do referido período, além do *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* de Guérios (1979), para atestar as etimologias dos antropônimos e dos patronímicos e do *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha (2012).

Após a seleção das unidades de análise, procuramos demonstrar os padrões do sistema vocálico, nesses assentos, levando em consideração a análise de Mattos e Silva (1989, 2006) sobre as ocorrências das pretônicas do PB em séculos passados e a de Magalhães (2013) sobre a mesma temática. Sob o respaldo deste último, separamos as palavras, classificando-as de acordo com os processos de harmonia vocálica, elevação sem motivação aparente, contra-alimentação e abaixamento, além da verificação das grafias.

¹¹ AntConc (2011) é um programa computacional desenvolvido por Laurence Anthony, professor da Escola de Ciências e Engenharia de Waseda University, Japão. Esse programa oferece um conjunto de ferramentas para análise de corpora através de geração de palavras-chave, sistematização de frequência e gráfico de palavras.

7 AS VOGAIS PRETÔNICAS NOS ASSENTOS DE CASAMENTOS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

7.1 Análise da variação gráfica

Por meio da análise da representação gráfica das vogais pretônicas, pretendemos analisar a variação entre <e>, <i> e <o>, <u>, enfatizando as ocorrências nas quais houve a variação, em consonância com o que afirma Mattos e Silva (1989, p. 68): “Os factos descritos estão quantificados porque esse tipo de informação pode fornecer indícios da vitalidade ou não de determinado uso linguístico transferido, talvez, para o texto escrito”. Os dados serão apresentados em duas tabelas, sendo a Tabela 1 destinada a apresentar a variação das vogais pretônicas <e>, <i> e a Tabela 2 destinada à variação das vogais <o>, <u>, como veremos a seguir:

Tabela 1 – Vogais em posição pretônica <e>, <i>.

Vocábulo	Ocorrências	Bluteau (1728)	Feijó (1734)	Guérios (1979)
<i>imcomendado</i> <i>incomendado</i> <i>encomendado</i>	01 01 43	“encomendado”	“encomendar”	-
<i>empedimento</i> <i>impedimento</i>	8 130	“impedimento”	“impedimento”	-
<i>despenssa</i> <i>dispensa</i>	01 01	“dispensa”	“dispensa”	-
<i>deligencias</i> <i>diligencias</i>	17 09	“diligencia”	“diligencia”	-
<i>despensados</i> <i>dispensados</i> <i>despenssado</i> <i>dispenssados</i>	02 07 01 01	“dispensado”	“dispensar”	-
<i>Filipe</i> <i>Philipe</i> <i>Felipe</i>	03 01 05	-	-	“Filipe” ou “Felipe”
<i>Philipa</i> <i>Felipa</i> <i>Felippa</i>	01 01 01	-	-	“Filipe” ou “Felipe”
<i>mistiço</i> <i>mistiça</i> <i>mestiço</i>	03 01 01	“mestiço” ou “mistiço”	“mestiço” ou “mistiço”	-
<i>sifizeraõ</i> <i>sefizeram</i>	01 01			-

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados expostos na Tabela 1, podemos observar que os *scriptores* apresentavam uma hesitação de escolha no momento da escrita, muitas vezes, optando pela escrita que atendia ao ouvido. Dessa forma, percebemos as trocas realizadas em *imcomendado* e *incomendado*, onde seria *encomendado*¹², como prescreve Bluteau (1728) e Feijó (1734). Nos referidos exemplos, houve o alteamento, uso da vogal alta <i> no lugar da vogal média-alta <e>. No corpus, encontramos os seguintes exemplos, em seus respectivos contextos:

Quadro 2 - *encomendado* e *incomendado*.

Vocábulo	Contexto	Ano / Fólio	Scriptor
<i>encomendado</i>	“nesta Matris de S. ^{to} Antonio do Urubú Com Licença do R. ^{do} Vigr. ^o encomendado de manhaã”	1729, 13 r.	Gonçallo Vellozo de Souza
<i>imcomendado</i>	“emprezença de mim o Pe Joachim deSouza Vigr. ^o imcomendado desta freg. ^{am} ”	1728, 11 v.	Joachim de Souza
<i>incomendado</i>	Como Consta do assento folhas doze emprezença do R. ^{do} Vigr. ^o incomendado	1730, 24 v.	Gonçallo Vellozo de Souza

Fonte: Elaboração própria.

A variação entre os grafemas <e> e <i> em um mesmo vocábulo, em posição inicial absoluta, também foi encontrada por Mattos e Silva (1989, p. 71), no exemplo: “enfinta (2)”, “infinta (1)”, em casos em que a vogal inicial é travada por uma consoante nasal ou sibilante.

No que toca aos exemplos, *empedimento* e *impedimento*, a ocorrência da vogal <e> no lugar de <i> parece resultar de uma hipercorreção, indicando processo de harmonia vocálica com a vogal média alta seguinte, como também aconteceu no exemplo *despensa* com a vogal travada por uma consoante sibilante.

No caso de “deligencias”¹³ encontrado nos dados analisados, observamos que Mattos e Silva (1989, p. 72) aponta que esse tipo de ocorrência pode acontecer quando, na sílaba seguinte, uma vogal alta (i, u) ou uma semivogal, que poderiam ser considerados elementos condicionadores do processo assimilatório de alteamento vocálico, não provoca o alteamento. Nessa palavra, em particular, parece haver uma hipercorreção por parte dos *scriptores*, uma vez que a forma não dicionarizada (*deligencias*) ocorre com mais frequência – 17 ocorrências. É uma palavra que está

¹² Pároco por encomendação. O *Dicionário Histórico do Português do Brasil* (DHPB) apresenta as seguintes variantes: “emcomendado”, “encomendada”, “encomendado”, “encómendado”, “encômendado”, “incomendado”, “incommendado”. Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/busca/>. Acesso em 23/01/2022.

¹³ “Diligência sf. zelo, cuidado, atividade, providências, pesquisa, investigação. Do lat. diligētia, de diligēre” (Cunha, 2012, p. 219). O *Dicionário Histórico do Português do Brasil* (DHPB) apresenta as seguintes variantes: “diligencia”, “dilligencia”, “delegencia”, “deligencia”, “deligência”, “deligemcia”, “deligensia”, “delligencia”, “diligentia”. Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/busca/>. Acesso em 23/01/2022.

flutuando, pois foi consagrada com *i*, mas naquele momento os *scriptores* ainda a grafavam com *e*.

Nos casos dos antropônimos *Filipe*, *Felipe*, *Philipe*, *Philipa* e *Felippa*, Guérios (1979, p. 121) considera as duas formas correta: *Felipe* ou *Filipe*. A forma *Felipe*, muito recorrente, não seguiria o princípio etimológico do nome que vem do grego *Philippos* ou *Philos-hippos*, “amigos de cavalos, o que gosta de cavalos”. O autor demonstra as variações para o nome em outros idiomas: espanhol: *Felipe*; francês: *Phillippe*; inglês: *Phillip* e italiano: *Filippo*.

Em *mestiço* e *mistiço*, as obras de referência do período, Bluteau (1728, p. 78) e Feijó (1734, p. 398), consideram as duas formas corretas, no entanto, eles informam ser mais própria a forma *mistiço* por parecer “misto, mistura” ou ainda, “o mesmo que mista geração”.

Ainda, encontramos exemplos como *Sifizeraõ* e *Sefizeram*, que aparecem nos contextos:

Quadro 3 - *Sifizeraõ* e *Sefizeram*.

<i>Sifizeraõ</i>	“eSifizeraõ as deligencias necessarias q man da nossas Constituições.”	1722, 4 v.	Joam da Silva Ribeiro
<i>Sefizeram</i>	“Sem Sedesco brir impedimento onde Sefizeram perguntas aos Contra entes”	1743, 50 r	Joam Gomes deSouza

Fonte: Elaboração própria.

Tais exemplos permitem-nos inferir que a variação do clítico *se/si* é influenciada pela vogal alta <i> seguinte (“fizeram”), causando o alteamento. Mattos e Silva (1989, p. 74-75) encontra a variação <e>, <i> em pronomes pessoais monossílabos em posição não acentuada no sintagma, informando que a variação em <e> poderia refletir as grafias do acusativo e as grafias em <i>, do dativo latino.

Esses exemplos são dados interessantes, pois os *scriptores* interpretam o pronome com o verbo como uma única palavra, isto é, como uma palavra prosódica¹⁴. Grosso modo, a vogal do pronome, /e/, torna-se pretônica e aplica-se a regra em detrimento da vogal alta, /i/, do verbo, resultando em *sifizeram*. Além disso, esse dado só reitera que o status do clítico é de forma dependente.

Nunes (1945, p. 60) nos diz que “é já muito antiga na língua a troca do i átono por e, principalmente em sílaba inicial da palavra seguida de outra em que haja também i (dissimilação)”. O autor ainda informa que a troca do uso das grafias está também nos hábitos das pessoas cultas e que a pronúncia é reproduzida na grafia.

Com os dados da Tabela 2, observaremos a variação das vogais em posição pretônica <o>, <u> para melhor visualização das ocorrências encontradas no corpus.

¹⁴ Não é nossa intenção nos debruçarmos sobre essa questão. Nosso intuito maior é mencionar que já era possível notar a ocorrência desse fenômeno em séculos passados. Sobre palavra prosódica, sugerimos a leitura da teoria da Fonologia Prosódica, desenvolvida por Nespor e Vogel (1986).

Tabela 2 – Vogais em posição pretônica <o>, <u>.

Vocábulo	Ocorrências	Bluteau (1728)	Feijó (1734)	Guérios (1979)
<i>Orubú</i>	05			
<i>Orubu</i>	03			
<i>Urubú</i>	199	-	-	-
<i>Urubu</i>	129			
<i>Molber</i>	135	“mulher”	“mulher”	-
<i>Mulber</i>	110			
<i>Monis</i>	02	-	-	“Muniz”
<i>Munis</i>	02			
<i>Costodio</i>	01			
<i>Costodia</i>	04	-	-	“Custódio,-a”
<i>Custodia</i>	01			
<i>Natorais</i>	01	“Natural”	“naturáes”	-
<i>Naturais</i>	119	“naturaes”		
<i>descobrir</i>	114	“descobrir”	“Cobrir”	-
<i>descubrir</i>	91		“descobrir”	

Fonte: Elaboração própria.

Nos exemplos *Urubu*¹⁵, *Orubu*¹⁶, o abaixamento na vogal em posição inicial absoluta, que tem a representação gráfica variável, está seguido de vogal alta na sílaba vizinha. De acordo com Mattos e Silva (1989, 2006), a vogal alta na sílaba seguinte poderia ser considerada um elemento condicionador do resultado da hipercorreção ocorrida em *Orubú*.

Quanto ao uso do diacrítico circunflexo em *Urubú* e *Orubú*, Assis e Silva (2021), em estudo sobre os sinais diacríticos em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII, identificaram que o uso do circunflexo nos vocábulos *Urubú* e *Orubú* indicavam a tonicidade da vogal não só em vogais de som fechado como em vogais de som aberto no documento analisado.

No caso da variação ocorrida em *molber*, Fernão de Oliveira (1536, p. 25) traz a explicação de que há semelhança e proximidade em algumas vogais, como é o caso do <u> e <o>, como nos exemplos “somir” e “sumir”, “dormir” e “durmir” e “bolir” ou “bulir”. Por sua vez, Feijó (1734) registra exemplos como “abondar”, “acentoar”, “acepelhar”, sinalizando a variedade na realização das vogais médias e sinaliza a forma

¹⁵ Do tupi *uru'ũu* (Cunha, 2012, p. 663).

¹⁶ *Urubú* e *Orubú* são variantes aceitas pelo *Dicionário Histórico do Português do Brasil* (DHPB). Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/busca/>. Acesso em 23/01/2022.

“mulhér” e “mulheres”, de “mulier”, e não “molher” e “molheres” (Feijó, 1734, p. 407).

De acordo com Mattos e Silva (2006, p. 60), encontra-se a grafia <o> e <u> em itens esporádicos do léxico, como “logar/lugar”; “molher/mulher”; “soterrar/suterrar”, a que não se pode aplicar uma regra de condicionamento fonético do tipo assimilatório, como o exemplo *natorais* que provavelmente indica uma hipercorreção.

Em relação aos antropônimos *Costódio*, *Costódia* e *Monis*, a obra de Guérios (1979, p. 98; 181) traz a grafia “Custódio”, baseado no latim *custodia*: “guarda, vigilância” e para o sobrenome português, apresenta a grafia “Muniz”, de étimo obscuro, mas provavelmente de origem ibérica. O autor também apresenta a tradução do basco *muñ*: “beijo, marca” e *muñño*: “colina outeiro”, e acrescenta proceder de Egas Moniz, aio de El-Rei D. Afonso Henriques.

Para o vocábulo *descubrir*, as ocorrências estão em contextos semelhantes, como mostra o Quadro 4:

Quadro 4 – *Sedescobrir* e *Se descobrir*.

<i>descobrir</i>	“Sem Sedescobrir empe dim. ^{to} emp. ^{te} nenhuá”	1741, 47 r.	Joam Gomes de Souza
<i>descubrir</i>	“Sem Se descobrir impedimento”	1728, 11 v.	Joachim de Souza

Fonte: Elaboração própria.

No referido vocábulo, o alteamento, uso de <u> onde seria <o>, é influenciado pela vogal alta na sílaba seguinte. Na obra de Feijó (1734, p. 242), o autor apresenta a forma “cobrir” e não *cubrir*, conforme a origem no latim *cooperire*. No entanto, Feijó (1734, p. 242) chama a atenção para a conjugação no presente, que se diz: “eu cubro, tu cobres”, indicando essa mudança como influência na variação do verbo *cobrir*, *cubrir* e, conseqüentemente, seus derivados.

7.2 Ocorrência dos processos fonológicos nos vocábulos dos assentos

Na seção anterior, mostramos que os assentos apresentavam variação na grafia de alguns vocábulos, com a hipótese de que essas variações eram marcas da oralidade. Uma curiosidade importante sobre os assentos é que eles, como já descrito na seção 5, são textos considerados formais para a época, ou seja, eram utilizados como documentos. Além disso, eram escritos pelos vigários – que detinham instrução escolar e prática de escrita.

Nesse sentido, os dados encontrados na investigação do objeto de pesquisa deste artigo são bastante similares aos que Magalhães (2013) investigou em cartas pessoais e documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX. Como o autor afirma, há “total ausência de linearidade entre alçamento e abaixamento” (Magalhães, 2013, p. 45). Sendo assim, fizemos uma classificação dos vocábulos analisados na seção anterior, de acordo à variação das pretônicas médias e altas, buscando investigar os processos envolvidos nessas situações. Para tanto, como já dito anteriormente, baseamos nossas análises em Magalhães (2013). A respeito da variação das pretônicas /e/ e /i/, temos a ocorrência dos seguintes processos fonológicos:

Quadro 5 – Ocorrência dos processos fonológicos nos vocábulos encontrados nos assentos.

Variação das vogais pretônicas /e/ e /i/		
Processo fonológico	Vocábulo	Variação do vocábulo
Harmonia vocálica	<i>Felipe</i>	<i>Filipe</i> <i>Phelipe</i>
	<i>Felipa</i>	<i>Philipa</i>
	<i>mestiço</i>	<i>mistiço</i> <i>mistiça</i>
	<i>sefizaram</i>	<i>sifizeraõ</i>
Elevação sem motivação aparente	<i>encomendado</i>	<i>imcomendado</i> <i>incomendado</i> ¹⁷
Contra-alimentação	<i>diligencia</i>	<i>deligencia</i>
Abaixamento	<i>impedimento</i>	<i>empedimento</i>
	<i>dispensa</i>	<i>despensa</i>
	<i>dispensado</i>	<i>despensados</i> <i>despensados</i>

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise do Quadro 5, é possível apontar que a forma como os vocábulos foram grafados pode ser uma coincidência de como as vogais são produzidas na fala. A variação dessas vogais pretônicas expressa, justamente, uma motivação bastante comum na fala e a análise feita por meio dos quatro processos fonológicos evidencia melhor essa constatação. O mesmo argumento pode ser feito acerca do Quadro 6 das vogais /o/ e /u/, a seguir:

¹⁷ O alteamento da vogal /i/ na palavra *encomendado* pode ser decorrente de harmonia vocálica desencadeada pela presença da vogal [u] na sílaba [ku] que ocorre na fala sem registro na escrita.

Quadro 6 – Ocorrência dos processos fonológicos nos vocábulos encontrados nos assentos.

Variação das vogais pretônicas /o/ e /u/		
Processo fonológico	Vocábulo	Variação do vocábulo
Harmonia vocálica	<i>descobrir</i>	<i>descubrir</i>
Elevação sem motivação aparente	-	-
Contra-alimentação	<i>urubu</i>	<i>orubu</i> <i>orubú</i>
	<i>Muniç</i>	<i>Monis</i>
Abaixamento	<i>mulher</i>	<i>molher</i>
	<i>Custódio(a)</i>	<i>Costodio</i> <i>Costodia</i>
	<i>naturais</i>	<i>natorais</i>

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 6 corrobora, ainda mais, o argumento de que as formas como os vocábulos foram grafados sejam indícios da oralidade. Diferentemente do Quadro 5, onde houve exemplos para todos os processos, não encontramos nenhum vocábulo com ocorrência do processo de elevação sem motivação aparente. A respeito disso, Magalhães (2013, p. 49) explana que “trabalhos de natureza diacrônica que utilizaram dados de fala espontânea do português brasileiro têm demonstrado que atualmente a variação entre [e]/ [i] é muito mais latente do que entre [o]/[u]”.

7.3 Forma escrita ou forma falada?

Os resultados, apresentados nas seções anteriores, apontaram que há uma tendência de variação das vogais pretônicas na forma como os *scriptores* escreviam os assentos. Sendo assim, ao partirmos do fato de que havia essa variação num registro escrito, consideramos que ocorre uma flutuação entre a forma dicionarizada e a forma falada. Dito isso, mediante aos dados apresentados nas subseções 7.1 e 7.2, fica o questionamento: Há uma maior tendência desses *scriptores* seguirem o dicionário ou seguirem a oralidade?

A partir do levantamento dos dados, compilamos o número de ocorrências dos vocábulos para observar qual forma, dicionarizada ou oral, era mais usada nos assentos. Obtivemos 873 ocorrências de palavras dicionarizadas e 273 ocorrências de como eram, possivelmente, faladas naquele contexto. O gráfico abaixo descreve esses resultados.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 – Vocábulos com grafias dicionarizadas e grafias como possível registro da oralidade.

Por meio da observação do Gráfico 1, é possível inferir que há uma flutuação entre as formas dicionarizada e falada. No entanto, a proporção mostra que há mais dados que são concordantes com a forma escrita já padronizada na época. Esses resultados são coerentes, pois o século XVIII não tinha uma forte normatização da escrita, mas os manuais ortográficos, gramáticas e dicionários já eram fortes indícios da tentativa de padronização da escrita. Além disso, outro fato importante que justifica o maior número de formas dicionarizadas, é que os *scriptores* dos assentos, aqui analisados, eram escolarizados, ou seja, sua escrita era fortemente influenciada pelos textos escritos que circulavam na época.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FLP 23(2)

Neste artigo, procuramos investigar o quadro das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII. Ao investigar tais vogais, verificamos a ocorrência de processos fonológicos, como alçamento e abaixamento, acarretando a variação.

Nossa hipótese, de que os *scriptores* exaravam suas escritas, sob influência da fala, parece ter se confirmado apenas parcialmente, uma vez que houve maior ocorrência de palavras que seguiam a padronização dicionarizada. Por outro lado, houve diversas ocorrências da variação dos vocábulos analisados neste trabalho. Esses registros escritos tendem a ser marcas traçadas na oralidade, pois a implementação de processos fonológicos, como os que aqui foram analisados, estão, comumente, presentes na língua falada.

Faz-se necessário esclarecer que nossas constatações não são impositivas e estão longe disso. Contudo, diversos trabalhos em Linguística Histórica e Fonologia diacrônica – muitos deles discutidos neste artigo – evidenciaram que as marcas da oralidade em registros gráficos de séculos passados pareciam ser uma realidade.

Nossos resultados evidenciam que, já no século XVIII, período em que se tem uma padronização incipiente da ortografia com os manuais ortográficos, gramáticas e dicionários, a variação da escrita das vogais pretônicas é menos recorrente, bem como evidenciam que a organização do sistema vocálico pretônico atual já está também com essa configuração nesse século.

REFERÊNCIAS

- Anthony L. Lawrence Anthony Website (AntConc). [citado 15 jun. 2020]. Disponível em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/index.html>.
- Assis LB, Silva JAA. Assentos de casamentos do sertão do São Francisco (1719-1753): considerações sobre os sinais diacríticos agudo, circunflexo e til. *A cor das letras*. 2021;22(1):370–389.
- Baia, Arcebispo. Constituições primeyras do Arcebispo da Bahia feytas, & ordenadas pelo Illustríssimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispo, & do Conselho de Sua Magestade, propostas, e aceytas em o sínodo Diecesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. Lisboa Occidental: na Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade; 1719. [citado 20 jun. 2020]. Disponível em: <http://purl.pt/24092>.
- Barbosa JS. Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem. 5.^a ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias; 1871[1822].
- Barretto JF. Ortografia da Língua Portuguesa. Lisboa: Officina de Ioam da Costa; 1671. [citado 15 jun. 2020]. Disponível em: <http://purl.pt/18>.
- Barros JD'A. Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes; 2019.
- Barros J. Grammatica da lingua portuguesa. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum; 1540. [citado 15 jul. 2020]. Disponível em: <http://purl.pt/12148>.
- Bisol L. Harmonização vocálica: uma regra variável [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1981.
- Bisol L, Magalhães JS. A redução vocálica no português brasileiro: avaliação via restrições. *Revista da Abralín*, 2004;3(1-2):195-216.
- Bluteau R. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; 1728. [citado 10 jul. 2021]. Disponível em: <http://purl.pt/13969>.
- Callou D, Leite Y, Coutinho L. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro. *Organon*. 1991;5(18):71-78.
- Camara Jr. JM. Estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes; 1970.
- Coutinho IL. Gramática histórica. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; 1976 [1938].
- Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexicon; 2012.
- Dicionário histórico do português do Brasil (DHPB): séculos XVI, XVII e XVIII. Araraquara: FCL-UNESP; 2021.
- Eckert P, McConnell-Ginet S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: Ostermann AC, Fontana B, organizadores e tradutores. *Linguagem. Gênero. Sexualidade. Clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial; 2010. p. 93-107.
- Feijó JMM. Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca; 1734. [citado 01 fev. 2021]. Disponível em: <http://purl.pt/13>.
- Gândavo PM. Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa; 1574. [citado 01 fev. 2021]. Disponível em: <http://purl.pt/324>.

FLP 23(2)

Guérios RFM. Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes. 3.^a ed. rev. e amp. São Paulo: Ave Maria; 1979.

Hora D, Santiago S. Vogais pretônicas no Norte do Brasil: o falar de Macapá. In: Ramos J, organizador. Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; 2006. p. 21-36.

Kemmler R. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até a reforma ortográfica de 1911. Lusorama. Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa. 2001;47-48:130-319.

Lass R. Historical Linguistics and language change. Cambridge: Cambridge University Press; 2000.

Leão DN. Orthografia da Lingoa Portuguesa: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem, Item hum tractado dos pontos das clausulas. Lisboa: Per João de Barreira, Impressor del Rei N. S.; 1576. [citado 03 jul. 2020]. Disponível em: <https://purl.pt/15>.

Livro n.º 1 de Registros de Casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo (1719-1953). Arquivo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – Bahia.

Magalhães J. Alçamento das vogais pretônicas nos séculos XVIII e XIX. Revista do GELNE. 2013; 15(spe):35-51.

Mattos e Silva RV. Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 1989.

Mattos e Silva RV. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Editora Contexto; 2006.

Mattos e Silva RV. Caminhos da Linguística Histórica: “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.

Montgomery M. Variation and historical linguistic. In: Bayley R, Lucas C, editors. Sociolinguistic Variation: Theories, Methods, and Applications. Cambridge: Cambridge University Press; 2007. p. 110-132.

Nespor M, Vogel I. Prosodic phonology. Dordrecht: Foris; 1986.

Nunes JJ. Compêndio de gramática histórica portuguesa. 5.^a ed. Lisboa: Clássica; 1945.

Oliveira F. Grammatica da linguagem portuguesa. Lisboa: e[m] casa d’Germão Galharde; 1536. [citado 10 fev. 2021]. Disponível em: <http://purl.pt/120>.

Schneider EW. Investigating historical variation and change in written documents: new perspectives. In: Chambers JK, Schilling N, editors. The handbook of language variation and change. 2nd ed. Chichester-West Sussex: WileyBlackwell; 2013 [2002]. p. 57-81.

Silva MB. Vogais pretônicas no Brasil: uma proposta de descrição a partir da fala de Salvador. São Paulo: Blucher; 2021.

Vera AF. Orthographia ou modo para escrever certo a língua portuguesa. Lisboa: Mathias Rodriguez; 1631. [citado 20 jun. 2020]. Disponível em: <http://purl.pt/12>.

Verney LA. Verdadeiro método de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Oficina de Antonio Balle; 1746. [citado 01 jun. 2020]. Disponível em: <http://purl.pt/118>.

Letramento Paleográfico: a escrita para além do código

Palaeographic Literacy: writing beyond code

Wagner Rodrigues Loiola*

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Ceará, CE, Brasil

Expedito Eloísio Ximenes**

Universidade Estadual do Ceará, Ceará, CE, Brasil

Resumo: Discutir sobre uma ciência considerada da “escrita antiga” à luz do letramento, que parece ser algo bem recente, pode até demonstrar uma certa incoerência. No entanto, a Paleografia não estancou na concepção dada a ela por muitos, e essa ciência se adequa muito bem às discussões sobre letramento e sobre práticas pedagógicas de ensino de aquisição da escrita. Este artigo tem por objetivo discutir sobre o Letramento Paleográfico e a atualidade da Paleografia como história da cultura escrita em qualquer época e em suportes vários. Fizemos uma digressão pela história da linguagem e do surgimento da escrita com base em autores que tratam da temática, como Fischer (1999 e 2006), Martins (2002), Janson (2015) e autores que tratam da aquisição da escrita na atualidade, como Soares (2002) e Street (2012). Apresentamos algumas formas de escrita antiga, textos produzidos no século XVIII, textos escolares atuais e textos em ambientes virtuais para percebermos o processo de escrita na linha do tempo. Percebemos que a Paleografia, longe de ser uma ciência de leitura de textos antigos, é uma ciência que se renova a cada movimento da sociedade, dando conta das realidades e das ações do ser humano em se falando de práticas de escrita e em suportes dos textos. Assim, a Paleografia, como história da cultura escrita, é uma ciência interdisciplinar e atualizada no tempo presente.

Palavras-chave: Paleografia. Cultura escrita. Letramento Paleográfico. Usos da escrita. Aprendizagem da escrita.

Abstract: This paper aims to discuss and investigate a relevant issue related to palaeographic literacy: the influence of writing history on contemporary texts, and the emergence of writing. The research was done with basis on well-known theorists in this field of studies: Fischer (1999, 2006), Martins (2002), Janson (2015); and others, who investigate writing nowadays: Soares (2002) and Street (2012). The study consisted of the analysis of two groups of texts: one group comprises texts produced in the eighteenth century, considering that they contain crucial features for the study at play. The other group consists of school texts selected from the internet. This assisted us to realize and comprehend how writing evolved over the years. Results proved that palaeography is not only a science that contributes to decoding ancient texts. It also plays an important role in practices of writing of contemporary texts. This proves that palaeography did not get stuck in its time. On the contrary, when it comes to writing, it is connected to every social movement which emerges over the years. We could notice that it is an interdisciplinary science, seeing that it makes a good contribution to Linguistics as

* Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; wagnerloiola@gmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA e Mestrado Interdisciplinar em História e Letras – MIHL, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; expedito.ximenes@uece.br

a whole. To sum up, paleography does not only reflects the history of writing, but also helps in the process of production and reception of contemporary texts. We can regard it as a science which advanced as other important sciences did in our society. We are opposed to some scholars who believe that palaeography got stuck in ancient times. Our findings in our research proved that it may be treated as a modern science. Therefore, their rationale needs to be re-thought.

Keywords: Palaeography. Writing culture. Litteracy. Palaeographic Literacy. Uses of writing. Writing learning.

1 INTRODUÇÃO

As possibilidades de acesso à internet, na atualidade, por meio de equipamentos cada vez menores e de fácil portabilidade, permitem que as pessoas, de diferentes níveis escolares e socioeconômicos, possam adentrar na seara digital e tenham a falsa impressão de domínio da tecnologia da escrita. Esse novo mundo que está em pleno desenvolvimento suscitou discussões e mudanças nos fluxos educacionais para prepararem discentes e docentes afeitos às novas demandas tecnológicas e sociais.

Nesse contexto, as pesquisas, nas últimas duas décadas, nortearam seus estudos para as teorias, para as práticas e para os impactos do mundo digital e das tecnologias de informação e comunicação – TICs – na vida dos indivíduos, aqui em específico, das comunidades escolares, ajudando a desconstruir um discurso tecnóforo e do desvirtuamento da língua ocasionada pelas e nas interações mediadas pelos suportes eletrônicos. Contudo, essa inflexão ao digital fez com que práticas ainda necessárias em sociedade fossem colocadas à margem do ensino em diferentes segmentos, tanto na formação e na prática dos docentes quanto na formação e na prática dos discentes.

Não queremos advogar em favor da exclusividade do ensino voltado para as novas tecnologias e nem temos uma posição extremista e saudosista em relação aos processos e procedimentos “tradicionais” de escrita, só percebemos em um contínuo de práticas sociais e históricas situadas. Assim, a escrita manual cursiva ainda permanece como principal elemento e ferramenta de ensino no Brasil, no século XXI, com práticas pedagógicas muito similares às dos séculos XVIII e XIX, e, mesmo os processos seletivos aludidos de excelência, como os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), requerem dos candidatos uma produção manual cursiva.

Desta feita, o entendimento da língua(gem) como interação só ratifica a importância de disciplinas como a Filologia, centrada na recuperação, edição e transmissão de textos, e a Paleografia, que tem como objeto a escrita, sua história e sua função em qualquer época. Essas ciências são fundamentais para a compreensão da dinamicidade da língua e dos processos interativos na formação dos professores, compreendendo as tradições passadas. No entanto, os aspectos sincrônicos dominam os cursos de Letras, empenhando dispendioso tempo na tentativa de desvelar “todo” o fenômeno linguístico a partir do agora, o que apenas arranha a superfície de uma computação ubíqua.

Em meio a esse panorama difuso, o sistema educacional precisa preparar os diferentes agentes desse ambiente a pensar a escrita para além dos processos de codificação e decodificação – uma alfabetização no aspecto mais rudimentar do vocábulo – em uma reflexão crítica sobre os processos e influências da escrita para as sociedades. Para tanto, pretendemos conceituar o termo Letramento Paleográfico –

LP – por meio de uma introspecção argumentativa sobre a Paleografia, os tipos caligráficos e as práticas sociais escritas.

Vamos abordar neste trabalho o letramento ou domínio da escrita e da leitura, por meio das reflexões acerca da Paleografia, sobretudo, em suas três dimensões, a saber: paleografia de leitura, paleografia crítica e paleografia cultural ou de história da escrita. Vemos que o LP passa por etapas que ao longo do tempo mudaram as práticas de domínio do texto escrito e da leitura dos textos.

Cada concepção de Paleografia está relacionada à prática de lidar com os textos. Dessa forma, de um método de leitura decodificadora, seguindo as normas de transcrição, entendia-se a Paleografia como a ciência da escrita antiga; depois a concepção de analisar os caracteres que compõem a grafia e a escrita dos textos, tanto estruturais, como modificativos (suportes, instrumentos, destinatários e nível cultural dos autores etc.); passou-se para uma terceira fase que se centra nas perguntas: *quem, quantos e por que* se escreve os textos? Esta concepção vai além da codificação para uma análise crítica do texto escrito e das razões que levam alguém a escrever. Está contida nesta concepção a história da cultura escrita e toda a importância que é o ato de escrever, tanto no passado quanto no presente.

Com base nestas concepções e nas mudanças ocorridas ao longo do tempo, no entendimento de Paleografia como processo de desenvolvimento evolutivo do ser humano face às suas práticas de lidar com o conhecimento, trazemos esta discussão para as práticas da atualidade no ambiente em que se aprende a ler e a escrever, que é o ambiente escolar. É nele, por excelência, mas não unicamente, que o ser humano tem contato direto com os diferentes instrumentos da escrita e com as razões de aprender a ler e a escrever, frente aos novos meios e instrumentos que contribuem para o letramento escolar.

FLP 23(2)

2 A CIÊNCIA DA ESCRITA: A PALEOGRAFIA

Tem-se consciência de que, com a presença do *homo erectus* no planeta Terra, há cerca de dois milhões de anos, já havia uma linguagem, mesmo rudimentar, articulada para comunicar alguma coisa.

Os atributos da fala humana articulada parecem ter evoluído rapidamente, entre 1,6 milhões e 400.000 anos atrás. Dessa última data, chegam-nos o mais antigo fóssil homínido que sugere um provável uso da fala vocal. Este provável emergiu com uma espécie inteiramente nova de homínido: o *Homo erectus*. (Fischer, 1999, p. 35).

Com a presença do *homo sapiens*, há mais ou menos trezentos mil anos, ocupando boa parte do planeta, a linguagem passou pelo processo de desenvolvimento, pois esta espécie já se comunicava de forma bem articulada e “os processos mentais complexos são tornados possíveis por frases complexas, permitindo sociedades com base na fala” (Fischer, 2002, p.51). Os humanos modernos, a partir de cento e cinquenta mil anos, apresentam características físicas necessárias à fala tais quais as que apresenta na atualidade.

O esquema abaixo, adaptado de Fischer (1999), apresenta o processo evolutivo da espécie *homo*.

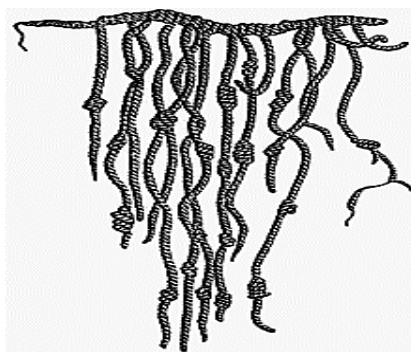
Do *Homo erectus* surgiram aparentemente duas linhas divergentes principais:

1. *Homo neanderthalensis* (há 300.000 anos) os processos mentais complexos são provavelmente possíveis por frases complexas, permitindo sociedades com base na fala, mas [i], [a], [u] não podem ser pronunciados por essa espécie.
2. *Homo sapiens* (há 300.000 anos): os processos mentais complexos são tornados possíveis por frases complexas, permitindo sociedades com base na fala). Humanos modernos (há 150.000 anos): todas as características necessárias à fala, tal como a conhecemos hoje, encontram-se presentes há cerca de 150.000 anos. (Fischer, 1999, p.51).

O surgimento da linguagem humana está atrelado à capacidade de desenvolvimento do cérebro. Foi possível uma evolução por meio dos gestos, dos guinchos e dos suspiros iniciais para uma linguagem articulada. Assim, o registro escrito das línguas pode ser considerado a continuação desse processo evolutivo. No entanto, não se pode afirmar que as línguas ágrafas não tenham passado pelo processo de evolução. Também não se sabe precisar com exatidão em que momento iniciou a prática da escrita. Há várias teorias acerca do seu surgimento, onde e quando foram usados os primeiros sistemas de uma língua escrita e em que suporte. Há uma hipótese de que a invenção da escrita tenha ocorrido em três lugares, como ressalta Janson (2015):

A maioria dos estudiosos acredita que a escrita foi inventada de forma independente pelo menos três vezes: na Mesopotâmia, na região do Tigre e do Eufrates por volta de 3.000 a.C.; na China, em fase não posterior a 1.500; e na América Central, três ou quatro séculos antes da era cristã. (Janson, 2015, p. 63).

Diversas são também as teorias que discutem o porquê do surgimento da escrita. Foi uma necessidade religiosa, política, cultural ou administrativa? Berwanger e Leal (2012), ao discutirem essa questão, afirmam que a hipótese mais provável seja a administrativa, pela escrita resolver problemas burocráticos da sociedade. Seja qual for motivo, o que importa é que a prática de escrever é atual, boa parte do mundo usa a escrita para variados fins. As formas de registro das informações evoluíram de simples rabiscos em suporte material duro, para símbolos mais elaborados, até se constituírem na escrita alfabética. As primeiras formas de comunicação por meio de registros parecem ser os entalhes há cerca de cem mil anos atrás, conforme Fischer (2009). Outros símbolos gráficos e mnemônicos eram usados, como os nós em cordas no período neolítico, destacando-se os registros de Quipu, na América do Sul, conforme imagem a seguir.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Quipu>.

Figura 1 - Nós em corda.

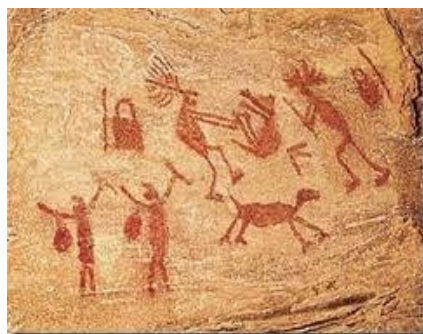
Os entalhes em cascas de árvores, em ossos ou mesmo galhos arranjados sobre o caminho também são recursos mnemônicos, que transmitem uma ideia que não pode ser comunicada oralmente, salienta Fischer (2009).



Fonte: Fischer (2009, p. 18).

Figura 2 - Entalhe no osso Ishango. Zaire.

Vários outros recursos foram desenvolvidos pelo homem primitivo, como a pictografia, que se caracteriza pelos lembretes ou mensagens representadas por meio de marcas e elementos mnemônicos.



Fonte: <https://dissertareargumentar.wordpress.com/2013/02/11/historia-da-escrita-1-a-humanidade-grafa-e-a-escrita-pictografica/>.

Figura 3 - Desenhos da escrita pictográfica.

Outra fase é a escrita ideográfica, que é uma linguagem simbólica em que cada palavra ou grupo de palavras essenciais da frase tem símbolo individual ou fixo, representando uma ideia abstrata, uma qualidade, uma ação.



Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/5818154>.

Figura 4 - Escrita ideográfica chinesa.

A Silabografia é outra fase da escrita: trata-se de um sistema em que a sílaba tem sua representação própria, como na escrita japonesa.

Por fim, a escrita fonográfica, ou sistema fonético. Neste sistema, cada som tem seu símbolo individual, chamado letra. Remonta aos fenícios, que aperfeiçoaram e divulgaram o alfabeto. Há indicativos de que o alfabeto foi criado pelos egípcios, tendo os gregos e fenícios recebido este instrumento poderoso para a expansão da escrita, conforme Martins (2002). O alfabeto fonético é adotado em todas as línguas ocidentais e por algumas línguas orientais, e marca um grande avanço na história da humanidade, como destacam historiadores da escrita como Higounet (2003) e Martins (2002), dentre outros.

A invenção do alfabeto e, muito posteriormente, a do papel, causou impactos imensuráveis ao mundo, que ainda hoje são insuperáveis, não obstante toda a tecnologia que o homem moderno supõe ter descoberto.

O processo de desenvolvimento da escrita em qualquer suporte material brando e em qualquer modelo de registro é estudado pela ciência que denominamos de Paleografia. Já a escrita em suporte duro, seria objeto de estudo da Epigrafia. Assim como a prática da escrita e o desenvolvimento de material de escrita passou e passa constantemente por mudanças, assim também ocorre com a concepção de Paleografia. Mas é importante frisar que essa não é uma ciência obsoleta, pois acompanha o processo evolutivo do ser humano em sua prática antiga e contemporânea de querer comunicar algo aos seus semelhantes por meio de textos escritos. A ação de comunicar nunca será ultrapassada, ao contrário, sempre ganha força e poder a cada meio de comunicação que o homem cria. Assim, a Paleografia e a escrita são produtos desse processo, renovando-se e se atualizando a cada passo das sociedades, como é visível nos meios e recursos pelos quais as pessoas se expressam na atualidade.

Como dito acima, as formas de registro escrito são tão antigas como a presença do ser humano no planeta. Os primeiros vestígios em forma de rabiscos foram anotados em matéria dura. Essas formas já podem ser consideradas um processo e

produto de escrita. Quando a escrita se torna um instrumento efetivo de registros de comunicação e expressa a cultura de um povo, os suportes que a sustentam surgem em grande escala em matérias brandas e flexíveis como o papiro, o pergaminho e o papel, marcando o grande avanço tecnológico de sua época, que atualmente ainda não foi superado nem substituído, apesar da invenção do suporte digital.

Nesse contexto, poderia-se pensar numa ciência que daria conta do estudo da escrita. Essa ciência só se constitui de forma sistemática e reconhecida no século XVII com a obra do monge beneditino Jean Mabillon, *De re diplomática (Acerca de assuntos diplomáticos)*, em seis livros, datada de 1681.

A definição de Paleografia mais empregada em manuais e dicionários é o estudo da escrita antiga. O sentido parece estagnado no tempo, apenas se reporta aos textos antigos e à forma de ler e interpretar a escrita desses textos, nos suportes brandos ou macios, como afirma Acioli (2003, p.5): “Ela [a Paleografia] estuda particularmente a escrita feita sobre material brando ou macio, tais como, as tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel [...]”. Vários manuais apresentam o mesmo conceito. Mendes (1953, p. 11) traz definições semelhantes de outros autores e defende que “A nosso ver poderíamos simplesmente dizer que: ‘A Paleografia é a arte de ler documentos antigos’”. Dessa forma, ele a considera uma arte e restringe-a apenas aos textos antigos. Berwanger e Leal (2003) também apresentam um apanhando de definições que corroboram com a noção mais tradicional.

Em nosso entendimento, a Paleografia expande-se para a leitura de textos escritos em qualquer época e em qualquer suporte, inclusive sobre os escritos em ambiente virtual. Alguns autores restringem o campo da Paleografia aos textos escritos em materiais brandos e reservam os materiais duros à Epigrafia. Na concepção de Zozaya-Montes (2017), a Epigrafia estuda as epígrafes, ou os textos de publicidade, como anúncios e cartazes. Para a autora, a Epigrafia se caracteriza como inscrição em qualquer material, como é comum vermos hoje, nas faixas de pano, nos outdoors, nas paredes das cidades, nas pedras, nas fachadas das lojas, com o objetivo de publicizar informações comerciais ou divulgar ideias, nomes e partidos de candidatos a cargos políticos, anúncios de festas, outros acontecimentos e propagandas de produto em geral. Não importa a consistência do material, o que está em foco é a funcionalidade da escrita.

Assim como a Epigrafia, a Paleografia também estende seu conceito e sua função, ganhando novos contornos, conforme já discutido, como uma ciência da atualidade. Podemos trazer o seu conhecimento para a formação pedagógica, para se entender o processo de aprendizagem da língua escrita e da leitura em primeiras séries escolares.

A Paleografia está atrelada à história da escrita e, por conseguinte, à história do ser humano e da cultura escrita. É impossível não pensar nos suportes, nos recursos, nas finalidades, na funcionalidade da escrita na sociedade moderna. O conceito de Paleografia ampliou sua dimensão e passa a compreender três concepções, como aponta Zozaya-Montes (2017). Uma paleografia de leitura, que presta grandes vantagens por decodificar textos aparentemente ilegíveis; uma Paleografia crítica de análise interna dos elementos que compõem a escrita em seu processo de elaboração e uma Paleografia cultural, atenta aos usos da escrita numa abordagem mais funcional e política, uma vez que a escrita estabelece uma posição de empoderamento para aqueles que a usam como forma de divulgação de ideias e de pensamentos. Dessa

FLP 23(2)

forma, a aprendizagem da escrita é um meio de inserção social e é tarefa fundamental do sistema educacional oferecer um letramento suficiente aos seus educandos como instrumento que potencializa os estudantes para o mundo.

3 LETRAMENTO PALEOGRÁFICO

A aquisição da tecnologia escrita nos primeiros anos da vida escolar, para a maioria dos usuários, já garante sua inserção na sociedade dos letrados. Contudo, o indivíduo, ao ser alfabetizado, apenas é apresentado ao código de uma tecnologia milenar, que através da repetição acaba por ser internalizada nos sujeitos, o que dá a falsa impressão de apropriação da cultura escrita. Tal apreensão desse sistema coloca em xeque o conceito do indivíduo alfabetizado quando este está em meio a práticas sociais concretas.

O termo *letramento* ganha destaque ao diferenciar os indivíduos que têm domínio do código, do alfabeto e das práticas sociais concretas, de interagirem por meio da língua escrita. Nesse tocante, Tfouni (1995, p. 20) afirma que, “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade”.

Tais termos não são contrastantes, mas partes indissociáveis de um processo maior de interação no fluir das comunidades, o que acaba por gerar processos de inclusão social. Um dos objetivos da alfabetização é condicionar os indivíduos a realizar determinadas práticas sociais escritas, ou melhor, que os sujeitos possam manifestar de alguma maneira a escrita em um uso social real. Já a realização e o uso social da escrita e a percepção de suas (multi)funções é o que constitui o letramento.

Desta feita, o “letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (Soares, 1995, p. 39). Para o movimentar-se em uma sociedade de informação e de interações mais rápidas e efêmeras é essencial o conhecimento da escrita, pois ela é uma tecnologia resiliente, capaz de se adaptar a diferentes suportes e continuar a gerir as interações no fluir linguageiro e funcional da escrita e suas ações.

As especificidades das práticas sociais impulsionaram a caracterização de letramentos específicos - letramento digital, letramento literário, letramento visual - para melhor designar os fenômenos e as práticas sociais e sua(s) complexidade(s). Tal pluralidade ocorre porque todo letramento é situado e cultivado em contextos sociais específicos, assim como as práticas sociais escritas. “É a abordagem do letramento como prática social que fornece um modo de construir sentindo sobre as variações nos usos e nos significados do letramento nesses contextos” (Street, 2012, p. 78-79).

Então, devemos considerar que os usos da escrita são eventos de letramentos que ocorrem em situações particulares de interação, mas a sua funcionalidade depende de outros fatores observáveis nas práticas de letramento que “referem-se a essa concepção cultural mais ampla de modos particulares de pensar sobre a leitura e a escrita e de realizá-las em contextos culturais” (Street, 2012, p. 77).

O estudo da escrita é um fator essencial para a compreensão dos processos de interação e hoje, com as possibilidades proporcionadas pelos novos suportes na

FLP 23(2)

produção de textos hiper(multi)modais, cada vez mais colaborativos e responsivos, a escrita ocupa um novo espaço na construção textual, tornando-se uma ponte de integração entre os diferentes modos semióticos utilizados na composição textual e mais uma das formas de texto.

O Letramento Paleográfico-LP é a habilidade de compreender e/ou produzir diferentes tipos de escrita, bem como entender os aspectos sócio-histórico-políticos e discursivos de cada escolha textual de registro. A perspectiva do LP não é unicamente a capacidade de decodificação e processamento dos caracteres ou formas escritas, mas também a percepção da escrita enquanto propulsora da interação social que acumula em si determinados traços de práticas culturais, e também a gestão de comandos que impulsionam o desenvolvimento de uma sociedade em todos os aspectos. É também a perspicácia de entender o que está por trás da escrita, além da materialidade textual, perceber seus autores, suas intenções e seus discursos. Esse entendimento vai ao encontro do que apresentamos acima, sobre as noções de Paleografia e de letramento.

Convém destacar que o termo LP¹ não é ainda encontrado na literatura com uma definição, até onde vai nosso conhecimento. Estamos desenvolvendo o termo aqui com base em outros tipos de letramentos já bem difundidos. A concepção do termo LP está, portanto, relacionada à concepção de Paleografia centrada numa leitura profunda e crítica dos textos e dos discursos que neles se subjazem, a qual vai além de decodificar signos linguísticos.

Estamos em um ponto de inflexão para o digital, as demandas sociais requerem indivíduos com a capacidade de processamento de informação e dinâmicas nunca exigidas, mas continuamos a alfabetizar a maioria da população e não as *letrando*, repetindo os erros seculares que ocorreram e ocorrem com o binômio escrita e suporte.

As habilidades e o conhecimento do letramento impresso são essenciais, mas não suficientes para dar assistência aos jovens ao passo que eles vivem suas vidas em uma sociedade de informação e rede. Quando o letramento é visto como o repertório de habilidades lingüísticas e intelectuais que os alunos necessitam para atuar nos níveis mais elevados em um mundo multimídia, noções de letramento como conjunto de habilidades básicas prescritas por um mundo baseado no impresso parecem cada vez mais limitadas. (Snyder, 2009, p. 43, grifos nossos).

Assim, o LP torna-se um requisito básico para a inserção social dos sujeitos em diferentes esferas e comunidades, pois tal letramento permite a criticidade em relação à escrita e à compreensão de que ela é um instrumento tecnológico de engenharia social capaz de segregar determinadas comunidades por anos ou séculos. Ou seja, não é a aquisição do código que garante o domínio sobre a tecnologia ou a inserção nas práticas sociais escritas sem uma reflexão, mas a compreensão de que a escrita tem uma função para além de registro duradouro da fala.

O LP propõe, portanto, uma inversão de perspectiva, ao invés de focar no código como um objeto unitário, prefere investigar o processo da qual ela, a escrita, faz parte. Desta feita, temos uma imersão do pesquisador/indivíduo em diferentes contextos situados de ação na tessitura languageira no fluir das interações, criando

¹ O termo *Letramento Paleográfico* é cunhado e mencionado por Loiola (2019). Contudo, em seu trabalho de doutoramento não ocorre o desenvolvimento e a definição do termo.

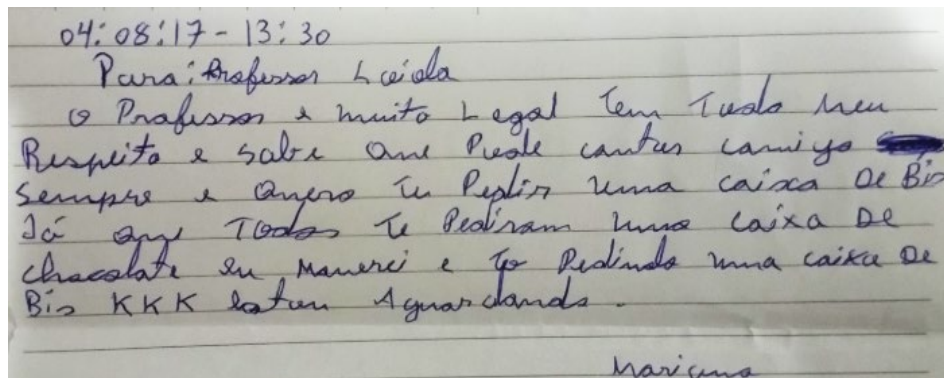
experiências etnográficas a partir de uma massa documental escrita capaz de reificar, refletir e refratar as práticas sociais com todas as vicissitudes possíveis.

A proficiência dos indivíduos no LP é produzida a partir de sua prática cotidiana situada, que necessita ativar e desenvolver aptidões cognitivas e motoras de leitura e de escrita, bem como enlaçando as relações contextuais de produção, circulação e consumo dos textos. Com isso, temos uma aproximação dos pares – autor, texto e leitor – (re)estabelecendo as rotinas escritas languageiras.

4 LETRAMENTO PALEOGRÁFICO: A CONSTITUIÇÃO DE UMA PRÁTICA RESILIENTE

A escrita é uma tecnologia que continua a ter uma relevância significativa nas práticas languageiras por ter uma fácil adaptabilidade a diferentes suportes e resistir às modificações inerentes do uso cotidiano pelos indivíduos, conservando uma estrutura cognitiva de rápido acesso pelo reconhecimento dos caracteres e das formas das letras.

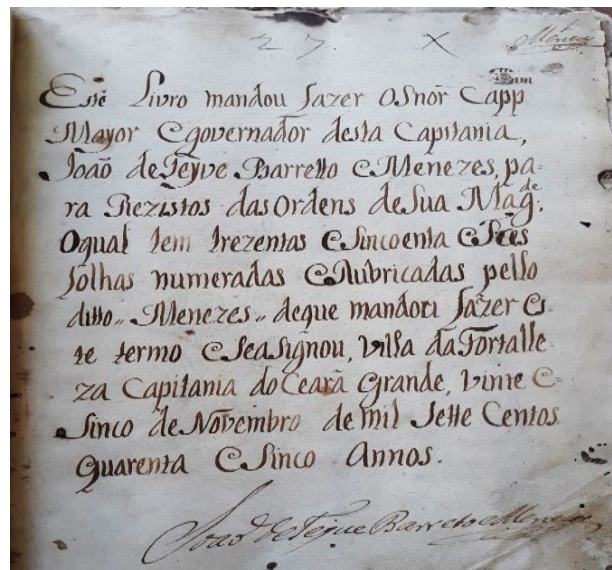
A utilização da escrita em contextos situados faz com que cada usuário perceba as necessidades da enunciação e as coloque em prática para uma melhor utilização, ou pelo menos que o usuário espera que seja a mais apropriada para um contexto emergente. A Figura 5 mostra um processo de hibridização da modalidade escrita no papel, pois esta sofre uma influência que é exercida pela prática em outro suporte, o digital.



Fonte: Arquivo dos autores.

Figura 5 - Bilhete produzido por alunos do Ensino Fundamental.

Tal atividade, que foi realizada com alunos do 7º ano em escola estadual de ensino regular do estado do Ceará, no município de Fortaleza, tinha o objetivo de desenvolver/escrever um bilhete para ser entregue para alguém da escola. No momento de construção do texto, a aluna inseriu hora e data, uma disposição de suportes eletrônicos que garantem o aparecimento desses itens de forma automática nas mensagens de e-mails ou WhatsApp e, na última linha do texto, a ocorrência de “KKK” como uma das formas de representação de risos, também muito usada nos textos de comunicação informal em suportes eletrônicos.

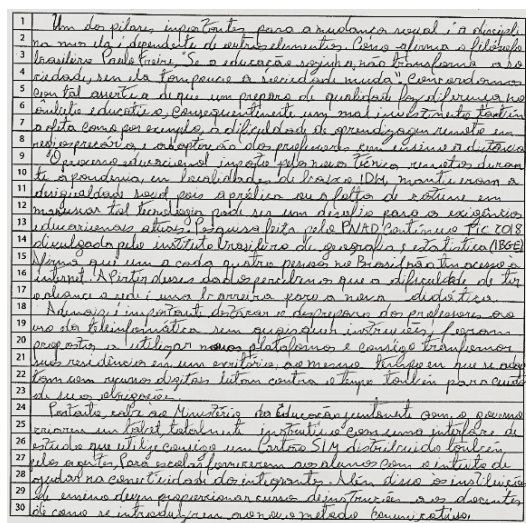


Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC.

Figura 6 - Termo de abertura de um livro do século XVIII.

A Figura 6 é um termo de abertura de um livro de registro do governo da então capitania do Ceará, no século XVIII, que informa quem mandou fazer, ou melhor, quem mandou executar a função de registrar determinados tipos de documentos para que ficassem resguardadas cópias que tivessem fé pública, um texto escrito quase trezentos anos antes do texto da Figura 5. Existe uma diferença de objetivos, de materiais aparentes e instrumentais, da idade de quem escreve, do contexto histórico, do formato das letras, mas o processo continua a ser uma prática que requer um domínio para além do código. Invocamos aqui as três concepções de Paleografia para uma leitura literal do texto, uma leitura crítica, comparando os elementos linguísticos, e uma compreensão da dimensão política do texto, envolvendo os discursos que subjazem nos textos.

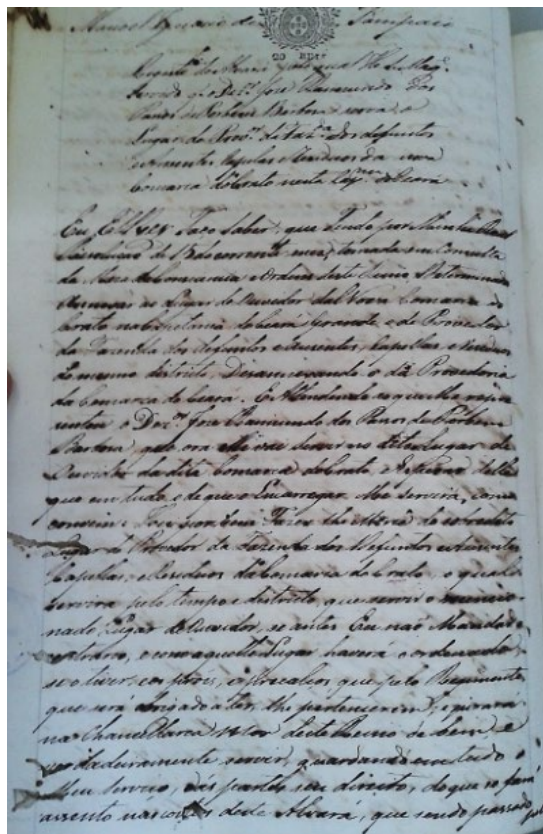
Na Figura 7, temos uma prova que simula a prática social de escrita do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Desta feita, o aluno procurou escrever com seus recursos estilísticos que mais tivessem uma aproximação da modalidade formal da língua portuguesa. Tal atividade discursiva é um ato de escrita controlado aos moldes dos vestibulares, que fazem com que certos objetivos de escrita fiquem perdidos. Contudo, é requerido dos candidatos um nível de proficiência escrita satisfatório para a maioria das práticas formais em sociedade.



Fonte: Arquivo dos autores.

Figura 7 - Redação estilo ENEM.

Já a Figura 8 é uma cópia de um Alvará em que o rei faz mercê, outorga, por meio de Alvará, o cargo de escrivão da comarca do Crato a Pedro Gondim, no ano de 1817. No livro, existem linhas feitas a lápis para delimitar a marcação de pautas e o texto ocorre em um único parágrafo, o que era muito usual para o período, com material aparente de composição mineral por apresentar processos de oxidação.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC.

Figura 8 - Alvará do século XVIII.

Em todas as figuras apresentadas, mesmo sendo redigidas por pessoas e em épocas diferentes, o tipo de escrita é humanística, com as influências de cada contexto, em que o correr do material de escrita acarreta um processo de enlace das palavras e hastes alongadas. O papel, matéria subjetiva, é o suporte de todos os exemplos com diferentes tecnologias para a sua confecção. Em todos os casos, a escrita se impõe como uma exigência de registros, como elemento de comunicação e com força política, no caso dos textos oficiais da administração pública.

Já a produção de textos no século XXI é influenciada por características dos suportes eletrônicos, questão abordada brevemente na Figura 5, com a presença de abreviaturas próprias de contextos eletrônicos que foram trasladadas para o suporte papel, bem como a não presença de pontuação e acentos².



Fonte: Arquivo dos autores.

Figura 9 - Diálogo no WhatsApp.

A Figura 9 representa um exemplo dos processos de escrita que se revelam cada vez mais dinâmicos e interativos, possibilitados pelos suportes digitais. No diálogo do texto acima, dois professores pós-graduados interagem em um grupo de WhatsApp e discutem como será a prova de língua portuguesa. No entanto, não obedecem à norma padrão da língua, porque o ambiente de comunicação possibilita uma maior interação e relaxamento.

No processo de escrita em ambiente virtual, existem abreviaturas por supressão de caracteres, troca de caracteres por correspondência fonética, utilização de *emoticons*

² Tal fato pode ser explicado pelo conflito que determinados caracteres podem gerar no processo de programação e/ou utilização em determinados sistemas.

para representar espanto e risos e ainda as possibilidades de correção realizadas pelo aplicativo.

O que percebemos nessa pequena digressão sobre o uso da escrita é que ela é considerada uma grande tecnologia que acompanha a história da humanidade, adaptando-se às transformações inerentes do ser humano, acomodando-se aos suportes e aos modelos desenvolvidos. No entanto, resiste com a força de informar e transformar as realidades e as ações dos sujeitos no mundo. Dessa forma, o LP dos sujeitos que fazem uso da escrita é uma realidade cada vez mais urgente, para que todos sejam inseridos no processo de produção, leitura, interpretação e ação por meio da língua escrita, pois a língua ostenta um poder e saber as técnicas e os usos da escrita e os domínios da língua é uma forma de empoderamento para qualquer ser humano.

5 CONCLUSÃO

A introdução de uma nova tecnologia para a realização da escrita e sua paulatina disseminação nas comunidades provoca alterações em um processo gradual de mudança no comportamento em sociedade, por requerer “novas” habilidades de leitura e de escrita, mas as formas gráficas – tipos e variações – são uma constante nesses processos.

Assim, ocorre uma (re)organização das práticas educacionais para conseguir preparar as futuras gerações do que está no porvir, mas nem toda mudança atinge o ambiente escolar e social de maneira homogênea, mesmo depois de uma nova tecnologia já estar em um processo avançado de saturação social. Contudo, a escrita (pictórica, ideográfica e alfabética) é uma das poucas tecnologias resilientes em decorrência da sua heterogeneidade e adaptabilidade aos suportes. Vemos na atualidade um uso misto de escrita fonética e *emoticons*, o que poderíamos pensar como uma escrita pictórica intercalando os textos modernos. Mostra-se, assim, a transversalidade de sistemas e, com isso, a necessidade de conhecermos a história da escrita como também a necessidade de um Letramento Paleográfico cada vez mais eficiente.

Ao retomarmos o objetivo deste trabalho, de discutirmos sobre o Letramento Paleográfico e a atualidade da Paleografia como história da cultura escrita em qualquer época e em suportes diversificados, podemos entender que a leitura e a interpretação de textos capacitam as pessoas a lidar com realidades complexas que se impõem. É necessário que a escola e o sistema educacional preparem bem os estudantes com capacidade de resolver problemas ao seu entorno. Um letramento para além da decodificação de signos é uma finalidade premente da escola. No entanto, é importante pensar na instrumentalização de leitura dos textos do passado e da atualidade para se conhecer melhor a história de um país, como também para se ter uma noção dos usos da língua materna em diferentes épocas e situações.

Dessa forma, o LP é um agir crítico no mundo na e pela escrita, é uma forma de se ter acesso às informações históricas e contextuais preservadas nos textos cujas informações são necessárias para a formação dos cidadãos. O professor da Educação Básica, tendo conhecimento das diversas formas de escrita, também teria embasamentos para melhor lidar com as dificuldades de seus alunos, uma vez que a escrita nos documentos segue um fluxo muito semelhante ao dos alunos no processo de aprendizagem. Além do que a Paleografia, em uma acepção moderna, define-se

como a prática de leitura crítica dos textos, além da decodificação, o que está em sintonia com as concepções de leitura modernas.

Retomando o que foi dito sobre a Filologia como prática de editar e publicar textos para consumo de interessados, oferece-se uma grande quantidade de textos produzidos em diferentes épocas que podem ser usados como material didático para o estudo da língua e da história de um povo. Arelada à Paleografia como leitura crítica dos textos, a Filologia contribui para um letramento mais profundo que colabora com a formação dos alunos.

Portanto, o LP deve ser uma prática constante nos processos educacionais e de formação dos profissionais da educação, por ser a escrita uma tecnologia presente em diferentes suportes e persistir em diferentes períodos e espaços, podendo ser um modo semiótico de escape para o entendimento dos processos linguageiros dinâmicos e por permitir o acesso a um número expressivo de textos.

REFERÊNCIAS

- Acioli VL. Escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana; 1994.
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de paleografia e de diplomática. 4.^a ed. Santa Maria: Editora UFSM; 2012.
- Fischer SR. Uma história da linguagem. Tomás MIG, tradutora. Lisboa: Temas e debates; 1999.
- Fischer SR. História da escrita. Pinsky M, tradutora. São Paulo: Editora da UNESP; 2009.
- Higounet C. História concisa da escrita. Marcionilo M, tradutor. São Paulo: Parábola; 2003.
- Janson T. História das línguas: uma introdução. Bagno M, tradutor. São Paulo: Parábola; 2015.
- Loiola WR. Edição e estudo do gênero alvará do século XVIII ao XXI no Ceará [tese]. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará – UECE; 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=95924>.
- Martins W. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.^a ed. São Paulo: Ática; 2002.
- Mendes UD. Noções de paleografia. São Paulo: Secretaria de Educação; 1953.
- Snyder I. Ame-os ou deixe-os: navegando no panorama de letramentos em tempos digitais. In: Araújo JC, Dieb M, organizadores. Letramentos na web: gêneros, interação e ensino. Fortaleza: Edições UFC; 2009. p. 23-46.
- Soares M. Letramento: um tema em três gêneros. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2002.
- Street BV. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos novos estudos de letramento. In: Magalhães I, organizadora. Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado de Letras; 2012.
- Tfouni LV. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez; 1995.
- Zozaya-Montes L. Paleografia de las edades media y moderna: transcribir la escritura antigua [Internet]. 2017. Disponível em: <https://paleografia.hypotheses.org/2183>.

Léxico, cultura e história nos compromissos dos homens pretos no livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arrayal do Bomfim de Goyaz (1751)

Lexis, culture and history in the commitments of black men in the book of the Brotherhood of Nossa Senhora do Rosário do Arrayal do Bomfim de Goyaz (1751)

Carolina Faleiros Felício*

Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil

Maria Helena de Paula**

Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar a estrutura e a organização de um livro de Compromisso de Irmandade de Homens Pretos do século XVIII em Goiás. Para tanto, o corpus é composto pela edição semidiplomática do livro *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arraial do Bomfim de Goḃaz*, disponível em Silva (2013). O foco residiu em inventariar as lexias referentes aos compromissos dos homens e das mulheres da irmandade citada e depois foram organizadas em macrocampos e microcampos léxicos. Após essa organização, foi feita a consulta das lexias em dicionários coetâneos e atuais para identificar expansão, retração ou manutenção nos sentidos. Teve-se como referenciais para a análise das lexias autores como Scarano (1978), Soares (2000) e Borges (2005), permitindo estabelecer relações entre léxico, história e cultura referentes aos escravizados e aos libertos da irmandade. As lexias evidenciam relações de sociabilidade da igreja para com os negros, possibilitando que estes formassem laços, ressignificassem sua fé e sua cultura por meio das práticas católicas, ao mesmo tempo em que seguiam com o processo de doutrinação cristã que tanto serviu ao sistema escravista.

Palavras-chave: Irmandades de Homens Pretos. Goiás. Escravidão. Léxico. Cultura.

Abstract: This study aims to present the structure and organization of a book on the Commitment of Black Brotherhood in the 18th century in Goiás. The corpus is composed of the semidiplomatic edition of the book *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arraial do Bomfim de Goḃaz*, available in Silva (2013). The focus resided in inventorying the lexemes referring to the commitments of the men and women of the mentioned fraternity, which were organized into lexical macrofields and microfields. After this organization, the lexias were consulted in contemporary and current dictionaries to identify expansion, retraction or maintenance in the senses. Authors such as Scarano (1978), Soares (2000) and Borges (2005) were used as references for the analysis of the lexias, allowing the establishment of relations between lexicon, history and

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil; cffelicio4@gmail.com

** Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil; maria.helena.depaula@ufcat.edu.br

culture referring to slaves and freedmen of the brotherhood. The lexias show the Church's sociability relations with blacks, allowing them to form ties, redefining their faith and culture through Catholic practices, continuing the process of Christian indoctrination that served so much to the slavery system.

Keywords: Brotherhoods of Black Men. Goiás. Slavery. Lexis. Culture.

1 INTRODUÇÃO

Por quase 400 anos, milhares de africanos foram retirados de seus lares, levados por uma longa travessia pelo Atlântico para desembarcar nas terras do Brasil Colonial, chegando também onde hoje é o estado de Goiás. Um destino totalmente desconhecido, distantes de suas línguas, raízes e culturas. Estudos de diferentes áreas evidenciam as relações e as marcas desse período que se estendem até os dias de hoje.

Dentre os trabalhos referentes à época da escravidão no Brasil, merecem destaque os de natureza linguística, especialmente sobre o estado de Goiás, que aumentam significativamente como podemos observar com as várias pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (Lalefil)¹. O laboratório conta com um grande acervo de manuscritos redigidos durante o período da escravidão em Catalão e em outras cidades de Goiás, fruto do trabalho incessante dos pesquisadores em coletar, digitalizar e transcrever registros tão importantes para a compreensão das relações históricas, linguísticas, culturais e sociais estabelecidas nos séculos em que a escravização negra vigorou.

De caráter religioso, as Irmandades do Rosário são um exemplo dessas relações, porque buscavam garantir uma melhor qualidade de vida para os seus associados que eram em grande parte escravos, forros e libertos. As associações permitiram que os negros estabelecessem alianças e identificações com os seus irmãos em meio ao duro período da escravidão. As irmandades deveriam redigir um termo chamado Compromisso, no qual eram dispostos os direitos, deveres e obrigações dos irmãos associados, da Igreja e da Coroa. A linguagem presente nesses manuscritos permite vislumbrar indícios das práticas culturais, religiosas e das relações entre a Igreja e os escravizados.

As fontes escritas mostram-se imprescindíveis ao trilhar caminhos em busca de compreender diversos contextos históricos e culturais, como as relações entre os sujeitos que vivenciaram a escravização no Brasil Colonial. Assim, esse estudo² tem o intuito de estabelecer as relações entre léxico, história e cultura referentes aos escravizados e libertos integrantes de uma Irmandade de Homens Pretos. Para tanto, o corpus é composto pelo livro *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos*

¹ O laboratório do Instituto em Estudos da Linguagem, localizado na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), foi criado em 2009 e conta com pesquisas desenvolvidas por professores, estudantes da graduação e da pós-graduação. Link para acessar a página do Lalefil: <https://lalefil.catalao.ufg.br/>. Acesso em 02 jun. 2020.

² Vinculado ao projeto “Estudo da tipologia e gêneros de manuscritos sobre a escravidão em Goiás”, desenvolvido como estágio Pós-Doutoral na Universidade de São Paulo com bolsa da FAPESP, esse estudo é parte da pesquisa desenvolvida em 2019/2020, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

*Homens Pretos do Arrayal de Bomfim Comarca de Goyaz*³, exarado no ano de 1751, cuja edição semidiplomática⁴ está disponível em Silva (2013).

A leitura do corpus permite conhecer a estrutura do livro de compromisso da Irmandade de Pretos do século XVIII e identificar quais os direitos, deveres e obrigações dos escravos, forros e libertos associados. E, sendo essa pesquisa de caráter linguístico, o livro possibilita a inventariação de lexias referentes aos compromissos dos homens pretos com a irmandade e a sua organização em campos léxicos específicos, viabilizando tecer relações entre as lexias e o contexto histórico no qual o documento está inserido e a sua localidade. A análise da composição léxica presente no livro de compromisso pode apontar indícios de determinadas configurações sociais, culturais e religiosas do contexto em questão.

Acreditamos na relevância da pesquisa e esperamos que possa contribuir com os estudos já existentes sobre a escravização negra, as Irmandades de Homens Pretos em Goiás e o estado de língua utilizada no documento, podendo servir para estudos atuais do português usado no Brasil.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O foco do estudo residiu em estabelecer as relações entre léxico, cultura e história a partir da análise de um livro de compromisso de irmandade; para tanto, primeiramente, fez-se necessário a leitura apurada do livro *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arrayal de Bomfim Comarca de Goyaz*, para compreender o seu conteúdo e a sua estrutura. O livro de compromisso é composto por 35 capítulos dispostos em 14 fólios percorrendo sobre os direitos, deveres e obrigações dos membros associados da irmandade, bem como da Igreja e da Coroa.

Feita essa etapa, iniciamos a leitura voltada para as obras bibliográficas que discorrem sobre a escravidão e as irmandades em Goiás, para compreender o contexto histórico e o papel dessas associações no período da escravatura. Os principais teóricos utilizados para embasar as discussões sobre essas temáticas foram Scarano (1978), Borges (2005) e Silva (2013).

Realizamos também a leitura de obras voltadas para o léxico, a lexicologia e os campos lexicais, que muito auxiliaram na inventariação das lexias e na compreensão sobre as teorias necessárias para o desenvolvimento da análise proposta nesta pesquisa. Apoiamos a fundamentação teórica em Coseriu (1977), Biderman (2001a; 2001b) e Abbade (2009).

Para o inventário das lexias presentes no livro de compromisso, selecionamos aquelas que se relacionam com os *negros* ou *pretos* dentro dos campos léxicos referentes a seus direitos, deveres e obrigações. Foram inventariadas noventa e cinco (95) lexias que dizem respeito aos negros e aos seus compromissos para com a irmandade, como

³ Atualmente, “Arrayal de Bomfim Comarca de Goyaz” é a cidade de Silvânia-GO.

⁴ O livro de compromisso em estudo é um manuscrito do século XVIII, cuja edição foi realizada por Silva (2013), seguindo critérios específicos da área da Filologia. A edição semidiplomática “se refere à edição do documento manuscrito preservando ao máximo a escrita, fazendo pequenas intervenções, marcadas em itálico, quando necessário” (Silva, 2013, p. 33).

a lexia *sufragios*, que se refere aos benefícios a que os irmãos têm direito quando fazem parte da irmandade e cumprem com todas as suas obrigações e deveres.

Para melhor visualização e estruturação, foi organizado um índice, semelhante ao de Silva (2013), no qual as lexias foram organizadas juntamente com a sua frequência, a localização no fôlio do livro e a abonação correspondente ao seu uso, conforme podemos observar no exemplo abaixo.

Quadro 1 – Lexias inventariadas.

<i>Lexia</i>	<i>Frequência e Localização</i>	<i>Abonação</i>
Mordomos	02 – fôlios 5r. e 8v.	“Seraõ obrigados Com os doze Irmaõs de Meza e Mordomos afazerem No Seu anno afesta de <i>Nossa Senhora</i> eSeraõ obrigados adar Cadahũ de joỹa 16/ <i>oytaras</i> deOuro” (fólio 8v.)

Fonte: Silva (2013)

O próximo passo foi distribuir todas as lexias inventariadas em seus devidos campos léxicos, três dos quais foram subdivididos em microcampos: i) Nomeação dos irmãos; ii) Deveres dos negros associados (1. Condutas e 2. Atividades Religiosas); iii) Direitos dos negros associados (1. Ocupações, 2. Sepultamento e 3. Locais de Enterro); iv) Obrigações dos Negros Associados (1. Formas de pagamentos e valores, 2. Festividades, 3. Obrigações religiosas e 4. Obrigações dos oficiais negros).

Após a organização, foi feita a consulta das lexias em dicionários dos séculos XVIII e XXI, utilizamos Bluteau (1712-1728), Houaiss e Villar (2009) e Moura (2004), para identificar expansão, retração ou manutenção nos sentidos. E, por fim, fizemos a análise das lexias considerando-se o contexto histórico em que foram utilizadas e a inter-relação da língua, da cultura e do léxico.

3 LÉXICO E OS CAMPOS LEXICAIS

O estudo das lexias presentes no livro de Compromisso de Arraýal do Bomfim de Goýaz permite traçar caminhos para compreender as práticas sociais, culturais e as relações entre os associados desta irmandade no século XVIII. Logo, faz-se necessário apresentar alguns apontamentos sobre língua, léxico e cultura.

A língua é concebida como um conjunto de signos utilizados por uma sociedade para se comunicar, seja de forma oral ou escrita, possibilitando interagir, estabelecer relações, transmitir conhecimentos; é, portanto, um recorte da realidade, capaz de representá-la (Silva, 2013, p. 24). Toda língua histórica tem um acervo linguístico, denominado léxico, composto pelas unidades léxicas. Conforme Biderman (2001a), o léxico constitui-se como uma forma de registrar o conhecimento do universo, possibilitando nomear seres e objetos revestidos de significações para os falantes, além de “pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história” (Biderman, 2001a, p. 14). É, portanto, a herança linguística de um povo.

Como herança, o léxico representará as relações estabelecidas em determinada comunidade de falantes ao longo do tempo, como o contexto histórico, sua cultura e

história. Ainda, segundo Biderman (2001b, p. 18), o léxico é um sistema aberto, constituindo-se um “universo sem limites, permanentemente passível de expansão”, passível a mudanças e ampliações, em que as palavras podem ganhar outras significações conforme o uso dos falantes.

Apesar da estreita relação entre língua e sociedade, elas não são um reflexo uma da outra, visto que “a língua representa e interpreta a sociedade e não a reflete” (Silva, 2013, p. 25). Por representar determinada sociedade, a língua manifestará a cultura de um povo, a qual é compreendida como:

[...] o conjunto de práticas sociais, situadas historicamente, que se referem a uma sociedade e que a fazem diferente de outra. Baseia-se na construção social de sentidos a ações, crenças, hábitos, objetos que passam a simbolizar aspectos da vivência humana em coletividade. (Paula, 2007, p. 72).

Assim, a cultura é construída coletivamente através das relações humanas, dos vínculos sociais. Cada comunidade tem suas práticas de cultura, que fazem sentido, tem significação e valores para quem as vivencia. Essas práticas são representadas pela língua, mormente nas estruturas léxicas. Logo, as escolhas lexicais presentes em um manuscrito, por exemplo, podem evidenciar a cultura e a história de um povo em determinado contexto histórico.

As unidades lexicais constituem-se de lexemas e lexias; lexemas designam a unidade abstrata da língua e estão disponíveis no acervo linguístico, mas não estão em uso e constituem o paradigma conceitual do sistema; as lexias são as unidades que se encontram em uso em determinado contexto linguístico (Biderman, 2001b, p. 169).

Ainda segundo Biderman, a forma como armazenamos essas classificações é desconhecida, a certeza é de que a memória consegue registrar ordenadamente o sistema lexical disponível. Sendo assim, “quando queremos lembrar de um vocábulo, desencadeia-se um processo que nos fornece, normalmente em série, várias palavras que integram um mesmo subsistema léxico ou então um determinado campo semântico” (Biderman, 2001b, p. 181).

Dessa forma, as unidades léxicas se organizam na língua em campos léxicos, conforme suas teias de significação. Para esta perspectiva, concordamos que:

O campo léxico é uma estrutura paradigmática primária do léxico; mais ainda; é, neste domínio, a estrutura paradigmática por excelência. Pode definir-se como ‘paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (<<lexemas>>) que se dividem em uma zona de significação contínua comum e se encontram em oposição imediata umas com as outras. (Coseriu, 1977, p. 210, tradução nossa).

Assim, os campos léxicos são estruturas de organização, que contêm lexemas carregados de significações. Segundo o autor, “as relações internas de um campo léxico enquanto estrutura de conteúdo estão determinadas por identidades e diferenças que constituem o próprio campo” (Coseriu, 1977, p. 215, tradução nossa). Portanto, os lexemas de um campo estabelecem relações semânticas entre si, ao mesmo tempo em que se difere de outros campos lexicais.

Importa-nos também o conceito de *macrocampo* e *microcampo* pois, de acordo com Abbade (2009, p. 39, grifos da autora), “o *macrocampo* como um campo superior

com totalidade articulada composto por uma soma de lexias organizadas que farão parte de campos inferiores, os *microcampos*”. Sendo assim, os *macrocampos* comportam os lexemas referem a um tema e os *microcampos* ramificam esses lexemas em subdivisões mais específicas.

Há também a definição de *arquilexema* que, de acordo com Geckeler (1976, p. 297, tradução nossa), “corresponde, do ponto de vista do conteúdo, ao significado global de um campo léxico. Representa como denominador comum a base semântica de todos os membros de um campo”. Dessa forma, o campo “Compromisso dos Homens Pretos” seria o nosso arquilexema, dividido em quatro macrocampos.

Levando em consideração todas as pontuações feitas aqui, o estudo do léxico presente no livro *Compromisso da Irmandade de Arraial do Bomfim de Goýaz*, por meio da sua categorização em campos léxicos e das conexões semânticas, nos possibilita compreender uma parcela da cultura e do contexto sócio-histórico dos membros da irmandade, além das relações existentes dentro dessa organização.

4 SOBERANA SENHORA: A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Após a longa e dolorosa travessia pelo Atlântico, os africanos chegavam ao Brasil e eram catequizados para aprender a língua portuguesa e receber o batismo (Silva, 2013). O catolicismo foi imposto aos escravizados e, para que existisse uma maior aceitação por parte destes, conforme pontuam Silva (2013) e Simoni (2017), as irmandades e confrarias foram criadas no Brasil, seguindo os modelos europeus.

Essas organizações visavam à catequização e, conseqüentemente, ao controle sobre os escravizados, além de prestar assistências sociais, promovendo “o culto católico e a proteção de seus membros, bem como a assistência aos enfermos, velhos e irmãos pobres, acompanhando funerais e cuidando de suas almas por meio de missas individuais e coletivas” (Borges, 2005, p. 53). As assistências e os benefícios oferecidos pelas irmandades aos associados configuravam as principais razões para que os negros se associassem, buscando alcançar a mínima liberdade e dignidade arrancadas pela barbárie da escravidão.

As Irmandades de Pretos eram devotas a diversos santos, os principais eram Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, esses dois últimos são santos negros. A santa de devoção escolhida pela irmandade de Arraial do Bomfim é Nossa Senhora do Rosário, além de seu nome constar no título do Compromisso, há também uma imagem da santa no segundo fôlio do manuscrito.

De acordo com Borges (2005), os santos de devoção, com as suas histórias de vida, foram fundamentais para que os negros aceitassem o catolicismo:

[...] contadas por pregadores e entremeadas de cenas de milagres, em que se enfatizava, sobretudo, seus poderes taumaturgos e de protetores contra as adversidades, acabavam por compor mitos, que conferiam poderes às imagens, construindo assim um imaginário religioso. (Borges, 2004, p. 154).

A Senhora do Rosário, conforme Scarano (1978), era famosa e designada desde o século XV, em Portugal, para os homens de cor e, com a colonização de territórios da África pelos portugueses, alguns africanos já chegavam ao Brasil devotos à santa

(Silva, 2013). Vista como protetora dos negros, mesmo que fosse branca, adquiriu grande prestígio nas irmandades brasileiras de negros, como em Goiás e em Minas Gerais, e “em paralelo com os santos negros, ela compunha uma grande família na qual cada um detinha poderes diferenciados, solicitados em ocasiões distintas” (Borges, 2005, p. 159).

Para fazer parte da irmandade de sua santa protetora e usufruir dos benefícios e assistências oferecidos, era necessário que os irmãos obedecessem a certas regras estabelecidas no estatuto da irmandade, nomeado de Compromisso. Scarano (1978) afirma que, em 1765, as irmandades da colônia receberam uma carta da Coroa Portuguesa exigindo o envio de seus Compromissos para Lisboa, a “medida suscitou uma série de questões, pois várias irmandades não haviam pedido ao Rei aprovação de Compromissos. Tiveram de fazê-lo, alegando ignorância como desculpa pela omissão.” (Scarano, 1978, p. 22). Assim, a organização deveria ter seu Compromisso aprovado pela Coroa para que a irmandade fosse regulamentada, seguindo com os cultos e os auxílios prestados.

O livro *Compromisso de Arraial do Bomfim de Goṽaz*, corpus desta pesquisa, é composto por 35 capítulos distribuídos em 14 fólhos. O conteúdo de cada capítulo detalha diversos assuntos referentes ao dia a dia dos associados da irmandade, como: os tipos de vestimentas e ornamentos que deveriam ter, bem como o zelo por parte dos irmãos; da necessidade de outros livros para registro das atividades da associação como a entrada de novos membros, registro das despesas e do dinheiro arrecadado; a quantidade de dinheiro que deveria ser paga anualmente e na entrada de um novo membro; a organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário; os cargos que deveriam existir dentro da irmandade e as exigências para ocupação de cada um, por exemplo, o rei e a rainha deveriam ser negros, já o tesoureiro deveria ser uma pessoa branca; as obrigações e deveres de cada membro, em específico alguns que exerciam funções consideradas importantes dentro da irmandade, como o escrivão e o tesoureiro; dentre outras condições para a existência da irmandade.

Para o bom funcionamento da instituição, os cargos eram escolhidos por meio de eleições, que juntos deveriam constituir o que se denominava mesa, funcionando como o governo da irmandade. A eleição era realizada todos os anos e os membros escolhidos para compor a mesa eram chamados de oficiais. O estatuto da irmandade apresenta as funções de cada oficial, bem como quem podia ocupar tais cargos.

A associação de Arraial do Bomfim de Goṽaz tinha sua mesa composta por dois juízes, um procurador, um tesoureiro, um escrivão e doze mordomos e irmãos de mesa. Os juízes e as juízas deveriam ser pretos e algumas de suas funções eram: buscar novos irmãos para a irmandade, assistir todas as reuniões da mesa e assinar procurações com as demandas da associação. O Compromisso também menciona os juízes por devoção, pessoas brancas que, conforme a leitura do documento, aparentam ser aqueles que eram devotos à santa da irmandade:

nella haja hum Luis e huã Luiza por devoção pessoas brancas e quando ha | jaõ algumas que por Suas devoção queiraõ Com Odito título Servir a Nassa | Senhora, eo pedirem Seraõ profiridas Na eleiçãõ que SeOuver defazer | as quais daraõ aesmolla que lhe parecerem [...]. (Silva, 2013, p. 83, fólho 7r.).

O procurador deveria ser um homem negro e, entre as suas funções, realizar todas as cobranças dos associados, avisar aos irmãos sobre as reuniões da mesa, as procissões, os enterros e as omissões. Os mordomos e os irmãos de mesa também eram negros, algumas de suas funções seriam ajudar a organizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário, acompanhar procissões, enterros e pedir esmolas.

Os cargos de tesoureiro e escrivão eram ocupados por homens brancos. O primeiro deveria administrar o dinheiro e o cofre da irmandade, já o segundo seria responsável por registrar tudo que é relacionado à irmandade em seus livros específicos. Esses cargos eram ocupados por homens brancos com a justificativa da necessidade de saber ler e escrever, algo que era negado aos negros escravizados e libertos naquele contexto.

Outra função significativa, mas que não faz parte do corpo administrativo, era a escolha de irmãos negros para representar o rei e a rainha da irmandade, ocupações de grande representatividade e importância durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário pois “ser rei conferia prestígio, mesmo a um escravo, por ser reconhecido não só junto dos seus pares como frente à comunidade” (Borges, 2005, p. 177).

Para além de cargos, pagamentos e obrigações, as irmandades mostram-se lugares de identificação, “Cativos, libertos, honrados e devotos, [...] encontraram no agrupamento religioso um lugar de afirmação social” (Loiola, 2009, p. 134). Os irmãos se identificavam uns com os outros, estabeleciam alianças e resistiam frente à dura realidade da escravidão. Assim, as irmandades possibilitaram que os escravizados se organizassem, “não só em volta do santo, mas também com base na convivência em torno de objetivos comuns” (Loiola, 2009, p. 63).

A liberdade, mesmo que ínfima, podia ser usufruída pelos associados das irmandades de pretos. A alforria estava distante da realidade de muitos, assim, os escravos buscavam a liberdade em outras esferas de sua vida:

[...] na escolha dos parceiros conjugais, na frequência aos batuques, em ir e vir pela cidade e na possibilidade de filiar-se e frequentar uma irmandade. As irmandades são uma das poucas vias sociais de acesso à experiência da liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de forma de autogestão, dentro do universo escravista. (Soares, 2000, p. 166).

Dentro das irmandades, a liberdade estava em se conectar com seus iguais, ter voz, desempenhar funções importantes, ser escolhido para representar reis e rainhas, organizar festas, dentre outras atividades. Maiores detalhes sobre a irmandade de Arraial do Bomfim de Goýaz e sua organização serão apresentados durante a análise nos próximos tópicos.

5 SE LHES FAZ PRECISO HAVER CUMPRIMENTO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inventariação no livro *Compromisso de Arraial do Bomfim de Goýaz* contou com noventa e cinco (95) lexias referentes aos compromissos dos negros da irmandade. As lexias foram distribuídas em quatro (4) macrocampos, sendo que três (3) foram subdivididos em microcampos: i) Nomeação dos irmãos; ii) Deveres dos negros associados (1. Condutas e 2. Atividades religiosas); iii) Direitos dos negros associados (1. Ocupações, 2. Sepultamento e 3. Locais de enterro); iv) Obrigações dos Negros Associados (1. Formas de pagamentos e valores, 2. Festividades, 3. Obrigações

religiosas e 4. Obrigações dos oficiais negros). Para as dimensões do presente texto, optamos por não analisar todas as lexias inventariadas, residindo o foco naquelas que melhor demonstram as relações entre léxico, cultura e história.

As lexias⁵ inventariadas foram consultadas nos dicionários de Bluteau (1712-1728), Houaiss e Villar (2009) e Moura (2004), para identificar se os sentidos delas no Compromisso eram os mesmos registrados nos dicionários, além de verificar se houve variações dos sentidos. Importa ressaltar que algumas lexias não estavam registradas, como *quinze missas*, onde os dicionários registram apenas *missa*. A lexia apresenta o mesmo sentido nos dicionários e no manuscrito, a diferença reside no fato de mencionar as quantidades, visto que os Compromissos de irmandade estipulavam um número de missas que eram feitas para os falecidos, conforme o cargo ocupado pelo irmão dentro da organização e os pagamentos realizados por ele.

Nos próximos tópicos, analisaremos algumas lexias importantes correspondentes a cada um dos campos léxicos e seus microcampos, que melhor nos ajudam a percorrer os caminhos entre léxico e cultura.

5.1 Homens pretos: irmãos libertos e cativos

Durante a leitura do livro de Compromisso da irmandade, observamos com grande atenção a forma como eram denominados os associados negros. Consequentemente, criamos o campo léxico *Denominação dos irmãos*, composto pelas lexias que dizem respeito às denominações dos irmãos negros.

A Irmandade de Homens Pretos tinha como foco auxiliar a população negra do arraial, que em grande parte era composta por escravizados, como também de controlar esses sujeitos por meio do catolicismo. Mas é interessante notar que o livro de Compromisso, salvo algumas exceções, opta por utilizar a lexia *Irmãos/Irmão*, para se referir aos associados da irmandade. Isso demonstra, de certa forma, que as mulheres e os homens ao adentrarem na organização poderiam ser vistos para além de sua servidão forçada.

Nos dicionários de Bluteau (1712-1728) e Houaiss e Villar (2009), a acepção *irmão* aparece como aquele que é membro de uma irmandade ou confraria e, segundo Silva (2013, p. 407), chamar uns aos outros assim era uma forma de se tratarem como família, já que as irmandades possibilitavam a formação de laços sociais e a ressignificação de suas práticas por meio da religiosidade. As lexias *Irmãos da edificação* e *Irmãos da Irmandade da Virgem Santíssima Senhora Nossa do Rosário* ressaltam o pertencimento à associação e à santa de devoção e de proteção.

A lexia *cativos/cativo* que, conforme Bluteau (1712-1728, p. 202), significa *escravo*, aparece duas vezes no livro de compromisso e é utilizada para explicar que algumas funções dentro da irmandade só poderiam ser ocupadas por cativos se os seus senhores permitissem. Nota-se isso nesse trecho sobre as eleições para rei e rainha, “Seraõ eleitos Osque forem Libertos eSucedendo não haver | em tais Cazos Sejaõ Cativos escrevendo AMeza ASeus Senhores para pres | tarem OSeu consentimento e ajudarem Como Seespera” (Silva, 2013, p. 77, fôlio 5v.). Isso ressalta a dominação exercida pelos

⁵ As lexias apresentadas nesse trabalho foram grafadas conforme constam no livro de Compromisso e as suas grafias podem divergir da nossa escrita atual, uma vez que o livro de Compromisso foi redigido no século XVIII.

senhores sobre os escravizados, que não podiam ter vontades próprias. Além disso, de acordo com Silva (2013, p. 407), as ações e funções dentro da irmandade demandavam tempo, que muitos não possuíam em virtude “das obrigações para com os seus senhores”.

Os cargos de rei e rainha da irmandade deveriam ser ocupados, preferencialmente, por *libertos*, que “eram escravos que conseguiam cartas de alforria ou cartas de liberdade” (Moura, 2004, p. 242). Com sentido semelhante, temos a lexia *forro/forros* que, de acordo com Bluteau (1712-1728, p. 182), é “Aquelle a quem o seu proprio senhor tem dado liberdade”. Os libertos e forros, através das eleições, podiam ocupar cargos dentro da irmandade, a restrição ficava apenas aos cativos, que só poderiam ser eleitos com a permissão de seus senhores e se não houvesse outra pessoa para ocupar a função.

As lexias citadas evidenciam o contexto histórico e social no qual o Compromisso foi redigido, ressaltando características da escravidão, ao transportar para as palavras os sentidos e relações vivenciadas pelos falantes. As lexias *libertos*, *forros* e *cativos* também representam a forma como a escravatura se configurava, em que o senhor tinha poder sobre os *cativos* e estes só seriam *libertos* ou *forros* se conseguissem pagar por uma carta de alforria ou se o senhor oferecesse a liberdade, “em sua maioria como uma recompensa à lealdade, ao tempo de trabalho e aos bons serviços prestados” (Amorim; Paula, 2019, p. 175). Além disso, essas denominações destacam as diferentes condições desses sujeitos dentro do sistema escravista que, de certa forma, não deixava de categorizá-los.

As lexias *Irmaãos defuntos* e *Irmaãos vivos* são frequentes no Compromisso, em razão do auxílio das irmandades aos irmãos nos momentos de vida e de morte. Em vida, possibilitavam melhores condições para os associados, permitindo a identificação com seus iguais e a busca pela liberdade. Em morte, buscavam proporcionar um enterro digno com rituais de sepultamento e a encomendação de almas por meio da realização de missas.

5.2 Os deveres dos negros associados

Conforme aponta Coseriu (1977), cada campo terá um conteúdo unitário, que se subdivide por meio de oposições entre as palavras pertencentes. Assim, mesmo que um campo trate de um tema específico, ele pode se dividir para categorizar as lexias em outros campos, da mesma maneira como é feita na memória linguística do falante, que classifica inconscientemente as lexias para acessá-las facilmente quando for necessário no discurso.

Dessa forma, todas as lexias do campo *Deveres dos negros associados* referem-se aos deveres dos irmãos e, para melhor estruturação, foram distribuídas nos seguintes microcampos: 1. Condutas e 2. Atividades religiosas.

O microcampo das *Condutas* comporta as lexias que dizem respeito à maneira como os associados deveriam agir dentro da irmandade, tais como: *obediente*, *respeitar*, *Compostura*, *cuidado* e *zello*. Algumas delas podem ser observadas no trecho a seguir “Todos os Irmaos que Servirem em Meza teraõ Cuidado | em Ser muito obediente aos officiais Maiores e Com especialidade e zello No | Servisso de Nossa Irmandade” (Silva, 2013, p. 95, fôlio 10r.). Percebe-se aqui, a relação de hierarquia, em que os irmãos deveriam ser obedientes ao corpo dirigente, além do zelo ao desempenhar

funções dentro da irmandade. As lexias mencionadas não sofreram, conforme consulta nos dicionários, alterações em seus significados.

Como organização que seguia um compromisso, os irmãos eram punidos caso as condutas esperadas não fossem seguidas, incluindo os que faziam parte da Mesa. As punições eram feitas por meio de pagamentos, como no caso dos juízes que, se faltassem às reuniões feitas pela Mesa e se fossem forros, deveriam pagar uma oitava de ouro e, se fossem cativos, os membros oficiais decidiam a quantia a ser paga. Isso demonstra que, mesmo dentro da irmandade, os irmãos poderiam receber punições caso não seguissem as normas e regras impostas, ressaltando o controle que a igreja exercia sobre eles.

O microcampo *Atividades religiosas* é composto pelas lexias *Ladainha de Nossa Senhora* e *Terço*. Conforme consta no Compromisso, aos sábados, os reverendos juntamente com os irmãos cantavam a *Ladainha de Nossa Senhora*, que são preces cantadas em nome de Deus, de Santos ou da Virgem de Nossa Senhora. Os dicionários de Bluteau (1712-1728) e Houaiss e Villar (2009) também apontam o mesmo sentido para *Ladainha*, “prece litúrgica estruturada na forma de curtas invocações a Deus, a Jesus Cristo, à Virgem, aos santos, recitadas pelo celebrante, que se alternam com as respostas da congregação (fiéis e/ou religiosos)” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1710).

O *Terço* era rezado nas tardes de domingo, conforme Bluteau (1712-1728, p. 110), o “Terço do Rosario. Divide-se o Rosario em tres terços; consta cada hũ delles de cinco Padre nossos, & cincoenta Ave Marias”. Ainda conforme o autor, o terço é oferecido aos três mistérios: gozosos, dolorosos e gloriosos. Assim, são rituais de orações seguidos e feitos pelas igrejas católicas e seus devotos para realizar seus pedidos e agradecimentos.

Tais lexias faziam parte do cotidiano dos falantes da irmandade, toda semana eram realizados esses cultos, articulando vários irmãos para organizar a capela e avisar uns aos outros e às pessoas que participavam. Também era possível que esses momentos, como todos os outros que fazem parte do dia a dia dos irmãos, fossem utilizados para se socializar, contar histórias e compartilhar vivências.

A igreja legitimou a escravização de negros. Sermões de Padre Antônio Vieira, por exemplo, passavam a ideia de que os negros eram “*eleitos de Deus* e feitos à semelhança de Cristo para salvar a humanidade através do sacrifício.” (Vainfas, 1986, p. 97, grifos do autor); assim, os negros deveriam agradecer, pois estavam buscando a salvação de todos. Outra legitimação seria de que todos os pretos seriam escravos, por descenderem do pecador Cam⁶, sendo a escravidão o castigo do pecado.

Em terras brasileiras, os escravizados recebiam o batismo e eram inseridos forçosamente na religião do colonizador e a catequização era uma forma de controlar esses corpos, servindo a ordem escravista. Conforme aponta Vainfas (1986), tanto o senhor como o escravo deveriam ser cristãos, seguindo a doutrina cristã. Assim, os terços e ladainhas eram formas de reafirmar os ensinamentos católicos e adorar a Deus e aos santos. Para além de receber os benefícios em vida e em morte, os irmãos precisavam participar das orações e rituais religiosos da irmandade, que também eram uma forma de garantir a salvação da alma. Dessa forma, a doutrinação cristã seguia

⁶ Cam, filho de Noé, teria zombado da nudez de seu pai. Então, Deus castigou Cam, amaldiçoando toda a sua descendência ao cativo e à escravidão (Vainfas, 1986, p. 96).

alcançando um maior número de fiéis e servindo ao sistema escravista, mesmo que houvesse os negros forros e libertos.

5.3 Os direitos dos *Irmãos da Irmandade da Virgem Santíssima*

O microcampo *Ocupações* é composto pelas lexias que dizem respeito aos cargos que os negros ocupavam. Como os membros negros da irmandade podiam desempenhar certas funções, desde que fossem eleitos, o microcampo mencionado encontra-se dentro do macrocampo *Direitos dos negros associados*, visto que tinham o direito de ocupar esses cargos.

Como dito anteriormente, a Mesa da irmandade é composta por um grupo chamado de Oficiais. E alguns dos cargos, como de *Mordomos*, *Irmãos de Meza*, *Andador*, *Procurador* e *Luízes*, são ocupados por homens e mulheres negras. São funções importantes, permitindo que quem as ocupasse pudesse ter voz, oferecendo contribuições para o funcionamento da irmandade. Os *Luízes*, por exemplo, nomeavam três pessoas para participar das eleições e concorrer ao cargo, como também assinavam procurações; o *Procurador* fazia os requerimentos da irmandade e cobranças, mostrando a sua voz e certa liberdade em meio à escravidão.

Aos *Mordomos* cabe a principal função de ajudar na organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, o mesmo é encontrado nos dicionários de Bluteau (1712-1728, p. 578) e Houaiss e Villar (2009, p. 1960), respectivamente, “Aquelles que servem, & contribuem com sua esmola para as festas de huma Irmandade pelo espaço de um anno” e “Aquele que organiza e patrocina festas de igreja”. Os *Mordomos*, juntamente com os *Irmãos de Meza*, também acompanhavam as procissões e enterros dos irmãos falecidos, algo de extrema importância, pois era “um meio de se reunirem, mantendo a solidariedade do grupo e mostrando aos demais habitantes a importância do grêmio” (Scarano, 1978, p. 55). Ainda de acordo com a autora, como a irmandade era aprovada pelo rei e considerada uma obra de Deus, “estava, de certo modo, acima do poder dos senhores” (Scarano, 1978, p. 55), assim, no caso daqueles que eram escravos, ocupando ou não funções na Mesa, também deveriam comparecer juntamente com os outros membros aos rituais organizados quando um irmão falecia.

O microcampo *Sepultamento* comporta as lexias que dizem respeito aos direitos dos negros associados na hora de sua morte, que são concedidos mediante o pagamento das taxas de entrada e anuais. Os *Sufrágios*, como são chamados os benefícios, fazem parte do microcampo *Sepultamento* e se configuram como uma obrigação da irmandade e um direito dos irmãos. Conforme Bluteau (1712-1728, p. 771), o “Suffragio Ecclesiastico, ou suffragio da Igreja, he qualquer obra boa, para ajudar espiritualmente a alma do próximo, [...]. Jejuns, orações, esmolas, missas, applicadas para alcançar ao proximo aumentos de graça, vitoria de tentações.” A ajuda espiritual era a principal razão pela qual a maioria dos negros, principalmente os escravos, se associavam à irmandade, buscando a salvação da alma e um enterro digno, garantindo “que seus corpos não fossem profanados por cães e animais, abandonados à própria sorte” (Loiola, 2009, p. 69).

Loiola (2009) aponta que a morte era um mecanismo de organização social para que os negros – libertos, cativos e forros –, de certa forma, se libertassem da

atribuição colonial⁷. Conforme a autora, os rituais fúnebres possibilitavam uma busca pela igualdade, que não era experimentada em vida, mas que se encontrava na garantia de um enterro em solo sagrado e nos rituais considerados necessários para a salvação da alma.

Esses rituais começavam já em vida, quando os irmãos recebiam o *saCramento*, nesse caso o batismo, visto que os escravizados deveriam ser batizados assim que aprendessem a língua portuguesa e pudessem receber o batismo. De acordo com Bluteau (1712-1728, p. 422), os sacramentos dos vivos são Confirmação, Eucaristia, Extrema-unção, Ordem e Matrimônio, os sacramentos dos mortos são o Batismo e a Penitência. Assim, o Compromisso ressalta que os irmãos que se encontravam doentes deveriam receber os sacramentos para não morrer sem eles e, assim, garantir a salvação da alma, visto que os sacramentos livravam dos pecados cometidos em vida.

A lexia *emComendarã* também faz parte do universo de salvação da alma, onde o reverendo capelão encomendava a alma do falecido, através de missas e orações, para que ela fosse salva. Em Houaiss e Villar (2009), encomendar tem o mesmo sentido apresentado no Compromisso, orar para a alma do falecido ser salva.

As missas realizadas para a salvação da alma possuíam quantidades definidas, que dependiam do cargo exercido pelo irmão no ano de seu falecimento e do pagamento quitado. Todos os irmãos tinham direito a *dês Missas*, mas os que já serviram na Mesa têm direito a *Sinco missas de Corpo prezente* e os que falecerem no ano que estiverem servindo têm direito a mais *duas Missas de Corpo prezente*. Caso algum irmão não tenha feito os pagamentos necessários, as missas pela salvação de sua alma eram reduzidas. Ao final de cada celebração, os falecidos tinham direito a um *reponsso*, que são palavras cantadas e rezadas pelo reverendo aos mortos. Os irmãos também tinham direito ao *Acompanhamento* com a *procissoins* até a sua sepultura.

Percebe-se que, ao falecer, o irmão mobilizava grande parte de seus iguais para ter um enterro digno e garantir que a sua alma fosse salva com todas as orações e rituais realizados. Conforme aponta Borges (2005, p. 165), a “boa morte dependia da solidariedade dos vivos”, pois eles auxiliavam no momento pós-morte, as orações ajudavam no destino da alma e na sua salvação, por isso a importância de seguir todos os rituais de sepultamento, além da numerosa participação dos irmãos nos cortejos realizados. Borges (2005, p. 165) ainda evidencia que o auxílio na salvação das almas dos mortos não é exclusivo da religião católica, várias outras religiões e povos realizavam cuidados específicos e rituais fúnebres para garantir que o morto tivesse uma boa passagem para o além. Assim, mesmo que o catolicismo tenha sido imposto aos negros, a garantia da boa morte e da salvação da alma por parte das irmandades possibilitou a socialização e a ressignificação dessas práticas católicas através de suas próprias culturas e crenças.

Feitos os rituais de encomendação da alma, os falecidos eram sepultados em *Locais de enterro* específicos, esse microcampo apresenta lexias referentes ao local destinado para enterrar os irmãos. Para isso, a irmandade contava com uma *tumba* que, conforme Bluteau (1712-1728), deriva de sepulcro. O Compromisso detalha o local

⁷ Atribuição colonial refere-se, conforme Loiola (2009, p. 21), “a um conjunto de qualificações, não só da condição de escravo, mas também como membro de grupos específicos”. As qualificações são: “agrupamento da cor, da procedência e do grau de liberdade”.

em que os irmãos e os membros oficiais da Mesa deveriam ser sepultados quando falecessem, levando em consideração o cargo que ocupavam no ano do falecimento.

Os irmãos da irmandade eram sepultados do *Cruzeiro para baixo* onde estivesse desocupado. O cruzeiro de uma igreja é “O meyo entre as naves lateraes, & a nave mayor da Igreja” (Bluteau, 1712-1728, p. 624), em Houaiss e Villar (2009, p. 881), é a “parte da igreja entre a nave central e a capela-mor, ger. com uma cobertura de cúpula ou claraboia”. Assim, o local destinado para o enterro era localizado na nave central da igreja, pois ela estava abaixo do cruzeiro. Isso se justifica pelo fato de os irmãos de Mesa serem sepultados do *Cruzeiro até o Arco*, que compreendia o cruzeiro da igreja até o arco onde se iniciava a capela-mor. Os Oficiais – corpo dirigente da Mesa – eram sepultados do *Arco para dentro*, o arco da igreja é onde fica a entrada da capela-mor, a capela principal.

Com o detalhamento dos lugares onde os irmãos eram sepultados, percebemos uma hierarquia, já que esses locais também eram significativos para o bem morrer. Todos eram enterrados em solo sagrado, mas quanto maior a sua posição dentro da irmandade, mais próximo estaria da proteção dos santos e dos anjos, visto que era dentro da capela-mor que ficavam as imagens dos santos devotos, justamente onde eram sepultados os membros oficiais da Mesa da irmandade.

No contexto sociocultural em que muitos negros, principalmente os escravizados, não eram sequer enterrados dignamente, todos esses rituais realizados para o bem morrer, a salvação da alma e os locais de sepultamento eram vistos como uma forma de ascender. A boa morte reestabelecia, em partes, a condição humana retirada das mulheres e homens negros em vida, integrando e ressignificando a sua cultura por meio das práticas católicas fúnebres, uma garantia de salvar a alma de seus iguais.

As lexias do microcampo *Ocupações* demonstram as funções que os negros podiam desempenhar, ganhando voz e certas liberdades. Para aqueles que eram escravizados, permitiam exercer papéis que não seriam possíveis sem o auxílio da irmandade, em virtude do contexto escravista. Já os microcampo *Sepultamento* e *Locais de enterro* sugerem a importância da morte e dos rituais para a salvação da alma, evidenciando as relações de sociabilidade entre os vivos e os mortos.

5.4 Os irmãos e suas obrigações

O último macrocampo nomeado de *Obrigações dos negros associados* foi subdividido em três microcampos: 1. Forma de pagamentos e valores, 2. Festividades, 3. Obrigações religiosas e 4. Obrigações dos oficiais negros.

Em *Formas de pagamentos e valores* temos lexias como *Anual/Anuais/Anoal*, *Entrada*, *Esmolla/Esmollas*, *Huã oytava deouro/ huã Oytava deOuro* e *16/oytavas de ouro*. Todo irmão ao entrar na irmandade deveria pagar a *Entrada*, que correspondia a *huã Oytava deOuro*, além do valor *Anual* de *Meja Oytava deOuro*. O pagamento das taxas garantia o direito aos benefícios concedidos pela irmandade. Em Bluteau (1712-1728, p. 392), a lexia *Anual* possuiu o mesmo sentido encontrado no Compromisso, “O que se paga, & se satisfaz cada anno. [...] Essa he a Theologia, conforme ao uso, que hã em a Igreja de concederse indulgencias de novecentos mil, & mais annos, & de celebrar Missas, & sufragios perpetuos pelas almas dos defuntos”.

As pessoas que desejavam entrar na irmandade de forma permanente, fossem brancas ou negras, pagavam uma parcela de *deZaseis Oytavas de ouro*, garantindo o recebimento dos sufrágios, mesmo que se passassem 10 anos sem notícia desses irmãos. O mesmo valor era pago por aqueles que desejavam se associar na hora da morte, por exemplo, quando doentes, para garantir todas as missas e rituais de sepultamento para a salvação da alma.

De acordo com Loiola (2009), o valor alto do pagamento e das taxas fazia com que houvesse, nas irmandades, poucos escravos, que nem sempre conseguiam as oitavas de ouro necessárias para se associar e receber os sufrágios. O livro de Compromisso de Arraial do Bomfim de Goýaz não traz informações sobre a quantidade de devotos escravizados e libertos, mas é uma possibilidade que aqueles estivessem em menor número.

A lexia *Esmolla/Esmollas* apresenta dois sentidos dentro do Compromisso. O primeiro se refere às doações feitas pelas pessoas à irmandade, divergindo do sentido apresentado no dicionário de Bluteau (1712-1728, p. 250), onde esmola seria uma ajuda ou auxílio dado aos pobres. Já Houaiss e Villar (2009, p. 1220) apresentam um sentido próximo ao Compromisso, “donativo que se faz ao padre durante a missa”, pois as esmolos eram oferecidas durante as celebrações da irmandade.

O segundo sentido de *Esmolla/Esmollas* presente no Compromisso refere-se ao pagamento realizado pelos irmãos, como podemos notar no seguinte trecho, “Logo que falecer qualquer Irmaõ, ou Irmã | não devendo Couza alguã a Irmandade deSeus Anuais, Mezadas | e mais esmollas” (Silva, 2013, p. 105, fólho 12v.). Isso demonstra como as unidades lexicais podem expandir seus sentidos conforme o uso pelos falantes, exigindo que a análise considere sempre seu contexto de realização.

O microcampo *Festividades* relaciona-se com a *festa de Nossa Senhora do Rozario*, organizada pelos mordomos, irmãos de Mesa, juizes e juizas da irmandade. Além da organização, esses irmãos doavam *16 oytavas deOuro*, “Outro Sim os Iuizes, eIuizas por eleicaõ | Seraõ obrigados Com os doze Irmaõs de Meza e Mordomos afazerem | No Seu anno afesta de *Nossa Senhora* eSeraõ obrigados adar Cadahũ de joýa | *16/oytavas deOuro*” (Silva, 2013, p. 89, fólho 8v.). A festa deveria ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro, data que só seria alterada se houvesse realmente necessidade e a mudança fosse decidida pela Meza.

Conforme consta no Compromisso, a festa deveria ser grandiosa e contaria obrigatoriamente com *Sermaõ*, *porçissã* e *Missa cantada*. O *Sermaõ* é “um discurso religioso pronunciado no púlpito por um predicator, esp. católioco” (Houaiss; Villar, 2009, p. 2555), portanto, era feito pelo reverendo capelão, enquanto a *Missa cantada* é uma missa solene acompanhada por um coral e, de acordo com Borges (2005), realizada em ocasiões especiais. A *porçissã* é uma marcha de caráter religioso, “ger. pelas ruas de uma cidade, em que padres e outros clérigos saem paramentados, carregando imagens, crucifixos etc. Seguidos pelos fiéis [...] entoando cantos e rezas” (Houaiss; Villar, 2009, p. 2303).

As práticas católicas e de religiosidade realizadas durante a festa, como em toda a irmandade, reforçavam a catequização dos negros, fortaleciam o cristianismo e, ao interesse dos senhores, integravam a “religião do colonizador” ao negro (Barros, 2017, p. 115) que, mesmo procurando formas de subverter as imposições desse sistema, precisava seguir com o Compromisso firmado, garantindo a salvação de sua alma.

Também era durante a festa de Nossa Senhora do Rosário que os reis e rainhas da irmandade assumiam seu trono, com assentos embaixo do arco da capela e vestimentas ornamentadas. Por esse motivo, a festa pode ser considerada um dos momentos mais aguardados e importantes para os irmãos, com reis e rainhas coroadas, que possibilitavam aos irmãos sentimentos de pertencimento e de ressignificação da sua fé (Simoni, 2017). Nos dias da festa:

[...] pessoas comuns marginalizadas pela história passam a compor a realeza, reverenciando, mesmo que simbolicamente, os vestígios que os ligam aos seus ancestrais que, ainda que escravizados, conseguiram transpor sua cultura para novas terras reafirmando, assim, sua identidade étnica. (Simoni, 2017, p. 80).

No contexto cultural da escravidão, eleger reis e rainhas era uma forma de representatividade para os negros, que se identificavam, ressignificavam a sua fé, a sua história e lembravam os seus ancestrais (Simoni, 2017). Em uma terra onde monarcas eram brancos, reis e rainhas negros estavam carregados de simbologias de grandes significações para seus irmãos, prestígio e autoafirmação. Para a Igreja, todavia, era uma forma de conquistar devotos e aumentar o alcance do catolicismo, como é destacado no Compromisso, “hã Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos homens pretos ellegerem para | mayor frecuencia Zello e Aumento da mesma Irmandade hum Reý ehuã | Rainha” (Silva, 2013, p. 75, fôlio 5r.).

No microcampo *Obrigações religiosas* temos as lexias *Confessar* e *Confissões*, obrigações de todos os irmãos que, conforme Bluteau (1712-1728, p. 454-457), significam, “Dizer a hum sacerdote os seus pecados” e “Confissão de peccados a hum sacerdote”. Assim, os irmãos confessavam os seus pecados para o reverendo capelão da irmandade. As lexias citadas indicam as práticas católicas desenvolvidas dentro da associação, bem como os mecanismos utilizados pela Igreja para doutrinar e controlar os irmãos negros.

Temos também a lexia *Acompanhamento*, utilizada no momento de acompanhar o irmão falecido até a sua sepultura. Essa ação conta com a participação dos outros irmãos e membros da irmandade, que podiam ser repreendidos e receber punições caso não participassem. O *Acompanhar* do irmão auxiliaria no momento pós-morte, já que a salvação da alma também dependeria da assistência dos vivos.

A lexia *grangear*, que faz parte do microcampo *Obrigações dos oficiais negros*, apresenta no Compromisso o sentido de atrair novos fiéis para o ingresso na irmandade. Igualmente, em Houaiss e Villar (2009, p. 1477), é “trazer (algo) a si, pelo seu modo de ser, por seu caráter, sociabilidade etc; conquistar, atrair”. A obrigação é específica dos juizes e juízas, mas com a leitura do Compromisso percebe-se que todos os irmãos eram incumbidos dessa função. Era uma forma de aumentar o número de devotos, propagando a doutrinação cristã e o aumento das riquezas com os pagamentos realizados pelos irmãos.

O procurador também tinha obrigação semelhante, mas o Compromisso utiliza a lexia *aumento*, “O Irmão Procurador terá muito Cuidado e= | Zello em precurar Oaumento da Nossa Irmandade” (Silva, 2013, p. 93, fôlio 9v.). O procurador também realizava as *Cobranças* e *requerimentos*, a primeira lexia refere-se à cobrança daqueles irmãos que estavam com pagamentos atrasados, e a segunda, às demandas dos irmãos e da irmandade, que eram apresentadas nas reuniões da Mesa.

Os irmãos de Mesa tinham a obrigação de *Acompanhar* os sepultamentos e as procissões realizadas quando um irmão falecia e eram, ainda, responsáveis pelas *esmolas* coletadas aos sábados, provavelmente durante as missas.

Todas essas lexias apresentam partes da estrutura organizacional da Irmandade dos Homens Pretos de *Arraial do Bomfim de Goýaz*, expressas através das formas de pagamentos e dos valores cobrados, da realização da festa em louvar à Nossa Senhora do Rosário, das doutrinas católicas seguidas e instituídas aos irmãos e de algumas das obrigações dos oficiais negros. As lexias fazem parte de segmentos do cotidiano daqueles que integravam a associação, principalmente os negros, que as utilizavam para cumprir com suas obrigações, mas também para se socializarem.

O léxico da língua representa a realidade na qual os indivíduos falantes estão inseridos, transportando para os textos escritos as lexias que destacam traços do contexto cultural e social de determinada época. As obrigações exercidas dentro da irmandade além de evidenciarem funções desempenhadas pelos homens pretos, também destacam a relação da igreja com os associados que, mesmo auxiliando na vida e na morte, se mostrava um espaço para a “doutrinação coletiva e o incentivo às obrigações sacramentais” (Soares, 2000, p. 166) à luz da religião do colonizador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu conhecer a organização e a estrutura de um livro de Compromisso, um estatuto presente em todas as irmandades fundadas no Brasil Colonial e, que por meio de capítulos, apresenta direitos, deveres e obrigações dos membros associados, como da igreja e da Coroa. A leitura do manuscrito e o inventário de lexias relacionadas aos compromissos dos homens pretos possibilitou fazer apontamentos sobre as inter-relações entre léxico, história e cultura.

A escravização, legitimada pela igreja, transportou pelo Atlântico milhares de africanos que, ao serem traficados no território brasileiro, tiveram que ressignificar seus laços culturais e praticar a fé católica dos colonizadores, como forma de sobreviverem fisicamente. A doutrinação cristã foi efetiva e atendia aos interesses do sistema escravista, já que era uma forma de controlar os corpos negros. As irmandades tiveram papel importante na catequização dos escravizados e libertos, que eram atraídos pelos sufrágios oferecidos, fossem durante a vida ou na hora da morte, esta última de grande valia para os irmãos. Os rituais de sepultamentos realizados no pós-morte com o auxílio dos vivos garantiam, juntamente com as missas e orações, a salvação da alma, além do enterro em solo sagrado.

Para além das práticas e dos rituais católicos, a Irmandade de Arraial do Bomfim de Goýaz, como tantas outras, configurava-se como um lugar de socialização e solidariedade entre os irmãos, de compartilhamento de vivências e ressignificação da fé. Os irmãos devotos de Nossa Senhora do Rosário buscavam pelo mínimo de dignidade, liberdade e condição humana. Mesmo com o controle da igreja, a liberdade estava em se conectar com os outros irmãos, ter voz e desempenhar funções de prestígio na organização, como reis, rainhas e juizes, e garantir uma boa morte. As lexias inventariadas evidenciam parte dessas relações, bem como das relações de hierarquia dentro da associação demonstradas por meio da quantidade de missas a serem feitas por aqueles que faleciam, do lugar da sepultura de cada irmão, em que

aqueles que faziam parte do corpo dirigente eram enterrados mais próximos dos altares sagrados.

Importante reforçar que, mesmo a irmandade oferecendo benefícios e condições melhores para os negros associados, beneficiava-se o sistema escravista ao reafirmar a conversão e a doutrinação por meio de práticas religiosas, impor regras e condutas a serem seguidas, além das punições, caso os irmãos não cumprissem com suas obrigações e deveres.

As escolhas lexicais dos falantes carregam significações e evidenciam o contexto histórico e cultural daquela sociedade. Escolhas como *Libertos* e *cativos* representam o contexto da escravidão e a forma como os negros eram categorizados, *obediente* e *Zello* são condutas esperadas e que devem ser seguidas, *Sufragios* configuram os benefícios garantidos aos irmãos, dentre várias outras lexias.

Ao entrarem na irmandade, os negros podiam ressignificar e incorporar suas práticas culturais nos rituais e cultos. Embora o Compromisso não apresente dados específicos sobre isso, percebe-se, por exemplo, a importância dirigida à morte, essencial para diversos povos e religiões, bem como a coroação de reis e rainhas, que gerava o reconhecimento identitário e a conexão com a ancestralidade dos irmãos com os seus reis e rainhas do passado. Todos esses vínculos, girando em torno de objetivos comuns uns aos outros, fortaleciam as práticas culturais, carregando significações para aqueles que vivenciavam o dia a dia dentro da irmandade e em companhia com os seus irmãos.

Espera-se que, o estudo realizado contribua com os já existentes sobre a escravização em Goiás e o papel das irmandades religiosas para libertos e cativos, colaborando também com os estudos da área da linguística que tematizam léxico, história e cultura.

REFERÊNCIAS

Abbade CMS. Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o livro de cozinha da Infanta D. Maria. Salvador: Quarteto; 2009.

Amorim AM, Paula MH. Configurações de liberdade em cartas de alforria de Catalão-Goiás (1861-1876). Moara. 2019;50(1):169-186. [citado 01 ago. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/6810/5376>.

Biderman MTC. As ciências do léxico. In: Oliveira AMP, Isquierdo AN, organizadores. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2.^a ed. Campo Grande: UFMS; 2001a. p. 13-22.

Biderman MTC. Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2001b.

Bluteau R. Vocabulario portuguez & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; 1712 - 1728. [citado 10 fev. 2020]. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/>.

Borges CM. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – século XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF; 2005.

Coseriu E. Principio de semântica estructural. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Románica Hispánica; 1977.

- Houaiss A, Villar MS. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
- Loiola ML. Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG; 2009.
- Moura C. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: EDUSP; 2004.
- Paula MH. Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano [tese]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; 2007. [citado 20 ago. 2020]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103588>.
- Scarano J. Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nacional; 1978.
- Simoni RCS. A congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição [tese]. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2017. [citado 02 jun. 2020]. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3835>.
- Silva LD. Irmandades de pretos: edição e inventariação lexical em manuscritos goianos do século XVIII [dissertação]. Goiânia: Departamento de Letras, Universidade Federal de Goiás, campus Catalão; 2013. [citado 15 jun. 2020]. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3344>.
- Soares MC. Devotos de cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000.
- Vainfas R. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes Ltda; 1986.

Africanos livres: aspectos históricos e discursivos da constituição do português brasileiro em manuscrito do século XIX

Free Africans: historical and discursive aspects of the constitution of Brazilian Portuguese in a 19th century manuscript

Leticia Marinha Bomfim*

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil

Milena Borges de Moraes**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender aspectos históricos, linguísticos e discursivos da participação dos africanos livres na constituição do português brasileiro, no século XIX, na Sociedade de Mineração do Mato Grosso, por meio da análise da edição de Façanha (2019) do *Livro de registro da correspondência e mais acontecimentos relativos aos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração da Província*, códice no qual foram registradas informações sobre a vida cotidiana dos africanos livres. Com relação aos aspectos históricos, investigamos a formação da classe jurídica *africanos livres* e quais línguas africanas foram trazidas para o Mato Grosso, no século XIX; com relação aos aspectos linguísticos empreendemos uma análise léxico-discursiva do códice, para compreendermos os efeitos de sentidos provocados pelas unidades lexicais utilizadas para se referirem aos africanos livres. Como resultado, verificamos, que a classe jurídica *africanos livres* é apenas uma distinção jurídica com relação aos africanos escravizados, e que estes provinham da região denominada Área Austral, na qual há a predominância de línguas do subgrupo banto; em nossa análise léxico-discursiva, verificamos que as unidades lexicais utilizadas para se referirem ao africano livre vão de encontro àquilo que se entendia por liberdade no século XIX.

Palavras-chave: Africanos livres. Português brasileiro. Línguas africanas. Léxico. Discurso.

Abstract: This article aims to understand historical, linguistic and discursive aspects of the participation of free Africans in the constitution of Brazilian Portuguese, in the nineteenth century, in the Mato Grosso Mining Society, through the analysis of the edition of Façanha (2019) of the *Livro de registro da correspondência e mais acontecimentos relativos aos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração da Província*, codex in which information about the daily life of free Africans was recorded. Concerning historical aspects, we investigated the formation of the *free Africans* legal class and which African languages were brought to Mato Grosso, in the nineteenth century; regarding the linguistic aspects, we undertook a lexical-discursive analysis of the codex to understand the effects of meanings caused by the lexical units used to refer to free Africans. As a result, we found that the legal class *free Africans*; is just a legal distinction in relation to

* Graduada em Letras Português-Inglês na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e da Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil; leticia.bomfim@unemat.br

** Professora doutora em Letras, no Programa Filologia e Língua Portuguesa, Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus de Tangará da Serra, MT, Brasil; milena@unemat.br

enslaved Africans, and that these came from the region called Austral Area, in which there is the predominance of languages from the Bantu subgroup; in our lexical-discursive analysis, we found that the lexical units used to refer to the free African go against what was understood by freedom in the nineteenth century.

Keywords: Free Africans. Brazilian Portuguese. African languages. Lexicon. Discourse.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização do Brasil, no século XVI, muitas línguas circularam nesse território, e cumpriram diferentes funções, a saber: as línguas indígenas, o português de Portugal, o latim, dentre outras línguas europeias, como o espanhol, o francês e o inglês (Mariani, 2004, p. 22). Posteriormente, com o projeto colonizador, passou-se também a usar as línguas gerais, que consiste em “ora usar a língua com o maior número de falantes ora a de maior circulação numa dada população” (Basso; Gonçalves, 2014, p. 212). A essas línguas somaram-se as línguas africanas, trazidas para o Brasil com a tráfico de pessoas escravizadas, concomitante ao ciclo econômico do açúcar (1540-1710). É, pois, sob um contexto linguístico heterogêneo que se dá a formação do português brasileiro (Mariani, 2004, p. 22).

Já no século XIX, o tráfico de escravos para o Brasil entrava em uma nova fase: com o impulso da Revolução Industrial nos países desenvolvidos, sobretudo na Inglaterra, surgiu um movimento de eliminação gradual do trabalho escravo, pois as necessidades econômicas eram outras: era preciso constituir uma classe trabalhadora assalariada que comprasse a manufatura produzida pelos países desenvolvidos.

É no âmbito desse movimento que surgem numerosas leis e decretos - tanto entre Portugal e Inglaterra, quanto entre Brasil e Inglaterra - que fizeram emergir uma classe jurídica: a dos africanos livres¹, originada de um movimento de resistência às leis antitráfico, sustentada pela camada conservadora da sociedade brasileira, com a intenção de manter a mão de obra brasileira barata e escravizada e conter os avanços que visavam não só o fim do tráfico como também o da escravidão (Moura, 2014).

Com vistas a utilizar a mão de obra proveniente desses africanos livres, surgem variados empreendimentos públicos e privados, de construção de estradas e de desenvolvimento nas regiões fronteiriças do Brasil, e um desses empreendimentos é a Sociedade de Mineração do Mato Grosso, criada em 1851, com o propósito de explorar as minas de ouro da então Província do Mato Grosso, na região do Alto Paraguai-Diamantino. A essa sociedade foram concedidos 100 africanos livres que estavam sob custódia do governo na Casa de Correção no Rio de Janeiro.

Durante os quatorze anos de existência desse empreendimento, foram lavrados todos os meses os acontecimentos a respeito dos africanos livres no *Livro de registro da*

¹ De acordo com Biderman (1996, p. 28): “Tudo leva a crer que o léxico se estrutura de tal forma que permita a recuperação muito rápida, instantânea mesmo, das palavras que o integram”. Esse processo de recuperação rápida não pode ser feito com as unidades lexicais *africanos* e *livres*, quando aparecerem designando a classe jurídica à qual nos referimos acima, pois, de acordo com os estudos recentes sobre a categoria *africanos livres* (Moura, 2014; Mamigonian, 2017; Façanha, 2019), a adjetivação de africanos como livres não passou de um aparato jurídico, indo de encontro ao que se entende por livre, tanto no século XIX, quanto atualmente.

*correspondencia e mais acontecimentos relativos aos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração da Província*², códice³ elaborado por seis guardas, entre 1853 e 1864, no qual foram registradas informações sobre a vida cotidiana dos africanos livres.

É justamente nesse códice, em sua edição semidiplomática⁴ apresentada na tese de doutorado de Juliana Façanha (2019)⁵, que se encontra o objeto deste estudo. Um fator importante, é que, dada a especificidade dos manuscritos, que não são de fácil acesso, como, por exemplo, um jornal ou uma carta, a edição semidiplomática do *Livro de Registro* e a sua publicação em uma tese de doutorado nos possibilitou a leitura e o conhecimento desse objeto linguístico histórico, bem como permitiu o acesso ao texto de forma remota, uma vez que o referido códice, embora esteja digitalizado no Arquivo Público de Mato Grosso, só pode ser acessado in loco, e com essa edição, o acesso pôde ser feito virtualmente.

No campo acadêmico da área de História, atualmente, são várias as discussões em torno da categoria *africanos livres*. Entretanto, a questão da participação dessa categoria jurídica⁶ na constituição do português brasileiro ainda é muito sucinta, sobretudo, quando examinamos as pesquisas feitas na sociedade mato-grossense. Dessa forma, a importância do objeto de estudo deste trabalho justifica-se pelo valor histórico, social e linguístico desse documento para a história de Mato Grosso e do país, pois pode fornecer elementos do estado do português escrito na Capitania de Mato Grosso, no século XIX. Além disso, constitui um registro escrito acerca da vida dos africanos livres, que foram trazidos⁷ para a Sociedade de Mineração, o que contribui para ampliar os estudos acerca dessa categoria jurídica, tão pouco abordada. Lembremo-nos de que, em 1890, o ministro Ruy Barbosa determinou que todos os documentos que tratassem da escravidão fossem queimados⁸.

Devido ao nosso interesse pelo tema, nos filiamos à linha de pesquisa *Línguas, Discurso e Sociedade*, que compõe o Projeto Pedagógico do curso de Letras, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus de Tangará da Serra. Essa linha

² Esse códice pertence ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, acondicionado na estante 10, pasta 383, identificado sequencialmente por 60 fólios numerados de Ms 1r. a Ms 31r.

³ Manuscrito cujas folhas se unem como num livro (Códice, 2022).

⁴ A edição caracteriza-se pelo desdobramento das abreviaturas e “inserção ou supressão de elementos por conjectura” (Cambráia, 2005, p. 95), e tem como objetivo proporcionar a leitura a um público menos especializado.

⁵ Façanha JL. Africanos “livres” em Mato Grosso (1853-1864): um estudo filológico, histórico e discursivo [tese]. Cuiabá: Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso; 2019.

⁶ Africano livre correspondia apenas a uma categoria jurídica criada no momento em que a repressão ao tráfico intercontinental de homens estava se estabelecendo no Brasil, com a finalidade de coibir a chegada de novos navios negreiros e identificar os homens que seriam escravizados como indivíduos tutelados pelo Estado. (Façanha, 2019, p. 13).

⁷ “Nada mais equívoco do que dizer que o negro veio ao Brasil. Ele foi trazido. Essa distinção não é acadêmica, mas dolorosamente real e só a partir dela é que se pode tentar estabelecer o caráter que o escravismo tomou aqui: vir pode ocorrer a partir de uma decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Ser trazido é algo passivo – como o próprio tempo do verbo – e implica fazer algo contra e a despeito de sua vontade” (Pinsky, 1993, p. 23, apud Façanha, 2019, p. 227).

⁸ A informação mostra a importância do códice, uma vez que esse poderia ter sido queimado junto aos outros documentos, conforme determinação de Ruy Barbosa.

propõe estudar a documentação, descrição e análise de fenômenos linguísticos a partir de diferentes posições teórico-metodológicas. Em consonância com essa linha, temos como objetivo principal compreender aspectos históricos e linguísticos, no nível do léxico e discursivo, da participação dos africanos livres na constituição do português brasileiro do século XIX, naociedade de Mineração do Mato Grosso.

Em nosso estudo, amparamo-nos nestas obras: Antunes (2012), Basso e Gonçalves (2014), Bonvini (2008), Brandão (1997), Fernandes (2005), Façanha (2019), Mamigonian (2017), Moura (2014), Fiorin e Petter (2008), entre outros.

Como metodologia, adotamos a pesquisa documental para a fonte primária e a bibliográfica para as fontes secundárias. A pesquisa está dividida em dois momentos: em primeiro lugar, buscamos analisar aspectos históricos do contato entre o português brasileiro e as línguas africanas, como se deu a formação da classe jurídica *africano livre* e vislumbrar as suas regiões de origem, bem como as línguas que eram faladas por eles e que possivelmente circularam em solo brasileiro no século XIX, na Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Em segundo lugar, fizemos uma análise léxico-discursiva do manuscrito, buscando responder ao seguinte questionamento: como e em quê a análise léxico-discursiva de parte do referido códice pode auxiliar na compreensão do estudo do português brasileiro, e também para compreender os efeitos de sentidos provocados pelas unidades lexicais utilizadas para descrever o estado, a ação e a condição dos africanos nomeados como africanos livres.

2 AFRICANOS LIVRES: UMA CLASSE JURÍDICA

O contato entre as línguas africanas e a língua portuguesa teve seu início marcado pelas grandes navegações, ocorridas durante o século XV. Basso e Gonçalves (2014, p. 137) expõem que: “Em 1415, com a conquista de Ceuta, no norte da África, inicia-se um processo que levará o português a muitos territórios para além do mar, como o Brasil e várias regiões da costa da África, além da Índia e de outros territórios asiáticos”, processo esse que também levará Portugal a colonizar esses territórios.

Com relação ao português usado no Brasil, esse contato teve início muito antes dos africanos serem traficados para o Brasil, diferentemente do que é de senso comum, tendo se dado ainda na África, através dos pombeiros e dos negreiros brasileiros, como veremos ao tratar das línguas africanas afetadas pelo tráfico.

Aportados no Brasil, os africanos escravizados eram proibidos de usarem suas línguas e foram obrigados a adotarem o português como língua de comunicação. Ao serem deslocados de um lugar para o outro, para suprir necessidades econômicas, também contribuíram para a difusão e uniformização do português brasileiro (Basso; Gonçalves, 2014, p. 219), sem falar da contribuição cultural, lexical, entre outras.

Esse período de tráfico de escravos africanos para o Brasil teve seu início marcado no século XVI, com o ciclo da cana-de-açúcar, e seguiu até o século XIX, passando pelo ciclo do ouro e do café. O tráfico e a escravização desses africanos forneceram a mão de obra de que esses momentos econômicos precisavam, sem que houvesse remuneração aos trabalhadores.

De acordo com Basso e Gonçalves (2014, p. 216), “os escravos provinham principalmente da região compreendida entre a Nigéria e a Angola, mas também de Moçambique e de regiões mais ao norte, do litoral do Oceano Índico”. Eles viveram

FLP 23(2)

durante três séculos sob um regime de trabalho forçado, sendo expostos a situações desumanas. Isso fica materializado através do *Diretório dos Índios*⁹, publicado em 1758, documento que instituiu uma política linguística no Brasil, e em que, ao tratar da nomeação dos indígenas, o Marquês de Pombal (1758, p. 5) declara:

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem Negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África.

Observamos que Pombal marca os *negros* como destinados a serem escravos de brancos, mas não sem oposição, pois a resistência por parte deles é explícita, como constatamos ao estudar a história do Brasil.

Foi sob esse contexto histórico, social e cultural que se deu o contato entre as línguas africanas e a língua portuguesa, desde o século XV até o XVIII, língua portuguesa essa que no Brasil se historicizou de maneira diferente e que posteriormente foi denominada de português brasileiro (Mariani, 2004, p. 22). Adentrando o século XIX, com as mudanças provocadas pela Revolução Industrial, os países desenvolvidos caminhavam para a constituição de uma classe trabalhadora assalariada, o que foi de encontro aos interesses dos conservadores brasileiros escravagistas (Mamigonian, 2017).

Em decorrência da vontade da Inglaterra em acabar com a escravidão para constituir mão-de-obra assalariada, durante o século XIX, houve grandes avanços no que diz respeito às medidas jurídicas antitráfico, tais como as leis, os alvarás e os decretos expedidos pelo governo, tanto português como brasileiro, que serviram para embasar essa posição contra o tráfico.

O primeiro deles, o *Tratado de Aliança e Amizade*, assinado em 1810 entre o Reino Unido e Portugal, pelo príncipe regente de Bragança, previa a extinção gradual do comércio de escravos; a esse tratado seguiu-se o de 1815, que também previa a extinção do comércio de escravos, mas delimitava espaços marítimos diferentes do anterior.

Depois de muitas discussões acerca do modo como a repressão ao tráfico seria feita, qual seria o destino dos cativos apreendidos, foi assinada em 1817 uma convenção adicional ao tratado de 1815, que previa a criação de uma comissão mista entre Inglaterra e Portugal para reprimir o tráfico (Mamigonian, 2017, p. 19).

Em 26 de janeiro de 1818, o governo Português emite um alvará no qual declara que todos aqueles escravos que fossem capturados em navios ou próximos aos portos, com o fim da escravização, seriam declarados libertos. Podemos presumir que, daquele momento em diante, os escravos estariam livres da servidão. No entanto, no parágrafo quinto do alvará, há evidências linguísticas contraditórias com o que se entende por *fim da escravidão*, pois há uma descrição de como deveria ser a vida desses escravos considerados juridicamente como africanos livres, como a obrigatoriedade de trabalharem por 14 anos para o Governo e com possibilidade de serem *alugados em*

⁹ Este documento está digitalizado e disponível para consulta no site da Biblioteca Nacional de Portugal, e pode ser acessado através do link: <https://purl.pt/27170>.

praça, e sem receber nenhum salário de forma direta por isso, com a seguinte prerrogativa em relação aos 14 anos de servidão: “[...] este tempo porém poderá ser diminuído por dous ou mais annos, aquelles libertos que por seu prestimo e bons costumes, se fizerem dignos de gozar antes delle do pleno direito da sua liberdade”¹⁰.

A esse alvará se seguem outras leis que também proibiam o tráfico de escravos, cada uma a seu modo, como a lei Feijó, de 1831, que declara livres todos os escravos que vieram de fora do Brasil, mas que efetivamente resultou na libertação apenas em parte das pessoas escravizadas, “[...] e os que não o foram, apesar de terem direito à liberdade, foram ilegalmente escravizados” (Moura, 2014, p. 78).

A lei de 1831, além de declarar livres todos os escravos que aportassem no Brasil, também previa a reexportação destes para África, o que efetivamente nunca aconteceu (Mamigonian, 2017, p. 79) e, por isso, outras medidas tiveram de ser tomadas. É o caso do aviso¹¹ dado pelo ministro da justiça, Aureliano Coutinho, em 1834, ao juiz de órfãos do Rio de Janeiro, que autorizava a arrematação dos serviços dos africanos livres. Com isso, ao invés de serem realmente postos em liberdade, os africanos libertos tiveram de trabalhar, sem receber remuneração nenhuma, e ainda, sem a previsão de por quanto tempo deveriam continuar nessa condição.

Em 1845, com o fim das atividades da Comissão mista entre Brasil e Inglaterra, os ingleses promulgam o ato conhecido como Bill Aberdeen, que permitia a prisão e o julgamento de navios envolvidos com o tráfico de escravos, sem que houvesse a participação do Brasil nesse processo.

É nesse ínterim, que a lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, declarava que todas as pessoas escravizadas apreendidas nos portos brasileiros deveriam ser reexportadas para os portos de onde vieram, ou para outro lugar conveniente ao Governo. Enquanto isso não acontecia, eles seriam empregados sob a tutela do Governo, não podendo de maneira alguma ser entregues a pessoas particulares.

Diante desse cenário é que ocorre o surgimento da classe jurídica designada *africanos livres*, embora, desde a lei Feijó, ela estivesse sendo construída, pois essa lei “foi o primeiro regulamento rumo ao efetivo estabelecimento dos grupos de africanos livres” (Façanha, 2019, p. 14), somente com a lei de 1850 essa classe foi efetivamente legalizada.

“Tal classe jurídica não significou a liberdade desses homens, tampouco receberam tratamento diferenciado aos padrões escravocratas já estabelecidos no país” (Façanha, 2019, p. 14). Esses africanos livres passaram a ser utilizados tanto em empreendimentos públicos, quanto em privados; dado o momento histórico, em que estava se tornando cada vez mais caro o tráfico ilegal de escravos, era mais vantajoso pagar o aluguel de um africano livre. Com os capitais que antes eram utilizados para o

¹⁰ Alvará de 26 de janeiro de 1818. [citado 10 dez. 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/alv/1818/alv-26-1-1818.html#view. O alvará também está disponível de forma digitalizada na Biblioteca Nacional Digital no link: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1457734/mss1457734.pdf.

¹¹ Coleção das decisões do governo do Império do Brasil. Aureliano Coutinho para juiz de órfãos da Corte, aviso de 29 de outubro de 1834, com instruções relativas à arrematação dos africanos ilicitamente introduzidos no Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1866. p. 278-281.

tráfico de africanos, houve a disponibilidade, a partir de 1850, de que esse capital fosse investido em um projeto de exploração do interior do Brasil (Moura, p. 2014, p. 2).

3 LÍNGUAS AFETADAS PELO TRÁFICO E OS AFRICANOS LIVRES

É diante dessa situação que surgem inúmeros empreendimentos, uma vez que o alto capital que antes era investido no tráfico de escravos, estava agora disponível para os empreendimentos, tanto do governo, quanto de pessoas detentoras de capital financeiro, visando construir estradas, ferrovias, e levar o progresso para as regiões do norte e centro-oeste brasileiro, aproveitando-se dessa nova classe jurídica, os africanos livres, para garantirem a mão de obra necessária e não onerosa.

Surge então, em 1851, a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, concedida a Custodio Teixeira Leite, Joaquim Leite Ribeiro, Doutor Medardo Rivani, José Joaquim de Carvalho, e Doutor Cesar Persiani, através de um decreto¹², com o propósito de explorar as minas de ouro da então Província do Mato Grosso, na região do Alto Paraguai-Diamantino. A essa sociedade foram concedidos 100 africanos livres que estavam sob custódia do governo na Casa de Correção no Rio de Janeiro.

Naquela época, na então Província de Mato Grosso, de acordo com Moura (2014, p. 31), “os representantes públicos e privados da sociedade mato-grossense animaram-se ao tomarem conhecimento da formação da bem equipada e moderna empresa, Sociedade de Mineração de Mato Grosso”, tendo em vista que, desde seus primórdios, a província foi idealizada sob o pretexto da exploração de minérios, da expansão do território português em detrimento do espanhol, e do aldeamento da extensa população indígena que habitava os sertões mato-grossenses.

Para manter o controle sobre os africanos livres concedidos à sociedade, foi elaborado o *Livro de registro da correspondência e mais acontecimentos relativos aos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração da Província*, produzido entre os anos de 1853 e 1864, composto por cento e vinte quatro ofícios, os quais eram todos os meses remetidos ao presidente da província. Constam nesse livro não só informações relativas à vida laboral dos africanos livres, mas também aspectos da vida cotidiana, tais como nascimento, morte, batismo, doença, trabalhos desenvolvidos, fugas e os respectivos castigos a que eram submetidos como punição.

Essa prática de registro da vida dos africanos livres revela uma intensa preocupação em mantê-los sempre vigiados, conforme recomendações do próprio ministro Eusébio de Queirós¹³ ao concedê-los. Diante dessa necessidade foi que surgiu o cargo de guarda dos africanos livres, o qual, de acordo com o manuscrito, foi desempenhado respectivamente por: Antonio Dias Leme, Lucas Memoria Egas Monis, João d’Almeida Lara, Tiberio Fidelis Monis, João d’Arruda Pinheiro e Famasio Pereira da Costa. De acordo com Moura (2014, p. 95):

¹² Decreto 794, de 7 de junho de 1851. Coleção das leis do Império do Brasil, vol. 1, parte II, 1851, p. 134.

¹³ Moura ZA. Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso (Alto Paraguai-Diamantino, 1851-1865) [tese]. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina; 2014. p. 112.

A vigilância recomendada parece ter sido até mais rigorosa do que algumas atribuídas ao próprio trabalhador escravizado, se considerarmos que, mesmo nessa condição, muitos cativos puderam realizar suas atividades com relativa liberdade, indo e vindo, sobretudo nos centros mais desenvolvidos do Império, prestando serviços ao ganho.

Nesses ofícios, juntamente com a descrição dos eventos ocorridos, também aparecem os nomes dos africanos livres, compostos por um substantivo próprio e um topônimo que funciona para adjetivar a nação à qual o indivíduo pertence. É justamente a partir desse topônimo que perscrutamos a língua que se falava nessas regiões, de onde provavelmente esses africanos livres foram traficados, com a finalidade de identificar quais as possíveis línguas africanas circularam na Província de Mato Grosso, no período oitocentista.

Ao analisarmos os ofícios 63, 68 e 108, foi possível identificar no nome próprio dos africanos livres, o nome de seis regiões da África¹⁴, a saber: Angola, Benguela, Cabinda, Congo, Monjolo e Moçambique, corroborando o que Bonvini (2008, p. 26) expõe sobre os ciclos do tráfico. Segundo esse autor, no século XIX, a importação de escravos africanos era, predominantemente, proveniente de Angola e de Moçambique, o que não necessariamente impediu que o tráfico acontecesse em outras regiões.

A região de Angola correspondia, até 1880, “a uma estreita faixa de terra entre os rios Bengo e Cuanza” (Bonvini, 2008, p. 29), sendo posteriormente integrada ao reino de Benguela, às regiões de Cabinda e Luanda os quais, durante o século XIX, foram importantes portos de exportação de africanos escravizados, e que atualmente correspondem, juntos, ao país denominado Angola. A esses importantes portos, se acrescentam o do Congo, que na época se fazia pelo porto de Pinda, na entrada do rio Congo, região que atualmente corresponde à República Democrática do Congo, e a costa leste da África, atual Moçambique. Não foi possível localizar na bibliografia consultada referência a alguma região denominada Monjolo/Menjollo.

Diante desse quadro, pudemos observar quais regiões foram afetadas pelo tráfico e quais línguas possivelmente eram faladas nesses locais. De acordo com Bonvini (2008, p. 30), os locais atingidos pelo tráfico correspondem à Área Austral, atualmente composta pela República Democrática do Congo, Angola e Moçambique, na qual há uma predominância de línguas do subgrupo banto (do tronco nigero-congolês, família benue-congolês), “[família] caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos” (Bonvini, 2008, p. 30-31, grifos do autor). São elas:

- H. 10 *congo* (*quicongo*): *quissolongo*, *quissicongo* (*quissangala*), *quizombo*, *quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivilí*, *iuio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);
- H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama*, *quindongo*;
- H. 30 *iaca-bolo*: *iaca*, *imbangala*, *chinji*;
- K. 10 *chôcuc*: *uchôcuc*, *ochinganguela*, *chilucazi*, *luena* (*luvale*);
- L. 30 *luba*: *chiluba-cassai* (*lulua*);
- L. 50 *lunda*: *chilunda*, *urunda*;
- P. 30 *macua*: *omacua*;

¹⁴ Embora os dados sejam frágeis, conforme esclarecido por Petter (2018, p. 197), eles, ainda assim, enquanto registro escrito, nos permitem inferir a localidade dos africanos livres, se levarmos em conta também os dados do tráfico.

R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo*, *olunianeca*;

R. 20 *cuaniama*, *indonga*, *ochicuaniamia*, *cuambi*;

R. 30 *herero*: *ochiberero*.

Por ser extensa a região, e por conseguinte, as línguas afetadas pelo tráfico, é inexequível mensurar, sem registros escritos, quais foram exatamente as línguas faladas pelos cativos e que foram transplantadas para o Brasil. Entretanto, no caso de Angola, baseado no fato de que os africanos cativos ficavam por até meses convivendo com línguas tipologicamente parecidas, emerge o uso do quimbundo como língua veicular, e do português, usado pelos pombeiros e pelos negreiros brasileiros (Bonvini, 2008, p. 32).

Sendo assim, Bonvini (2008, p. 32, grifo do autor) observa que:

A primeira experiência linguística dos cativos originários da área banta foi, assim, a de um plurilinguismo forçado e concentracionário, que resultou, antes mesmo de sua partida para o Brasil, no provável emprego de uma língua veicular africana (o *quimbundo*) e numa certa familiaridade com a língua de seus futuros senhores.

Ao chegarem ao Brasil, os cativos se depararam com uma realidade outra, na qual as línguas que falavam já não produziam os mesmos sentidos, pois sofreram tanto uma ruptura semântica, quanto dialógica (Bonvini, 2008, p. 33). Outra questão foi a prática de se misturar cativos africanos de diferentes grupos étnicos, com o objetivo de impedir agrupamentos identitários, que poderiam gerar uma revolta, podendo ser esse um fator que contribuiu para que eles não mantivessem o uso de uma língua de base africana no Brasil (Basso; Gonçalves, 2014, p. 230).

Diante dessa situação, Rodrigues (1977¹⁵, p. 123, apud Bonvini, 2008, p. 47-48, grifo do autor) aponta que:

[...] ao desembarcar no Brasil, o negro *novo* (=recém-chegado) era obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão.

Entretanto, essa situação não ocorreu no caso dos africanos livres concedidos à Sociedade de Mineração de Mato Grosso, pois, no ofício 49, fôlio Ms 10v (Façanha, 2019, p. 67), é descrito: “tenho fundadas esperanças de fazer parte d’elles receberem o Sacramento da penitencia; que até aqui nao se poz em pratica em rasaõ de que agora hé de que não entendendo oportuguez. Deos Guarde a Vossa Excelência Paraguay 31 de Janeiro de 1856”. Dessa forma, observamos que, mesmo depois de quatro anos convivendo naquela região, os africanos livres ainda não entendiam o português.

Outro dado que oferece vestígios de que os africanos livres não tinham domínio do português, porque não foram obrigados a aprendê-lo, está no ofício 59, fôlio Ms 13r (Façanha, 2019, p. 76), no qual temos a informação de que, depois de uma fuga dos africanos livres, o guarda solicita ao diretor da Sociedade que vá até o local fazer o interrogatório sobre o ocorrido, podendo-se depreender dessa situação que o

¹⁵ Rodrigues RN. Os africanos no Brasil. São Paulo: Nacional; 1977.

guarda não dominava muito bem a língua utilizada pelos africanos livres e que, por isso, precisava da ajuda do diretor.

Diante dos ofícios comentados, podemos compreender que, diferentemente do que aconteceu com a maioria dos outros cativos, conforme Rodrigues (1977, apud Bonvini, 2008, p. 47-48), os africanos livres concedidos à Sociedade de Mineração de Mato Grosso não tiveram um aprendizado imediato do português, e possivelmente utilizaram uma língua de base africana, mais especificamente do subgrupo banto, levando em consideração as regiões de onde foram traficados.

4 UMA ANÁLISE LÉXICO-DISCURSIVA

Almejar um estudo em uma perspectiva léxico-discursiva de textos pretéritos, sem ignorar os efeitos de sentido construídos no/pelo léxico a respeito do africano livre, pode nos fornecer indícios para conhecermos discursos que circularam numa sincronia anterior e podem atravessar textos atuais. De acordo com Antunes (2012, p. 137), uma palavra, mesmo que dicionarizada, é um elemento histórico que constitui um povo e sua memória social.

Refletindo sobre o léxico, Biderman (1996, p. 27) expõe que:

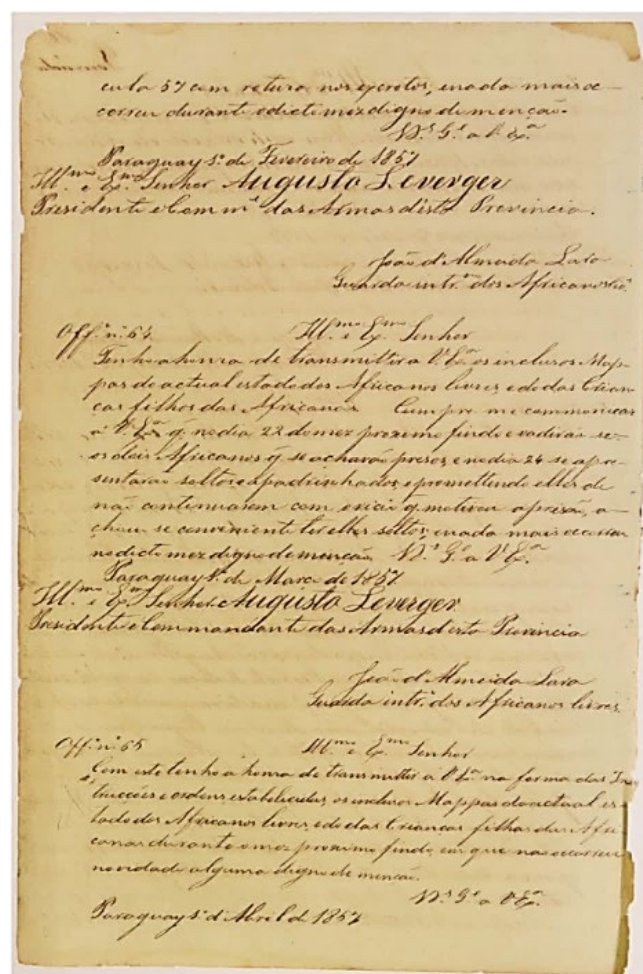
A informação veiculada pela mensagem faz-se, sobretudo, por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados. Sabemos, também, que a referência à realidade extralinguística nos discursos humanos faz-se pelos signos linguísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas. Assim, o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana.

FLP 23(2)

Sendo assim, visando realizar um estudo lexical e compreender discursivamente as unidades lexicais que orbitam em torno de *africano livre* e quais são os efeitos de sentidos construídos, analisamos o ofício 64, presente no fólio 14v, do qual selecionamos quatro unidades lexicais que compõem o corpus desta pesquisa, sendo eles: os verbos *evadir* e *achar*, e os adjetivos *preso* e *solto*, os quais constam na versão fac-similar¹⁶ e semidiplomática, elaborada e apresentada na tese de Façanha (2019), como segue abaixo:

¹⁶ “A edição fac-similar (também chamada de fac-símile, fac-similada ou mecânica) baseia-se, em princípio, no grau zero de mediação, porque, neste tipo, apenas se reproduz a imagem de um testemunho através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanerização, etc.” (Cabraia, 2005, p. 91). Destina-se ao público especializado, em virtude de requerer a habilidade de leitura na escrita original.

Figura 1 – Ofício 64, fôlio 14v.



Fonte: Façanha (2019, p. 82).

Figura 2 – Ofício 64, excerto da edição do fôlio 14v.

	Guarda interino dos Africanos livres
	Ofício número 64 Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
	Tenho a honra de transmittir a Vossa Excelência os inclusos Map –
	pas do actual estado dos Africanos livres, e do das Crian –
830	ças filhos das Africanas. Cumpre-me commonicar
	á Vossa Excelência que no dia 22 do mez próximo findo e vadiraõ-se
	os dois Africanos que se acharaõ presos, e no dia 24 se apre –
	sentaraõ soltos e apadrinhados, e prometendo elles de
	naõ continuarem com o vicio que motivou aprisaõ, a-
835	chou-se conveniente ter eles soltos enada mais ocorreu
	no dicto mez digno de menção. Deos Guarde a Vossa Excelência
	Paraguay primeiro de Março de 1857.
	Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Augusto Leverger
	Presidente e Commandante das Armas d'esta Provincia
840	Joaõ d'Almeida Lara
	Guarda interino dos Africanos livres
	Ofício número 65 Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
	{X} Com este tenho a honra de transmittir á Vossa Excelência na forma
	das Ins –
	truções e ordens estabelecidas, os inclusos Mappas do actual es –
845	tado dos Africanos livres, e do das Crianças filhas das Afri –
	canas durante o mez próximo findo, em que nao ocorreu
	novidade alguma digno de menção. Deos Guarde a Vossa Excelência
	Paraguay primeiro d'Abril de 1857

Fonte: Façanha (2019, p. 83).

FLP 23(2)

A partir da delimitação do corpus, verificamos, em dois dicionários mais próximos historicamente dos textos estudados, a saber: o de Morais Silva (1813) e o de Vieira (1871-1873), quais eram as acepções das unidades lexicais utilizadas pelo autor do ofício 64 supracitado, para descrever o estado, a ação e a condição dos africanos intitulados juridicamente como livres. A seguir, as unidades lexicais estudadas são apresentadas de acordo com a ortografia contemporânea; registram-se, como exemplo, as abonações das ocorrências no fôlio 14v; a seguir, apresenta-se a definição contextual e a acepção da unidade registrada em obras lexicográficas.

Quadro 1 – Unidades lexicais selecionadas para análise do *Livro de registro*.

Acepção das unidades lexicais por meio de abonação	“Cumpre-me commonicar á Vossa Excelência que no dia 22 do mez próximo findo e vadiraõ-se os dois Africanos que se acharaõ presos, e no dia 24 se apre- sentaraõ soltos e apadrinhados, e prometendo eles de não continuarem com o vício que motivou a prisão, a- chouse conveniente ter eles soltos enada mais ocorreu no dicto mez digno de menção”. (Ofício 64, fôlio Ms 14v, Façanha, 2019, p. 83).
Evadir	
Definição contextual	Verbo: sentido de fugir.
Acepções registradas no dicionário	Morais Silva (1813, p. 790): “EVADIR, v. at. Escapar, evitar, sair em salvo, com destreza: v. g. evadir o perigo. §. Evadir huma difficuldade. Varella. § Evitar, estorvar: v. g. evadir a prohibição. M. Lus ‘evadir a força do argumento.’ Varella, Num. Vocal, f. 513. Evadir a questão; evitar, escapulir-se della sem a decisão.” Vieira (1871-1874): volume da letra E não disponível.
Achar	
Definição contextual	Verbo: sentido de estado do ser.
Acepções registradas no dicionário	Morais Silva (1813, p. 28): “ACHAR, v. at. Encontrar, dar com alguma coisa buscando-se, ou acaso. § f. Vir no conhecimento, entender, julgar: v. g. [...] § Em alg. estado: v. g. acho me bom, de saude, doente, pobre, acompanhado, só, confuso, perplexo, eu me acho ditoso em tal perigo”. Vieira (1871-1874, p. 95, grifos do autor): “ACHAR, v. a. (Do arabe iadjed, elle acha, em que o ‘dj’ se muda em ‘ch’, como em azzadj, azech, assabadj, azeviche). Encontrar, deparar, descobrir, dar com alguma cousa buscando-a, entender, vir no conhecimento, julgar, inventar, averiguar, reconhecer por prova, verificar, experimentar, excogitar, ser do parecer, crêr, topar acaso, alcançar, observar, notar, advertir.”
Preso	
Definição contextual	Adjetivo: sentido de privação da liberdade.
Acepções registradas no dicionário	Morais Silva (1813, p. 497): “PRESO, p. pass. de Prender. [...] §. Recolhido em prisão. §. Atado com corda, cadeya, algemas. §. Levado para prisão”. Vieira (1871-1874, p. 920-921): “PRESO, part. pass. irreg. de Prender. [...] S. m. Que está encerrado, privado da liberdade”.

FLP 23(2)

Solto	
Definição contextual	Adjetivo: sentido de libertos da prisão.
Acepções registradas no dicionário	Morais Silva (1813, p. 719): “SOLTO, p. pass. de Soltar. Livre de prisão, cadeia. §. Vida solta, livre, independente [...]”. Vieira (1871-1874, p. 580): “SOLTO, part. pass. irreg. de Soltar. Livre da prisão, de cadeia.”

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No quadro acima, podemos constatar o registro lexicográfico das unidades lexicais em análise e das acepções contextuais, exceto a da unidade *evadir*, no dicionário de Vieira (1871-1874), pois na versão on-line disponível desse dicionário, que consultamos, não consta o volume correspondente aos verbetes que iniciam com a letra E. As definições lexicográficas fornecem-nos indícios de que a vida de alguém juridicamente classificada livre, como era o caso dos africanos livres, não condizia com o que se concebia como liberdade no século XIX, conforme vislumbrado pelo/no léxico registrado em obra lexicográfica desse século, bem como no século XXI. Apresentamos abaixo a abonação de *livre* registrada no fôlio 2r; a definição contextual; e a acepção da unidade lexical registrada em obras lexicográficas dos séculos XIX e XXI, de modo a atestarmos que as palavras dicionarizadas são uma espécie de ‘testemunho’ do que é/foi experimentado e vivido por uma sociedade (Antunes, 2012, p. 137).

Quadro 2 – Unidade lexical livre.

FLP 23(2)

Acepção da unidade lexical por meio de abonação	“Louzada {{4}} Accuzo a recepcão do officio que em datada de 16 de dezembro ultimo dirigime Vossa Senhoria d ordem de Vossa Excelencia o Senhor Presidente da Província em que communicame ter sido aprovada por Juizo da Secretaria d’Estado da Guerra, a mi= nha nomeação de Guarda Tutella dos Africanos livres entregues a Sociedade de Mineração desta Província de que fico na devida intelligencia. Deos Guarde a Vossa Senhoria Santa Anna 14 de Janeiro d’ 1853 Illustrissimo Senhor Tenente Ajudante de Ordens de Sua Excelencia Arbino Alvaro de faria eCosta Antonio Dias Lemes Segundo Sargento Guarda dos Africanos” (Louzada 4, fôlio 2r, Façanha, 2019, p. 32)
Livre	
Definição contextual	Adjetivo: sentido da classe jurídica africano livre.
Acepções registradas no dicionário	Morais Silva (1813, p. 232): “LIVRE, adj. Não sujeito a necessidade, nem a constrangimento: v. g. ‘a vontade é livre.’ §. Posto em liberdade. §. Salvo do perigo, escapo. §. Isento, desobrigado: v. g. livre de pensões, cuidados. §. Solto, despejado em falar sem respeito; dis-se á boa, ou má parte. §. Isento de impostos, fóros. §. Absolvido do delicto. § Despachado. Ord. Af. I. 4. §. 17 [...] §. Não cativo; forro.” Vieira (1871-1874): volume da letra L não disponível. Houaiss (2009): “adjetivo de dois gêneros: 1 que é senhor de si e de suas ações; 2 que não está sob o jugo, que não é escravo de outrem;

3 que não é prisioneiro; que goza de liberdade física; 4 que foi absolvido; 5 que não vive em cativeiro (diz-se de animais); 6 capaz de exercer seus direitos civis e políticos dentro dos limites que lhe faculta a lei; 7 que goza de independência política; 8 isento de restrições, controle ou limitações; 9 que não sofre a influência de grupos de interesse; 10 cujos movimentos se fazem desimpedidamente, sem embaraço; solto; 11 que não apresenta obstáculos que limitam o acesso, a passagem, o uso; liberado, franco; 12 que não é impedido no seu curso, em sua evolução; 13 que não está ocupado com tarefas, atividades; disponível; 14 não envolvido em qualquer tipo de relacionamento amoroso; 15 desprovido, isento.”

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com Antunes (2012, p. 136), “as informações a que podemos ter acesso em um dicionário ultrapassam o limite de sua configuração linguística para abranger o domínio das representações culturais ou da ‘memória social’ que a língua naturalmente registra”. Nesse sentido, as acepções registradas do verbete *livre* na obra de Moraes Silva (1813) deixam pistas da prática de escravização de pessoas, pois ‘livre’ está relacionado à liberdade de um indivíduo que esteve em algum momento aprisionado. Já na obra lexicográfica de Houaiss (2009), os sentidos estão mais relacionados com as liberdades individuais, o direito de ir e vir; apenas na acepção 2, o adjetivo livre é marcado pela questão da escravidão. A partir disso, compreendemos que ser caracterizado como livre no século XIX trazia uma marca de que, em algum momento, esse ser caracterizado já fora aprisionado, escravizado; já no século XXI, essa acepção perde força, por vivermos em um país onde a escravidão de pessoas é prevista em leis como crime contra a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a dignidade.

Percebemos que, tanto as unidades lexicais utilizadas pelo guarda João d’Almeida Lara, no fôlio 14v (Façanha, 2019, p. 83), para descrever o estado, a ação e a condição dos africanos livres, quanto a unidade lexical livre, como é empregada no fôlio 2r (Façanha, 2019, p. 32), corroboram as condições de produção do documento, pois, no século XIX, havia sobre aqueles que eram classificados juridicamente como *africano livre* uma ideologia do *déficit*, como se eles não fossem preparados para liberdade e precisassem de um tutor, um guarda, alguém que lhes preparasse para a liberdade (Mamigonian, 2017).

De acordo com Biderman (1996, p. 28): “Tudo leva a crer que o léxico se estrutura de tal forma que permita a recuperação muito rápida, instantânea mesmo, das palavras que o integram”. Esse processo de recuperação rápida não pode ser feito com as unidades lexicais *africanos* e *livres*, quando aparecerem designando a classe jurídica à qual nos referimos acima, pois, de acordo com os estudos recentes sobre a categoria *africanos livres* (Moura, 2014; Mamigonian, 2017; Façanha, 2019), bem como segundo este estudo lexical e discursivo, a adjetivação de africanos como livres não passou de um aparato jurídico.

A partir disso, e tendo em vista a memória discursiva, ou seja, que um “espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo-sócio-histórico-cultural” (Fernandes, 2005, p. 46), podemos observar que essa condição de tutelado autorizava o uso de unidades lexicais como *evadiraõ-se, se acharaõ presos, apresentaraõ soltos*, próprias de quem não está em liberdade e retoma discursos já

FLP 23(2)

anunciados, qual seja, o de que o referente do verbo *evadir* está fugindo de algo. Essa memória é construída não através de uma memória individual, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 1999, p. 50).

Esse modo de ver o africano livre, como aquele que precisa ser treinado para a vida em liberdade, desvela uma formação ideológica (aquilo que se pode pensar), sob a qual se inscreve uma formação discursiva (aquilo se pode dizer)¹⁷, na qual o guarda João d’Almeida Lara, na sua condição de assujeitado, (ou seja, de não ser a fonte do seu próprio discurso, pois o que diz está ideologicamente subordinado a regras específicas determinadas pela posição, pelo lugar de onde ele fala,) teve seu dizer atravessado pela memória, no fio do discurso, materializado através do enunciado, do qual emergem unidades lexicais de campos semânticos que vão de encontro com aquilo que compreendemos como livre.

Como citado acima, na seção *Africanos livres: uma classe jurídica*, no século XVIII, houve a institucionalização da língua portuguesa, através do *Diretório do Índios*, e é nesse documento que o destino das pessoas negras é traçado: Pombal (1758, p. 5) declara que essas pessoas são destinadas a serem escravas de brancos. Assim sendo, o enunciado do guarda João d’Almeida Lara é atravessado pelo discurso de Pombal, através da memória discursiva, justificando unidades lexicais, como: *e vadiraõ-se, se acharão presos, apresentaraõ soltos*, para se referirem aos africanos livres. Em decorrência disso, pouco importa se no século XIX há a criação da classe jurídica *africanos livres*, pois essas pessoas serão sempre destinadas a serem escravas de brancos, e a elas não é permitido receberem os semas relacionados à palavra *livre*. Dessa forma, podemos observar como o discurso de Pombal, produzido no século XVIII, atravessa o fio do discurso no *Livro de registro*, no século XIX, atravessamento esse que se materializa no/pelo léxico, modificando os efeitos de sentido.

Conceber o sentido como efeito de sentido, de acordo com Pêcheux (1997, p. 190), nos leva a perceber que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Dessa forma, podemos observar que, embora o termo *livre*, tal qual está dicionarizado, nos remeta a uma ideia de liberdade, a partir da análise léxico-discursiva, é possível perceber que os efeitos de sentido construídos em torno da unidade lexical *africano livre*, nos faz compreender que esse termo se cunhou em oposição ao africano escravizado, mas que, na prática, a distinção era apenas jurídica, pois suas condições de vida eram muito parecidas com as de um africano escravizado, contrapondo-se à legislação da época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, buscamos compreender o contexto histórico, social e cultural da relação das línguas africanas com a língua portuguesa no Brasil; refletir sobre dados

¹⁷ Sobre os conceitos de formação discursiva e formação ideológica, consultar Fernandes (2005, p. 46).

históricos do tráfico, sobretudo de como se deu a formação da classe jurídica *africano livre*. E, a partir disso, pudemos constatar que, no século XIX, os africanos livres, concedidos à Sociedade de Mineração do Mato Grosso, provinham dos seguintes países africanos: Angola, República Democrática do Congo e Moçambique. Entretanto, dada a escassez de documentos escritos pelos próprios africanos livres, não foi possível atestar, de maneira específica, o emprego de alguma das línguas africanas, usadas nos países de onde eles foram traficados.

Com relação à classe jurídica *africanos livres*, tanto estudos históricos (Moura, 2014; Mamigonian, 2017) quanto linguísticos (Façanha, 2019) atestam que essa foi uma classe construída na primeira metade do século XIX e efetivamente legalizada através da lei Eusébio de Queirós, em 1850, o que significou apenas uma diferenciação legal em relação aos africanos escravizados, mas que, na prática, significava viver sob tutela do governo, trabalhando em obras públicas e privadas, sem nenhum pagamento por isso, e tampouco perspectiva de mudança.

Em nossa análise léxico-discursiva pudemos observar também o quanto essa diferenciação entre africano escravizado e africano livre estava apenas no papel, pois ao africano livre não foi permitido receber os semas da palavra *livre*, encontrados no dicionário de Houaiss (2009), por exemplo, tanto que as unidades lexicais utilizadas para se referirem a eles contrariam esses semas. Dessa forma, observamos o discurso sendo transportado pelo léxico, através da memória discursiva, como vimos em nossa análise, quando, já no século XVIII, o Marquês de Pombal traçava o destino dos negros, para serem escravos de brancos. Assim sendo, as unidades lexicais analisadas corroboram o atravessamento, no *Livro de registro*, pelo discurso de Pombal, provocando novos efeitos de sentido para a unidade *livre*, que divergem do modo como compreendemos essa unidade atualmente.

Esse atravessamento aconteceu porque o discurso é constituído de uma memória discursiva: “Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção” (Fernandes, 2005, p. 43). Logo, discursos que circularam no século XVIII e que afirmam que os negros são destinados a serem escravos de brancos (Pombal, 1758, p. 5), continuam a circular no século XXI, viajando pela história através da memória discursiva. Um exemplo disso é o caso da empregada doméstica Madalena Gordiano (Folha de São Paulo, 2020), uma mulher negra, de 46 anos de idade, resgatada de uma residência na qual era posta em uma situação de escravidão, no ano de 2020, sem receber salário, nem ter direito a descanso. O fato retoma essa memória discursiva e reproduz, na prática, o discurso de que o lugar do negro é ser escravo de branco.

Tendo em vista que discursos racistas continuam a circular no/pelo léxico, estudos sobre a classe jurídica dos africanos livres se tornam ainda mais necessários, pois, ao analisarmos textos pretéritos com discursos que eram produzidos em uma sincronia anterior, podemos contribuir para uma desestabilização de discursos que reproduzem preconceitos. Outra contribuição de estudos deste gênero refere-se diretamente aos *africanos livres*, dada a sua importância como classe jurídica que materializou uma tentativa dos países desenvolvidos de pôr fim ao tráfico de negros escravizados, mas que, no Brasil, deu lugar a uma política conservadora, que queria a todo custo manter essa mão de obra barata e não onerosa. Ainda são escassas as pesquisas em torno do tema.

FLP 23(2)

Documentos históricos, como o *Livro de registro*, também podem ser utilizados na educação básica como material de análise, pois, por meio deles podemos tanto levar para a sala de aula questões como a dos *africanos livres*, quanto observar o funcionamento da língua ao longo do tempo e seus efeitos de sentido.

Por fim, ao analisarmos o códice pudemos responder à nossa pergunta inicial, pois a análise do referido códice contribui para conhecermos discursos que circularam em uma sincronia anterior e que, pela memória discursiva, atravessam discursos atuais.

REFERÊNCIAS

- Antunes I. Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial; 2012.
- Basso RM, Gonçalves RT. História concisa da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes; 2014.
- Biderman MTC. Léxico e vocabulário fundamental. ALFA. 1996;40:27-46. [citado 29 jun. 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107739>.
- Bonvini E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Fiorin JL, Petter M, organizadores. África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto; 2008. p. 15-62.
- Brandão HHN. Introdução à análise do discurso. 6.^a ed. Campinas: UNICAMP; 1997.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Coleção das decisões do governo do Império do Brasil. Aureliano Coutinho para juiz de órfãos da Corte, aviso de 29 de outubro de 1834, com instruções relativas à arrematação dos africanos ilicitamente introduzidos no Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1866. p. 278-281.
- Dicionário Aulete Digital. [citado 15 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/c%C3%B3dice>.
- Façaanha JL. Africanos “livres” em Mato Grosso (1853-1864): um estudo filológico, histórico e discursivo [tese]. Cuiabá: Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso; 2019.
- Fernandes CA. Análise do discurso: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas; 2005.
- Fiorin JL, Petter M, organizadores. África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto; 2008.
- Houaiss A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva; 2009.
- Mamigonian BG. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.
- Mariani B. Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes; 2004.
- Moura ZA. Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso (Alto Paraguai-Diamantino, 1851-1865) [tese]. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina; 2014.
- Mulher negra é resgatada em casa de família em MG em condições análogas à escravidão. Folha de São Paulo. 21 dez. 2020. [citado 29 jun. 2021]. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/mulher-negra-e-resgatada-em-casa-de-familia-em-mg-em-condicoes-analogas-a-escravidao.shtml>.

Pêcheux M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Orlandi EP, et al, tradutores. 2.^a ed. Campinas: UNICAMP; 1997.

Pêcheux M. Papel da memória. In: Achard P, et al. Papel da memória. Nunes JH, tradutor. Campinas: Pontes; 1999. p. 49-57.

Petter M. Por que estudar línguas africanas no Brasil? Extraprensa. 2018 jan.-jun.;11(2):197-210. [citado 29 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/144084>.

Pombal M. Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: na officina de Miguel Rodrigues; 1758. Disponível em: <http://purl.pt/27170>.

Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Alvará de 26 de janeiro de 1818. Rio de Janeiro; 1818. [citado 10 dez. 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/alv/1818/alv-26-1-1818.html#view.

Silva AM. Dicionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacêrdina; 1813.

Vieira FD. Grande dicionario portuguez ou thesouro da língua portuguesa. Porto: Em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes; 1871-1873. 5 vol. [citado 29 jun. 2021]. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28254>.

Cultura educativa na França e no Brasil: uma análise de discursos comparativa de exames nacionais

Educational culture in France and Brazil: a comparative discourse analysis of national exams

Daniela Nienkötter Sardá*
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Neste artigo, faz-se uma análise de discursos comparativa com o objetivo de explicitar quais culturas educativas estão presentes na prova de dissertação de francês no exame do *baccalauréat* (BAC), na França, e na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no Brasil. O corpus selecionado para esta pesquisa é composto das cartilhas dos Ministérios da Educação francês e brasileiro, as quais orientam sobre a prova escrita de dissertação do BAC de francês e sobre a redação do ENEM. As categorias nocionais mobilizadas na análise são as noções de cultura educativa, gênero do discurso e destinatário presumido. Os resultados apontam para uma cultura educativa embasada na aprendizagem da escrita do gênero dissertação, na França, e na cristalização da própria prova de redação do ENEM como gênero discursivo, no Brasil.

Palavras-chave: Análise de discursos comparativa. Culturas educativas. Gênero do discurso. Destinatário presumido.

Abstract: In this article, a comparative discourse analysis is carried out to make explicit which educational cultures are present in the French composition test (*dissertation*) of the *baccalauréat* (Bac) school leaving examination, in France, and in the National Exam of Secondary Education (Enem) composition test (*redação*), in Brazil. The corpus selected for this research is composed of the booklets of the French and Brazilian Ministries of Education, which provide guidance on the Bac French composition and on the Enem composition. The notional categories deployed in the analysis are the notions of educational culture, discourse genre and presumed addressee. The results point to an educational culture based on the learning of the writing of the *dissertation* genre, in France, and in the crystallisation of the Enem *redação* itself as a textual/discursive genre, in Brazil.

Keywords: Comparative discourse analysis. Educational cultures. Discursive genre. Presumed addressee.

FLP 23(2)

1 INTRODUÇÃO

A análise de discursos comparativa surgiu na França, nos anos 2000, por iniciativa de pesquisadores do grupo CEDISCOR (*Centre de recherches sur les discours ordinaires et spécialisés*), da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Nesse quadro teórico, compara-se um mesmo gênero do discurso em duas ou mais línguas-culturas diferentes. Dessa forma, aspectos que não seriam tão facilmente perceptíveis por meio de uma análise baseada numa só língua-cultura acabam tornando-se mais evidentes, graças à

* Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; daniela-sarda@gmail.com

comparação. No caso do trabalho com um corpus oriundo da esfera educacional, é possível, ainda, depreender a cultura educativa presente em determinado exercício escolar, conforme veremos a seguir ao cabo de uma análise envolvendo as provas de dissertação (*dissertation*) no exame do *baccalauréat*¹, na França, e de redação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no Brasil.

A noção de cultura educativa é proveniente da didática do francês língua estrangeira. Beacco (2008) é um dos pioneiros no trabalho com essa noção, juntamente com seus colegas Chiss, Cicurel e Véronique, organizadores dos primeiros eventos sobre o tema, nos anos de 2002 e 2005, na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (cf. Beacco, 2008, p. 6)².

Em linhas gerais, a noção de cultura educativa parte “do postulado antropológico de que toda situação de ensino é culturalmente marcada”³ (Beacco, 2008, p. 6). Desse ponto de vista, há uma “variabilidade cultural nas maneiras de aprender e de ensinar”⁴ (idem, ibidem, p. 7). Chiss e Cicurel (2005) apresentam a seguinte definição para essa noção:

A noção de “cultura educativa” encerra inicialmente a ideia de que as atividades educativas e as tradições de aprendizagem formam um conjunto de restrições que condicionam em parte professores e alunos. Assim, as práticas de transmissão ou práticas didáticas que se declinam concretamente em “gêneros de exercícios” bem identificáveis e marcados por uma época e um lugar podem ser incompreensíveis, ou mal compreendidos, por um público de alunos não treinados a tal tipo de mediação pedagógica⁵. (Chiss; Cicurel, 2005, p. 6-7).

Diversos aspectos podem ser estudados num trabalho cujo foco é a explicitação das culturas educativas de determinada comunidade ou país. Beacco (2008, p. 7) cita a relação professor/aluno, o contrato de fala em classe, etc. Cita, também, “as

¹ *Baccalauréat*: “Grau universitário francês (criado em 1808) conferido após exames que finalizam os estudos secundários”. Cf. Dicionário eletrônico *Le Grand Robert de la Langue Française* (2005). As traduções das citações em francês são de nossa autoria e responsabilidade.

² De acordo com Darmon-Shimamori (2010, p. 7), “O conceito [de cultura educativa] foi cristalizado de maneira significativa num colóquio da equipe Didática das línguas, dos textos e das culturas (DILTEC) da universidade Paris III.” (“Ce concept a été cristallisé de manière significative lors d’un colloque de l’équipe Didactique des langues [,] des textes et des cultures (DILTEC) de l’université Paris III”). É importante notar que a discussão sobre a noção de cultura educativa ganhou espaço na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, a mesma universidade onde teve início a análise de discursos comparativa. S. Moirand, uma das criadoras do CEDISCOR e pesquisadora na análise de discursos, também contribuiu para o desenvolvimento da didática de línguas.

³ No original: “du postulat anthropologique que toute situation d’enseignement est culturellement marquée”.

⁴ No original: “variabilité culturelle des manières d’apprendre et d’enseigner”.

⁵ No original: “La notion de ‘culture éducative’ porte d’abord l’idée que les activités éducatives et les traditions d’apprentissage forment comme un ensemble de contraintes qui conditionnent en partie enseignants et apprenants. Ainsi les pratiques de transmission ou pratiques didactiques qui se déclinent concrètement en ‘genres d’exercices’ bien identifiables et marqués par une époque et un lieu, peuvent être incompréhensibles, ou mal comprises, d’un public d’élèves non entraînés à tel type de médiation pédagogique”.

formas e o estatuto social da avaliação”^{6,7} (idem, ibidem, p. 7). Haja vista que a análise de discursos comparativa compara um mesmo gênero do discurso em línguas-culturas distintas, optamos, neste estudo, por realizar um trabalho comparativo sobre a prova de dissertação ou redação, comum aos exames nacionais do *baccalauréat*, na França, e do ENEM, no Brasil. Trata-se de duas línguas-culturas que conhecemos mais intimamente, pois não só a vivenciamos como também realizamos um trabalho de doutorado sobre elas, o que é necessário para esse tipo de estudo. De fato, para efetuar um estudo no campo da análise de discursos comparativa “não basta ao pesquisador ter conhecimento de duas ou mais línguas: é preciso que ele tenha um conhecimento preciso do contexto no qual essas línguas são faladas (a comparação concerne às [...] [línguas-culturas], e não às línguas em si)” (Sardá, 2015, p. 26)^{8,9}.

Nosso objetivo, com o presente artigo, é explicitar, por meio de uma análise de discursos comparativa, quais culturas educativas estão presentes nos exames do BAC, na França, e do ENEM, no Brasil. Dividiremos, pois, a reflexão aqui apresentada em cinco seções: terminada esta introdução (seção 1), passaremos para a seção da metodologia (seção 2), seguida da seção sobre a seleção do corpus (seção 3); em seguida, apresentaremos uma seção com as análises propriamente ditas (seção 4). Na seção 5 apresentaremos as conclusões do estudo.

FLP 23(2)

2 A ANÁLISE DE DISCURSOS COMPARATIVA: UMA COMPARAÇÃO DE LÍNGUAS-CULTURAS

A análise de discursos comparativa surgiu na França, mais precisamente no laboratório CEDISCOR (*Centre de recherches sur les discours ordinaires et spécialisés*) da Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris 3, e já passou por algumas modificações no seu país de origem. Atualmente, pesquisadores de diversas universidades francesas atuam nessa linha de pesquisa, nas Universidades de Paris Descartes (atual Université de Paris) e de Paris X - Nanterre, além da própria Sorbonne Nouvelle - Paris 3.

Para von Münchow (2013), pesquisadora da Université de Paris e que atua na comparação de *corpora* das línguas-culturas francesa e alemã, a finalidade da análise do discurso contrastiva – subdomínio que ela criou a partir da análise de discursos comparativa – é “a comparação de diferentes culturas discursivas, noção que abrange as manifestações discursivas das representações sociais em circulação em uma dada comunidade sobre os objetos no sentido amplo, por um lado, e sobre os discursos a se

⁶ No original: “les formes et le statut social de l’évaluation”.

⁷ A noção de cultura educativa tem grande relevância para o domínio da didática de línguas estrangeiras (no caso da França, o francês língua estrangeira - FLE). Para um panorama sobre essa noção e a sua aplicação ao ensino do FLE, cf. Puren, 2003; Cadet, 2006; Beacco, 2011; Klett, 2015; Perche, 2015.

⁸ É por ter vivido certo tempo nesses dois países que adquirimos ferramentas – linguísticas e culturais – para analisar os livros didáticos de filosofia que circulavam nesses espaços geográficos. A situação não seria a mesma numa comparação entre o Canadá francófono e Portugal, por exemplo, pois não conhecemos o suficiente as *culturas* desses países. Ressaltamos, todavia, que essa imersão cultural também poderia ocorrer apenas graças a leituras aprofundadas sobre tais contextos, mesmo que o caminho viesse, então, a ser mais longo e árduo.

⁹ No original: “il ne suffit pas de parler deux ou plusieurs langues : il faut avoir une connaissance du contexte précis où ces langues sont parlées (la comparaison concerne les [...] [langues-cultures], et non les langues).”

manter sobre esses objetos, por outro lado” (von Münchow, 2013, p. 86)¹⁰. Eis o motivo pelo qual adotamos a grafia “língua-cultura”; consideramos artificial separar a língua da cultura na qual ela está inserta. Na nossa tese de doutorado, orientada por von Münchow na Université de Paris, comparamos o gênero “livro didático de filosofia francês e brasileiro”, identificando, por meio de uma análise de discursos contrastiva, uma série de representações sociais da filosofia mais ou menos fortes em cada uma das línguas-culturas analisadas; por exemplo, a opinião de que a filosofia é uma disciplina inútil (representação esta mais forte no Brasil do que na França).

Feitas as análises comparativas, é possível, num segundo passo, identificar causas que produzem essas diferenças culturais em cada um dos contextos analisados. No caso do estudo sobre os livros didáticos, verificamos que a filosofia tende a ser encarada como uma disciplina inútil quanto mais o seu ensino for suprimido em cada língua-cultura analisada (cf. Sardá, 2015). No Brasil há uma instabilidade do seu ensino, e, cada vez que ela retorna aos currículos escolares, cabe aos autores dos livros didáticos justificarem a sua importância. Já na França a filosofia é bastante estável ou integrada, tanto nos currículos escolares quanto na sociedade em geral.

Mas como é feita, concretamente, essa análise de discursos comparativa? Mostramos num artigo recente (Sardá, 2021) que na França se parte de categorias (enunciativas e/ou discursivas) comparáveis. Dessa forma, podemos comparar, por exemplo, o emprego dos dêiticos e dos discursos reportados num corpus e, a partir daí, estabelecer as semelhanças e diferenças entre cada contexto. No caso da análise bakhtiniana – perspectiva na qual a análise de discursos comparativa vem sendo abordada, no Brasil, por pesquisadores da Universidade de São Paulo¹¹ – as categorias enunciativas e discursivas também são válidas (desde que não sejam aplicadas a priori, conforme nos esclarece Brait (2018))¹². Além disso, todo o contexto mais amplo também pode ser levado em conta, analisando-se, por exemplo, o diálogo entre as esferas estabelecido nas revistas de divulgação da filosofia (tema abordado na nossa pesquisa de pós-doutorado).

No presente artigo, analisamos um corpus composto por textos da esfera escolar, o que nos permitirá mobilizar a noção de cultura educativa. Escolhemos analisar as cartilhas dos Ministérios da Educação francês e brasileiro, as quais orientam sobre a escrita da dissertação do BAC de francês (francês língua materna, no caso), na França, e sobre a redação do ENEM, no Brasil. Para tanto, analisamos os comentários acerca dessas provas, bem como a maneira como as cartilhas são redigidas.

¹⁰ No original: “la comparaison de différentes cultures discursives, notion qui recouvre les manifestations discursives des représentations sociales circulant dans une communauté donnée sur les objets au sens large, d’une part, et sur les discours à tenir sur ces objets, d’autre part”. A autora publicou recentemente um livro sobre essa corrente (cf. von Münchow, 2021).

¹¹ Para um panorama completo das diferentes abordagens em análise de discurso e análise comparativa, na França e no Brasil, cf. Grillo, Reboul-Touré e Glushkova (2021).

¹² Nosso estudo mostrou, no entanto, que a abordagem do CEDISCOR, embora procure categorias comparáveis, não o faz de modo mecânico (cf. Sardá, 2021).

3 A SELEÇÃO DE UM CORPUS DA ESFERA ESCOLAR

A fim de investigar traços das culturas educativas francesa e brasileira, fomos em busca de dois contextos comparáveis no interior da esfera escolar da França e do Brasil. Chegamos, então, aos exames oficiais realizados pelos Ministérios da Educação de cada um desses países ao final da Educação Básica, a saber: o *baccalauréat*, ou BAC, na França, e o Exame Nacional do Ensino Médio, ou ENEM, no Brasil. Ambas as línguas-culturas apresentam, portanto, exames da mesma natureza, o que contribui para a nossa comparação de discursos. Além disso, ao dar prosseguimento à pesquisa, vimos que em ambos os casos uma prova escrita é aplicada nos exames. Na França, exige-se a escrita de uma dissertação; todavia, esse gênero aparece em mais de uma prova: na prova de filosofia, por exemplo, o estudante é convidado a escrever uma dissertação ou um comentário (*commentaire de texte*) sobre um determinado tema e/ou texto filosófico. O mesmo gênero aparecerá, também, na prova de língua francesa, quando da escrita da dissertação literária. No Brasil, a produção de um texto escrito é solicitada somente na prova de redação, que é corrigida por uma banca de professores de língua portuguesa, embora compreenda temas sociais para os quais o estudante pode servir-se de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas. Com isso em mente, e também cientes de que a redação no Brasil demanda a escrita de um texto “de tipo dissertativo-argumentativo”, escolhemos comparar a prova de dissertação literária do BAC de francês com a prova de redação do ENEM.

FLP 23(2)

Feita a seleção acima, restava, ainda, selecionar um gênero discursivo para reatualizar a nossa comparação. Pensamos, inicialmente, em comparar um corpus composto por textos autênticos de estudantes reais. Todavia, em ambos os países obter esse tipo de prova é extremamente difícil; se no Brasil temos facilmente acesso às ‘redações nota mil’, na França esse não é o caso. Por isso, decidimo-nos, finalmente, pela comparação das cartilhas de orientação sobre a prova de dissertação ou redação nas duas línguas-culturas estudadas. No caso francês, o governo disponibiliza uma cartilha sobre a dissertação de francês, enquanto o Brasil disponibiliza uma cartilha sobre a redação do ENEM¹³.

O documento francês é, mais precisamente, composto por três textos de responsabilidade do *Ministère de l'Éducation Nationale et de la Jeunesse*, disponíveis em formato pdf no site do *Éduscol*, destinado ao público de profissionais da educação da França, totalizando 20 páginas. Escolhemos a última versão (com provas já aplicadas, no caso) relativa ao ano escolar de 2019-2020.

Vejamos os textos que compõem o nosso corpus, retirados da aba “*dissertation*” do site *Éduscol*: *Dissertation portant sur une œuvre et le parcours associé. Présentation*. (France, 2019, p. 1-2) (*corpus 1 Fr*); *La dissertation portant sur une œuvre et le parcours associé. Exemple*:

¹³ É importante notar, ainda, que o governo francês disponibiliza uma cartilha do participante, intitulada “*Bien se préparer pour réussir au lycée*”, no link “*À destination des élèves de troisième et de leur famille*”, do site do *Éduscol*. Disponível em: https://eduscol.education.fr/2221/bac-2021?menu_id=2710. Acesso em: 27/01/2021. Contudo, essa cartilha apenas fornece informações gerais sobre o exame. A cartilha que fornece informações sobre a dissertação, cartilha que aqui selecionamos, é destinada, na França, ao público dos professores. Essa diferença não prejudica, porém, a nossa comparação. Aliás, ela é também um indicio a ser explorado no estabelecimento das culturas educativas de cada país.

Racine, Britannicus (France, 2019, p. 1-6) (*corpus 2 Fr*); *La dissertation portant sur une œuvre et le parcours associé*. Exemple: Voltaire, Candide (France, 2020, p. 1-12) (*corpus 3 Fr*).

O governo brasileiro disponibiliza, por sua vez, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), um texto único, igualmente em formato pdf, intitulado “A redação do Enem 2020: cartilha do participante” (Brasil, 2020). Essa é a cartilha que integrará o nosso corpus (*corpus Br*)¹⁴.

Conquanto o material francês não venha com o nome equivalente à ‘cartilha’ em francês, sabemos tratar-se de um mesmo gênero, já que ambos os materiais apresentam conselhos sobre a prova, seguidos do enunciado da questão do exame anterior e de textos-modelo, conforme exploraremos melhor nas análises. No entanto, uma diferença substancial está no destinatário do material: o francês é escrito aos professores, ao passo que o brasileiro, aos estudantes (com critérios já conhecidos por aqueles).

Importa, de resto, acrescentar que não selecionamos mais exemplares de cada cartilha – por exemplo, as cartilhas dos últimos cinco anos do exame –, visto que a França passou por uma reformulação recente do exame com a reforma que deu origem a um “*Nouveau lycée d’enseignement général et technologique*” [Novo ensino médio geral e tecnológico]. O decreto de 19 de julho de 2019 (Arrêté du 19-7-2019 - J.O. du 23-7-2019) é que estabelece as novas diretrizes do “*Programme d’enseignement de spécialité de littérature et langues et cultures de l’Antiquité de la classe terminale de la voie générale*”¹⁵ [Programa de ensino de especialidade de literatura e línguas e culturas da Antiguidade da classe terminal da via geral], que termina na prova de francês do BAC, aqui comentada¹⁶. Além disso, num outro artigo (cf. Sardá; Barbosa, 2021) analisamos outros textos dos Ministérios da Educação francês e brasileiro relacionados aos exames oficiais, ou seja, as nossas conclusões dialogam com um contexto mais amplo do que o recorte apresentado neste estudo.

4 AS CULTURAS EDUCATIVAS SUBJACENTES ÀS PROVAS DE DISSERTAÇÃO, NO BAC DE LÍNGUA FRANCESA, E DE REDAÇÃO, NO ENEM

Apresentaremos, nas linhas que seguem, a análise efetuada, focando principalmente nos comentários das equipes dos Ministérios da Educação francês e brasileiro sobre o que se espera de uma boa prova de dissertação e de redação nos exames do BAC e do ENEM. Em estudos anteriores (cf. Sardá, 2021), demonstramos que o ideal, numa análise de discursos comparativa, é utilizar-se de mais de uma categoria de análise. Aqui, trabalharemos sobretudo com categorias nocionais, tais como a noção de cultura educativa, bem como a noção de gênero do discurso, conforme proposto por Bakhtin (2016 [1952-53]). Além disso, observaremos o diálogo estabelecido com os destinatários presumidos dos textos que compõem o nosso corpus.

¹⁴ Além da cartilha selecionada, o INEP também disponibiliza na mesma página *Web* informações sobre o processo de correção das redações de participantes surdos, ou mesmo com deficiência auditiva menos grave, e daqueles com dislexia. Há, ainda, um *link* com informações sobre o próprio exame.

¹⁵ Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/bo/19/Special8/MENE1921257A.htm>. [citado 27 jan. 2021].

¹⁶ Todos os decretos e textos relativos às novas leis (*Le Bulletin officiel de l’éducation nationale/Bulletin officiel spécial n°8 du 25 juillet 2019*) podem ser consultados na página: https://www.education.gouv.fr/pid285/bulletin_officiel.html?pid_bo=39051 [citado 27 jan. 2021].

De acordo com Rakotonoelina (2017), “a didática se interessa talvez menos pela ancoragem social do discurso, e o que constitui gênero, aqui, se baseia mais nas regularidades comunicativas, composicionais e formais dos textos.”¹⁷ (p. 3). Para Beacco (2008), conforme apresentado na introdução deste artigo, as questões que envolvem a forma de uma atividade escolar são um dos aspectos que podem ser considerados na identificação de uma cultura educativa. Dessa maneira, partiremos do seguinte princípio: o que as cartilhas sugerem como formas possíveis para a escrita de uma boa dissertação ou redação esclarecerá sobre as culturas educativas francesa e brasileira. Por essa razão, o importante, na análise apresentada, não será tanto ter à disposição textos reais de estudantes, a fim de analisar questões sociais envolvendo os gêneros ‘dissertação’ ou ‘redação’, e sim analisar como as cartilhas são redigidas, por um lado, e o que é sugerido pelo Ministério da Educação de ambos os países como modelo de bom exame, por outro. Dito isso, o diálogo com os destinatários presumidos das cartilhas pode revelar aspectos relevantes sobre a ordem social na França e no Brasil, revelando dimensões importantes no que tange à relação professor/aluno nas duas culturas analisadas – o que também contribuirá para a compreensão das culturas educativas em ambas as línguas-culturas analisadas.

4.1 O gênero dissertação como objeto de ensino-aprendizagem, e a redação do ENEM como gênero discursivo

O corpus francês, conforme descrito na seção 3 acima, é composto por uma cartilha dividida em três partes, sendo a primeira delas uma apresentação sobre o gênero dissertação e as outras duas compostas por textos-modelo, redigidos pela equipe do Ministério da Educação da França¹⁸. A cartilha de apresentação inicia com um excerto de um texto de lei que define o que é a dissertação:

A dissertação consiste numa reflexão pessoal organizada sobre uma questão literária relacionada com uma das obras e com o percurso associado listado no programa de obras. O candidato escolhe um dos três temas de dissertação, cada qual relacionado a uma das obras do programa e o seu percurso associado. Para desenvolver a sua argumentação, o candidato baseia-se no seu conhecimento da obra e dos textos estudados no contexto do objeto em pauta, bem como nas suas leituras e na sua cultura pessoal. Essa produção escrita é pontuada numa escala de 0 a 20. Excerto da nota de serviço n° 2019-042 de 18 de abril de 2019 (*corpus 1 Fr; p. 1*)¹⁹.

¹⁷ No original: “la didactique s’intéresse peut-être moins à l’ancrage social du discours et ce qui fait genre ici repose davantage sur les régularités communicationnelles, compositionnelles et formelles des textes”.

¹⁸ Mais precisamente, esse material é redigido pela equipe do Éduscol, que é “o site oficial francês de informação e de acompanhamento dos profissionais da educação” [“le site Web officiel français d’information et d’accompagnement des professionnels de l’éducation”] Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/%C3%89duscol#:~:text=%C3%89duscol%20\(stylis%C3%A9%20%C3%89duS-COL\)%20est%20le,nationale%20et%20de%20la%20Jeunesse](https://fr.wikipedia.org/wiki/%C3%89duscol#:~:text=%C3%89duscol%20(stylis%C3%A9%20%C3%89duS-COL)%20est%20le,nationale%20et%20de%20la%20Jeunesse) [citado 29 abr. 2021].

¹⁹ No original: “La dissertation consiste à conduire une réflexion personnelle organisée sur une question littéraire portant sur l’une des oeuvres et sur le parcours associé figurant dans le programme d’oeuvres. Le candidat choisit l’un des trois sujets de dissertation, chacun étant en rapport avec l’une des oeuvres du programme et son parcours associé. Pour développer son argumentation, le candidat s’appuie sur sa connaissance de l’oeuvre et des textes étudiés dans le cadre de l’objet d’étude concerné, ainsi que sur ses lectures et sa culture personnelles. Cette production écrite est notée sur 20. Extrait de la note de service n° 2019-042 du 18 avril 2019”.

Vemos, aqui, que os critérios de correção são bem explícitos; menciona-se, inclusive, a escala das notas, que tem 20 (vinte) como nota máxima. Quanto ao conteúdo, esses podem ser resumidos da seguinte maneira: cabe ao estudante escrever uma reflexão pessoal organizada, bem argumentada, demonstrando conhecimento das obras e dos textos estudados; para tanto, poderá ancorar-se nas suas leituras e na sua cultura pessoal.

Chama a atenção, no excerto acima, o emprego da palavra ‘organizada’ logo na primeira linha, em ‘reflexão pessoal organizada’. No mesmo documento, na seção intitulada *attendus* (‘expectativas’), temos o desdobramento de tal exigência:

Expectativas.

a compreensão do sentido e dos problemas do tema proposto;

- um desenvolvimento pertinente e coerente, *organizado em várias partes*, propondo um tratamento progressivo e argumentado do tema;
- um conhecimento suficientemente preciso da obra e dos seus contextos que permita justificar e exemplificar o assunto;
- uma expressão correta e justa, a serviço da reflexão sobre a questão proposta.

Ao final do primeiro ano do liceu, não se espera dos alunos um domínio do exercício tal como ele é praticado ou exigido no ensino superior ou nos concursos:

- a introdução deve certamente introduzir o tema, formular a questão e anunciar a construção do desenvolvimento, mas ela pode fazê-lo de maneira bastante breve;
- o desenvolvimento da argumentação supõe uma construção do exercício, mas esta não é necessariamente ternária: o fato de propor dois movimentos, ou quatro, se o todo é coerente e constitui uma argumentação clara, não deve ser considerado como um defeito;
- diferentes tipos de plano podem ser aceitos: o privilégio geralmente concedido ao plano dialético não tem razão de ser nesse nível de estudos, e um plano analítico ou progressivo é adequado;
- o conhecimento da obra é determinante, devido à própria definição do exercício, mas é considerado normal que as referências assumam formas diversas – citações, narrações breves, caracterizações, e mesmo alusões ou indicações entre parênteses..., desde que elas sejam justas e sirvam ao desenvolvimento do assunto²⁰. (*corpus 1 Fr*, p. 2, grifo nosso).

Esse excerto é interessante, pois menciona um aspecto deveras pertinente à cultura francesa, a saber: o fato de a dissertação também ser praticada no ensino

²⁰ No original: “*Attendus*. la compréhension du sens et des enjeux du sujet proposé; un développement pertinent et cohérent, organisé en plusieurs parties, proposant un traitement progressif et argumenté du sujet; une connaissance suffisamment précise de l’oeuvre et de ses contextes pour permettre de justifier et d’exemplifier le propos; une expression correcte et juste, au service de la réflexion sur la question posée. On n’attend pas des élèves en fin de première une maîtrise de l’exercice tel qu’il est pratiqué ou exigé dans l’enseignement supérieur ou dans les concours: l’introduction doit certes amener le sujet, en formuler l’enjeu et annoncer la construction du développement, mais elle peut le faire de manière assez brève; le développement de l’argumentation suppose une construction du devoir, mais celle-ci n’est pas nécessairement ternaire: le fait de proposer deux mouvements, ou quatre, si l’ensemble est cohérent et constitue une argumentation claire, ne doit pas être considéré comme un défaut; différents types de plan peuvent être acceptés: le privilège généralement accordé au plan dialectique n’a pas lieu d’être à ce niveau d’études, et un plan analytique, ou progressif convient; la connaissance de l’oeuvre est déterminante, en raison de la définition même de l’exercice, mais on considère comme normal que les références prennent des formes diverses – citations, narrations brèves, caractérisations, voire allusions ou indications entre parenthèses..., du moment qu’elles sont justes et servent le développement du propos.”

superior e nos concursos para o funcionalismo público. Por isso, a prova do BAC é, para os aprovados no ensino superior, a primeira de muitas provas desse (e nesse) gênero; o trabalho com os gêneros do discurso está na base dos currículos franceses. Segundo Claudel e Laurens (2016), “na didática do francês língua primeira (FL1), o acesso à língua parece efetuar-se principalmente por intermédio dos gêneros”²¹ (p. 1). Além disso, “o gênero é apreendido como objeto de ensino-aprendizagem”²² (*idem*, *ibidem*, p. 1). Isso explica, a nosso ver, certa contradição encontrada nas cartilhas francesas. Por um lado, os autores afirmam o seguinte:

Se se considera que o objetivo principal do trabalho sobre as obras [literárias] é formar leitores, parece necessário não exagerar a importância das formas do exercício e permanecer aberto à pluralidade de possíveis, privilegiando, por um lado, a capacidade de construir uma reflexão pertinente sobre o tema e, por outro lado, a apropriação do trabalho pelo aluno²³. (*corpus 1 Fr*, p. 2).

Por outro lado, vemos que o documento dá, sim, muita atenção à forma da escrita da dissertação, conforme analisamos no excerto (1) a seguir, que é composto pelos comentários à dissertação-modelo apresentada pela equipe do Éduscol sobre a obra *Britannicus*, de Racine (em resposta à questão: “Quem encarna o herói trágico em *Britannicus*?”)^{24,25}.

FLP 23(2)

- (1) [*Commentaire 1*] Ces premières lignes de l'**introduction** prennent appui sur des connaissances qui ont pu être construites dans le travail de contextualisation mené **en classe**, dans des formes et à des occasions différentes: **cours d'introduction, lecture comparée de textes de Racine et de Corneille, reprise dans un cercle de lecture des oeuvres proposées en lecture cursive obligatoire...** Cette contextualisation relevant de l'histoire littéraire permet ici d'entrer en matière de manière à prendre la mesure du sujet.

[Tradução nossa: Essas primeiras linhas da **introdução** baseiam-se nos conhecimentos que puderam ser construídos no trabalho de contextualização realizado em **sala de aula**, em diferentes formas e em diferentes ocasiões: **curso de introdução, leitura comparada de textos de Racine e de Corneille, retomada num círculo de leitura das obras propostas em leitura cursiva obrigatória...** Essa contextualização, que faz parte da história literária, permite aqui abordar o tema.]

[*Commentaire 2*] **Les expressions** sont empruntées à la préface de Racine dont l'étude est recommandée pour l'étude de l'oeuvre et du parcours choisi. **La référence précise** ne doit pas être considérée comme obligatoire et la **citation partielle, intégrée dans une phrase**, est tout à fait admise de la part d'un candidat.

²¹ No original: “en didactique du français langue première (FL1), l'accès à la langue semble s'effectuer principalement par l'entremise des genres”.

²² No original: “le genre est appréhendé comme objet d'enseignement-apprentissage”.

²³ No original: “Si l'on considère que le premier objectif du travail sur les oeuvres est de former des lecteurs, il paraît nécessaire de ne pas s'exagérer l'importance des formes de l'exercice, et de rester ouvert à la pluralité des possibles, en privilégiant d'une part la capacité à construire une réflexion pertinente sur le sujet et d'autre part l'appropriation de l'oeuvre par l'élève”.

²⁴ De modo a facilitar a nossa análise, reproduzimos todos os comentários de forma compilada. Observamos, todavia, que, no corpus em questão, eles aparecem em forma de caixas de comentário ao longo da dissertação-modelo apresentada.

²⁵ No original: “Qui incarne le héros tragique dans *Britannicus*?”.

[Tradução nossa: **As expressões** são tomadas de empréstimo do prefácio de Racine, cujo estudo é recomendado para o estudo da obra e do percurso escolhido. **A referência precisa** não deve ser considerada obrigatória, e a **citação parcial, integrada numa frase** pelo candidato, é totalmente admitida.]

[*Commentaire 3*] **Le plan** ici annoncé n'est pas «dialectique», mais «analytique». En prenant appui sur deux (ou trois) critères de définition du «héros» de la tragédie, on indique les deux (ou trois) perspectives selon lesquelles on examine la question.

[Tradução nossa: **O plano** aqui anunciado não é 'dialético', mas 'analítico'. Com base em dois (ou três) critérios de definição do 'herói' da tragédia, indicam-se as duas (ou as três) perspectivas a partir das quais examina-se a questão.]

[*Commentaire 4*] **La première partie** met en place une description objective des équilibres de la pièce, en tentant de voir comment les forces s'y répartissent, d'abord par l'étude de la répartition de la parole, ensuite en considérant la structure de la pièce. **Elle pourra s'appuyer sur des cercles de lecture menés avec la classe** autour de la distribution de la parole dans la pièce ainsi que sur une **étude transversale** consacrée à la question des unités de la tragédie (et en particulier de l'unité d'action), enfin sur une **étude linéaire** de l'exposition de la pièce (I, 1) et de la confrontation amoureuse de Néron et Britannicus devant Junie (III, 8).

[Tradução nossa: **A primeira parte** apresenta uma descrição objetiva dos equilíbrios da peça, tentando ver como as forças são distribuídas nela, primeiro estudando a distribuição da fala, depois considerando a estrutura da peça. **Ela poderá embasar-se nos círculos de leitura conduzidos com a classe [de alunos]** em torno da distribuição da fala na peça, bem como num **estudo transversal** dedicado à questão das unidades da tragédia (e, em particular, da unidade de ação); enfim sobre um **estudo linear** da exposição da peça (I, 1) e do confronto amoroso de Néron e Britannicus perante Junie (III, 8).]

FLP 23(2)

[*Commentaire 5*] Les élèves auront été sensibilisés à ce motif lors de la séance introductive qui aura présenté Racine et la façon dont il s'impose sur les scènes parisiennes au détriment de Corneille, notamment en lui faisant concurrence sur le plan de la tragédie politique que dominait l'auteur du *Cid* et d'*Horace*.

[Tradução nossa: Os alunos terão sido sensibilizados a esse tópico quando da sessão introdutória, que terá apresentado Racine e a forma como ele se impõe nos palcos parisienses em detrimento de Corneille, competindo com ele sobretudo no campo da tragédia política, que foi dominada pelo autor do *Cid* e de *Horácio*.]

[*Commentaire 6*] **Cette deuxième partie** sera nourrie par un **cours** sur les règles de la tragédie, ainsi que par **les traces que les élèves auront gardées des travaux et activités menés tout au long de l'année** leur permettant de faire le point sur leur réaction émotionnelle par rapport à la pièce et à ses principaux personnages; elle peut aussi prendre appui sur **des études linéaires** de certains passages.

[Tradução nossa: **Essa segunda parte** será provida de um **curso** sobre as regras da tragédia, assim como de **impressões que os alunos terão conservado dos trabalhos e atividades realizados ao longo de todo o ano**, permitindo-lhes fazer um balanço sobre as suas reações emocionais em relação à peça e aos seus principais personagens; ela pode também basear-se nos **estudos lineares** de certas passagens.]

[*Commentaire 7*] **La conclusion de la deuxième partie** pourrait déjà servir d'aboutissement à la réflexion menée sur le sujet; dans la mesure où le plan a progressé, de façon claire, vers l'élucidation de la question posée et fait apparaître ses enjeux, et où le travail propose in fine, à partir d'arguments précis (témoignant d'une bonne connaissance de la pièce et d'éléments

empruntés à l'histoire littéraire), de considérer qu'Agrippine est la meilleure héroïne tragique de la pièce, les attendus de l'exercice sont déjà satisfaits.

[Tradução nossa: **A conclusão da segunda parte** já poderia servir de ponto de chegada à reflexão conduzida a esse respeito; uma vez que o plano progrediu claramente rumo à elucidação da questão colocada e revela os seus desafios, e que o trabalho propõe *in fine*, com base em argumentos precisos (atestando um bom conhecimento da peça e de elementos tomados de empréstimo à história literária), considerar que Agripina é a melhor heroína trágica da peça, as expectativas do exercício já estão satisfeitas.]

[*Commentaire 8*] **La troisième partie proposée ici** pourrait compléter le plan précédent, en défendant une autre hypothèse, celle d'un partage de l'héroïsme tragique dans la pièce.

[Tradução nossa: **A terceira parte aqui proposta** poderia completar o plano anterior, defendendo outra hipótese: o de um compartilhamento do heroísmo trágico na peça.]

[*Commentaire 9*] **Cette troisième partie repose sur un cours général** sur la tragédie, **sur une étude transversale** consacrée aux personnages de la pièce et sur des **explications linéaires** de certaines scènes, en particulier l'exposition et le dénouement de la tragédie.

[Tradução nossa: **Essa terceira parte se baseia num curso geral** sobre a tragédia, **num estudo transversal** dos personagens da peça e em **explicações lineares** de certas cenas, em particular a exposição e o desfecho da tragédia.] (*corpus 2 Fr*)²⁶.

Os comentários acima atestam a atenção especial dada à *forma* da escrita da dissertação na França: o texto deve ser organizado em partes e antecedido de um plano. De fato, temos aí um texto que mostra aos professores como o ensino ministrado em aula, sobre a obra literária, pode alimentar a escrita do gênero dissertação. Sabemos que, para Bakhtin (2016 [1952-53], p. 12), “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. Vemos que, na esfera universitária e dos concursos, o gênero *dissertação* é caracterizado por um “plano dialético”; na esfera escolar, aceita-se um plano mais simples, chamado de “analítico” e estruturado em duas ou três partes. Bakhtin (2016 [1952-53], p. 11-12) chama a atenção, ainda, para a importância da construção composicional na caracterização de um gênero:

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, *acima de tudo, por sua construção composicional*. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado [...]. (Bakhtin, 2016 [1952-53], p. 11-12, grifo nosso).

Vemos, no exemplo (1) acima, a necessidade dos autores de apontar aos leitores (que são os próprios professores, conforme veremos na seção 4.2 abaixo) o modo como o gênero *dissertação* pode ser aprendido na escola, graças ao conteúdo programático ensinado aos alunos com o passar dos anos. Assim, o *conteúdo temático* desses textos produzidos na esfera escolar é o próprio conteúdo aprendido em sala de aula (sobre as obras literárias, no caso). Em outras palavras, o conteúdo programático das aulas de

²⁶ Haja vista que esse é o excerto objeto da nossa análise, deixá-lo-emos em francês no corpo do texto, seguido da nossa tradução. Uma vez que o itálico representa os grifos originais, escolhemos o negrito para sinalizar os aspectos que queremos destacar nas análises.

francês serve de material para que o aluno estruture o seu texto segundo as regras do gênero dissertativo. Assim, vemos no exemplo (1) que as “primeiras linhas da introdução baseiam-se nos conhecimentos que puderam ser construídos no trabalho de contextualização realizado em sala de aula”; “[a] primeira parte [...] poderá embasar-se nos *círculos de leitura* conduzidos com a classe [de alunos] [...] num *estudo transversal* [...] enfim sobre um estudo linear [...]”; a “segunda parte será provida de um *curso* sobre as regras da tragédia, assim como de *impressões que os alunos terão conservado dos trabalhos e atividades realizados ao longo de todo o ano* [...] ela pode também basear-se nos *estudos lineares* de certas passagens”; a “terceira parte se baseia num *curso geral* sobre a tragédia, num *estudo transversal* dos personagens da peça e em *explicações lineares* de certas cenas [...]”.

Por fim, as questões de *estilo* aprendidas ao longo das aulas de francês também serão consideradas na escrita do gênero dissertação. É assim que, no exemplo (1), o comentário 2 é dedicado ao detalhamento das citações, das referências e das expressões empregadas no texto: “As expressões são tomadas de empréstimo do prefácio de Racine, cujo estudo é recomendado para o estudo da obra e do percurso escolhido. A referência precisa não deve ser considerada obrigatória, e a citação parcial, integrada numa frase pelo candidato, é totalmente admitida”. Vemos, portanto, que na França a cultura educativa é, de fato, baseada no ensino-aprendizagem dos gêneros do discurso, sendo a dissertação do BAC um desses gêneros.

Passemos, agora, à análise do corpus brasileiro. A cartilha brasileira é composta de textos reais de estudantes que obtiveram a nota máxima na prova de redação do ENEM: as famosas ‘redações nota mil’. Por um lado, vemos que a cultura brasileira não apresenta modelos inatingíveis, uma vez que toma como ponto de partida as redações reais dos alunos. Por outro lado, o caráter avaliativo já aparece na própria designação ‘nota mil’, que ressalta a nota máxima obtida por esses textos, que são pontuados de zero a mil. Dos sete textos presentes na cartilha, apresentamos o comentário relativo ao primeiro deles:

(2) Comentário:

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas um desvio no trecho “habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido” (1º parágrafo), em que deveria ter empregado o pronome “lhe”, e não “o”.

Com relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação do participante apresenta introdução em que dá início à discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual o participante aponta que a arte cinematográfica deve ser democratizada. Há, também, repertório sociocultural utilizado de maneira produtiva e pertinente à discussão no primeiro parágrafo, com a referência ao que é postulado pelo filósofo David Hume para relacionar o poder de pensamento do ser humano a sua capacidade de transpor ideias por meio do cinema, por exemplo. No segundo parágrafo, o participante aborda o potencial lúdico do cinema, mencionando a obra de Johan Huizinga. Por fim, no terceiro parágrafo, ele se vale da Constituição Federal para afirmar que todos têm direito aos bens artísticos, o que não ocorre na prática, de acordo com pesquisas do IPHAN. O projeto de texto apresentado ao longo da redação é considerado estratégico porque há uma

FLP 23(2)

organização clara e um desenvolvimento consistente da redação. Isso se deve ao fato de que o participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que o acesso ao cinema deve ser democratizado, por razões relacionadas tanto à sociedade quanto às leis. Em relação à sociedade, o participante aponta a importância do cinema como elemento lúdico, que proporciona bem-estar e coesão da comunidade. Já em relação às leis, ele apresenta o artigo 215 da Constituição Federal, segundo o qual o acesso a bens culturais é um direito de todos. No entanto, ele afirma que esse direito não é garantido, uma vez que existe uma distribuição irregular das práticas artísticas, incluindo o cinema. Por fim, propõe uma solução para alcançar a democratização efetivamente.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Em segundo lugar”, “Por fim”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “Sob essa ótica”, “de modo a” e “Diante disso”, no 1º parágrafo; “o qual”, “pois” e “portanto”, no 2º parágrafo; “Contudo” e “uma vez que”, no 3º parágrafo; e “Sendo assim” e “Dessa forma”, no 4º parágrafo).

Por fim, o participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada reforça o papel do Governo de garantir o direito previsto na Constituição, propondo que seja elaborado um plano de incentivo à prática cinematográfica. (*corpus Br*, p. 34)

Assim como no exemplo francês, na cartilha brasileira também temos, nas primeiras páginas, a definição do que é esperado de uma redação do ENEM. Contudo, não é apresentado um texto de lei, e sim um texto endereçado ao próprio estudante com as exigências da prova em questão:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma *tese* – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em *argumentos* consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma *proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto*. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (*corpus Br*, p. 7).

Uma breve revisão de estudos sobre as redações do ENEM mostra que muitos consideram a própria prova de redação como gênero textual/discursivo, intitulando-a de “gênero redação do Enem” (cf. Lima; Bacelar, 2019; Oliveira, 2016). Outros, como Barbosa et al. (2018), falam em “gênero textual dissertativo-argumentativo *do Enem*” (“do Enem” marca que essas redações adquirem propriedades específicas, fazendo com que as reconheçamos como um gênero). Bertucci (2020) também apresenta a redação do ENEM como um gênero específico. Por meio de uma análise computacional de redações nota mil, o autor mostra que estas são “exemplares prototípicos do gênero, ou seja, *cumprem todos os requisitos exigidos pela banca*” (Bertucci, 2020, p. 1, grifo nosso). É isso que vemos no exemplo (2) acima. No comentário redigido pela equipe do INEP, temos um resumo de como o participante cumpriu os cinco critérios de avaliação de

FLP 23(2)

redações do ENEM²⁷: no primeiro parágrafo, salienta-se a qualidade da escrita formal da redação (competência I); no segundo parágrafo, enfatiza-se o cumprimento dos “princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo” (competência II); no terceiro parágrafo, os autores revelam como é possível perceber, na redação analisada, que esta preenche os requisitos de um bom “projeto de texto” (competência III); no quarto parágrafo, os autores indicam como a redação apresenta um bom repertório de recursos coesivos (competência IV, relativa à demonstração de “conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”); por fim, no quinto parágrafo, menciona-se a excelência da proposta de intervenção (objeto da competência V). Parece-nos, portanto, que a cultura educativa brasileira – embora também ancorada no ensino-aprendizagem de gêneros do discurso, conforme descrito na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – acaba por “petrificar” um dos gêneros mais trabalhados na Educação Básica, ao estabelecer critérios rígidos de correção em grande escala das redações do ENEM.

Infelizmente, o espaço restrito de um artigo não enseja a explicitação de todos os aspectos envolvidos na cultura educativa brasileira. Apesar disso, ressaltamos o fato de o Brasil, a despeito de ser um país bastante populoso, lograr com que todas as redações sejam uniformemente corrigidas de acordo com os mesmos critérios, em virtude de um ensino centralizado. Na França, a correção parece ser realizada em menor escala, segundo informações divulgadas pela própria mídia francesa²⁸.

FLP 23(2)

4.2 Uma cartilha produzida para professores ou para estudantes? O destinatário presumido e a sua relação com a cultura educativa francesa e brasileira

Tanto a cartilha francesa quanto a cartilha brasileira contêm trechos de apresentação do material a ser analisado (no caso, as dissertações e as redações-modelo). Na cartilha francesa, não fica suficientemente claro quem é o destinatário presumido; fala-se tanto em ‘professor’ (*professeur*) quanto em ‘alunos’ (*élèves*) em terceira pessoa. Entretanto, notamos que o termo *élèves* aparece mais que o termo *professeur*, o que nos leva a inferir que ‘alunos’ é ‘sobre quem se fala’ nesses discursos:

- (3) Il convient également de travailler sur la structure de l’oeuvre, d’en explorer la cohérence et l’unité, afin de donner **aux élèves** des repères solides dans le monde qu’elle constitue. Cette double étude, interne et externe, doit **leur** permettre de connaître, de comprendre, autrement dit de s’approprier l’oeuvre étudiée. (*corpus 1 Fr*, p. 1)

[Tradução nossa: É igualmente importante trabalhar sobre a estrutura da obra, explorar a sua coerência e unidade, a fim de oferecer **aos alunos** repertórios sólidos no mundo constituído por ela. Esse estudo duplo, interno e externo, deve permitir-**lhes** conhecer, compreender, em outras palavras, apropriar-se da obra estudada.]

²⁷ As cinco competências são mencionadas na cartilha brasileira: “Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa. Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”. (*corpus Br*, p. 10)

²⁸ Disponível em: <https://www.studyrama.com/revision-examen/bac/revisions-et-jour-j-tous-les-conseils-pour-reussir-son/bac-comment-les-copies-sont-elles-corrigees-106013>. [citado 28 abr. 2021].

- (4) Dans la voie générale, **les élèves** ont le choix à l'écrit des épreuves anticipées de français entre le commentaire d'un texte qui n'est pas extrait d'une des oeuvres au programme et une dissertation sur l'une des oeuvres au programme et sur le parcours associé. (*corpus 1 Fr*, p. 1)

[Tradução nossa: No percurso geral, **os alunos** podem escolher, nas provas escritas de francês, entre um comentário de um texto não extraído das obras do programa e uma dissertação sobre uma das obras do programa e sobre o percurso associado.]

- (5) **On** n'attend pas **des élèves** en fin de première une maîtrise de l'exercice tel qu'il est pratiqué ou exigé dans l'enseignement supérieur ou dans les concours : [...] (*corpus 1 Fr*, p. 2)

[Tradução nossa: Ao final do primeiro ano [do liceu], não **se** espera **dos alunos** um domínio do exercício [da dissertação] tal como ele é praticado ou exigido no ensino superior ou nos concursos [...]]

- (6) Si **l'on** considère que le premier objectif du travail sur les oeuvres est de former des lecteurs, il paraît nécessaire de ne pas s'exagérer l'importance des formes de l'exercice, et de rester ouvert à la pluralité des possibles, en privilégiant d'une part la capacité à construire une réflexion pertinente sur le sujet et d'autre part l'appropriation de l'oeuvre par **l'élève**. (*corpus 1 Fr*, p. 2)

[Tradução nossa: Se **se** considera que o objetivo principal do trabalho sobre as obras é formar leitores, parece necessário não exagerar a importância das formas do exercício e permanecer aberto à pluralidade dos possíveis, privilegiando, por um lado, a capacidade de construir uma reflexão pertinente sobre o tema, e, por um lado, a apropriação da obra pelo **aluno**.]

Em uma única passagem do texto, os alunos também são apresentados como 'candidatos' (*les candidats*):

- (7) La dissertation ne porte donc plus sur un sujet général: **les candidats** qui auront lu avec attention et étudié les oeuvres au programme pourront prendre appui sur des références précises à l'oeuvre et aux textes sur lesquels ils auront travaillé, pour traiter un sujet lui-même plus restreint. (*corpus 1 Fr*, p. 1)

[Tradução nossa: A dissertação não versa mais sobre um tema geral: **os candidatos** que terão lido com atenção e estudado as obras do programa poderão embasar-se nas referências precisas das obras e dos textos sobre os quais eles terão trabalhado, para tratar de um tema mais restrito.]

Os professores são mencionados em duas passagens do texto. Reproduziremos somente uma delas, à guisa de exemplo:

- (8) Ce sont bien les oeuvres qu'il faut considérer comme principales: leur étude, complétée par celle des textes du parcours, par les lectures cursives obligatoires et, **au choix du professeur**, par les groupements complémentaires ou les prolongements artistiques et culturels, a pour objectif premier de former des lecteurs, de donner **aux élèves** le goût et les moyens de continuer au-delà des années du lycée à se nourrir et à s'enrichir des oeuvres qu'ils découvriront. (*corpus 1 Fr*, p. 1)

[Tradução nossa: São de fato as obras que devem ser consideradas como principais: o seu estudo, completado pelo de textos do percurso, pelas leituras cursivas obrigatórias e, **à escolha do professor**, pelos grupos complementares ou pelas extensões artísticas e culturais, tem como primeiro objetivo formar leitores, proporcionar **aos alunos** o gosto e os meios de continuarem, para além dos anos de liceu, a se nutrir e a se enriquecer com as obras que **descobrirão**.]

FLP 23(2)

Higashi (2020, p. 223) parte do “pressuposto bakhtiniano de que todo e qualquer enunciado, em maior ou menor agudeza, é sempre direcionado, tem um destinatário de quem espera uma atitude responsiva” para estudar o destinatário presumido em exposições de um museu brasileiro de divulgação científica. Para tanto, a pesquisadora formula duas questões: “1) *A quem se dirigem os enunciados [...] 2) De que modo o(s) destinatário(s) presumido(s) influencia(m) a seleção do conteúdo temático, da composição e do estilo dos enunciados [...]?*” (*idem, ibidem*, p. 223, grifos do autor). A resposta a questões dessa ordem são exemplos de categorias nocionais que podem ser empregadas numa análise bakhtiniana, seja ela comparativa ou não.

No caso dos nossos exemplos, verificamos que não é dito expressamente que a cartilha se destina aos professores. No entanto, para além do fato de ela ser redigida pelo Éduscol, que é um site voltado aos professores, podemos inferir quem é o destinatário ao analisar como professores e alunos são tematizados nos enunciados apresentados. Dessa forma, no exemplo (3), em ‘oferecer ao aluno’, inferimos que esse oferecimento seja feito por um professor em sala de aula. Essa interpretação é confirmada pelas análises já apresentadas na seção 4.1 acima, pois, em muitas passagens dos comentários, a intenção é mostrar ao professor como os conteúdos de língua francesa podem ser trabalhados em aula com vistas ao aprendizado da escrita do gênero dissertação. Pensamos, ademais, que essa escrita “híbrida” (ora mencionando ‘alunos’, ora ‘candidatos’) resulta de o material ser destinado a um exame nacional; não é possível abstrairmos o fato de que se trata de um texto voltado para uma prova de grande importância na vida dos alunos. É assim que em (4) temos a exposição de informações voltadas ao concurso em si. Desse ponto de vista, a questão formulada por Higashi (2020) mostra-se bastante pertinente, igualmente, para a análise do nosso corpus: com efeito, o destinatário presumido parece ter uma influência sobre o conteúdo temático e o estilo escolhidos pelos autores do material.

Um outro aspecto relevante no estilo das cartilhas francesas pode ser observado nos exemplos (5) e (6) acima. Neles temos o emprego do ‘on’ em francês; por exemplo, em “On n’attend pas des élèves” (Não se espera dos alunos). Onde a nossa pergunta: quem não deve esperar algo dos alunos? Seria a banca do exame? Parece-nos que sim. Voltamos, aqui, à constatação de que as dissertações são corrigidas por uma banca de professores num processo em menor escala do que no Brasil. Por isso esse diálogo mais estreito do Ministério da Educação francês com os professores: tanto como formadores quanto como corretores “manuais” das provas.

A cartilha brasileira, por sua vez, é mais explícita do que a francesa. Ela já é intitulada “Cartilha do participante” e deixa claro que se trata de um material direcionado aos candidatos de um exame nacional. Os participantes também são tratados por ‘você’:

(9) Prezado participante,

Estamos na reta final da preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. Para auxiliá-lo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou o documento *A redação no Enem 2020 – Cartilha do Participante*. Esta Cartilha apresenta dicas importantes para produzir uma boa redação no dia do Exame. Além disso, traz exemplos de redações do Enem 2019 que obtiveram nota máxima. Tudo isso para que você possa ver na prática como essas orientações devem ser utilizadas. Sabemos que este momento é muito importante para quem irá concorrer a vagas nas principais instituições de ensino superior do Brasil, públicas ou privadas,

por isso queremos ajudá-lo a ter um bom desempenho. Aproveite as dicas, se prepare e tenha sucesso no Enem 2020.

Alexandre Lopes

Presidente do Inep

(*corpus Br*, p. 4)

Além disso, a figura do professor aparece explicitamente como a de um avaliador:

- (10) QUEM VAI AVALIAR A REDAÇÃO? O texto produzido por você será avaliado por, pelo menos, dois **professores** graduados em Letras ou Linguística, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro. COMO A REDAÇÃO SERÁ AVALIADA? Os dois **professores** avaliarão seu desempenho de acordo com os critérios do quadro a seguir: [...] E SE A DISCREPÂNCIA AINDA CONTINUAR DEPOIS DA TERCEIRA AVALIAÇÃO? A redação será avaliada por uma banca composta por três **professores**, que atribuirá a nota final do participante. (*corpus Br*, p. 8-9)

Nota-se como o próprio fato de se endereçar diretamente aos alunos acaba por tornar todo o conteúdo temático sobre o exame mais preciso e detalhado, com a explicitação de critérios de correção, por exemplo. Isso reforça o que já vimos anteriormente na seção 4.1, a saber, que a redação do ENEM acabou transformando-se num gênero, o gênero redação do ENEM, dada a sua força enquanto exame nacional²⁹. Embora a França seja à sua maneira um país bastante voltado para concursos, parece haver um trabalho mais aprofundado, por parte do Ministério da Educação francês, de explicitação do modo como um gênero pode ser ensinado. No Brasil, uma das consequências negativas de se ter uma prova de redação transformada em gênero é que alguns candidatos treinam apenas para a escrita deste e acabam não adquirindo a competência necessária para a escrita de outros gêneros em outras situações, tanto profissionais quanto pessoais. Para todos os efeitos, este estudo, por ter um caráter preliminar, precisaria ser aprofundado com um corpus mais extenso, a fim de confirmar as pistas aqui levantadas.

5 CONCLUSÃO

O nosso intuito, neste artigo, foi apresentar uma análise de discursos comparativa de exames nacionais na França e no Brasil, com vistas a investigar as culturas educativas subjacentes a esses exames nas duas línguas-culturas em questão. Conforme aponta Cadet (2006, p. 8), “a/as cultura(s) educativa(s) se constr(ói/em) a partir dos discursos correntes que ocorrem nos espaços educativos – família e instituições escolares –, nos quais os indivíduos evoluíram, e remete(m) aos hábitos que eles ali adquiriram, por inculcamento de regras, de normas e de rituais”³⁰. Ainda segundo a autora, a cultura educativa também evolui com o passar do tempo e das gerações. Vimos num

²⁹ E reforça, de resto, a necessidade de se trabalhar, em análise de discursos comparativa, com mais de uma categoria de análise.

³⁰ No original: “la/les culture(s) éducative(s) se construi(sen)t à partir des discours courants tenus dans les lieux d’éducation – famille et institutions scolaires – dans lesquels les individus ont évolué et renvoie(nt) aux habitus qu’ils y ont acquis, par l’inculcation de règles, de normes et de rituels”.

estudo anterior (cf. Sardá; Barbosa, 2021) que, tanto na França quanto no Brasil, os programas de ensino de francês e de português língua materna focam numa aprendizagem guiada pela noção de gêneros do discurso. Todavia, a palavra ‘redação’ evoca a ideia de tipos textuais, e não de gêneros discursivos. Assim, a noção de tipos textuais parece perpetuar-se no imaginário de professores e alunos brasileiros³¹. Isso se explica, talvez, pelo fato de haver uma instabilidade maior nos programas de ensino no Brasil. Para Saviani (2008, p. 7), não há uma continuidade nas reformas de ensino no país, “cada qual começando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente”.

Nossa análise teve como foco exames nacionais de duas línguas-culturas distintas. Acreditamos que a sua virtude consiste na comparação de um mesmo gênero do discurso em ambas as línguas-culturas (metodologia adotada na análise de discursos comparativa). Klett (2015) observa, ao analisar os materiais de ensino do francês na Argentina, o quanto a presença de um determinado gênero do discurso em dada cultura é variável, tendo implicações na realização de avaliações internacionais, nas quais uma mesma prova é aplicada a um público linguística e culturalmente heterogêneo:

Em 1985, a fim de validar as proficiências em língua francesa, o Ministério da Educação francês criou uma ampla gama de certificações em francês língua estrangeira. Os exames DELF e DALF rapidamente se generalizaram no nosso país [Argentina]. Consequentemente, os manuais da época propunham atividades que estavam de acordo com as solicitadas para esses exames. Uma seção importante da produção escrita consistia em escrever uma carta. Não há dúvida alguma que entre os franceses a cultura epistolar é bastante arraigada. Escreve-se cartas de caráter privado ou familiar, cartas administrativas, cartões postais, etc., em papel ou em formato digital. Nossa cultura [Argentina] é uma cultura da oralidade, o que torna compreensível que a prática epistolar não tenha penetrado no espaço cultural como na França³². (Klett, 2015, p. 44).

FLP 23(2)

Temos, no entanto, consciência dos limites do presente estudo. Mobilizamos, aqui, a noção de cultura educativa para além do campo da didática de línguas estrangeiras, domínio no qual ela se originou e costuma ser trabalhada. Todavia, acreditamos que num mundo globalizado como o que vivemos, conhecer a cultura educativa praticada no ensino de língua materna em duas línguas-culturas, como fizemos aqui, pode auxiliar tanto professores e estudantes brasileiros que eventualmente tenham aula no exterior quanto estrangeiros que venham a estudar no Brasil. Ter consciência de aspectos relevantes da cultura educativa de cada país no que tange ao ensino da língua

³¹ Não é por acaso que a nossa prova do ENEM ainda seja chamada de “redação do ENEM”, enquanto que o seu homólogo francês seja denominado “dissertation du BAC”.

³² No original: “En 1985, pour valider les compétences en français, le Ministère de l’éducation nationale de France a créé une large gamme de certifications en français langue étrangère. Les examens DELF et DALF se sont vite répandus dans notre pays. En conséquence, les manuels de l’époque proposaient des activités conformes à celles qui sont sollicitées lors de la passation de ces examens. Une section importante de la production écrite, consistait à faire une lettre. Il ne fait point de doute que chez les Français la culture épistolaire est très ancrée dans les habitudes. On écrit des lettres à caractère privé ou familial, des lettres administratives, des cartes postales, etc., support papier ou support numérique. Notre culture est une culture de l’oralité ce qui permet de comprendre que la pratique épistolaire n’ait pas percé l’espace culturel comme en France.”. Para uma reflexão sobre a noção de cultura educativa e a sua relação com avaliações internacionais, cf. Ammouden (2017).

materna pode auxiliar na compreensão das práticas de letramento escolar e acadêmico de cada localidade, em suma.

REFERÊNCIAS

- Ammouden M. Analyse sociodidactique des évaluations internationales inspirées du Cadre européen commun de référence pour les langues. Contextes et didactiques. 2017;9:1-11.
- Bakhtin MM. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin MM. Os gêneros do discurso. Bezerra P, organizador, tradutor, posfácio e notas. São Paulo: Editora 34; 2016 [1952-53]. p. 11-71.
- Barbosa AC, et al. Módulo de reconhecimento do gênero: dissertação argumentativa do Enem sob perspectiva interacionista. Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. 2018;14(1):140-159.
- Beacco JC. Les cultures éducatives et le Cadre européen commun de référence pour les langues. Revue japonaise de didactique du français. 2008;3(1):6-18.
- Beacco JC. Contextualiser les savoirs en didactique des langues et des cultures. In: Blanchet P, Chardenet P, organizadores. Guide pour la recherche des langues et des cultures: approches contextualisées. Paris: Éditions des archives contemporaines (EAC); 2011. p. 31-40.
- Bertucci RA. Propriedades linguísticas da redação do Enem: uma análise computacional. Revista Estudo Linguístico. 2020;29(2):999-1032.
- Brait B. Análise e teoria do discurso. In: Brait B, organizadora. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto; 2018. p. 9-31.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A redação no Enem 2020: cartilha do participante. Brasília, DF: INEP; 2020. 47p. [internet]. [citado 24 jan. 2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/publicada-a-nova-cartilha-de-redacao-do-exame>.
- Cadet L. Des notions opératoires en didactique des langues et des cultures: modèles? Représentations? Culture éducatrice? Clarification terminologique. Recherches en didactique des langues et des cultures. 2006;2:1-13.
- Chiss JL, Cicurel F. Présentation générale. In: Beacco JC, et al., organizadores. Les cultures éducatives et linguistiques dans l'enseignement des langues; 2005. p. 6-7.
- Claudel C, Laurens V. Le genre discursif comme objet d'enseignement en didactique du français. SHS Web of Conferences/5^e Congrès Mondial de Linguistique Française. 2016;27:1-14.
- Darmon-Shimamori CM. L'influence de la culture éducative irlandaise sur l'enseignement /apprentissage du français dans les études supérieures en Irlande: le cas des étudiants de Trinity College Dublin [dissertação]. Grenoble: Université Stendhal Grenoble 3; 2010.
- Dicionário eletrônico Le Grand Robert de la Langue Française. Paris: Le Robert; 2005.
- France. Ministère de l'éducation Nationale et de la Jeunesse. Éduscol (Informer et accompagner les professionnels de l'éducation). Voie générale. Terminale. Français. Dissertation portant sur une œuvre et le parcours associé: présentation. 2019:1-2 [internet]. [citado 24 jan. 2021]. Disponível em: <https://eduscol.education.fr/1712/programmes-et-ressources-en-francais-voie-gt>
- France. Ministère de l'éducation Nationale et de la Jeunesse. Éduscol (Informer et accompagner les professionnels de l'éducation). Voie générale. Terminale. Français. La dissertation portant sur une

FLP 23(2)

œuvre et le parcours associé. Exemple: Racine, Britannicus - Parcours: Tragique et tragédie à l'âge classique. 2019 : 1-6 [internet]. [citado 24 jan. 2021]. Disponível em: <https://eduscol.education.fr/1712/programmes-et-ressources-en-francais-voie-gt>

France. Ministère de l'éducation Nationale et de la Jeunesse. Éduscol (Informer et accompagner les professionnels de l'éducation). Voie générale. Terminale. Français. La dissertation portant sur une œuvre et le parcours associé. Exemple: Voltaire, Candide – Parcours: les Lumières et l'idée de progrès. 2020 : 1-12 [internet]. [citado 24 jan. 2021]. Disponível em: <https://eduscol.education.fr/1712/programmes-et-ressources-en-francais-voie-gt>

Grillo SVC, Reboul-Touré S, Glushkova M. Analyse du discours et comparaison: enjeux théoriques et méthodologiques. Bruxelas: Peter Lang; 2021.

Higashi AMF. O destinatário-visitante presumido nas exposições de divulgação científica do Cata-vento Cultural. Linha D'Água. 2020;33(3):221-246.

Klett E. Cultures éducatives et théories didactiques: quels rapports dans l'enseignement des langues en Argentine? Synergies Argentine. 2015;3:35-47.

Lima FFP, Bacelar APS. Das práticas sociais ao conteúdo temático: interfaces da intervenção no gênero redação do Enem. Linguagem & Ensino. 2019;22(1):87-101.

Münchow P. Le discours sur les conflits entre nations dans les manuels d'histoire français et allemands. Représentations de la Première Guerre mondiale. In: Gonnot AC, Rentel N, Schwerter S, organizadores. Dialogues entre langues et cultures. Francfort-sur-le-Main: Peter Lang Édition; 2013. p. 85-106.

Münchow P. L'analyse du discours contrastive: théorie, méthodologie, pratique. Lyon: Lambert Lucas; 2021.

Oliveira FCC. Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do Enem [tese]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2016.

Perche V. Cultures éducatives: les zones de tension. Un exemple: le public chinois. Recherches en didactique des langues et des cultures. 2015;12(1):1-17.

Puren C. Pour une didactique comparée des langues-cultures. Éla. Études de linguistique appliquée. 2003;129:121-126.

Rakotonoelina F. Avant-propos: de l'analyse du discours à la didactique des/en langues étrangères: un recentrage des problématiques. Les Carnets du Cediscor. 2013;13:8-17.

Sardá DN. Les manuels de philosophie en France et au Brésil: une analyse du discours contrastive de la prise en charge énonciative [tese]. Paris: Université Sorbonne Paris Cité; 2015.

Sardá DN. A análise de discursos comparativa no Brasil: uma reflexão a partir da noção de categoria. Bakhtiniana. 2021;16(2):153-177.

Sardá DN, Barbosa VF. Repertório sociocultural e gênero dissertativo-argumentativo na redação do ENEM e na dissertação de francês do BAC. Desenredo. 2021;17:[aceito para publicação].

Saviani D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Revista de educação PUC-Campinas. 2008;24:7-16.

O fundamento lógico do normativismo da gramática grega e sua relação com a ausência da inovação e mudança linguísticas como objeto de estudo teórico

The logical foundation of the Greek Grammar normativism and its relationship with the absense of the innovation and linguistic change taked as a theoretical study object

Lorenzo Vitral*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar, numa perspectiva historiográfica, que o caráter normativista, amplamente reconhecido, da gramática tradicional na sua vertente grega não se deve somente ao trabalho filológico de preservação ou padronização dos textos clássicos. Essa tarefa foi, na verdade, precedida, tomando Aristóteles como o primeiro sistematizador do conhecimento filosófico de sua época, pela busca de uma linguagem capaz de realizar o trabalho ontológico fundamental da metafísica. A eliminação aristotélica da ambiguidade e da intencionalidade na busca da linguagem precisa e a fundação da metafísica num período em que os estudos da linguagem ainda não se constituíram como disciplina autônoma desfavoreceram por completo a inovação ou a mudança linguística como um objeto de estudo legítimo.

Palavras-chave: Normativismo. Gramática grega. Inovação e mudança linguísticas. Metafísica.

Abstract: The main goal of this paper is to show, in a historical background, that the normative character, largely known, of the traditional grammar in his greek version is not only due to the work of preservation of the classical texts. This task was actually, taking Aristotle as the first systematizer of the philosophical knowledge of his period, preceded by the search of a language able to hold the ontological task of the metaphysics. The attempt by Aristotle to eliminate the ambiguity and intentionality aiming a kind of accurate philophical language and the foundation of metaphysics in a time when the study of language wasn't yet established as an autonomous theory discouraged the innovation or the linguistic change as a legitimate study object.

Keywords: Normativism. Greek Grammar. Innovation and linguistic change. Metaphysics.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O caráter normativo da Gramática Tradicional constitui tema de reflexão constante e de desenvolvimento. Mesmo tomado como um dos pilares teóricos amplamente conhecido do saber secular que herdamos, não nos parece ser o caso de dar o

* Professor titular de Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; lorenzovitral@gmail.com

tema por esgotado. Não cansamos de nos debruçar sobre suas consequências em diversas áreas do conhecimento linguístico e de seus efeitos em domínios sociais ou históricos.

Retomâmo-lo aqui para discutir sua constituição como uma exigência social de padronização de uma língua que toma por referência a língua escrita do gênero literário. Propomos agregar à sua constituição, além da motivação supracitada, amplamente reconhecida e documentada, a busca – destacaremos a contribuição de Aristóteles – de uma linguagem livre de ‘deficiências’, ou seja, de ambiguidades, de paralogismos, da influência dos ‘estados, ou afetos, da alma’ (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) da linguagem da comunicação cotidiana de maneira a estabelecer uma língua capaz, em enunciados apofânticos, de ser ‘símbolos’ (*σύμβολον*) das coisas do mundo de tal forma que nos permita averiguar a veracidade ou falsidade do que é enunciado.

O que acabo de propor é também amplamente conhecido, ou seja, a isenção da linguagem, conferindo-lhe exatidão, é explicitamente perseguida, desde Aristóteles pelo menos, o que o permitiu formular sua lógica. O que estaremos a tentar mostrar, neste texto, é que essa tarefa aristotélica é também um dos fundamentos da busca do enunciado correto (*ὁρθὸς λόγος*) que, na realidade, antecede a tarefa filológica que deu base ao normativismo tradicional.

Na seção 2, expomos a concepção original grega sobre a função da arte gramatical e a busca de Aristóteles pela definição da ciência do ser enquanto ser, que inaugura a metafísica. Na seção 3, trata-se de expor como Aristóteles concebia a linguagem cotidiana como um instrumento limitado ou deficitário para a tarefa da filosofia, o que se configura, sobretudo, em sua oposição aos sofistas. A origem da função filológica dos estudos de gramática é retomada na seção 4 na qual mostramos também se tratar a uma função posterior ao que chamamos de tarefa lógica da linguagem. Dentre as consequências do que expomos está, como discutido na seção 5, que a tradição gramatical afasta-se de se ocupar da variação e a mudança linguísticas como objeto de reflexão científica. Ora, para Aristóteles, o que muda é da ordem da natureza e objeto científico da física, o que exclui tais fenômenos do escopo da filosofia. Mostramos, nesta seção ainda, que é exatamente a intencionalidade, que dispõe, como um dos seus veículos, da ambiguidade, que veicula a inovação e mudança linguísticas. Nossas considerações finais estão expostas na seção 6.

FLP 23(2)

2 A ARTE GRAMATICAL E A CIÊNCIA DO SER ENQUANTO SER

É um truísmo afirmar que a finalidade normativista da tradição gramatical é um dos fundamentos que, como tal, sustenta a construção teórica desse saber ao longo dos séculos. Também conhecido é o fato de que a constituição da gramática como uma *ἐπιστήμη* ‘ciência’ autônoma é uma conquista tardia em relação à filosofia grega. Embora muitos dos filósofos, a começar dos dois principais, isto é, Platão e Aristóteles, e também os sofistas, tenham feito comentários ou análises acerca da língua grega ou da linguagem em muitos dos seus aspectos, foi com a *Téchne Grammatikè*, atribuída a Dionísio, o trácio, o qual viveu no primeiro século antes de Cristo, que o conhecimento gramatical é sistematizado num texto, visando a contemplar a descrição da língua grega de forma ampla e sistemática.

Para Delamarre (1980, p. 322, tradução nossa), no entanto, “o fato de que os antigos gregos não dispunham de gramática, a não ser como instrumento de ensino

das letras (τὰ γράμματα), não permite concluir que a abordagem que propunham era vaga e confusa”¹. De fato, para ficarmos apenas em alguns exemplos, Protágoras teria escrito um tratado sobre a ‘correção da língua’ (ὀρθοέπεια)². Aristóteles desenvolve a distinção entre os gêneros e foca na diferença entre os enunciados apofânticos (ἀποφαντικός), ou declarativos, objeto da lógica, aos quais é possível dizer se são verdadeiros ou falsos, dos demais enunciados como, por exemplo, os que constituem as rezas que não permitem essa abordagem³. Hípias era conhecido por seus estudos acerca dos sons, da métrica, da quantidade das sílabas e dos ritmos. Sem esquecer, é claro, de Platão, considerado, pelo historiador romano Diógenes Laércio, como o primeiro a abrir o caminho para os estudos gramaticais. Não custa relembrar a discussão travada no *Crátilo* sobre a natureza convencional ou natural da significação, considerado como o texto básico do pensamento grego sobre a linguagem; e a primeira formulação, fato seminal da formulação do conhecimento ocidental, da estrutura sujeito/predicado enunciada no *Sofista*.

É preciso saber, no entanto, de que gramática se tratava e com que objetivos. No *Sofista*, Platão lança mão de uma ‘arte gramatical’ (τέχνη γραμματική), concebida como uma técnica de articular letras da mesma forma que a música é a técnica de articular sons. Também Aristóteles concebe uma ciência gramatical como um saber que “estuda todos os sons da voz”, (Aristote, 2008, Γ,2,1003b20, tradução nossa).⁴ Segundo Ildefonse (1997), na educação dos jovens atenienses, o gramático (γραμματιστής) tinha a missão de ensinar as letras, isto é, a leitura e a escrita. É na perspectiva então da formação ou da educação do cidadão grego, da paidéia (παιδεία), que se insere a aprendizagem das letras e da gramática.

O que acabamos de apontar nos permite cogitar que a reflexão gramatical nos séculos de ouro da filosofia grega tinha uma função instrumental, ainda que não exclusivamente, em relação à própria filosofia. De acordo com Ildefonse (1997, p. 14), as filosofias de Platão, de Aristóteles e dos estoicos, independentemente das diferenças que as separaram⁵, compartilhavam o mesmo objetivo apofântico da filosofia, iniciada por Platão contra os sofistas: trata-se de um conhecimento que, no enunciado (λόγος)⁶, buscava dar conta (λόγον διδόναι) da realidade. A citação seguinte de Imbert (1992, p. 308) fornece-nos elementos para darmos continuidade ao que colocamos:

¹ “... de ce que les anciens Grecs n’avaient pas de grammaire, sinon comme enseignement des lettres (τὰ γράμματα), n’allons pas conclure que leur approche de la langue était vague et confuse” (Delamarre, 1980, p. 322).

² (Platon, 1964,267c).

³ (Aristote, 2014b,4,17a3).

⁴ “... étudie tous les sons de la voix” (Aristote, 2008, Γ,2,1003b20).

⁵ Na Metafísica, por exemplo, como sabido, Aristóteles argumenta contrariamente à teoria da *Ideias* de Platão.

⁶ O termo λόγος (*logos*) pode ser traduzido por ‘enunciado’, ‘discurso’ ou ‘razão’. Traduzi-lo por *ratio* é, como sabido, obra dos latinos.

tratava-se de fornecer um sistema de expressão que pudesse capturar ‘as coisas tal qual elas são’; portanto, que ensinasse a objetividade e a disciplina intelectual exigida por meio da transmissão dos textos...⁷ (Imbert, 1992, p. 308, tradução nossa, aspas do autor).

Pode-se extrair dessa concepção de filosofia uma abordagem da linguagem, que em lugar de tomar essa última como objeto de estudo *de per se*, concebia-a como um instrumento expressivo que deveria ser normatizado a fim de servir como um meio confiável de tratar ou descrever o que ocorre no mundo. Buscava-se assim o enunciado correto (*ὁρθὸς λόγος*), que, ainda segundo Imbert (1992, p. 308, tradução nossa), “era requisitado pela enunciação para salvar o arbitrário das palavras e poder representar as coisas enquanto expressão do pensamento”⁸.

Desenvolver essa formulação de Imbert é fundamental na inteligibilidade da concepção grega da linguagem e de sua relação com o mundo. De que se trata afinal quando se fala do arbitrário das palavras e do que parece ser uma necessidade de evitá-lo?

De início, precisamos ter em mente, com base na definição da filosofia de Aristóteles, na *Metafísica*, ainda que a denominação *μετὰ τὰ φυσικά* seja posterior ao estagirita⁹, como a filosofia primeira (ou teologia), que o estagirita teve como propósito propor a *ciência do ser enquanto ser*^{10 11}.

Embora após séculos de metafísica, a formulação do estagirita seja-nos familiar, não o era na ocasião de sua formulação e, segundo Aubenque (1962), deve ser

⁷ “Il s’agissait de pourvoir à un système d’expression qui saisît ‘les choses telles qu’elles sont’, donc enseignât l’objectivité par les textes transmis et la discipline intellectuelle à laquelle Il convient...” (Imbert, 1992, p. 308, aspas do autor).

⁸ “Il était à chaque fois demande à l’énonciation de sauver l’arbitraire des mots et de représenter les choses en étant l’expression de la pensée.” (Imbert, 1992, p. 308).

⁹ Segundo Aubenque (1962, p. 29), a primeira menção conhecida do termo *μετὰ τὰ φυσικά* encontra-se em Nicolas de Damas (primeira metade do 1º século D.C.) e, como se sabe, a primeira edição da *Metafísica* foi preparada por Andronicos de Rhodes por volta de 60 A.C.

¹⁰ “l’être, en tant qu’être” (*τὸ ὄν ᾗ ὄν*) (Aristote, 2008, Γ,1,1003 a 21).

¹¹ No texto aristotélico, citado na nota 10, encontra-se, como é notório, a proposição *τὸ ὄν ᾗ ὄν* traduzida no nosso texto por “ser enquanto ser”. Há, no entanto, desde sempre, um amplo debate acerca do objeto da metafísica e da adequada tradução da proposição aristotélica. Vamos nos concentrar na definição citada sabendo, no entanto, que aparece no texto aristotélico um certo número de formulações, algumas complementares, e acepções sobre o objeto de estudo da metafísica (Aubenque, 1980; Courtine, 1980; Castro, 2008). A forma *ὄν*, na realidade, é um particípio presente de gênero neutro enquanto é o verbo *εἶμι* que corresponde ao verbo ‘ser’. Os latinos dispoem da forma *ens* preferiram-na como correspondente a *ὄν*, reservando o verbo *esse* como equivalente a ‘ser’ (Gilson, 1948). Em português, temos assim a opção de usar ‘ente’, como tradução de *ens*, que equivaleria ao francês *étant* o qual, com aparência forjada, não reuniu, no entanto, o consenso esperado (*étant* não é uma entrada lexical, por exemplo, no *Vocabulaire* de Lalande, 2010). A despeito da discussão acerca da melhor tradução da forma grega, o parágrafo da *Metafísica* que desenvolve a proposição aristotélica expande sua compreensão destacando a originalidade da proposta de pensar o ser das coisas independentemente do que determina especificamente cada uma delas. Não se trataria assim de estabelecer os princípios de uma ciência particular, mas a busca dos princípios que estão subjacentes a todas elas. A discussão é recolocada em termos renovados, como se sabe, por Heidegger, com a distinção entre o *óntico*, domínio do *ente* (Seiende), e o ontológico, lugar do *ser* (Sein), com base na formulação de que o ser primordial, como totalidade dos entes, não pode ser, ele próprio, um *ente* (Heidegger, 1964; Oliveira, 2014). Mantivemos o termo *ser*, no entanto, devido à sua força significativa tradicional e, na realidade, a escolha por uma ou outra forma não se mostra decisiva em relação aos nossos objetivos.

tomada como um projeto a ser realizado. Para os primeiros comentadores, no entanto, como o estoico Boétos de Sidon, deve-se começar pela física já que mais certa e conhecida, enquanto para Andrônicos de Rhodes, é a lógica o início já que esta trata da demonstração (Aristóteles, *Categorias*, apud Aubenque, 1962, p. 29).

Mas para Aristóteles, diferentemente da física, “a filosofia, a *σοφία*, não se ocupa do que nasce e perece”¹² (Aubenque, 1962, p. 27, tradução nossa). O que nasce e perece, ou o que muda, é o objeto da física que é assim sujeita ao tempo. A metafísica então é uma ciência que se encontra fora, ou além, do domínio dessa última dimensão. “Se qualquer coisa é eterna, imóvel e separada, obviamente pertence a uma ciência teórica conhecê-la e não, é claro, à física porque esta trata dos objetos em movimento, nem à matemática, mas a uma ciência anterior a ambas”¹³ (Métaphysique, E, 1026a, 10, 2008, tradução nossa). De que se trata, no entanto, quando se afirma dessa anterioridade da metafísica, implicada na própria designação original aristotélica de filosofia primeira?

Há três sentidos de anterioridade definidos por Aristóteles no livro Δ da Metafísica, de acordo com Aubenque (1962): a anterioridade designa uma posição fixa em relação a um ponto de referência nomeado de primeiro (*πρῶτον*) ou princípio (*ἀρχή*); a anterioridade diz respeito a um conhecimento anterior aos outros e, por fim, toma-se a anterioridade com base na natureza e na essência¹⁴ (*κατὰ φύσιν οὐσίαν*). É o terceiro significado, segundo Aristóteles (Aristote, 2008, Δ, 1029 a 12, tradução nossa), “o sentido fundamental de anterioridade pois todos os outros podem se remeter a ele”¹⁵.

Os elementos necessários para a definição da natureza dessa nova ciência estão assim expostos e podemos abordá-los de forma condensada: trata-se de uma ciência que se coloca de forma prioritária em relação a qualquer outra, que busca o princípio constitutivo das coisas na medida em que seu objetivo é tratar da essência eterna e imóvel.

O caráter atemporal dos princípios encontra apoio no culto da tradição e do passado entre os gregos. Como diz Aubenque (1962), se existe uma história da verdade, ela é um esquecimento progressivo com irrupções de reminiscências. O próprio Aristóteles afirma que “o mais antigo é também o mais venerável (Aristote, 2008, A, 3, 983 b 32, tradução nossa)”¹⁶. Por outro lado, O estagirita reconhece alguma concepção de progresso no sentido da história. Segundo Aubenque (1962, p. 73), com base na Ética a Nicômaco (Aristote, 2014a):

O tempo tem duas faces: destruidor da natureza, que ele erode e mina pela ação conjugada do calor e do frio, ele é o auxiliar benevolente – *συνεργὸς ἀγαθός* – da ação humana; e, se não for o criador, é pelo menos o inventor,

¹² “... la philosophie, la *σοφία*, ne s’occupe pas de ce qui naît et périt” (Aubenque, 1962, p. 27).

¹³ “Si quelque chose est éternel, immobile et séparable, manifestement il appartient à une science théorique de le connaître, non certes pourtant à la physique, ni à la mathématique, mais à une science antérieure à l’une et l’autre” (Métaphysique, E, 1026a, 10, 2008).

¹⁴ O item *οὐσία* é traduzido por ‘essência’ ou por ‘substância’.

¹⁵ “... le sens fondamental de l’antériorité, puisque tous les autres peuvent se ramener à celui-là” (Aristote, 2008, Δ, 1029 a 12).

¹⁶ “Le plus ancien est aussi le plus vénérable” (Aristote, 2008, A, 3, 983 b 32).

εὐρετής, o que autoriza o progresso das técnicas¹⁷. (Aubenque, 1962, p. 73, tradução nossa).

Em relação ao conhecimento ou à história da filosofia, exegese mais robusta é exigida, para entender o estagirita, no que se refere ao fato de também o conhecimento sofrer mudança no tempo. No comentário de Aubenque supracitado, Aristóteles reconhecia o motor dialético do conhecimento que, através da discussão, permite uma aproximação à verdade, o que é, historicamente, sujeito a recuos, ou cíclico, uma vez que as ideias vão e voltam. Nesse sentido, o progresso do saber era tido como um *γένεσις εἰς οὐσίαν*, ou seja, o advento gradual de uma essência, o que, provavelmente, inspirou a filosofia da história de Hegel.

Essa visão permite afirmar que Aristóteles supunha uma verdade absoluta, independente do conhecimento de uma época, a qual existiria em si. A posição realista de Aristóteles é conhecida. Um dos exemplos comumente citados é sua oposição à teoria das ideias de Platão.

Nessa afirmação do realismo aristotélico, que, como se disse, é fundamental na nossa argumentação, vale a pena explorar como o filósofo concebe a relação entre as palavras e as coisas, ou seja, sua concepção da significação.

3 LÍNGUA E SIGNIFICADO PARA ARISTÓTELES

FLP 23(2)

Vamos lembrar inicialmente que Aristóteles construiu seu edifício filosófico, sobretudo, em resposta aos sofistas e ao platonismo. O combate aos primeiros tomava como ponto de partida o não apego à busca da verdade e, nesse sentido, eles só aparentavam ser filósofos, o que explica os seus esforços na eficácia dos recursos discursivos e não na argumentação de base lógica.

Para ele assim, tratava-se de refutar os sofistas, substituindo a forma destes de conceber o embate por meio da linguagem por uma refutação real que levasse ao conhecimento da verdade sobre o tema em questão (Aristote, 2008, livro Γ). A construção da filosofia aristotélica parte, assim, de certa desconfiança do discurso, da linguagem, na medida em que ela não é posta a serviço da busca da verdade, daquilo que é real. Para se convencer dessa nossa afirmação, aceitemos o trecho de Aubenque (1962, p. 99):

Basta invocar...o sentido frequentemente pejorativo que toma para ele [Aristóteles] o adjetivo λογικός: raciocinar ou definir λογικῶς, isto é, *verbalmente*, é se ater às generalidades, negligenciando o que há de próprio na essência da coisa considerada¹⁸. (Aubenque, 1962, p. 99, tradução nossa, itálico do autor).

¹⁷ “Le temps a deux faces: destructeur de la nature, qu’il erode et qu’il mine par l’action conjuguée de la chaleur et du froid, il est l’auxiliaire bienveillant – συνεργὸς ἀγαθὸς – da ação humana; et, s’il n’est pas créateur, il est du moins inventeur, εὐρετής, ce qui autorise le progrès des techniques.” (Aubenque, 1962, p. 73).

¹⁸ “Il n’est que d’invoquer...le sens le plus souvent péjoratif que prend pour lui l’adjectif λογικός: raisonner ou définir λογικῶς, c’est-à-dire *verbalement*, c’est s’en tenir aux généralités, em négligeant ce qu’il y a de propre à l’essence de la chose considérée.” (Aubenque, 1962, p. 99, itálico do autor).

Pode-se supor assim certo deslocamento entre a linguagem e seu objeto. É essa, pelo menos, a visão de Jaeger (1986 [1936]) para quem Aristóteles foi o primeiro a romper com a ligação entre a palavra e o ser, entre *λόγος* e o *ὄν*¹⁹, o que, para Aubenque (1962, p. 99-100, tradução nossa, itálicos do autor) tratou-se ainda de uma elaboração de “... uma teoria da significação, isto é, ao mesmo tempo, da separação e da relação entre a linguagem como *signo* e o ser como aquilo que é *significado*.”²⁰.

Essa concepção é contrária a uma das teses defendidas no *Crátilo*, isto é, nesse diálogo, como se sabe, considera-se que os nomes são apropriados, de forma natural, para nomear o que nomeiam, porque ocorre identidade absoluta entre o nome e a coisa (Platon, 1967; Aubenque, 1962)²¹.

Aristóteles, por sua vez, não tomará partido, nos termos colocados no *Crátilo*, entre uma teoria convencionalista ou uma teoria naturalista da linguagem, e buscará elaborar sua própria concepção da linguagem. Em *De l'Interprétation* (Aristóteles apud Aubenque, 1962, p. 110, tradução nossa), a linguagem é definida como símbolo (*σύμβολον*): “os sons emitidos pela voz são símbolos dos estados de alma (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) e as palavras registram os símbolos das palavras emitidos pela voz”²². A relação da linguagem com o ser não se estabelece de forma direta, mas passa pela mediação dos *παθήματα τῆς ψυχῆς* e são esses que exprimem o ser. Reconhece-se assim que há uma relação entre a palavra e a coisa, mas que essa relação é indireta, ou seja, se dá por meio da simbolização, e também fonte de questões ou problemas, pois não é da ordem do natural. Aristóteles exprime essas dificuldades definindo o discurso (*λόγος*) como “um som vocal que tem uma significação convencional (*κατὰ συνθήκην*)”²³ (Aristóteles, *De l'Interprétation*, 4,16 b 28 apud Aubenque, 1962, p. 108, tradução nossa). A linguagem então não é vista como uma imagem ou imitação do ser, mas como uma simbolização convencional. Os vários comentadores apontam idas e vindas em relação à concepção de linguagem aristotélica a depender do texto considerado (Aubenque, 1962). Em *De l'Interprétation*, o estagirita, busca detalhar sua concepção ocupando-se da proposição à qual se pode atribuir a qualidade de verdadeiro ou falso, que deve ser distinguida do discurso de maneira geral. Para ele, a significação não determina se algo existe ou não: “...a palavra *homem* quer dizer alguma coisa, mas não, entretanto, que existe ou não existe algo: só haverá afirmação ou negação se se acrescenta outra coisa”²⁴ (Aristote, 2014, 4,16 b 28, tradução nossa, itálico do autor). Esse acréscimo permite formar a proposição, com estrutura sujeito e predicado, e é essa que se pode determinar como

¹⁹ “Ele rompeu com a antiga ontologia – a única forma de lógica conhecida pela filosofia pré-aristotélica – de uma vez por todas nos elementos palavra (*λόγος*) e coisa (*ὄν*).” (Jaeger, 1986 [1936], p. 370, tradução nossa).

²⁰ “... une théorie de la signification c'est-à-dire à la fois de la séparation et du rapport entre le langage comme *signe* et l'être comme *signifié*.” (Aubenque, 1962, p. 99-100, itálicos do autor)

²¹ No entanto, nada é tão categórico. Segundo Méridier (apud Aubenque, 1962, p. 106), ao final do *Crátilo*, Platão afirma, diante dos dois contendores, a superioridade de uma filosofia que vá às próprias coisas, não se fixando na linguagem, vista tão somente como instrumento de expressão.

²² “Les sons émis par la voix...sont les symboles des états de l'âme (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) et les mots écrits les symboles des mots émis par la voix” (Aristóteles apud Aubenque, 1962, p. 110).

²³ “un son vocal ayant une signification conventionnelle (*κατὰ συνθήκην*)” (Aristóteles, *De l'Interprétation*, 4,16 b 28 apud Aubenque, 1962, p. 108).

²⁴ “... le mot *homme* signifie bien quelque chose, mais non pas cependant qu'il est ou qu'il n'est pas: Il n'y aura affirmation ou négation que si l'on y ajoute autre chose.” (Aristote, 2014b, 4,16 b 28, itálico do autor).

verdadeira ou falsa. Assim, apenas na medida em que o discurso, enquanto se molda numa proposição, tem semelhança (*ὁμοίωμα*) com as coisas, é que se pode dizer que é verdadeiro. Essa operação é judicativa, ou seja, trata-se de um juízo que se faz por meio do cotejo da proposição com as coisas. Conclui-se assim que, para o filósofo, significação não se confunde com proposição, ou ainda, a proposição é o recurso de linguagem que permite aferir a existência ou não de alguma coisa, que tem valor ontológico.

A pergunta, eternamente colocada, é como sabemos que uma proposição é verdadeira ou falsa, ou ainda, de que maneira a junção de símbolos numa proposição, que não tem relação natural com a coisa significada, é capaz de constituir semelhança (*ὁμοίωμα*) com as coisas.

Para tratar desse ponto, vejamos inicialmente as dificuldades que se apresentam na concepção aristotélica da significação que são essenciais na realização dessa tarefa.

Toda a dificuldade com a referência e, portanto, na concepção aristotélica, com o significado, reside nesse cotejo entre palavras e coisas, que se dá por semelhança. Ora, não há semelhança completa, perfeita, isto é, o discurso é um substituto necessariamente imperfeito. Esse problema fundamental se deve, em parte, ao fato de as palavras serem finitas ou em número limitado, enquanto as coisas são infinitas em número; além disso, a linguagem fala em termos gerais, por meio de categorias, mas as coisas são singulares. De acordo com Aubenque (1962, p.116), na *Metafísica*, no livro Z, trata-se assim de:

como definir, com os nomes que são comuns, uma essência singular? Porque, precisa Aristóteles, “as palavras estabelecidas pela linguagem são comuns a todos os membros da classe que elas designam; elas devem, portanto, necessariamente, aplicar-se a outros seres além da coisa definida”²⁵. (Aubenque, 1962, p. 116, tradução nossa).

A linguagem é vista assim como um instrumento naturalmente imperfeito ou deficiente. Há desconfiança assim das palavras que, dada a imperfeição das correspondências visadas, dificulta ou impede o acesso às próprias coisas. Deduz-se que se estabelece certa assimetria entre o *λόγος* e o *ὄν*.

Uma palavra pode assim significar uma pluralidade de coisas, o que gera ambiguidade, nomeada de homonímia por Aristóteles. Vê-se assim que a atribuição de verdade ou falsidade a uma proposição dependerá de um acordo sobre a acepção das palavras que a compõe, o que é visível, por exemplo, quando ocorre o fenômeno chamado de paralogismo o qual consiste exatamente do emprego de uma mesma palavra com acepções distintas no curso de um único raciocínio²⁶. Os sofistas, contra quem, Aristóteles erige sua filosofia eram reputados especialistas nesse tipo de construção discursiva que impede, portanto, a aferição do valor de verdade de uma proposição ou de uma argumentação. Ainda nos termos de Aubenque (1962, p. 123):

²⁵ “Comme définir, avec des noms qui sont communs, une essence singulière? Car, précise Aristote, ‘les mots établis par l’usage sont communs à tous les membres de la classe qu’ils désignent; ils doivent donc, nécessairement, s’appliquer à d’autres êtres qu’à la chose définie.’” (Aubenque, 1962, p. 116).

²⁶ Um exemplo de paralogismo: *Visitei um amigo e não havia pó para fazer café. Foi bom porque tenho alergia a pó.* A proposição é *non-sense* porque a palavra *pó* é tomada em dois significados diferentes. O fenômeno pode ser tratado também como ambiguidade; note-se, porém, que, no exemplo de paralogismo, a ambiguidade é um instrumento de argumentação.

A distinção das significações será, portanto, o método universal de refutação dos sofismas. Estes repousam sobre a ambiguidade que não é... senão a aparência da significação; denunciar a ambiguidade é o procedimento que servirá a suprimir a aparência sofisticada²⁷. (Aubenque, 1962, p. 123, tradução nossa).

Acrescente-se a essa concepção da significação, a consideração aristotélica, quando ele fala, como vimos, dos estados de alma, de que são as intenções do sujeito que, em última instância vão decidir em que sentido precisamente está sendo utilizada uma palavra. Dito de outra maneira, é a intenção que anima a língua. É por essa razão, segundo ainda Aubenque (1962), que o estagirita, na sua avaliação dos filósofos anteriores a ele, procurará sempre buscar o significado que está além das palavras propriamente ditas, tentando estabelecer o raciocínio, ou o espírito (*διάνοια*), que pode atribuir um significado ao *logos*.

Desta nossa apresentação, vamos destacar três conclusões centrais que serão relevantes em relação a nossos objetivos. Sobre a linguagem, Aristóteles assume as seguintes posições fundamentais que se inter-relacionam: 1) ela é deficitária para exprimir as coisas tal qual elas são; 2) o uso das palavras não é seguro devido à homonímia ou polissemia inerente a elas; e 3) o significado a ser extraído de uma palavra deve levar em conta a intenção de seu usuário. Apesar das deficiências apontadas, é com as palavras articuladas numa proposição, num *logos apofântico*, que se coteja a língua com a realidade e se pode atribuir um valor de verdade ao que é dito. As deficiências da linguagem no que se refere a garantir o verdadeiro conhecimento nos parece assim dever ser enfrentadas para que de fato a proposição reúna condições de aferição de seu valor de verdade. De acordo com o que estamos propondo, Aristóteles buscará clareza na linguagem evitando suas armadilhas e, para isso, estabelecerá as bases da lógica.

Na Metafísica, no livro Γ, o filósofo expõe um dos fundamentos de sua lógica que é o princípio da contradição, ou seja, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, que é fundamental para evitar as armadilhas da linguagem, o que o faz se opor, por exemplo, à doutrina dos contrários de Heráclito de Éfeso. Assim, para Aristóteles, não

... é possível que a mesma coisa seja e não seja e que seja possível pensar assim. Muitos que estudam a natureza utilizam esse argumento. Quanto a nós, acabamos por admitir a impossibilidade de ser e não ser ao mesmo tempo e, a partir daí, mostramos que é o mais certo dos princípios.²⁸ (Aristote, 2008, 4,1006a, tradução nossa).

Para ele ainda, esse princípio não necessita de demonstração, não sendo uma hipótese que poderia, potencialmente, ser refutada. Trata-se, portanto, de um princípio essencial, com valor axiomático, para quem busca o verdadeiro conhecimento.

O princípio da contradição, como um dos pilares da lógica aristotélica, impede que se diga algo e em seguida seu contrário com pretensão de verdade. Ora, o que se

²⁷ “La distinction des significations sera donc la méthode universelle de réfutation des sophismes. Ceux-ci reposent sur l’ambiguïté, qui n’est... que l’apparence de la signification; dénoncer l’ambiguïté, ce sera supprimer par là même l’apparence sophistique.” (Aubenque, 1962, p. 123).

²⁸ “... il est possible que le même soit et ne soit pas et qu’il est possible de penser ainsi. Beaucoup de ceux qui étudient la nature utilisent, eux aussi, cet argument. Quant à nous, nous venons d’admettre l’impossibilité d’être et de ne pas être en même temps et, par là, nous avons montré que c’est le plus sûr de tous les principes.” (Aristote, 2008, 4,1006a).

busca é justamente retirar a legitimidade do discurso sofisticado. Negar esse princípio, tido como o princípio dos princípios, é negar a própria possibilidade de construir um discurso, pois se uma palavra dispusesse de uma pluralidade indefinida de significados, de acordo com a intenção do falante, a linguagem seria impossível já que exprimiria uma quantidade infinita de intenções possíveis. A argumentação de Aristóteles no livro *Γ* estabelece-se da seguinte maneira:

...se ‘ser humano’ significa uma única coisa, admitamos que seja ‘animal bípede’. Aí está o que eu entendo por ‘significar uma única coisa’: se ‘animal bípede’ é um humano, todas as vezes que qualquer coisa é um humano, ‘animal bípede’ será o ser do humano. Pouco importa também que se afirme que existem várias significações [da mesma palavra], desde que sejam limitadas porque se poderá dar um nome diferente a cada definição...²⁹ (Aristote, 2008,4, 1006b, tradução nossa, aspas do autor).

Como se vê, mesmo admitindo pluralidade de significados, em cada proposição é necessário decidir, por meio de uma definição, o significado específico de uma palavra que está sendo utilizada.

O projeto assim é o da busca da linguagem exata, subtraída da polissemia ou da homonímia e das intenções de cada um, que sirva como instrumento para dizer algo sobre o mundo de maneira tal que seja possível aferir se aquilo que é dito é verdadeiro ou falso.

A execução desse projeto toma forma por meio das bases da lógica estabelecidas pelo estagirita. Como é sabido, Aristóteles desenvolve sua lógica em seis trabalhos que compõem o *Organon* (Aristote, 1962). O intuito é obter conhecimento causal sobre os eventos do mundo, o que faz parte, como dissemos, da construção de uma estrutura teórica unificada, uma linguagem adequada para a investigação em ciência.

FLP 23(2)

4 A GRAMÁTICA GREGA E O NORMATIVISMO

A concepção grega da linguagem recebe, já que vista como instrumento de expressão, da qual, para Aristóteles, uma estrutura ou uma lógica pode ser extraída, um papel, de certa maneira, secundário, como explicaremos a seguir.

Essa visão dos fatos é corroborada com a abordagem de Ildefonse (1997, p. 15) acerca da relação entre língua e filosofia no mundo grego. Como meio de expressão que tinha por tarefa captar as coisas tão qual elas são, não se concebia a língua como um objeto científico *de per se*:

Uma tal tarefa ligava então indissolivelmente a filosofia a uma certa abordagem da linguagem que, longe de a considerar como objeto de uma dis-

²⁹ “...si ‘être humain’ signifie une seule chose, admettons que ce soit ‘animal bipède’. Voici ce que j’entends par ‘signifier une seule chose’: si ‘animal bipède’ est un humain, toutes les fois que quelque chose est un humain, ‘animal bipède’ sera l’être de l’humain. Peu importe aussi qu’on affirme qu’il y a plusieurs significations <du même mot>, pourvu qu’elles soient limitées, car on pourra donner un nom différent à chaque définition...” (Aristote, 2008,4, 1006b, aspas do autor).

ciplina separada, e mesmo de a considerar como um objeto, visava a normalizá-la para constituir a partir dela o recurso discursivo de nossa relação com a realidade, ...³⁰ (Ildefonse, 1997, p. 15, tradução nossa).

Note-se assim que a normalização cumpre a função de tornar a língua apta a descrever a realidade ou, dito de outra maneira, cumprir sua tarefa apofântica. Parece-nos assim legítimo propor a hipótese de que é essa a função original do caráter normativo que se quis imprimir à língua.

Decorre dessa proposta que o papel da normatização, comumente associado à expressão literária é, na realidade, agregado aos estudos gramaticais, como uma disciplina autônoma, isto é, a filologia, posteriormente. Comentemos em mais detalhes essa afirmação.

Quintiliano, que viveu no primeiro século depois de Cristo, já tomava como consagrada a tarefa filológica dos estudos da linguagem. Assim, no capítulo IV do livro primeiro de *Institutio Oratoria* (apud Ildefonse, 1997, p. 16, tradução nossa), dedicado aos estudos gramaticais, afirma que a tarefa do gramático é se ocupar da “ciência do dizer correto e comentário dos poetas”³¹.

Antes do grande orador romano, também no *Technè Grammatikè*, Dionísio, o trácio admitia que “a gramática é o conhecimento empírico daquilo que se diz corretamente pelos poetas e prosadores”³². (apud Ildefonse, 1997, p. 16, tradução nossa).

Como é conhecido, é essa a visão de como se concebeu a tarefa da gramática que fez fortuna, tornando-se modelar. Com o advento da linguística contemporânea, essa visão recebeu sua recepção crítica, o que foi amplamente divulgado por Lyons (1979 [1968], p. 9) quando ele aponta o chamado “erro clássico” da tradição gramatical. Para ele, os filólogos da biblioteca de Ptolomeu I, isto é, de Alexandria, ao tentar estabelecer uma versão padronizada dos textos clássicos, sobretudo os de Homero, incorreram no erro de supor a língua escrita superior à língua falada, o que consequentemente conduziu à desvalorização da variação dialetal e da mudança linguística.

Zenódoto de Éfeso, diretor da grande biblioteca, que viveu entre 323 ou 333 a.c. e 260 a.c, é considerado, no *Suda*, o primeiro ‘editor’ (*διορθωτής*) de Homero. Discute-se, é verdade, se editoração naquele tempo é comparável com o que se tem contemporaneamente. Muitos helenistas, dentre eles, Pasquali (1952) e Pfeiffer (1968), defendem que Zenódoto teve acesso a cópias variadas da *Ilíada* para estabelecer uma versão considerada padrão, sendo, por isso, o primeiro dos editores alexandrinos. A hipótese tradicional, portanto, é a de que “Zenódoto deu o passo inicial que conduziu ao desenvolvimento da filologia como uma disciplina independente”³³ (West, 2001, p. 35, tradução nossa). Essa, no entanto, não é a visão de West para quem, Zenódoto

³⁰ “Une telle tâche liait alors indissolublement la philosophie à une certaine approche du langage qui, loin de l’envisager comme l’objet d’une discipline séparée, et sans même l’envisager comme objet, visait à le normer pour constituer à partir de lui le médium discursif de notre rapport à la réalité, ...” (Ildefonse, 1997, p. 15).

³¹ “recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem” (Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV apud Ildefonse, 1997, p. 16).

³² “la grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs”. (Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV apud Ildefonse, 1997, p. 16).

³³ “Zenodotus took the step that led to the development of philology as an independent discipline” (West, 2001, p. 35).

estabeleceu sua versão do texto homérico sem levar em conta eventuais cópias variantes, o que, segundo o autor (West, 2001, p. 37, tradução nossa) faz com que o texto de Zenodoto “seja tão excêntrico que é impossível considerá-lo como o produto de um processo racional de seleção de leituras de fontes alternativas”.³⁴ Não nos interessa aqui entrar no mérito da discussão levantada por West (2001). O ponto que nos é importante é que estão todos de acordo em considerar Zenódoto como o primeiro estudioso da linguagem que estabelece a perspectiva filológica. Observe-se assim que a visão da gramática como um instrumento para o estudo dos grandes escritores que passam a ser referências da linguagem correta se firma após esse período, o que está refletido na gramática de Dionísio, o Trácio, que é posterior a Zenódoto. Compatível com essa visão dos fatos é, enfim, que Zenódoto nascia aproximadamente no período em que morria Aristóteles o qual, supostamente, faleceu em Atenas em 322 A.C.

Nossos comentários vão assim na direção de considerar o que chamarei de função lógica da gramática como a finalidade primeira da busca de normalização da língua grega. É o próprio Aristóteles que nos oferece, como vimos, suas restrições ao caráter pouco confiável da linguagem corrente.

Aristóteles manifesta sua desconfiança com a linguagem tendo em vista, como também vimos, o fato de sua filosofia tomar como ponto de partida um combate à sofística e ao seu uso impreciso da linguagem, sobretudo o abuso das ambiguidades de uma palavra num mesmo raciocínio. Ao considerar assim, como também mencionamos, que a língua é motivada pelos *estados de alma*, ele torna-se pioneiro também em relação ao que veio a ser tratado, a partir, sobretudo, de Brentano (1995 [1874]), por meio do conceito de intencionalidade. Ora, o fato, diríamos hoje, de a língua poder ser instrumento de subjetividade, o que é crucial na determinação da significação, faz com que vigore, na realidade, o caráter convencional entre o símbolo e aquilo que ele designa. Dito de outra maneira, para o estagirita, na visão de Aubenque:

a significação não tem por si só alcance existencial: podemos significar sem contradição o ficcional, precisamente porque a significação dos nomes não pressupõe a existência ou inexistência das coisas³⁵. (Aubenque, 1962, p. 110, tradução nossa).

Segue dessa colocação, a necessidade de uma linguagem objetiva, sem os equívocos dos sofistas, para servir de base do discurso filosófico. É preciso assim, como mostramos, uma língua padronizada para realizar a tarefa da filosofia. Trata-se, assim, de um conhecimento que, no enunciado (*λόγος*), buscava dar conta (*λόγον διδόναι*) da realidade.

5 INOVAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA: O PAPEL DA INTENCIONALIDADE E DA AMBIGUIDADE

Avançamos assim a proposta de que, antes da tarefa filológica, o *ὁρθὸς λόγος* era exigido como garantia de adequação lógica do conhecimento filosófico. Por fim, é

³⁴ “... is so eccentric that it is impossible to regard it as the product of any rational process of selection of readings from alternative sources” (West, 2001, p. 37).

³⁵ “... la signification n’a pas par elle-même de portée existentielle: nous pouvons signifier sans contradiction le fictif, précisément parce que la signification des noms ne préjuge pas l’existence ou l’inexistence des choses” (Aubenque, 1962, p. 110).

claro, portanto, que não poderia haver lugar para a busca científica do variável, daquilo que muda. Ora, para Aristóteles, diferentemente da física, “a filosofia, a *σοφία*, não se ocupa do que nasce e perece” (Aubenque, 1962, p. 27, tradução nossa): trata-se de uma ciência que se coloca de forma prioritária em relação a qualquer outra, que busca o princípio constitutivo das ‘coisas’ na medida em que sua meta é tratar da essência eterna e imóvel, do *τὸ ὄν ἢ ὄ*. Aquilo que é variável e sujeito ao tempo são as entidades da física e linguagem não é algo físico, da *Φύσις*. Dito de outra maneira, linguagem é instrumento (*ὄργανον*), e não uma entidade da natureza.

Podemos agora voltar à nossa questão da razão da variação e mudança linguísticas não terem se tornado um objeto de estudo científico ou filosófico.

Uma das questões sobre linguagem que exige ainda bastante desenvolvimento é a razão da mudança linguística. Se considerarmos que o trabalho científico, como tarefa originária na concepção grega, é a busca do(s) princípio(s) que tenha(m) valor nomológico ou causal em relação a determinado fenômeno ou estado de fatos, uma das questões fundamentais é porque a língua muda, ou, nos termos de Vitral (2021), a que se deve a inovação observada nas línguas?

Argumentamos, em Vitral (2021), que ainda estamos distantes de conseguir elaborar os princípios que expliquem a inovação linguística. É bem verdade, por outro lado, que a teoria sociolinguística, elaborada a partir de Weinreich, Labov e Herzog (1968) que estabeleceu o cotejo entre categorias sociais e a variação e mudança linguísticas, permitiu a disponibilização de uma metodologia descritiva bastante refinada, com recursos quantitativos, que permitem certa objetividade nas análises propostas. Resta, no entanto, elaborar, como dissemos, a que se deve a inovação linguística.

Já sabemos, por outro lado, que a inovação linguística conta com certos recursos para se instalar nas línguas. Gumperz (1982, p. 18, tradução nossa), por exemplo, toma como ponto de partida teórico a noção de intencionalidade envolvida numa conversação que torna-se fundamental na análise da comunicação verbal: “A noção de intenção é crucial e tem nos conduzido muito além das antigas, e puramente abstratas, propriedades estruturais da linguagem, permitindo-nos mostrar como as pessoas se baseiam em conhecimento social ao se interagirem linguisticamente”³⁶.

Como é sabido, a intencionalidade é tida como a marca do mental como propõe Brentano (1995 [1874]), ou seja, a formulação de uma intenção estabelece uma representação mental. Consideramos assim, em Vitral (2021), que a interação verbal implica que o ouvinte elabora, constantemente, inferências acerca das intenções e das ações do falante, o que ele deseja obter, suas crenças, seus receios etc., ou seja, a interação verbal inclui, como se sabe, conteúdos que estão além da simples função fática, informativa.

O papel e o enquadramento da intencionalidade na teoria linguística são bastante complexos, implicando, como acabamos de ver, o conceito de subjetividade e suas manifestações na forma dos enunciados. Em Vitral (2012, 2015, 2021), desenvolvemos um tratamento para essas propriedades, com realce nas propriedades do *mecanismo* subjacente à inovação linguística, tomando por base as noções de subjetifica-

³⁶ “The notion of intent is crucial and has carried us far beyond the older, purely abstract, structural approaches to language, to enable us to show how people build upon social knowledge in interaction”. (Gumperz, 1982, p. 18).

ção/intersubjetificação (Stein; Wright, 1995; Traugott; Dasher, 2005; Davidse; Vandelanotte; Cuyckens, 2010) e de luta por reconhecimento (Honeth, 2003). As propriedades inerentes da interação linguística podem ser deduzidas assim do encontro de duas subjetividades. Consideramos, enfim, que, ao buscar a inovação na linguagem, o falante visa a se constituir como sujeito nas trocas simbólicas de que participa. Em resumo, ao inovar, o falante manifesta suas intenções que pretendem garantir seu reconhecimento como sujeito. Não há espaço aqui para expor, com detalhes, esse conjunto de hipóteses que acabamos de comentar (o que pode ser consultado em Vitral, 2012, 2015, 2021), mas o que pudemos dizer aponta para o papel da fundamentação da intencionalidade no fenômeno da inovação linguística.

Ora, em Aristóteles, eram os ‘estados, ou afetos, da alma’ (*παθήματα τῆς ψυχῆς*), que impregnam a língua cotidiana, impedindo-a de tornar-se um instrumento seguro para a tarefa filosófica. Como dissemos, esses ‘estados de alma’ podem muito bem ser recolocados, atualmente, por meio da noção de intencionalidade, a qual consideramos como um dos *motores* da inovação linguística.

Um dos veículos da expressão da intencionalidade é exatamente a ambiguidade. É por meio da duplicidade de significado de um item lexical que ocorre a possibilidade de implementação de um significado inovador propiciando mudança na língua. Os exemplos de polissemia e homonímia (o que foi tratado por meio do termo paralogismo segundo Aristóteles) surgem em profusão nos estudos de mudança semântica (Traugott; Dasher, 2005). Ilustremos o que foi dito com um exemplo clássico de um item de valor temporal, *since*, que, devido à ambiguidade do contexto, passa a ser interpretado com valor causal (Hopper; Traugott, 1993, p. 80):

- (1) a. I have done quite a bit of writing since we last got together. (temporal)
 b. Since I have a final exam tomorrow, I won't be able to go out tonight.
 (causal)

FLP 23(2)

Nesse caso, o item *since*, quando ambas as orações se referem a eventos, sobretudo no passado, ao ser interpretado também com valor causal, exprime uma inovação e posterior mudança na língua.

Assim, a análise da inovação linguística está alicerçada na descrição e análise da ambiguidade, o que, como visto, é um dos recursos, segundo o estagirita, a ser eliminado do *logos* filosófico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a nossa exposição, é sustentável a hipótese de que a eliminação aristotélica da intencionalidade e da ambiguidade, ou paralogismo, na busca da linguagem precisa e a fundação da ciência do imutável num período em que os estudos da linguagem ainda não constituíram como disciplina autônoma desfavoreceram, por completo, a variação ou a mudança linguística como um objeto de estudos legítimo. O acréscimo da tarefa filológica, estabelecida posteriormente, termina por selar o abandono desses temas como objeto científico durante todo o período tradicional.

Na concepção grega, como vimos, o que sofre mudança ou é perecível são os objetos da natureza, o que não incluía, como também expomos, a linguagem.

É interessante observar, por fim, que, com o advento das ciências cognitivas na contemporaneidade, há tentativas – é o caso da concepção chomskiana da língua-I como um objeto biológico (Berwick; Chomsky, 2011) – de fazer migrar os estudos da linguagem para o domínio da natureza. No entanto, a questão que se coloca é que fragmento da totalidade do fenômeno linguagem, constituído teoricamente, permite uma abordagem pela metodologia científica nos moldes naturalistas. Chomsky (2000), por exemplo, avalia como inexequível o tratamento naturalista do fenômeno da intencionalidade, o que para ele significa que o fenômeno da mudança linguística não pode receber um tratamento nos moldes objetivistas que caracteriza as ciências da natureza. Encerramos por aqui nossa discussão, afirmando que, na minha visão, pelo contrário, a inovação e a mudança linguísticas, embora não possam ser implementadas pela eleição de um objeto de estudo de tipo fisicalista, admitem sim um tratamento objetivo, ainda a ser desenvolvido, que estabeleça seus princípios determinantes (Vital, 2012, 2015, 2021).

REFERÊNCIAS

Aristote. *Organon*, Tricot J, traducteur. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1962. (Tomes 1 à 6).

Aristote. *Métaphysique*. Duminil MP, Jaulin A, traducteurs. Paris: Flammarion; 2008.

Aristote. *Éthique à Nicomaque*. Tricot J, traducteur. Paris: Éditions Les Échos du Maquis; 2014a. (v,1,0).

Aristote. *De l'interprétation*. Tricot J, traducteur, Paris: Éditions Les Échos du Maquis, 2014b. (v, 1,0, janvier).

Aubenque P. *Le Problème de l'être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*. Paris: Presses Universitaires de France; 1962.

Aubenque P. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1980.

Berwick R, Chomsky N. The biolinguistic program: the current state of its development. In: Di Sciullo AM, Boeckx C, editors. *The biolinguistic enterprise. New perspectives on the evolution and nature of the Human Language Faculty*. Oxford: Oxford University Press; 2011. p.19-41.

Brentano F. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge; 1995 [1874].

Castro S. *Três formulações do objeto da metafísica de Aristóteles*. Rio de Janeiro: Contraponto; 2008.

Chomsky N. *News horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press; 2000.

FLP 23(2)

- Courtine JF. Note complémentaire pour l'histoire du vocabulaire de l'être. In: Aubenque P, éditeur. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1980.
- Davidse K, Vandelanotte L, Cuyckens H. *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: De Gruyter; 2010.
- Delamarre A. La notion de ptôsis chez Aristote et les Stoïciens. In: Aubenque P, éditeur. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1980.
- Gilson E. *L'être et l'essence*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1948.
- Gumperz J. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press; 1982.
- Heidegger M. *L'être et le temps*. Boehm R, Waelhens A, traducteurs. Paris: Gallimard; 1964.
- Honneth A. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34; 2003.
- Hopper P, Traugott E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press; 1993.
- Ildefonse F. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1997.
- Imbert C. *Phénoménologies et langues formulaires*. Paris: Presses Universitaires de France, Epiméthée; 1992.
- Jaeger W. *Paideia: The ideals of Greek culture*. Oxford: Oxford University Press; 1986 [1936]. (Vol. 1).
- Lalande A. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires France; 2010.
- Lyons J. *Introdução à lingüística teórica*. Mattos e Silva RV, Pimentel H, tradutores. São Paulo: Ed. Nacional / Ed. da Universidade de São Paulo; 1979 [1968].
- Oliveira M. *A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. São Paulo: Paulus; 2014.
- Pasquali G. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Le Monnier; 1952.
- Pfeiffer R. *History of the classical sholarchip from the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford: Clarendon Press; 1968.
- Platon. *Phèdre*. Chambry E, traducteur. Paris: Flammarion; 1964.
- Platon. *Cratyle*. Chambry E, traducteur. Paris: Flammarion; 1967.

Stein D, Wright S. Subjectivity and subjectivisation. Cambridge: Cambridge University Press; 1995.

Traugott E, Dasher R. Regularity in semantic change. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.

Vitral L. A inovação linguística: subjetificação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2012;20(1):65-98.

Vitral L. Expressividade e frequência de uso: aspectos pragmáticos e cognitivos da gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2015;23(1):91-125.

Vitral L. Gramaticalização e gramática gerativa. Fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade. Campinas: Editora da ABRALIN; 2021.

Weeinreich U, Labov W, Herzog M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann W, Malkiel Y, editors. *Directions for historical linguistics - a symposium*. Austin, TX & London: University of Texas Press; 1968. p. 95-199.

West M. *Studies in the text and transmission of the Iliad*. München: K.G. Saur; 2001.

FLP 23(2)